

'UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

*“Nem só de pão vive o homem”*: criação e funcionamento do Serviço de  
Recreação Operária (1943-1945)

por

Angela Brêtas Gomes dos Santos

Orientador

Prof. Luiz Cavalieri Bazilio

Rio de Janeiro

2007

*“Nem só de pão vive o homem”*: criação e funcionamento do Serviço de  
Recreação Operária (1943-1945)  
de  
Angela Brêtas Gomes dos Santos

**Banca Examinadora**

Prof. Luiz Cavaliere Bazilio

Prof. José Gonçalves Gondra

Prof. Norberto Osvaldo Ferreras

Prof. Victor Andrade de Melo

Prof. Antonio Jorge G. Soares

Rio de Janeiro  
2007

Para aquelas que, desde o século XIX, muito lutaram para que eu pudesse alcançar tantas vitórias: Maria César, Amélia “*dos Cachorros*”, Samaritana Brêtas, Lélia Brêtas e Maria Bonifácio de Souza. Cada uma, a seu modo, escreveu sua história rompendo com os limites fixados para mulheres negras e pobres, pois ousaram se aventurar por domínios que originalmente não lhes pertenciam ampliando, assim, as chances daqueles que vieram depois.

Para meus pais, Angelo Silva Brêtas e Eunice Carlos de Souza Brêtas, que não esmoreceram e deram continuidade à luta, nos ensinando a viver com alegria, coragem e determinação sem, contudo, esquecer quem somos e de onde viemos.

Para Jander, grande amor, que nunca deixou de me compreender, respeitar e estimular, compartilhando as preocupações, cuidando da casa, trazendo filmes, fazendo pequenos agrados, munindo-se de paciência e contando as piadinhas mais irritantes nas horas mais impróprias.

Para Júlia e Vicente porque, sem eles, não sou ninguém.

## Agradecimentos

Ao querido orientador professor Luiz Bazilio pela acolhida em seu grupo de pesquisa, pelo afeto, pela competência, pela confiança depositada e pelo exemplo de luta e de fé.

Ao querido professor José Gondra, que abriu as portas do mundo maravilhoso da História e, com brilhantismo, competência, carinho e atenção iluminou minha trajetória no curso de Doutorado.

À Mônica de Carvalho e Silva, uma das minhas maiores conquistas afetivas. Tê-la por perto com seu amor, sua postura ética e honesta, sua sinceridade, seu estímulo e sua competência é um enorme privilégio.

A Alex Pina de Almeida, meu grande companheiro de aventuras, que sempre pronto a apoiar, a incentivar, a cuidar e a proteger, acompanhou e estimulou cada etapa da construção desse trabalho. Quanto carinho cabe naquele coração!

A Victor Andrade de Melo, brilhante amigo-irmão, pela respeitosa distância que tomou durante a elaboração dessa tese, acompanhando o desenrolar do trabalho e permanecendo com os braços abertos para acolher e estimular na hora em que batia o desânimo. Sua generosidade, determinação e competência são parte da minha vida.

À Cleide, Silvia Agatti, Priscila, Lina Rosa, Mônica Monteiro, Juracy e Ellen, amigas muito queridas e especiais cujo carinho, apoio e incentivo foram fundamentais para fazer o texto “engrenar”.

A Adriano Luiz Duarte, amigo que fiz durante essa trajetória, pelas valiosas informações, pela paciência para elucidar minhas dúvidas e pelo envio de material para enriquecer a pesquisa.

Para os amigos do grupo de pesquisa Anima/EEFD, do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Luiz Bazilio/UERJ e do grupo de pesquisa coordenado professor José Gondra/UERJ, pela convivência respeitosa e estimulante.

À Dina S. de Araújo que, com competência e cuidado, me salvou do mar de notas de rodapés.

À Simone Maria de Paiva Martins, pela primorosa e carinhosa revisão, por

todo esforço despendido para cumprir os prazos e pela força nos últimos momentos da elaboração dessa tese.

Aos companheiros professores do Departamento de Ginástica da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, no último ano, me liberaram das atividades docentes para que eu pudesse ter a tranquilidade necessária para elaborar esse trabalho.

À Aninha 'Amorr', secretária do Departamento de Ginástica da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos avisos, pelo cuidado e pelas boas risadas que damos juntas.

Aos bibliotecários, que com boa vontade, simpatia e paciência tornaram a permanência nas bibliotecas muito mais agradável. Em especial, ao popular Fernando Alves dos Santos, da Biblioteca de Ciências Sociais / A, localizada no 9º andar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e ao Fábio Valiati, da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro; e à equipe da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação.

Aos bibliotecários da Câmara de Deputados, do Ministério da Justiça e do Supremo Tribunal Federal em Brasília, que, com boa vontade localizaram e enviaram os documentos solicitados.

À Nynpha do Amaral, que fornece o suporte psíquico e emocional necessário para que eu possa me manter no mundo de forma saudável e equilibrada.

À professora Christianne Werneck, por ter inspirado essa pesquisa e pela gentil cessão das fotos do Serviço de Recreação Operária.

À Sulamita Benedicto Moreira, por ser 'anjo da guarda' que cuida e lembra de tudo e, que dá o suporte doméstico para que eu possa seguir em frente.

A Rubinho Brêtas, meu irmão, pela leveza com que encara a vida.

## Resumo

Investiga-se a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO), fundado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, com o objetivo de coordenar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias. Apesar de atentar para as perspectivas de controle e de manipulação do Regime, a análise avança, na medida em que não considera os operários como massa passiva e manipulável diante daquele que era visto como a expressão do poder dominante, o presidente Getúlio Vargas. A pesquisa ressalta, ainda, que as atividades organizadas pelo Serviço, mesmo que fortemente marcadas pela ideologia estadonovista, poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderiam lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar. Neste estudo, não se acredita que a criação desse órgão tenha sido resultado da inteligência de um único homem. Entende-se que seja uma resposta a demandas referidas a instâncias normativas nacionais e internacionais, que são: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, patronato industrial e comercial, Organização Internacional do Trabalho, Encíclica *Rerum Novarum* e movimento operário. Partindo do princípio que os discursos emitidos nessas instâncias e postos a circular eram reapropriados, modificados, fragmentados, substituídos e realocados, acredita-se que, nesse jogo de relações e de comunicações, formou-se um campo de presença que tornou possível a criação do SRO naquele momento histórico específico. Sua emergência, portanto, é original e referida a um contexto no qual a questão do trabalho era central. O conjunto documental tratado foi composto por: artigos publicados no *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na revista *Cultura Política*, no *Jornal do Brasil*, palestras de Marcondes Filho, discursos de Vargas, relatórios da Associação Comercial do Rio de Janeiro e primeiro Relatório do Serviço de Recreação Operária. Dessa forma, reunindo e correlacionando enunciados dispersos relativos às questões do tempo de trabalho e do aproveitamento das horas de recreio, concluímos que o SRO, além dos objetivos claramente explicitados na Portaria de sua criação, teve cinco intenções: a) estimular a sindicalização; b) integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; c) controlar e disciplinar o tempo livre do operário de modo a promover uma mudança em seus costumes lúdicos; d) sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural; e) recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga.

## Abstract

We search for the creation and functioning of Factory Worker's Recreational Service (SRO), founded in 1943, by the Ministry of Labour, Industry and Commerce, during administration of Alexandre Marcondes Filho, with purpose to co-ordinate workers leisure time and their families. Spite of to attend perspectives of guard and manipulation by the political system, the analysis attacks in so far as do not consider the workers as a mass, passive and handled before that which was seen as the expression of dominating power, the president Getúlio Vargas. The research sticks out, yet, that activities made by the Service, even strongly marked by the politics "estadonovista", could offer to the fraction working class, who made good use of that, the entrance in a whole of knowledge and language that could give them the chance to amplify their understand over the world and supply them more instruments to move in it. In this study we do not believe the creation of this arrangement had been the result of intelligence by one and only man. We understand that is an answer for lawsuits reported to normative instances, national and international, which are: Ministry of Labor, Industry and Commerce, commercial and industrial patron, International Labour Organization, Encyclical *Rerum Novarum* and workmen movement. Taking the principle that the speeches issued in these instances and put to circulate were re-appropriate, changed, broken up, replaced and re-allocate, we believe in this game of relationships and communications has organized a field of presence that turned back possible the creation of the Service, in that specific moment in history. Its emergency, thus, is original and referred to a context that the question of work is central. The whole documental handled was composed by: articles published at *Boletim* from Ministry of Labour, Industry and Commerce, review *Cultura Política*, at *Jornal do Brasil*, conversations of Marcondes Filho, Vargas speeches, accounts by Commercial Association of Rio de Janeiro and the first Account of Factory Worker's Recreational Service. Thus, congregating and correlating dispersed enunciations relating to questions about time of work and good use from playtime, we end that the Service, yonder the objectives brightly explained at the governmental decree of its creation had five intents: a) to incite trade union; b) to integrate the whole realizations which make possible the concreteness of political speech at the age about preoccupation from State with some aspects in workers life, placed over there protection of labourites laws and the support of social welfare; c) to control and discipline workers leisure time in a way to promote a change in their playful habits; d) to recover physical and mental energy from the worker in a way to prevent effects of tiredness; e) to systemize an experience of not formal education by the worker and raise his cultural level.

## Sumário

	Página
Introdução -----	15
Capítulo 1: Encontrando as fontes, construindo o objeto -----	36
1.1. Entre revistas, boletins e jornais -----	37
1.2. Época e contexto: compreendendo o Serviço de Recreação Operária --	54
Capítulo 2: O empregado perfeito no discurso da Associação Comercial do Rio de Janeiro -----	147
Capítulo 3: “Trabalho e Recreação: fundamentos, organização e realizações do Serviço de Recreação Operária” - apresentação e análise do relatório de Arnaldo Lopes Sússekind -----	224
3.1. “História do trabalho humano. A mecanização do trabalho. A fadiga e suas consequências sociais” – a justificativa para a criação do SRO -----	233
3.2. “O repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer do operário” – a importância do tempo de repouso -----	237
3.3. “A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os sindicatos” – instalação, estrutura e administração do SRO -----	243
3.4. “A elevação do nível intelectual do trabalhador. Realizações da Divisão Cultural do SRO; Alfabetização e Educação de Adultos; Bibliotecas; Cinema, Teatro, Música, Côros e Discotecas” – atividades, eventos, doações e concursos realizados pelo SRO -----	248
3.5. “A Educação Física e os desportos na sociedade contemporânea” – as atividades físicas nos Centros de Recreação, a praia, os passeios, o futebol e os demais esportes -----	312



3.6. “O escotismo como educação extra-escolar. Pedagogia escoteira. O escotismo e os regimes totalitários. Realizações do Serviço de Recreação Operária no setor do escotismo” -----	324
3.7. “Outras realizações do Serviço de Recreação Operária; Inquérito entre operários; Serviço de ampliação de som; A primeira exposição de atividades e as impressões do público” -----	328
3.8. “O ‘Fundo Social Sindical’ e o financiamento dos encargos do Serviço de Recreação Operária; Orçamentos e balanços; A Comissão Técnica de Orientação Sindical e o controle financeiro do Serviço de Recreação Operária -----	331
3.9. “Planos do Serviço de Recreação Operária para 1946” -----	333
3.10. “Agradecimentos e elogios” -----	334
Capítulo 4. Análise histórico-semiótica das fotografias do primeiro relatório do Serviço de Recreação Operária -----	338
Finalizando a escrita, mas continuando a pesquisar... -----	355
Bibliografia -----	360
Anexos	

### Lista de Anexos

- CD com a cópia do áudio da *Canção do Trabalhador Brasileiro*
- Cópia da ata da primeira reunião registrada da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Outubro de 1902)
- Cópia da partitura da *Canção do Trabalhador Brasileiro*

### Lista de Gravuras

#### Página

- Capa do exemplar de número 1 da revista *Cultura Política* – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, março de 1941 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 46
- Falsa folha de rosto do exemplar de número 1 da revista *Cultura Política* – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, março de 1941 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 47
- Sumário do exemplar de número 1 da revista *Cultura Política* – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, março de 1941 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 48
- Folha de rosto do exemplar de número 1 da revista *Cultura Política*– Revista Mensal de Estudos Brasileiros, março de 1941 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 49

- Expediente do exemplar de número 1 da revista *Cultura Política*– Revista Mensal de Estudos Brasileiros, março de 1941 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 50
  
- Novo *layout* de capa da revista *Cultura Política*– Revista Mensal de Estudos Brasileiros, exemplar de número 36, janeiro de 1944 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 51
  
- Capa do *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, número 110, outubro de 1943 (Acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas) ----- 52
  
- Capa da *Revista* da Associação Comercial do Rio de Janeiro, número 1, janeiro de 1911 (Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro) ----- 168
  
- Capa do *Boletim* da Associação Comercial do Rio de Janeiro, número 1, março de 1904 (Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro) ----- 169
  
- Capa do Relatório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, maio de 1921 (Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro) ----- 170
  
- Foto de quiosque no Largo de Santa Rita, no Rio de Janeiro. Autor: Augusto Malta, 1911 (BOSISIO Jr., 1983 – Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro) ----- 202
  
- Vista do interior do bar e restaurante Pan-Americano, na Rua Xavier de Toledo, São Paulo, 1934 (BOSISIO Jr., 1983 – Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro) ----- 203

• Capa da publicação organizada com base no primeiro relatório do Serviço de Recreação Operária, elaborado por Arnaldo Lopes Sússekind (Acervo da Biblioteca da Justiça Federal – Brasília – DF) -----	232
• Capa da publicação: <i>O guia materno em casos de doenças e emergências</i> (Acervo da Biblioteca Nacional) -----	262
• Verso da capa -----	263
• Falsa folha de rosto -----	264
• Ilustrações do verso da falsa folha de rosto -----	265
• Folha de rosto -----	267
• Capa da publicação: <i>Os cem melhores sonetos brasileiros</i> (Acervo da Biblioteca Nacional) -----	271
• Folha de rosto -----	272
• Capa da publicação: <i>Carlos Magno e seus Cavaleiros</i> (Acervo da Biblioteca Nacional) -----	279
• Folha de rosto -----	282
• Capa da publicação: <i>Fundição</i> (Acervo da Biblioteca Nacional) ----	298
• Nota sobre a obra vencedora do Concurso de Romance e Comédia de 1944 -----	299
• Justificativa da vitória -----	300

## Lista de fotos

### Página

- Foto 1: Instalação da sede do Serviço de Recreação Operária na Gávea, 1944. (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 348
- Foto 2: Público presente em apresentação cinematográfica do Serviço de Recreação Operária, [s.d.] (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 349
- Foto 3: Excursão do Serviço de Recreação Operária à Ilha de Brocoió, [s.d.] (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 350
- Foto 4: Presidente Getúlio Vargas entre escoteiros do Serviço de Recreação Operária no estádio do Pacaembu, 1944 (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 351
- Foto 5: Solenidade de Abertura da Exposição Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.] (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 352
- Foto 6: Exposição Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.] (Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal) ----- 353

*O meu amigo Süssekind de Mendonça, no seu interessante livro – ‘O esporte está deseducando a mocidade brasileira’ – refere-se à licenciosidade das danças modernas.*

*Hei de falar mais detidamente sobre esse vigoroso livro; agora, porém, cabe só uma observação. Mendonça alude ao que se passa no “set” carioca; mas pelo que me informam, o subúrbio não lhe fica atrás. Nos tempos idos, essa gente verde das nossas elegâncias – verde é sempre uma espécie de “argot” – sempre mutável e variável de ano para ano, - desdenhava o subúrbio e acusava-o falsamente de dançar maxixe; hoje, não há diferença: todo o Rio de Janeiro, de alto a baixo, incluídos os Democráticos e o Music-Club das Laranjeiras o dança.*

*Há uma coisa a notar: é que esse maxixe familiar não foi dos “Escorregas” de Cascadura para Achilleon do Flamengo; ao contrário, veio deste para aquela.*

*O meu estimado Mendonça atribui o “andaço” dessas danças desavergonhadas ao futebol.*

## Introdução

Uma das áreas de investigação que tem se desenvolvido sensivelmente nos últimos anos é aquela relacionada aos estudos do lazer e da recreação. Muito se tem produzido<sup>1</sup> e diversas são as perspectivas teóricas que embasam pesquisas e discussões.

Como resultado, variadas são as possibilidades de entendimento acerca da atuação nos momentos de lazer. Projetos de intervenção podem tomar diferentes formatos e uma de nossas grandes preocupações liga-se à relação que vem sendo estabelecida, no interior dessas iniciativas, entre pobreza, ‘marginalidade’ e ocupação do tempo livre. A partir de uma perspectiva que reúne preconceito, tentativa de controle e de prevenção e uma compreensão utilitarista e funcionalista dos usos do tempo disponível e das atividades físicas, são criados projetos que visam, supostamente, afastar ‘crianças e jovens pobres das ruas’, prevenindo uma hipotética ou possível relação com a criminalidade. Reforçando políticas públicas excludentes, apresentam-se como promotores de qualidade de vida e como solução alternativa para a diminuição das desigualdades. Destinados a oferecer atividades de Educação Física – desportivas e recreativas –, demandam vultosos recursos financeiros, ampliam o mercado de trabalho para os profissionais da área e atendem a uma camada da população vista como excluída das benesses do modelo de sociedade. Poucos são aqueles que fazem uma análise que conduza a uma maior clareza sobre uma sociedade que produz indivíduos considerados incluídos e outros que são postos à margem<sup>2</sup>.

As críticas que fazemos a projetos com tais características assistenciais-compensatórias nos levam a correr o risco de parecermos, também, preconceituosos e intransigentes. Entretanto, não descartamos *in totum* estes

---

<sup>1</sup> Ver especialmente as produções de Victor Andrade de Melo, Edmundo Alves de Drummond Junior, Christianne Luce Gomes, Hélder Ferreira Isayama, Nelson Carvalho Marcellino, Antonio Carlos Bramante, Gisele Maria Schwartz e Heloisa Turini Bruhns.

<sup>2</sup> Sobre essa temática, ver: MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

empreendimentos. Muitos são interessantes e importantes do ponto de vista da viabilização do acesso dessa camada da população a um corpo de conhecimentos que, talvez, de outro modo, não teria a chance de vivenciar. Não somos adeptos da política do ‘quanto pior melhor’ nem defendemos que seja necessário atingirmos um maior nível de barbárie nas relações sociais para que algo seja feito, contudo, vale a pena destacar ao menos quatro pressupostos que tais iniciativas têm em comum e que nos causam incômodos:

a) perspectiva individualista e salvacionista que, relacionada à idéia de que talentos serão descobertos, alimenta sonhos, com poucas chances de se realizar;

b) perspectiva moralista, referida ao fato de as atividades físicas e desportivas não se constituírem em um fim em si mesmas, mas servirem como uma espécie de ‘vacinas contra o mal’. Isso secundariza importantes dimensões de prazer, solidariedade, cooperação, bem comum, cidadania como participação na vida da comunidade e um maior conhecimento de si a partir das relações travadas com outros e percebidas como parte de um todo;

c) perspectiva assistencialista que se propõe amparar esses jovens por um breve período;

d) esvaziamento de uma postura crítica sobre as condições que produzem as desigualdades sociais das quais os jovens participantes dos projetos são vítimas.

Acreditamos que todos têm o direito de acesso a conhecimentos que foram historicamente construídos, inclusive aqueles referidos ao que chamamos de cultura do movimento<sup>3</sup>. Por isso, não pretendemos assumir uma postura crítica rígida em relação a tais projetos, nosso objetivo é discutir seus limites e contradições de modo a colaborar com uma maior compreensão acerca deste fenômeno. Nesse sentido, não cremos que as crianças/adolescentes a quem são destinados possam ser considerados como elementos passivos nesse processo, pois temos, ainda, a chance de pensar que esses jovens ‘excluídos’ criam e

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada para delimitar uma perspectiva que compreende a Educação Física como parte da cultura humana, constituindo-se numa área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento, criadas pelo homem ao longo de sua história – jogos, danças, ginásticas, lutas e esportes. (DAÓLIO, 1996)



pertencem a outros espaços, isto é, estão ‘incluídos’ em espaços próprios cujas características e universo cultural – músicas, jeito de falar, modo de vestir etc. – são, em grande parte, apropriados por aqueles que vivem em ambientes de classe média/alta.

Apoiados em Ginzburg (1987) e em Thompson (1998), nosso entendimento é de que há uma expressiva interação entre os modos de vida considerados moral, social e culturalmente aceitáveis, baseados nos valores das classes dominantes e nos estilos de vida dos jovens moradores de favelas e da periferia das grandes cidades, vistos, por várias razões, como inadequados. Estas apropriações recíprocas denotam as múltiplas e complexas interseções existentes entre os diferentes modos de vida, o que nos leva a refletir sobre a impossibilidade de demarcar de modo estanque e simplista os limites e os domínios de uma dada cultura. (Engel, 1989)

Tomemos como exemplo duas gírias criadas nos morros, que faziam parte do cotidiano de traficantes/ladrões e que foram incorporadas pelos jovens de classes abastadas. Uma delas é a expressão ‘ralar o peito’, que, reduzida a ‘ralar’, é amplamente utilizada com o significado de sair ou ir embora de algum lugar. O bandido, ao fugir da polícia nos morros, necessita vencer inúmeros obstáculos, dentre eles, há os muros que precisam ser transpostos de uma maneira que não exponha muito seu corpo. O sujeito em fuga lança mão de uma técnica de salto na qual praticamente deita sobre o muro e, encostando o tórax, termina por feri-lo. Daí que, do significado original da expressão, isto é, do arranhar o tórax – ‘ralar o peito’ – ao fugir da polícia, temos o ‘ralar’ quando a pessoa vai embora ou quando se retira de algum lugar.

Outra expressão é o ‘tá ligado?’, que passou a significar ‘entendeu?’. Esta surge também a partir das conversas entre bandidos/traficantes pelo sistema de rádio transmissão. Ao terminar sua frase, o sujeito procurava confirmar se havia sido ouvido e perguntava ‘tá ligado?’, querendo saber se o outro aparelho ainda estava em funcionamento. A expressão passou a ser utilizada com o significado de compreensão, isto é, de entendimento entre sujeitos que estabelecem uma

comunicação. Além desses, poderíamos apresentar diversos outros exemplos de incorporação/modificação não só de vocabulário, mas também dos demais aspectos da vida, entretanto, importa compreender como esta se dá.

Bakhtin (2002), ao discutir os elementos da cultura cômica popular medieval que estão presentes nas obras de Rabelais, Shakespeare e Cervantes, ensina sobre a impossibilidade de se demarcar rígidos limites para as manifestações culturais consideradas, isoladamente, como eruditas e populares. Essa interação marca uma circularidade cultural que rompe com a visão de que se pode isolar manifestações e/ou modos de vida de um dado grupo social. As idéias circulam, interagem e fecundam-se, gerando novas idéias, nas quais é possível observar os aspectos originários e as inúmeras vias que indicam novas misturas e novas mudanças.

Neste sentido, o título desta tese, funciona como um sinal da direção metodológica seguida pela pesquisadora ao longo do trabalho. A frase: “*Nem só de pão vive o homem*” é uma expressão bíblica e surge pela primeira vez no *Deuteronômio 8.*, o quinto livro do Pentateuco. Moisés, à beira do rio Jordão, fala ao povo de Israel tudo o que o Senhor lhe ordenara. Vejamos suas palavras no versículo 3, a *Gratidão por Deus*: “Afligiu-te com a fome, e deu-te por sustento o maná, que tu desconhecias e teus pais: para te mostrar que o homem não vive só de pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus”.

A mesma enunciação aparece no *Evangelho segundo São Mateus*, versículo 4 - *Tentações de Jesus*. Nesta passagem, Cristo foi levado ao deserto para ser tentado pelo diabo. Lá, jejuou quarenta dias e quarenta noites e depois teve fome. O diabo então, achegou-se e disse-lhe que se ele era o filho de Deus que fizesse as pedras se converterem em comida. Ao que Jesus respondeu: “Escrito está: Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus”. Esta expressão também aparece no artigo publicado na revista *Cultura Política*<sup>4</sup>, intitulado “Reportagem entre os trabalhadores sobre os benefícios da legislação social” de autoria de M. Tôrres Filho, no qual foram

---

<sup>4</sup> Revista *Cultura Política*, v. 4, n.46, novembro 1944.

transcritas entrevistas feitas com oito operários.

Antes, porém, de fazermos qualquer tipo de observação a respeito de suas falas vale comentar sobre quem eram estes personagens. O primeiro entrevistado foi Domingos Ferreira de Andrade, suplente de vogal da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento; o segundo foi Walter Vieira Pinto, empregado da Cia de Carris, Luz e Fôrça, que havia sido secretário-geral do Centro dos Operários e Empregados da Light (COEL), em 1937 e 1938, membro do Conselho Deliberativo do mesmo Sindicato em 1935 e 1936, membro da Comissão Elaboradora do Regulamento de Beneficência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica e da Produção do Gás, do Rio de Janeiro, e que no período da entrevista era o primeiro secretário deste último Sindicato. O terceiro foi Ângelo Ferreira Tavares Filho, que havia sido procurador do COEL e membro de seu Conselho Deliberativo e, naquele momento era um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica e da Produção do Gás. O quarto foi James Morandini, membro da Comissão de Beneficência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica e produção do Gás. Avelino Lopes foi o quinto entrevistado e era empregado da Companhia de Luz e Fôrça do Rio de Janeiro e diretor do Sindicato de Energia Elétrica e Produção do Gás. Venceslau Duarte Ferreira foi o sexto operário a falar ao articulista e também era diretor do Sindicato de Energia Elétrica e do Gás. O sétimo foi Manuel Joaquim Fonseca, português que estava em processo de naturalização, e, o último entrevistado e mais interessante para nós neste momento, foi Jorge Devilart que havia sido presidente do Sindicato dos Caldereiros de Ferro, de Niterói; presidente do Conselho Fiscal do mesmo Sindicato e, naquele período era presidente do Conselho Fiscal do Sindicato de Energia Elétrica e Produção do Gás. A cada um deles foram feitas perguntas acerca da política social implantada por Vargas e, deste modo, são expostas opiniões sobre assistência social, sindicato, sindicalização, beneficência, imposto sindical, justiça do trabalho, previdência social e recreação operária, respectivamente.

Todos os entrevistados eram favoráveis à política social do Governo. Suas

falas foram elogiosas e laudatórias, quase repetições literais das falas de Vargas, de Marcondes Filho e de outros intelectuais do Regime. Importa também ressaltar que todos, com exceção de Domingos Ferreira e do português Manuel, eram ligados a entidades sindicais e, mais especificamente, ao Sindicato de Energia Elétrica e Produção do Gás, o que fornece pistas sobre a relação desta entidade com o Governo. Portanto, não devem soar estranhas suas opiniões favoráveis à política social de Vargas.

Jorge Devilart conversou com o articulista sobre o que, em seu ponto de vista, configurava uma série de benefícios outorgados por Getúlio Vargas aos trabalhadores. Afirmou que após o Presidente ter solucionado as necessidades mais prementes, voltava-se neste momento para outros pontos de modo a completar a grande obra de dignificação do trabalho. Devilart concordava com as medidas tomadas pelo Governo, para ele não era suficiente dizer aos trabalhadores o que deveriam comer, mas sim, proporcionar-lhes locais adequados nos quais poderiam adquirir uma alimentação saudável e sadia. Desta idéia decorria a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)<sup>5</sup>. Ao iniciar o comentário sobre a criação do Serviço de Recreação Operária, o trabalhador afirmou: “Mas, como diz o ditado: nem só de pão vive o homem. Era preciso que ao trabalhador fosse dado também usufruir os benefícios que resultam do alimento do espírito” (p.77). Uma vez mais a expressão é utilizada, sendo que agora com um sentido afastado daquele que está na Bíblia. Neste momento o operário quer falar sobre suas necessidades cotidianas que não se atêm à aspectos materiais, pois para estar bem, o homem também precisa ter satisfeitas outras dimensões da vida.

A mesma frase pode ser lida no *Jornal do Brasil*<sup>6</sup> em artigo que discutia as recomendações para os países no pós-Segunda Guerra elaboradas na reunião das Nações Unidas. Estes diferentes usos da mesma expressão indicam que sua utilização não permaneceu restrita aos limites impostos pelos muros da Igreja.

---

<sup>5</sup> Criado durante a gestão do Ministro Waldemar Falcão pelo Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>, 29/03/2007, 13h12min.

<sup>6</sup> *Jornal do Brasil*, 05 de março de 1944 - p. 1 – segunda seção, coluna situada no canto superior direito, intitulada *Nem só de pão vive o homem*.

Rompendo-os, passou a circular no tecido social mais amplo e, nesta dinâmica, foi sofrendo escansões e sendo empregada de acordo com os sentidos, desejos e experiências daqueles que a emitiram.

Com base nesse debate e a partir do interesse inicial de compreender limites e contradições de projetos de intervenção de lazer destinados a jovens/crianças de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro, decidimos investigar uma experiência institucional desenvolvida nos anos 1940 na mesma cidade, à época Distrito Federal. Denominado Serviço de Recreação Operária (SRO), foi criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, e teve Arnaldo Lopes Sússekind como seu primeiro presidente. Destinado a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias tinha o objetivo de “coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração”<sup>7</sup>.

Apesar da presença da perspectiva de controle e manipulação, da forte marca da ideologia que se instaurou no período pós-30 e se consolidou após o golpe de 1937 e das conseqüências desses aspectos sobre suas ações cotidianas, é possível destacar que as atividades desenvolvidas pelo SRO, ao menos até os fins de 1945, período estudado, apresentavam possibilidades de ampliação do universo cultural de seus usuários. Sua análise mostra que poderiam ser interessantes do ponto de vista da viabilização do acesso de uma dada camada da população a um conjunto de experiências ou de linguagens culturais socialmente mais valorizadas. Além disso, seus ideólogos as consideravam educativas do ponto de vista da formação de um novo homem, necessário para o progresso do país. Nesse sentido, é importante ressaltar que os projetos com características assistenciais-compensatórias, anteriormente discutidos, não são iniciativas pioneiras na cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito aos usos do tempo de lazer, e muito menos se constituem em avanços em relação ao SRO, no que se refere à multiplicidade das experiências oferecidas

---

<sup>7</sup> Portaria nº. 68, de 6 de dezembro de 1943. Publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, nº. 113, de janeiro 1944.

e vivenciadas.

Possibilitando aos trabalhadores sindicalizados e suas famílias o acesso a atividades culturais diferenciadas, tais como música, literatura, teatro, cinema, dança, excursões e esportes, o SRO lhes proporcionava a entrada em um universo de outros saberes que, de certo modo, poderiam lhes dar novas chances de melhor compreender o mundo. Essa aparente contradição nos estimula a investigar suas peculiaridades, seus objetivos e sua metodologia de ação.

Ao tratarmos de um órgão público criado no final do Estado Novo, procuramos tecer nossas considerações partindo de um ponto de vista que se afasta das explicações pautadas nas idéias, características ou modelos de repressão e de manipulação da relação que o Regime Vargas pretendia estabelecer com o povo brasileiro. Este, por sinal, deve ser analisado considerando-se sua grande diversidade cultural e não como unidade ou massa homogênea, sendo composto, fundamentalmente, por imigrantes, mestiços, negros pobres, trabalhadores no comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores sem qualificação, vendedores ambulantes, trabalhadores rurais, donas de casa, malandros; havendo, neste grupo heterogêneo um altíssimo percentual de analfabetos. Neste estudo, o uso dos termos povo brasileiro, trabalhadores ou operários supõe que os mesmos descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social.

Em períodos de exceção, como o Estado Novo, não se pode perder de vista as forças do poder, da repressão e da manipulação utilizadas como estratégias fundamentais para o fortalecimento do Regime. Entretanto, essas dimensões não são suficientes, por si sós, para elucidar a trama do processo que, em uma reflexão mais ampla, marcou profundamente a sociedade brasileira e que resultou na criação de diferentes iniciativas formuladas, patrocinadas e mantidas nesse período, dentre elas, o Serviço de Recreação Operária.

Com a instauração da ditadura em 10 de novembro de 1937, os direitos políticos e civis foram suspensos e os direitos do trabalho foram eleitos como direitos da justiça social. A cidadania passou a estar ligada ao exercício da

profissão e a carteira de trabalho passou a ser o seu símbolo. Procurou-se difundir a idéia de que partidos políticos, câmaras, eleições e as demais práticas liberais-democráticas eram ineficientes, custosas e corruptoras, além de serem dispensáveis, pois o presidente Vargas conheceria as necessidades dos trabalhadores e agiria no sentido de resolvê-las (GOMES, 2002). Foi criada uma rede de proteção ao trabalhador que visava garantir seus direitos à educação, saúde, alimentação e recreio. Apesar das resistências no meio sindical, boa parcela do quadro de operários aderiu ao projeto político que Gomes denomina de “invenção do trabalhismo” (*op. cit.* p. 35). Esse termo refere-se à relação que o Governo buscou estabelecer com os trabalhadores, considerando seus interesses e articulando-os com um conjunto de políticas públicas implantado. Nesse período, as medidas tomadas foram inúmeras, dentre elas, a instituição do salário mínimo<sup>8</sup>, a instituição da Justiça do Trabalho<sup>9</sup>, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>10</sup> e a Lei de Sindicalização de 1939<sup>11</sup>. Contudo, dois aspectos ainda devem ser considerados. Em nível interno, a promulgação dessa Lei, ao mesmo tempo em que elevou o número de sindicatos, causou uma sensível redução da frequência dos trabalhadores a tais entidades e, em nível externo, os efeitos da Segunda Guerra Mundial<sup>12</sup> atingiram fortemente o país. De acordo com Gomes, neste contexto:

O Estado Novo desencadeou um grande esforço de produção de políticas públicas capazes de atrair os trabalhadores e dar ao regime bases de legitimidade ainda não alcançadas. Assim, algumas das mais importantes iniciativas no campo dos direitos do trabalho, até hoje, para o bem e para o mal, foram formuladas

<sup>8</sup> Decreto-Lei nº. 22.162, de 12 de maio de 1940. Ver: [http://www2.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve\\_salariominimo.htm](http://www2.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve_salariominimo.htm), 08/03/2007, 9h 50 min.

<sup>9</sup> Prevista pela Constituição de 1934, foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 1.237, de 1º de maio de 1941. (VIANNA, 1999)

<sup>10</sup> O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Ver: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp\\_dip.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_dip.htm), 08/03/2007, 9h 52 min.

<sup>11</sup> Decreto nº. 1.402, 5 de julho de 1939. Ver: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ev\\_linhadotempo.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_linhadotempo.htm), 07/03/2007, 12h 22 min.

<sup>12</sup> Conflito internacional que ocorreu entre 1939 e 1945 e envolveu setenta e dois países. Seus efeitos atingiram fortemente o Brasil.

e implementadas nesse momento e com esse objetivo de fundo (GOMES, 2002, p. 37).

O objetivo era atrair os trabalhadores não apenas para os sindicatos, mas para a ideologia do trabalhismo, e podemos afirmar que no interior desse grande esforço é que o Serviço de Recreação Operária foi concebido. Na implantação desse projeto, uma importante medida foi a criação do imposto sindical em 1942<sup>13</sup> que proveria de recursos financeiros as entidades representativas dos operários, a fim de oferecerem serviços de ordem jurídica, dentária e de lazer a seus associados.

A criação do SRO ocorreu, como vimos, em plena vigência de um período de exceção, entretanto não operamos com a visão de que entre Vargas e o povo brasileiro a relação de dominação fosse completa, ou que fosse direta e linear, no sentido de o presidente ser a expressão do dominante e o povo, uma massa dominada, passível de manipulação e submetida a um poder absoluto. De acordo com o conceito de tática desenvolvido por Certeau (2004), acreditamos que há sempre uma margem para movimentos de oposição, de resistência e de re-significação de ordens de valores, o que nos faz supor que, em relações tensas, há espaços para transformações e movimentos daqueles que se pretende dominar. Portanto, não há garantias de que os objetivos do SRO, ao abrir a possibilidade da vivência de atividades culturais e desportivas, fossem os mesmos dos operários ao fruí-las. Entre a imposição de um produto e a maneira de empregá-lo, existe uma distância que é preenchida pelas práticas cotidianas dos usuários que se reapropriam do que lhes é imposto/oferecido em seu próprio benefício, segundo suas próprias leis e de acordo com suas próprias regras. Daí que a mudança da ordem lúdica pretendida pelo Regime não estava assegurada em sua imposição.

É possível supor que os operários aproveitavam as chances que o Serviço lhes ofertava. Em nosso entendimento, as inúmeras estratégias utilizadas pelo Serviço para atrair os trabalhadores para a órbita do Estado, dentre elas, passeios

---

<sup>13</sup> Decreto-Lei nº. 2.377, de 8 de julho de 1940. (VIANNA, 1999)



pela Baía de Guanabara, jogos de futebol no estádio de São Januário (o maior da cidade à época), o acesso a obras literárias produzidas por autores nacionais e estrangeiros de renome, a possibilidade de assistir a filmes diversos, a participação e a assistência a espetáculos teatrais também gratuitos, a organização de tardes dançantes e a utilização de uma infra-estrutura de apoio a uma estada mais confortável e divertida na praia de Ramos, foram vivenciadas em uma perspectiva diferente daquela na qual foram pensadas e que norteou sua organização.

Nesse sentido, cremos que os trabalhadores que participavam das ações desenvolvidas pelo SRO não podem ser considerados passivos, submissos ou dominados. Em nosso entendimento, há a chance de terem modificado as atividades fruídas sem abandoná-las, subordinando-as a seus próprios desejos. Desse modo, nesta pesquisa, buscamos indícios que levem a perceber as nuances nos vínculos entre Estado e trabalhadores, procurando inquirir as fontes na perspectiva da existência de uma relação dinâmica, conflituosa e desigual que comporta um movimento resultante de resistências e reações dos personagens envolvidos.

No caso específico do nosso objeto de estudo, para os trabalhadores sindicalizados aos quais se destinava, o Serviço de Recreação Operária se propunha a oferecer oportunidades de vivências culturais supondo o caráter benéfico das mesmas para seus destinatários. Iniciativa do Estado, o órgão também pode ser compreendido como uma resposta a antigas demandas do movimento operário<sup>14</sup>, no que se refere à educação e ao lazer, marcando o espaço de uma intervenção estatal no âmbito das iniciativas privadas que já aconteciam no Distrito Federal, dirigidas ao gozo do tempo de repouso.

Sobre essas, é possível fazer um comentário e citar, ao menos, dois exemplos. O comentário refere-se às possibilidades de fruição do tempo de recreio, ainda que sejam somente para os homens, que já ocorriam nos vários clubes de bairro que se espalhavam pela cidade, entre eles: Vitória Tennis Club e

---

<sup>14</sup> Ao analisar o movimento operário nas primeiras décadas da República, Gomes (1988) aponta que as preocupações com o uso do tempo de repouso já constavam entre as suas reivindicações.

Galitos Sport Club, no Engenho Novo; Riachuelo Tennis Club, no bairro de mesmo nome; Andaraí Futebol Club e Renascença Club no bairro do Andaraí; Oposição Futebol Club, em Todos os Santos; Paris Futebol Club, Vitória Futebol Club, Oswaldo Cruz Futebol Club, Segredo Futebol Club e Associação Pró-Melhoramentos de Oswaldo Cruz, no bairro de mesmo nome<sup>15</sup>. Embora não possamos garantir que isso acontecesse em todos, na Associação Pró-Melhoramentos de Oswaldo Cruz e no Renascença Club, também ocorriam tardes e jantares dançantes, concursos de beleza, desfiles infantis, sorvetes dançantes e campeonatos femininos de esportes, o que pode indicar uma tentativa de inclusão de mulheres e crianças na programação recreativa.

Com relação aos dois exemplos, o primeiro está referido às notícias semanalmente publicadas no *Jornal do Brasil*, ao longo do ano de 1944, sobre as atividades recreativas oferecidas a seus funcionários pela Companhia Light de Luz e Força. Segundo o diário, a companhia oferecia a seus empregados um programa de atividades a ser fruído no tempo de descanso que era composto por esportes, cinema, teatro, escotismo, jogos de salão e biblioteca, dentre outras<sup>16</sup>. O segundo exemplo é relativo ao Sindicato Brasileiro de Bancários, que fundou, no dia 19 de fevereiro de 1936, o Centro Cultural e Recreativo de Bancários. A associação tinha dois objetivos: a) proporcionar aos seus associados, bancários sindicalizados, e suas famílias “uma vida social condizente com a sua situação de cultura, visando uma maior aproximação e uma maior solidariedade entre os componentes da classe de bancários”; b) “proporcionar recreações sociaes, culturaes e desportivas aos seus associados, suas famílias e á classe de bancários em geral”<sup>17</sup>.

O Serviço de Recreação Operária diferenciava-se dessas iniciativas por cinco motivos, a saber: a) foi uma iniciativa de responsabilidade do Estado; b) tinha objetivos pedagógicos claros; c) oferecia acesso a atividades físicas e

<sup>15</sup> Informações fornecidas pelo senhor Angelo Silva Brêtas, que, nessa época, jogava futebol nos clubes espalhados pelos subúrbios da cidade.

<sup>16</sup> Sobre essas atividades, ver o *Jornal do Brasil*, de 1944, exemplares dos dias 16 de janeiro, 30 de janeiro, 22 de outubro e 31 de dezembro, sempre na página 5 e assinadas por H. Coutinho.

<sup>17</sup> Estatuto aprovado em Assembléia Geral de 15 de março de 1936.

desportivas, mas também a várias linguagens artísticas; d) era aberto à participação de homens, mulheres e crianças; e) era gratuito. Em nosso entendimento, o SRO atuou no interior de uma lógica simbólica que levava em consideração os hábitos de lazer dos operários, isto é, aquilo de que gostavam e que também lhes era acessível, de modo a abrir espaços para a vivência de outras linguagens. Por exemplo, foram organizados campeonatos de futebol para os trabalhadores e criados grupos de escoteiros para seus filhos, mas também foram doadas bibliotecas para os sindicatos e criados coros orfeônicos. No caso do escotismo, já existia, no Sindicato dos Gráficos, uma tropa escoteira que, segundo Süsserkind (1946), havia causado boas impressões ao ministro Marcondes Filho; além disso, seus princípios eram muito próximos daqueles valorizados pelo ideário do Estado Novo, tais como respeito à hierarquia e à autoridade, disciplina, solidariedade e coragem.

Trabalhamos com a hipótese de que o Serviço de Recreação Operária foi criado para responder a demandas estipuladas por cinco instâncias de poder: a) determinações da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>18</sup>; b) orientações da Encíclica *Rerum Novarum*<sup>19</sup>, do Papa Leão XIII; c) projeto de valorização da figura do trabalhador e do trabalho empreendido pelo Governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; d) patronato industrial e comercial; e) movimento operário. Os objetos dos quais trata o SRO surgem nessas diferentes instâncias e se relacionam na circulação e na apropriação de seus discursos, bem como na confluência de seus interesses. Daí que, aos objetivos do Serviço claramente explicitados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, somam-se outros cinco, que são: a) estimular a sindicalização; b) integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca

---

<sup>18</sup> A Organização Internacional do Trabalho foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foro internacional de discussão de temas trabalhistas congrega governos, empregadores e trabalhadores em estrutura tripartite. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes do qual o Brasil é signatário. Ver: [www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br), 25/10/2006, 03h14min.

<sup>19</sup> A *Rerum Novarum*, Carta Encíclica do Papa Leão XIII "sobre a condição dos operários", defendeu o dever do Estado em garantir os direitos dos operários. Ver: [www.montfort.org.br](http://www.montfort.org.br), 25/10/2006, 03h25min.

da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; c) controlar e disciplinar o tempo livre do operário de modo a promover uma mudança em seus costumes lúdicos; d) recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga; e) sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural.

Esta pesquisa considera a criação do SRO como resultado da articulação de discursos com práticas não-discursivas. Procuramos compreender o Serviço, não como um reflexo, mas como resultado de nexos, isto é, de comunicações entre discursos e de práticas que se cruzam. O que estamos considerando como discursos são: a publicação baseada no primeiro relatório do Serviço de Recreação Operária<sup>20</sup> a qual, de agora em diante, iremos tratar, simplesmente como relatório; os pronunciamentos de Getúlio Vargas e do ministro Marcondes Filho; as atas de reuniões dos sócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro; os artigos do *Jornal do Brasil*; os artigos das revistas *Cultura Política*; as portarias do MTIC e os artigos do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*. Como práticas não-discursivas, consideramos as iniciativas voltadas para o lazer<sup>21</sup> da Prefeitura Municipal do Distrito Federal<sup>22</sup> e os diversos concursos

<sup>20</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação* – fundamentos, organização e realizações do SRO. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946, 47p.

<sup>21</sup> Estamos utilizando esse termo com muito cuidado, pois ele era bem pouco usado na época. Era mais comum encontrar expressões como ‘tempo de recreio, recreio, tempo de alheamento, tempo de repouso e tempo de descanso’, dentre outras. Como ensina Certeau (1994), é necessário ter atenção no tratamento de termos específicos, pois nem sempre a mesma palavra pode descrever ou se referir ao mesmo objeto. Naquele período a discussão que estava posta referia-se predominantemente à regulação do tempo de trabalho e, na atualidade, o lazer, ao menos no que diz respeito à Educação Física, configura uma área de conhecimento com instituições de saber, grupos de saber e convenções disciplinares que regulam o campo e a atuação profissional. Ver, por exemplo:

- Grupo Anima: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais / UFRJ, coordenado pelo professor Victor Andrade de Melo, <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/>;
- Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR / UFMG), coordenado pelos professores Christianne Luce Gomes e Hélder Ferreira Isayama;
- Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL / UNIMEP), coordenado pelo professor Nelson Carvalho Marcellino, <http://www.unimep.br/php/index.php?urlin=/facis/gpl/gpl.html>;
- Grupo de Estudos Lazer e Cultura (GLEC / UNICAMP), coordenado pela professora Heloisa Turini Bruhns, <http://www.unicamp.br/fef/grupos/glec/glec.html>;
- Laboratório de Estudos do Lazer (LEL / UNESP-RC), coordenado pela professora Gisele Maria Schwartz, [http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/lel/pagina\\_inicial.htm](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/lel/pagina_inicial.htm)

lançados; as atividades caritativas de ação social; os jogos de futebol promovidos; a organização do escotismo; as atividades esportivas desenvolvidas; as atividades dançantes e os encontros sociais em outros espaços, por exemplo, clubes de categorias profissionais ou amadoras. Nessa perspectiva, o SRO é encarado como uma modalidade de assistência, que não é nova, mas que, reunindo em seu conjunto todas as outras, torna-se original.

Entre essas práticas e os discursos, não há uma relação de causa e efeito ou de determinação recíproca. No que se refere à criação do SRO, é possível perceber que há uma fina e requintada elaboração dos argumentos ideológicos e das inúmeras forças em disputa, o que criou condições para a existência do Serviço naquele período, atendendo àquelas necessidades, concretizando aqueles discursos específicos.

Procuramos analisar o Serviço de Recreação Operária como resultado de um jogo de relações entre acontecimentos dispersos, ou, em termos foucaultianos, como uma dispersão de enunciados. Buscando investigar sua coexistência e sua convergência, consideramos sua irrupção e sua transformação. Temas como jogos de azar, alcoolismo, tempo de trabalho, horário de trabalho, fadiga, acidentes de trabalho, aumento da produtividade, tempo de férias, colônia de férias, educação operária, demissões, degeneração moral, bem-estar, habitação, alimentação, família, escotismo, biblioteca, música, literatura e teatro são, por um lado, foco de artigos, pronunciamentos feitos por autoridades em diversas ocasiões, palestras, atas de reuniões e relatórios anuais de instituições e, por outro, são retomados em iniciativas tais como campeonatos de futebol, bailes, concursos e medidas legislativas, dentre outras práticas.

---

<sup>22</sup> De acordo com o *Jornal do Brasil* de 30 de novembro de 1944, o prefeito Henrique Dodsworth autorizara o Departamento de Difusão Cultural da Secretaria Geral de Educação e Cultura, a elaborar um programa de espetáculos gratuitos para os municípios. Estes espetáculos constariam de “bailados, concertos instrumentais e vocais, concertos de discos e de exibições cinematográficas ao ar livre” (p. 5), o que indica que havia, por parte da Prefeitura, ao menos a intenção de atuar no tempo de descanso dos habitantes da cidade. Na edição do dia 28 de dezembro de 1944, temos notícias de que “os concertos continuam, aumentam, ampliam-se e não se cogita a mais de uma tentativa, porque se tornou uma aquisição definitiva” (p. 5). A crermos nessa declaração, podemos inferir que, de todo o leque de atividades que se pretendia oferecer, pelo menos os concertos foram organizados.

Para nortear o tratamento desses temas, trabalhamos com o que foi efetivamente dito e, ainda, com o lugar que o emissor ocupa no conjunto das relações em pauta. Procuramos apreendê-los em sua descontinuidade, por mais banais que possam parecer, pois, como Foucault (2004), cremos que tais referências abrem campos de memória e podem ser transformadas, repetidas, substituídas e reativadas em outros espaços e em outras condições. Dessa maneira, teremos a chance de observar o modo como, circulando e se modificando, enunciados e práticas vão constituindo novos conjuntos de poder, de saberes e de intervenções.

A temática em torno da qual todas as outras orbitam é a industrialização do país que se consubstancia e materializa no cotidiano da fábrica. É para essa que convergem olhares, saberes, competências e intervenções ou, em termos foucaultianos, discursos e práticas não-discursivas. Trataremos, pois, de mesmos temas em diferentes conjuntos de conhecimentos, buscando encontrar correlações, espaços comuns, transformações e substituições, além de considerar e analisar as condições as quais estão submetidos tanto os temas quanto os conjuntos.

No que diz respeito especificamente ao lazer – neste momento tratado como tempo de recreio ou de repouso, ou ainda, como tempo de alheamento –, nos argumentos utilizados há uma forte presença de conhecimentos científicos e aspectos técnicos, compreendidos como neutros. Por outro lado, há um aspecto emocional de grande peso que tem em Vargas o centro irradiador e que conta com forte aparato de propaganda e repressão para ser sustentado e mantido. O projeto que articula ciência e apelo carismático é realizado com base em raciocínios vinculados a sentimentos de solidariedade, prometendo a harmonia entre as classes sociais na direção do bem comum.

Em nosso entendimento, a história do Serviço de Recreação Operária é a história de uma emergência, é sinal/sintoma de comunicações entre diversas instâncias de poder. Portanto, cabe conhecer quem são os emissores de discursos sobre o órgão, isto é, quem são os intelectuais do Regime e como se

comunicam. Médicos, advogados, funcionários públicos graduados, juristas, professores, escritores, jornalistas, oficiais das forças armadas, empresários e religiosos. A estes é dado o privilégio da palavra – tomada como verdadeira – vista como a voz do Regime. É óbvio que esta também não representa uma unidade homogênea. Em seu interior, há tensões e opiniões divergentes em disputa, mas, acima de tudo, há algo que os aproxima que é o interesse na manutenção do Regime. E é este que surge através das opiniões manifestas desses indivíduos, nas quais se combinam competência, saber e poder.

Devem ser considerados o lugar de onde falam e a rede de relações estabelecidas com outros indivíduos e com outros grupos, isto é, o sistema de troca de informações com outros indivíduos componentes das elites (intelectuais e financeiras) e que estão ligados a outras redes que, por sua vez, detêm seu próprio *status*. Além disso, cada um destes sujeitos possui um lugar no conjunto da sociedade. Por exemplo, os médicos que fazem palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro; o advogado que faz palestra no Lions Clube; o professor do Colégio Pedro II que é advogado e membro de alguma Comissão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC)<sup>23</sup> que é médico particular do ministro; o consultor jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) que é deputado federal.

Importa considerar os lugares institucionais onde os discursos encontram sua origem e seu ponto de aplicação. Advogados falam a partir seus escritórios, dos tribunais, eventualmente nas salas de aula, nas delegacias, nos livros, nos relatórios, nas sentenças e nas assessorias ocasionais. Médicos falam a partir dos hospitais, dos consultórios, dos laboratórios, das salas de aulas, dos artigos, dos pronunciamentos e das assessorias a diversos órgãos públicos ou privados. Professores falam nas salas de aula, nos artigos de revistas, nos sindicatos; religiosos falam nos púlpitos, nos confessionários e nos jornais; empresários falam

---

<sup>23</sup> O IAPETEC “foi formado em 1937, incluindo em seus quadros empregados em empresas de transportes, de petróleo e motoristas de táxi. Tornou-se um dos mais importantes e ativos dos institutos previdenciários existentes” (GOMES, PESSANHA E MOREL, 2004, p. 40).

nas reuniões de suas entidades representativas, em inaugurações e em conversas públicas e particulares com autoridades do Estado; funcionários públicos falam em seus gabinetes, nos sindicatos, nas revistas e nos jornais. Esses diversos planos nos quais se entrelaçam práticas, conhecimentos e transmissões, formam um campo de presença em que coexistem os enunciados formulados nesses espaços, que são repetidos, filtrados, fragmentados, modificados, comunicados por outros indivíduos e em outras redes relacionais.

Desse modo, não há um único princípio organizador, na medida em que estamos diante de fatos de transmissão e de comunicação, tomando como princípios operatórios observar e tratar esse conjunto de acontecimentos dispersos. Nesse sentido, foi constituído um corpo documental associado a cada um dos lugares/posições sociais aqui trabalhados. Assim, analisamos como fontes, artigos da revista *Cultura Política*, artigos do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, relatórios e atas das reuniões da Associação Comercial do Rio de Janeiro, portarias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, artigos do *Jornal do Brasil*, pronunciamentos de Alexandre Marcondes Filho e de Getúlio Vargas e o relatório sobre os dezenove primeiros meses de atividade do SRO, redigido por Arnaldo Lopes Sússekind.

Nossa decisão de investigar o Serviço também se deve à preocupação de colaborar com a ampliação do conhecimento relativo à história da Educação Física e do Lazer no Brasil, posto que sou licenciada em Educação Física, professora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual sou responsável por disciplinas ligadas ao lazer e à recreação, e pesquisadora do grupo *Anima: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais*, da mesma Instituição. Entretanto, obstáculos se impuseram em relação à localização das fontes primárias institucionais. As buscas nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)<sup>24</sup>, ligado à Fundação

---

<sup>24</sup> O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973 com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, 09/03/2007, 23h02min.



Getúlio Vargas, no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, revelaram-se frustrantes pela pequena ocorrência de documentos que pudessem nos auxiliar a melhor compreender o funcionamento desse órgão.

Desconhecemos o que foi feito com relatórios, fotografias, cartas, solicitações, respostas a solicitações, memorandos, atas de reuniões, enfim, documentos que poderiam nos informar melhor sobre como o Serviço era administrado, como encaminhava suas decisões e como as efetivava. Diante disso, temos, ao menos, dois posicionamentos. Podemos trabalhar com a hipótese do extravio e, nesse caso, caberiam questões relacionadas ao descaso e ao desinteresse pela conservação/recuperação da memória nacional por parte da burocracia estatal. Ademais, podemos crer que tais documentos estão em acervos ainda não pesquisados e, em algum momento, prontos a servir para a ampliação dos conhecimentos sobre o SRO.

Entrevistar o dr. Arnaldo Lopes Sússekind foi, também, um objetivo inicial da pesquisa. Seu testemunho, como único componente ainda vivo do grupo que atuou no Serviço, poderia auxiliar na compreensão de mais alguns aspectos sobre seu funcionamento. Infelizmente, não obtivemos sucesso nas reiteradas tentativas de estabelecermos contato pessoal com o dr. Arnaldo, em 2005. Entretanto, através dos trabalhos de Werneck (2003) e Gomes, Pessanha e Morel (2004), percebe-se que há documentos em seus arquivos pessoais, aos quais as pesquisadoras tiveram algum acesso. De todo modo, os dois trabalhos constituem valiosas fontes para o aprofundamento dos estudos sobre o Serviço.

A primeira professora apresenta um estudo histórico sobre três experiências institucionais desenvolvidas no Brasil, dentre elas, o Serviço de Recreação Operária. Werneck (*op. cit.*) entrevistou dr. Arnaldo com o objetivo de compreender as “trajetórias percorridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, focalizando os significados incorporados, por ambos, na primeira metade do séc. XX” (WERNECK, *op. cit.*, p. xi). As outras professoras realizaram trinta horas de entrevista com o personagem em questão e o livro resultante registra a memória

de um ator importante na configuração dos direitos do trabalho<sup>25</sup> no Brasil, embora muito pouco se fale sobre o SRO.

Ainda com relação ao trabalho de Werneck citado acima é importante ressaltar que nossa pesquisa, a partir de outros objetivos, busca ampliá-lo, complementá-lo e fazer uma leitura diferenciada das políticas de lazer, pois marca mais fortemente quais foram as condições políticas, econômicas e sociais do período, entendendo-as como fundamentais na criação do *Serviço*. De modo algum, desconsideramos as informações do dr. Arnaldo Süssekind encontradas nas pesquisas anteriormente citadas sobre como esse órgão foi instituído, entretanto, para nós, há uma convergência de interesses, que, nesse caso específico, gera o SRO.

Na verdade, nesta pesquisa, nos interessaria compreender o modo pelo qual as pessoas que fruíram as atividades oferecidas as teriam ressignificado. Isto é, quais teriam sido as apreensões feitas e os usos dados aos saberes construídos a partir da interação entre seus conhecimentos já consolidados e o mundo que poderia se abrir como resultado da vivência de linguagens culturais tão diversas. Entretanto, essa é uma pretensão que fomos forçados a abandonar, pois experiências desse tipo dificilmente são registradas.

Desse modo, a fim de alcançar nossos objetivos, esta tese foi estruturada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, fazemos uma discussão sobre as fontes trabalhadas, buscando situá-las no contexto da criação do Serviço de Recreação Operária. Para a ampliação do entendimento, abordamos as condições políticas da época, discutimos a versão oficial sobre sua criação e, em seguida, apresentamos uma alternativa de análise para a qual convergem outros olhares e interesses.

No segundo capítulo, analisamos os discursos do patronato comercial sobre o tempo de repouso e o tempo de férias, buscando interligá-los a outros emitidos

---

<sup>25</sup> Dr. Arnaldo integrou a equipe de assessoria do ministro Marcondes Filho desde o início de sua gestão, tendo participado diretamente de inúmeras atividades, inclusive do grupo que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho promulgada em 1943. Além disso, ocupou cargos em outros governos, sempre ligados às questões trabalhistas (WERNECK, 2003; GOMES, PESSANHA e MOREL, 2004).

em outras instâncias, mas referidos aos mesmos objetos.

No terceiro capítulo, apresentamos a análise do relatório elaborado por Arnaldo Sússekkind, que cremos ser uma síntese de todos os discursos emitidos sobre os usos do tempo de recreio dos trabalhadores, bem como uma reunião de todos os objetivos relativos à constituição do cidadão-trabalhador e a seu enquadramento moral. No quarto capítulo elaboramos uma análise histórico-semiótica das fotografias que compõem o relatório.

Após este percurso, concluímos a tese com a certeza de que o SRO não pode ser pensado em uma perspectiva linear ou referida a apenas um elemento fundador. Cremos que esse órgão foi o alvo para o qual vários interesses convergiram, portanto, foi a materialização de diferentes demandas, conforme procuramos demonstrar ao longo destas páginas.

## Capítulo 1

### Encontrando as fontes, construindo o objeto

Buscar fontes primárias para a realização deste estudo foi tarefa que consumiu muitas idas às bibliotecas. Três instituições serviram de base para a localização de parte do conjunto documental: Biblioteca Nacional, Fundação Getúlio Vargas e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A última nos surpreendeu, uma vez que encontramos muitos boletins do Ministério do Trabalho em excelente estado de conservação. Cabe aqui também o registro dos profissionais das instituições, sempre atentos em receber bem esta pesquisadora. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pude dispor das teses da Faculdade de Medicina – indisponíveis para cópias, mas permitida a consulta. Na biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, tivemos acesso aos relatórios anuais da entidade, entretanto, após algum tempo de trabalho nas fontes, fomos impedidos de continuar pesquisando sob alegação de que aqueles relatórios eram documentos confidenciais. Por isso, alguns questionamentos ficaram sem respostas.

Como já dissemos, em Brasília, no Arquivo Geral do Ministério do Trabalho e Emprego, pouca coisa foi localizada. Já no Arquivo Nacional do Distrito Federal, só foi possível encontrar duas atas de reunião da Comissão Técnica de Orientação Sindical e alguns processos nos quais são feitas denúncias sobre o gerenciamento da Comissão de Imposto Sindical. Na Biblioteca do Ministério da Justiça, foi possível resgatar o primeiro Relatório do Serviço de Recreação Operária. Nada foi encontrado disponível na Internet, a não ser o áudio da *Canção do Trabalhador Brasileiro*, disponibilizado por uma empresa particular (serviço pago). No Museu da Imagem e do Som, localizamos a partitura dessa marchinha, incluída como anexo neste trabalho. Diante desses fatos, podemos afirmar

que os arquivos do Rio de Janeiro ainda são a melhor alternativa para se pensar e fazer história.

Fica aqui nosso agradecimento a todos os profissionais da memória que, com paciência, ajudaram nossa caminhada.

### 1.1. Entre revistas, boletins e jornais

A revista *Cultura Política*, o *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as portarias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio são fontes que nos informam sobre o ponto de vista deste Ministério e sobre a política instituída pelo Governo para a relação trabalho-lazer. O *Jornal do Brasil* pode ser considerado como um veículo que instrui sobre o modo pelo qual tais discursos eram apropriados, repetidos e postos a circular, bem como sobre a maneira como eram apresentados à população em geral, especialmente de mais baixa renda. Vejamos como se estruturavam esses três meios de comunicação.

#### 1.1.1. A revista *Cultura Política*

A revista *Cultura Política (RCP)*, publicação sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda, na qual os intelectuais do Regime escreviam seus artigos, teve seu primeiro volume lançado em março de 1941. De acordo com as informações do CPDOC, era “uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e São Paulo. Seus colaboradores eram bem remunerados, recebendo normalmente o dobro do que pagavam as demais publicações”<sup>26</sup>.

É considerado um veículo divulgador do ideário do Estado Novo, remetendo, portanto, a todo um conjunto de objetivos e de intervenções políticas. Seus colaboradores eram intelectuais, em sua maioria, alinhados ao Governo, que, com seus artigos, participavam da tentativa de construção de um novo modo

---

<sup>26</sup> <http://www.cpdoc.fgv.br>, em 21/07/2006.

de pensar e de viver no país. Esses indivíduos ocupavam posições de destaque na sociedade do período, eram médicos, professores, advogados, juristas, oficiais militares, escritores, funcionários públicos da administração municipal e federal e, mesmo tendo trajetórias distintas e apresentando, muitas vezes, divergências de opiniões, formavam uma elite intelectual.

Podemos supor que ter um artigo publicado na *RCP* consolidava a posição do autor não somente no conjunto de intelectuais, mas também em sua área de atuação profissional original. Desse modo, cada edição da revista pode ser considerada como um espaço que recobre as tensões resultantes das escolhas dos autores, de articulações e de jogos de poder e de influência.

Em sua capa, constam título (*Cultura Política*) e subtítulo (*Revista Mensal de Estudos Brasileiros*). O último volume analisado, que compõe o acervo da Biblioteca Mário Henrique Simonsen da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, é o de número cinquenta, correspondente aos meses de março, abril e maio de 1945. Entretanto, a página da Internet do CPDOC<sup>27</sup> informa que ela foi publicada até outubro desse mesmo ano. Seu diretor durante todo o período de vigência foi Almir de Andrade<sup>28</sup>.

Com um número médio de 350 páginas, impressa em papel comum, apresentava capa com *layout* austero, confeccionada em papel branco de maior gramatura, com o título escrito em caixa-alta, com letras vazadas sobre um fundo colorido, e o subtítulo impresso com tinta da mesma cor de fundo. A cada edição, mudava-se a cor da capa, o que diferenciava os volumes. Com periodicidade mensal, em seu último ano passou a ser editada trimestralmente. Seu preço de lançamento foi de três mil réis o exemplar<sup>29</sup> e poderia ser adquirida de modo avulso ou por assinatura anual, a começar em qualquer mês. Houve uma pequena

---

<sup>27</sup> [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)

<sup>28</sup> Almir de Andrade. Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Direito. Ex-Professor da Faculdade Nacional de Filosofia e do Colégio Universitário da Universidade do Brasil e considerado um dos grandes intelectuais do Regime.

<sup>29</sup> Em 1942 a moeda foi convertida de réis para cruzeiro – Rs 1\$000 (mil réis) passaram a valer Cr\$ 1,00 (um cruzeiro). O salário mínimo em dezembro de 1940, no Distrito Federal, era de duzentos e quarenta mil réis (Rs 240\$000) o que equivaleria a quinhentos e setenta reais (R\$ 570,00) em janeiro de 2000. (ALMANAQUE ABRIL, 2003).

variação no preço, mas, na média, manteve-se o mesmo, passando a custar três cruzeiros, em 1942, com a conversão da moeda.

A cada edição, no sumário, eram listadas as seções, subseções e respectivos artigos e articulistas. A seguir, a título de apresentação, havia uma espécie de editorial de Almir de Andrade, no qual tecia comentários de caráter geral sobre os problemas brasileiros. De acordo com a época, os textos poderiam ser alusivos a datas cívicas e a heróis nacionais, como, por exemplo, nas comemorações do Sete de Setembro e nas homenagens a Tiradentes. Em datas consideradas especiais, tais como o aniversário de Vargas, em 19 de abril, o aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro, e o aniversário de lançamento da revista, eram publicadas edições extraordinárias e comemorativas. Cabe destacar que o volume de número nove, de novembro de 1941, que comemorava o aniversário do Regime, marcou a mudança do papel utilizado na impressão que passou a ser mais lustroso e de melhor qualidade.

No exemplar de lançamento, o texto de Almir de Andrade tem como título “A evolução política e social do Brasil”, versando sobre os princípios e valores que formam a base do Regime e sobre as possibilidades de crescimento da pátria tendo à frente o presidente Getúlio Vargas. O editorial apresenta a revista e afirma que seu papel é definir e esclarecer o país acerca de seus novos rumos e dos caminhos a trilhar para que fosse possível construir uma grande nação. Em sua opinião, as páginas da revista *Cultura Política* deveriam funcionar como um espelho do Brasil no sentido de retratar suas realizações em “todos os setores da nossa atividade creadora – na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências” (p. 8).

Na primeira edição, logo após esse texto, encontramos o sumário no qual estão listadas as seguintes seções, detalhadas em seguida:

- Seção 1: Problemas políticos e sociais;
- Seção 2: O pensamento político do Chefe do Governo;
- Seção 3: A estrutura jurídico-política do Brasil;
- Seção 4: Textos e documentos históricos;

- Seção 5: A atividade governamental;
- Seção 6: Brasil social, intelectual e artístico. Subseções: a) Evolução social; b) Evolução intelectual; c) Evolução artística.

Vejamos quais eram os objetivos de cada seção. A primeira era consagrada:

Ao estudo de todos os problemas políticos e sociais do Brasil – quer os problemas de ordem geral, doutrinária, histórica, econômica, administrativa, educacional, sanitária, militar, operária, quer os problemas regionais ou específicos de cada zona territorial e de cada paisagem urbana (p. 11).

Desse modo, pretendia-se receber contribuições de várias partes do país, pois, tendo em vista suas características, as colunas estavam abertas aos “estudiosos de todas as regiões”, já que não havia no país “privilégios regionais, distinções entre grandes e pequenos Estados” (p. 11). A idéia a ser transmitida está, portanto, relacionada a um Governo central que tratava a todos os Estados da mesma maneira.

A segunda seção era destinada a definir e interpretar o pensamento político do Chefe do Governo, “esclarecê-lo sob todos os aspectos – significa, conseqüentemente, um esclarecimento e uma interpretação dos próprios rumos políticos brasileiros, que nele se tem espelhado em seus momentos mais significativos” (p. 156). Desse modo, a figura do presidente Vargas, como Chefe da Nação, seria reafirmada a cada edição.

A seção de número três era reservada a promover:

Amplios debates e comentários em torno dos artigos da nossa carta constitucional, confiados sempre a Magistrados, membros do Ministério Público, desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal, Jurisconsultos ou figuras eminentes das letras jurídicas do país (p. 176).

Destinava-se, portanto, a abrir espaço para os discursos relativos à Lei e ao



Direito. Na seção de número quatro, eram publicados “quaisquer citações bibliográficas de velhos autores, ou de novos anteriores a 1930, e quaisquer documentos históricos, que interessem à vida política do Brasil” (p. 190). Já a quinta seção tinha o objetivo de registrar “a atividade do Governo, na esfera legislativa e administrativa” (p. 208). A sexta e última seção era dividida em três subseções que buscavam discutir aspectos “da vida popular, dos usos, costumes artes, literatura e ciências” (p. 226). Em conjunto, as três seções buscavam divulgar aspectos vistos como relevantes sobre o passado e o presente, em uma perspectiva de reafirmação dos valores e das riquezas nacionais. A esperança com relação ao futuro também estava posta, na medida em que os atos legislativos e administrativos do Governo apontavam para a contínua melhoria nos rumos da nação.

A partir da segunda edição, essa estrutura foi mantida até o volume de setembro de 1942, quando a revista sofreu modificações significativas diminuindo o número de colaboradores e passando a ter as seguintes seções:

1) Problemas regionais	14) Folclore
2) Administração	15) Quadros e costumes regionais
3) Trabalho	16) Quadros do passado brasileiro
4) Produção	17) Música
5) Finanças	18) Artes plásticas
6) Educação	19) Cinema e teatro
7) Transporte e comunicação	20) Rádio
8) Política nacional	21) Filologia
9) Política internacional	22) Biografia
10) Política militar e defesa nacional	23) Bibliografia
11) Povoamento	24) Textos e documentos
12) Literatura	25) Inquéritos e reportagens
13) Literatura pan-americana	26) O Brasil no exterior

O corpo de articulistas era formado por intelectuais renomados, civis e militares, de diversas áreas, dentre eles: Álvaro Vieira Pinto<sup>30</sup>, Graciliano Ramos<sup>31</sup>, Cassiano Ricardo<sup>32</sup>, Luiz da Câmara Cascudo<sup>33</sup>, Pedro Calmon<sup>34</sup>, Innezil Penna Marinho<sup>35</sup>, Peregrino Júnior<sup>36</sup>, Lúcio Cardoso<sup>37</sup>, Gilberto Freire<sup>38</sup>, Jorge de Lima<sup>39</sup>, Edmar Morel<sup>40</sup> e Edison Passos<sup>41</sup>.

Enquanto algumas seções tinham colaboradores fixos que podiam desenvolver suas temáticas ao longo de várias edições, outras eram abertas a participações esporádicas e cada artigo era acompanhado por uma pequena referência sobre o autor. Assim, o leitor ficava sabendo a profissão, o cargo

---

<sup>30</sup> Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Fluminense da cidade de Campos, médico, professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia.

<sup>31</sup> Graciliano Ramos (1892-1953). Jornalista e escritor alagoano escreveu *Memórias do Cárcere*, *Vidas Secas*, *Caetés*, dentre outros romances. Ver: [www.graciliano.com.br/](http://www.graciliano.com.br/)

<sup>32</sup> Cassiano Ricardo (1895-1974). Poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado. Nasceu em São José dos Campos (SP), foi membro da Academia Brasileira de Letras, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda e do jornal *A Manhã*. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

<sup>33</sup> Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986). Advogado, escritor e folclorista. Nasceu no Rio Grande do Norte, foi professor da Faculdade de Direito do Recife e da Faculdade de Filosofia em Natal. Ver: [www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0020.html](http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0020.html)

<sup>34</sup> Pedro Calmon (1902-1985). Professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador. Nasceu em Salvador, foi deputado estadual da Bahia, ministro da Educação e Saúde, membro da Academia Brasileira de Letras, Reitor da Universidade do Brasil e professor do Colégio Pedro II. Ver: [www.biblio.com.br/conteudo/biografias/pedrocalmon.htm](http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/pedrocalmon.htm)

<sup>35</sup> Innezil Penna Marinho (1915-1985). Professor de educação física e advogado. Nasceu no Rio de Janeiro, foi professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, técnico da Divisão de Educação Física do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Saúde e participou ativamente da consolidação do campo científico e pedagógico da educação física. (MELO E CARRANO, 2002)

<sup>36</sup> Peregrino Júnior (1898-1983). Jornalista, médico, contista e ensaísta. Nasceu em Natal, foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Conselho Nacional de Desportos, professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Faculdade Nacional de Medicina, da Faculdade Fluminense de Medicina e professor emérito da Universidade do Brasil. Ver: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/)

<sup>37</sup> Lúcio Cardoso (1912-1968). Escritor, dramaturgo, jornalista e poeta. Nasceu em Minas Gerais. Realizou com Paulo César Sarraceni o primeiro longa-metragem do Cinema Novo. Ver: [www.releituras.com/luciocardoso\\_menu.asp](http://www.releituras.com/luciocardoso_menu.asp)

<sup>38</sup> Gilberto Freire (1900-1987). Jornalista, poeta, escritor, professor de universidades no Brasil e no mundo. Autor de *Casa Grande e Senzala*. Ver: <http://www.fundaj.gov.br/docs/freyre/gf.html>

<sup>39</sup> Jorge de Lima (1893-1953) Médico, artista plástico, poeta e pioneiro da fotomontagem no Brasil. Nasceu em Alagoas. Ver: [http://www.bestiario.com.br/observatorio/livros\\_jorge\\_de\\_lima.html](http://www.bestiario.com.br/observatorio/livros_jorge_de_lima.html)

<sup>40</sup> Edmar Morel (1912-1988). Jornalista, trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda, nos Diários Associados e no jornal *Última Hora*. Ver: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mt200499.htm>

<sup>41</sup> Edison Passos (?-1954). Engenheiro e deputado foi Secretário Geral de Viação e Obras do Distrito Federal.

ocupado, a área de atuação e a origem do articulista. Além disso, antes do texto havia um resumo que situava o leitor acerca do que seria abordado.

Um aspecto interessante a destacar é a preocupação do editor em organizar compilações que, atualmente, podem ajudar na formação de conhecimentos sobre a revista e sobre o Governo. Vejamos seis exemplos:

- a) Edição de número 21, de novembro de 1942 – artigo intitulado: “O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no quinquênio 1937-1942”, sem autoria identificada;
- b) Na mesma edição anterior – “O Ministério da Agricultura no quinquênio 1937-1942”, sem autoria identificada;
- c) Edição de número 28, de junho de 1943 – artigo intitulado: “Atividades do Conselho Nacional de Imprensa em 1942”, de autoria de Pedro Timóteo, Secretário do Conselho Nacional de Imprensa;
- d) Edição de número 33, de outubro de 1943 – artigo intitulado “Colaboradores de *Cultura Política* até o número 30”, sem autoria identificada;
- e) Edição de número 46, de novembro de 1944 – artigo intitulado “Quatro anos de atividade administrativa no Estado Nacional”, sem autoria identificada;
- f) Edição de número 47, de dezembro de 1944 – artigo intitulado: “Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda”, reportagem especial de *Cultura Política*.

Como se pode perceber, o esforço da compilação se concentra na realização de balanços da administração, é uma forma de fazer uma síntese das ações do Governo em várias áreas, na qual se inclui o inventário da própria revista. Esse tipo de iniciativa e sua publicidade nas páginas do periódico atestam seu caráter oficial e de propaganda do Regime. Importante observar e sublinhar os destinatários deste tipo de discurso. Segundo Oliveira (2001), Gomes (2005) e Paranhos (1999), a revista *Cultura Política* foi constituída em um veículo destinado a atingir um público mais intelectualizado. Essa destinação pode ser observada,

na medida em que, diversos artigos possuem trechos em outros idiomas e não apresentam preocupação em traduzi-los. Isso, além de funcionar como uma mostra da erudição do autor pode dar indicações sobre seus possíveis leitores. Trata-se, portanto, de um impresso que objetiva manter canal de interlocução com uma fração letrada da sociedade, freqüentemente representada como formadora de opinião, dado ao acesso que possui aos meios de discussão de suas posições, seja nas universidades, imprensa e corporações profissionais, por exemplo.

Outro veículo que importa analisar é o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*.

#### 1.1.2. O Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – BMTIC

Sob a responsabilidade do Departamento de Estatística e Publicidade do próprio ministério, foi criado em setembro de 1934, durante a gestão do ministro Agamenon Magalhães<sup>42</sup>. É um livro de capa colorida (com cores diferentes a cada edição), distribuído gratuitamente aos interessados e destinava-se a:

[...] reunir nas paginas que lhe formem o texto não só ensaios e estudos de natureza tecnica ou especializada como também notas e informações que possam concorrer para um entendimento maior entre a administração publica e os particulares que, individual ou collectivamente, dia a dia a procuram [...] (*sic*) (p. 5).

É possível observar que sua intenção explícita era estabelecer uma comunicação entre o poder público e a sociedade e havia, ainda, a preocupação de se tornar acessíveis determinados conhecimentos técnicos que poderiam facilitar a tomada de decisões por parte, principalmente, do empresariado. Desse modo, cada uma das oito seções que o compunham tinha objetivos bem definidos, como podemos constatar:

---

<sup>42</sup> BMTIC, nº. 1, setembro 1934.

- Seção *Actos Officiaes*: publicava decretos e portarias, algumas já editadas em *Diário Oficial*;

- Seção *Trabalho*: apresentava artigos referentes aos temas ligados à questão trabalhista produzidos por intelectuais ligados ao Regime ou funcionários públicos graduados;

- Seção *Indústria*: discutia temas como, importação, produção de matérias-primas, produção e organização industrial;

- Seção *Comércio*: contava com textos ligados ao comércio de matérias-primas, consumo de produtos, análise do mercado interno e exportação de mercadorias;

- Seção *Previdência e Assistência Social*: com artigos sobre a relação do MTIC com o Poder Judiciário, doenças que acometem o trabalhador, aposentadorias e pensões;

- Seção *Povoamento*: apresentava textos sobre a formação econômica brasileira, sobre o povoamento da Amazônia e sobre imigração;

- Seção *Estatística*: com artigos que tratavam de cálculos imprescindíveis para a política econômica, por exemplo: como calcular o salário mínimo, como proteger devidamente o operário com relação aos contratos de trabalho;

- Seção *Notas e Informações*: apresentava comentários sobre casos específicos, cartas recebidas, instruções para preenchimento de documentos trabalhistas e similares (de certa maneira, tudo o que merecia ser esclarecido, mas que não cabia nas outras seções).

















### 1.1.3. O *Jornal do Brasil* nos anos 1943 e 1944

O *Jornal do Brasil* era publicado de terça a domingo. Aos domingos, eram editados dois cadernos. Nos dias de semana, era organizado em apenas um caderno. As manchetes vinham apresentadas no centro superior da primeira página, logo abaixo do cabeçalho. Situada mais abaixo havia uma pequena coluna intitulada "Tópicos e Artigos", na qual eram feitos os comentários sobre os fatos ocorridos na atualidade e listadas as notícias publicadas nas diversas colunas que serão detalhadas adiante. Todo o restante da página era tomado por anúncios de empregos, classificados e de achados e perdidos, que ocupavam até a quarta página. Nas colunas de empregos, procuravam-se e ofereciam-se vagas para barbeiros, alfaiates e costureiras, jardineiros, copeiros, lavadeiras e engomadeiras, dentre outras. Nos classificados, encontravam-se oferta de venda e aluguel de casas e cômodos no Centro, Laranjeiras, Lapa, Catete, Vila Formosa, Mangue, Estácio de Sá, Flamengo, dentre outros bairros, bem como de aluguel de salas para escritórios.

Na página de número cinco, estavam as seguintes colunas: "O Brasil na guerra", sobre as movimentações dos nossos pracinhas e com matérias sobre o conflito; "Atos do Governo", na qual se podiam acompanhar as determinações dos vários ministérios sobre aposentadorias, nomeações, designações e posses; "Sobre a guerra em outros países", na qual eram publicadas notícias sobre o desenrolar da guerra em outros países. A sexta página apresentava a programação da rádio *Jornal do Brasil* e possuía as colunas: "Diversas notícias", "Educação e ensino", "PRF 4",; e, ainda, as colunas: "Notas sociais"; "Teatros" ; "Notícias militares"; "Notas religiosas"; "Na polícia e nas ruas", "Coisas da cidade". A página de número sete divulgava a programação dos cinemas dos subúrbios e do centro e possuía as colunas: "Notícias internacionais sobre a guerra" e "Noticias do Foro";

A oitava página contava com as colunas: "Notas Esportivas", "Comercio e Finanças", "Avisos religiosos", "Declarações à praça" e também dava continuidade

à página 4, com a publicação de anúncios de aluguel e venda de casas nos bairros. A página nove publicava anúncios diversos, oferecimentos de empréstimos, notas de agradecimento, avisos fúnebres, venda de objetos diversos e de automóveis. As páginas dez, 11 e 12 também eram espaços para publicação de anúncios dos mais variados, tais como: peças teatrais, móveis, roupas usadas, colchões indeformáveis. As notícias eram ordenadas em colunas estreitas e letras pequenas que não facilitavam a leitura. Apesar de Velloso (2004) afirmar que esse era um veículo de características populares, não raro encontramos expressões em outros idiomas, notadamente francês e inglês, sem que possamos notar a preocupação com a tradução. Isso nos leva a supor que, ao menos, parte do público do jornal talvez fosse capaz de compreender a mensagem. Cabe ressaltar, ainda, que as notas que encontramos sobre os enunciados referidos a essa pesquisa eram sempre publicados na página cinco do primeiro caderno.

## 1.2. Época e contexto: compreendendo o Serviço de Recreação Operária

Nesta tese, investigamos o Serviço de Recreação Operária considerando todo um conjunto de circunstâncias associadas ao governo Vargas (1930-1945), dispensando maior ênfase ao período do Estado Novo (1937-1945). Para compreender algumas resoluções tomadas, examinaremos o modelo de gestão do Estado que principia em 1930 e consideraremos as lutas do movimento operário na Primeira República, bem como sua contribuição na formação de uma figura de trabalhador brasileiro consciente de seus direitos e capaz de se organizar para tentar obtê-los.

Com Vargas assumindo o poder à frente do Governo Provisório em 1930, inicia-se o processo de mudança na relação que o Estado mantém com o capital e o trabalho que marcará profundamente a sociedade brasileira. Buscamos abordar algumas das mudanças ocorridas, suas diretrizes, algumas de suas realizações e

as implicações da política levada a cabo que interferem diretamente na criação e nas ações do Serviço. Mais adiante, nos detemos no período do Estado Novo, especialmente, 1942/1944, quando a ditadura enfrenta problemas e o SRO entra em atividade.

Em nosso entendimento, a criação do SRO no final do Estado Novo, responde a certas exigências que começaram a ser estabelecidas há tempos e se insere num rol de medidas necessárias para a manutenção do pacto social (GOMES, 2005). Importa perceber que este órgão possuía intenções bem definidas e atuou no sentido de atingi-las e, que mesmo tendo uma atividade mais intensa num curto período, teve longa vida<sup>43</sup>.

#### 1.2.1. Alguns aspectos do movimento operário na Primeira República

Na Primeira República, a situação dos trabalhadores não era das mais fáceis. Em que pese a heterogeneidade da massa operária urbana em termos de nacionalidade, qualificação, ramos de atividade, posição ocupada na produção, tipo de relação de produção existentes e salários, em sua maioria estavam submetidos a jornadas de trabalho de quatorze horas ou mais. Eram péssimas as condições de moradia e de transporte, e aqueles que viviam nas vilas operárias estavam, aparentemente, sob o jugo do empregador. Nos primeiros anos do século XX, não existia uma estrutura legal que, estendida a todos, garantisse a sobrevivência do trabalhador e/ou de sua família em casos de doença, invalidez ou morte, a não ser que o indivíduo pertencesse a uma sociedade de apoio mútuo ou a um outro tipo de associação (BATALHA, 2000). Apesar de tudo isso, os operários do período pré-30 possuíam grande capacidade de organização, de mobilização e de reivindicação, e lutavam por questões econômicas, direitos sociais e direitos políticos<sup>44</sup>.

Segundo Vianna (1999), data desse período, e é resultado dessas lutas, a

---

<sup>43</sup> Foi extinto em 1964 por Arnaldo Lopes Sússekind, à época ministro do Trabalho e Previdência Social (WERNECK, 2003).

<sup>44</sup> Podemos encontrar essa temática discutida por Gomes (1994), Santos (1979), Vianna (1999) e Batalha (2000), entre outros.

legislação que regulamenta a jornada de trabalho, o descanso semanal, o trabalho do menor e da mulher, as férias, as caixas de seguro e a lei de acidentes de trabalho. Para o autor, o caráter revolucionário da legislação trabalhista de Vargas é apenas uma “reatualização e generalização da anterior, que vai se fazer acompanhar do arcabouço institucional do corporativismo” (VIANNA, *op. cit.*, p. 60), o que significa que Vargas se apropriou das conquistas e das demandas dos trabalhadores. O discurso do novo governo procurou fazer com que estas fossem apagadas da memória nacional, veiculando, ao mesmo tempo, a idéia de que o Chefe da Nação conhecia os problemas dos trabalhadores e agia pra resolvê-los.

Santos (1979), fazendo uma análise da política social brasileira, auxilia a compreender a relação que o Estado estabelece com os empregados e empregadores desde pouco antes da proclamação da República até 1930. É possível perceber que, mesmo timidamente, o Governo atuou no sentido da proteção social de seus funcionários. Em 1888, foi sancionada lei<sup>45</sup> que amparava, na forma de Caixa de Socorro, os trabalhadores das estradas de ferro da União. Em 1889, foi criado<sup>46</sup> um Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas de Imprensa Nacional e, ainda nesse ano, os ferroviários da Central do Brasil passaram a ter direito a quinze dias de férias, como já tinham os trabalhadores no abastecimento de água da Capital Federal – esse mesmo direito, posteriormente, atinge outras categorias profissionais ligadas ao poder público. O Decreto<sup>47</sup> que dá assistência à infância desvalida é sancionado em 1889; em 1903, passa-se a admitir que os profissionais da agricultura e das indústrias rurais organizem-se e formem sindicatos e, em 1907 é editada lei que liberava a criação de sindicatos para trabalhadores não ligados ao Governo.

Com o decorrer do tempo, os operários passaram a lutar por seus direitos de modo um tanto mais organizado. Reivindicavam a redução da jornada, melhores condições de trabalho no que dizia respeito à higiene e à prevenção de acidentes, descanso semanal, férias e proteção ao trabalho do menor e da mulher.

---

<sup>45</sup> Decreto nº. 3.397, de 24 de novembro de 1888.

<sup>46</sup> Decreto nº. 10.269, de 20 de julho de 1889.

<sup>47</sup> Decreto nº. 439, de 31 de maio de 1889.



Tais lutas encontraram algum eco e, em 1911, 1912 e 1915, deputados apresentaram diferentes projetos de lei abrangendo tais solicitações, que, entretanto, não foram sancionados. Um pouco mais tarde, em 1919, o Decreto-Lei nº. 3.724, de 15 de janeiro, estabeleceu a responsabilidade potencial dos empregados pelos acidentes que acontecessem no local de trabalho. Contudo, como se considerava o acidente um risco inerente à própria atividade, para receber alguma indenização, a vítima deveria abrir um inquérito policial. Após sete anos, em 1926, o Decreto nº. 17.496, de 30 de outubro, concede o direito a férias e o Código de Menores é promulgado em 1927, mas os conflitos de interesses obstaculizam sua execução.

Ao acompanharmos esse pequeno elenco dos projetos de leis não sancionados ou das leis promulgadas no período, podemos ter idéia dos avanços e recuos do movimento operário e da postura assumida pelo Estado no que se referia às relações entre capital e trabalho. A resistência à legislação por parte do patronato foi grande e diversas foram as estratégias para impedir sua efetivação, desde sua tramitação no Congresso até a burla das leis aprovadas. Vê-se, portanto, que o Estado ainda resistia a assumir um papel mais presente nas relações de trabalho e que os empregadores detinham uma posição privilegiada (SANTOS, 1979).

Importante é ressaltar que o movimento operário na Primeira República, mesmo frágil, heterogêneo e, muitas vezes, reprimido com extrema violência, conseguiu dar origem a formas de resistência, mobilização e afirmação de seus direitos, de certa maneira, criando e valorizando a figura do trabalhador e do trabalho.

A subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou o início de uma ordem política na qual o Estado assumiria uma posição na relação entre capital e trabalho.

### 1.2.2. A chegada de Vargas ao Poder

Após perder as eleições de primeiro de março de 1930, Vargas, à frente de um movimento armado, com o apoio de civis e militares, assumiu como chefe do Governo Provisório em 03 de outubro de 1930. Ao chegar ao poder, depôs todos os governadores de Estado, exceto o de Minas Gerais, nomeando interventores em seu lugar. Fechou o Congresso Nacional e as assembleias legislativas de estados e municípios e anulou a Constituição de 1891, que ainda vigia, dando mostras claras de suas intenções. Buscando cumprir as promessas feitas durante a campanha presidencial criou, ainda em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>48</sup> e o Ministério da Educação e Saúde, o que demonstrou sua preocupação com a chamada questão social, marcou a presença do Estado nas relações entre o trabalho e o capital e, no caso do primeiro, possibilitou que a legislação trabalhista fosse aplicada e fiscalizada.

Segundo Araujo (2004), no modelo implantado, se fizeram sentir a influência dos militares, a necessidade do controle dos sindicatos, a centralização administrativa e o autoritarismo político. Havia a intenção de se diminuir os conflitos entre patrões e empregados, o que se procurou fazer por meio de medidas que, mesmo com toda resistência, provocaram o enfraquecimento do movimento operário, dentre elas, a Lei de Sindicalização<sup>49</sup>, promulgada em 1931. Logo em seguida, um conjunto de providências responderia às demandas históricas dos trabalhadores. Somente em 1932, deu-se a criação da carteira de trabalho<sup>50</sup> obrigatória para todos os trabalhadores urbanos; a definição da jornada de oito horas diárias de trabalho para comerciários e industriários<sup>51</sup> e a regulamentação do trabalho da mulher<sup>52</sup>.

A Lei de Sindicalização de 1931 definia os sindicatos como órgãos de

---

<sup>48</sup> Decreto nº. 19.667, de 4 de fevereiro de 1931.

<sup>49</sup> Decreto nº. 19.770, de 19 de março de 1931.

<sup>50</sup> Decreto nº. 21.175, de 21 de março de 1932, regulamentado pelo decreto nº. 21580, de 29 de junho de 1932 e, posteriormente, pelo decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932.

<sup>51</sup> Decretos nº. 21.186, de 22 de março de 1932 e nº. 21.364, de 4 de maio de 1932, respectivamente.

<sup>52</sup> Decreto nº. 21.417/A, de 17 de maio de 1932.

colaboração com o poder público, era válida para entidades de patrões e de empregados e determinava que só poderia existir um único sindicato para cada profissão. Estabelecia, ainda, que os sindicatos, bem como suas diretorias, deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que poderia acompanhar assembléias, verificar folhas contábeis e intervir nas eleições. Em paralelo, o MTIC atuava no sentido de regulamentar as diversas categorias profissionais urbanas, pois a Lei fixava que só poderiam se sindicalizar e receber as benesses previstas os trabalhadores cujas profissões tivessem passado pelo crivo dessa instância de poder. As reações a essa medida se fizeram sentir e o Estado agiu com o objetivo de acabar com as organizações independentes reprimindo, cooptando e corrompendo lideranças (VIANNA, 1999).

Outro passo importante para a desmobilização dos trabalhadores estava relacionado aos operários de origem estrangeira. Por esta Lei, cada sindicato deveria ter 2/3 de associados brasileiros natos ou naturalizados, os estrangeiros que quisessem ocupar cargos de chefia deveriam morar no país há vinte anos e os naturalizados com as mesmas pretensões deveriam estar aqui há, pelo menos, dez anos. Ainda assim, os trabalhadores mantiveram sua postura resistente, pois, segundo Vianna (*op. cit.*), somente 292 sindicatos foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934, sendo que as unidades menos industrializadas da Federação contribuíram com cerca de 50% desse total. As mais industrializadas e, portanto, mais experientes e combativas participaram com 25% do total e os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pouco menos industrializados, também colaboraram com 25%. Esses índices mostram que era acertada a estratégia do Governo de investir na cooptação de parcelas mais inexperientes do operariado e mais distantes dos grandes centros industrializados.

A sindicalização era facultativa, mas os benefícios oferecidos pelas leis trabalhistas eram destinados apenas aos operários sindicalizados, o que serviu para agravar a situação das lideranças mais relutantes, que terminaram por se render às pressões das bases. Outro fato que, de certo modo, colaborou com o aumento da adesão da classe operária ao modelo corporativo foi a possibilidade

de os sindicatos indicarem representantes classistas para compor a Assembléia Nacional Constituinte de 1933 e participar do processo de retorno do país ao estado democrático. Gomes (2002) informa que, no período de 1933/1934, foi intensa a movimentação política com a reorganização de partidos, eleições e atividades parlamentares. A Constituição de 1934 aprovou o pluralismo e a autonomia sindicais, determinou a instalação da Justiça do Trabalho e trouxe um novo vigor às organizações operárias, que, aproveitando o momento, passaram a lutar mais para expandir seus direitos. Essa foi, entretanto, uma experiência de curta duração, pois em 1935, após a derrota do Levante Comunista, a repressão e a radicalização política aumentaram até que, em 10 de novembro de 1937, com o apoio de militares, intelectuais e políticos, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, promulgou uma nova Constituição e instaurou a ditadura do Estado Novo.

#### 1.2.3. A ditadura do Estado Novo (1937-1945)

Araujo (2000) informa que o Estado Novo no Brasil, apoiado nos princípios do corporativismo, se configurava como uma possibilidade de governo alternativa aos princípios liberais e do comunismo. Não foi um movimento descolado do contexto de mundial, pois na mesma época, a ordem internacional passava por importantes mudanças causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela revolução soviética e, em Portugal e na Espanha, estavam sendo instauradas as ditaduras de Salazar e Franco, respectivamente. Além disso, devem ser consideradas as influências da Polônia; da Turquia, que, em 1922, sob o comando de Mustafá Kemal Atatürk, instaurou um governo autoritário que conduziu o país à modernização; e da Romênia, com a contribuição de Mihail Manoilescu, o idealizador da doutrina corporativa.

No novo governo, os princípios do corporativismo tomaram feições

brasileiras a partir da contribuição de Oliveira Viana<sup>53</sup>, Azevedo Amaral<sup>54</sup> e Francisco Campos<sup>55</sup>, intelectuais que, guardadas as diferenças, contribuíram para configurar as bases do novo Regime, teórica e praticamente.

Eram pontos fundamentais o desenvolvimento da indústria, a implantação da justiça social, a valorização dos ideais patrióticos e a intervenção do Estado em todos os aspectos da vida da nação. A doutrina corporativa pregava a manutenção das hierarquias sociais, a diminuição das desigualdades e a extinção dos conflitos e da luta de classes. Acreditava-se que a figura do presidente soberano que não dividisse sua autoridade e o Estado forte, apoiado por todos, seriam capazes de fazer a nação progredir, gerar a paz e a harmonia social. Partidos e outras organizações políticas eram considerados dispensáveis, pois seriam fontes de problemas e de corrupção, além de empecilho para o avanço do país.

A partir desse ponto de vista, um discurso articulado de desqualificação de práticas democráticas passou a fazer parte do cotidiano e os modelos de ação política foram substituídos por trabalhos em grupos formados por categorias profissionais ou econômicas e por comissões integradas por especialistas, o que dava ares científicos e técnicos, portanto, neutros em relação às decisões tomadas. Os interesses da nação estariam acima dos interesses individuais e

<sup>53</sup> Francisco José de Oliveira Viana, jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo, nasceu na localidade fluminense do Rio Seco de Saquarema, em 20 de junho de 1883, e faleceu em Niterói, RJ, em 28 de março de 1951. Eleito em 27 de maio de 1937 para a Cadeira n. 8, da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Alberto de Oliveira, foi recebido em 20 de julho de 1940, pelo acadêmico Afonso Taunay. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiraviana.htm>. 08/03/2007, 14h16.

<sup>54</sup> Antonio José de Azevedo Amaral (1881-1942). Médico e jornalista, autor de várias obras, dentre elas: *"A aventura política do Brasil"*; *"O Brasil na crise atual"*; *"O Estado autoritário e a realidade nacional"*. (FAUSTO, 2001, p. 29).

<sup>55</sup> Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde e manifestou-se firmemente contra a atuação da jovem oficialidade militar, os "tenentes", que combatiam o governo federal pelas armas. Nos anos 50, afastado dos cargos públicos, passou a defender posições econômicas liberais e agraristas. Em 1964, participou das conspirações contra o governo do presidente João Goulart. Após a implantação do regime militar, voltou a colaborar na montagem de um arcabouço institucional autoritário para o país, participando da elaboração dos dois primeiros Atos Institucionais baixados pelo novo regime (AI-1 e AI-2) e enviando sugestões para a elaboração da Constituição de 1967. Morreu em Belo Horizonte, em 1968. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, 08/03/2007, 14h36.

seria a partir do esforço, da compreensão e da solidariedade entre todos que haveria o progresso (ARAUJO, 2000).

Em nome da segurança do país, Vargas prendeu adversários do Regime acusando-os de comunistas, entre eles professores, parlamentares, sindicalistas e trabalhadores. Opositores que não foram presos pediram asilo político em embaixadas estrangeiras, mas, ao mesmo tempo, foram muitos e de diversas áreas os apoiadores do novo Regime. A imprensa – jornais, rádios e revistas – foi censurada e o Departamento de Imprensa e Propaganda passou a controlar tudo o que era publicado e, até mesmo, a distribuição de papel para a impressão. Além disso, esse Departamento organizava intervenções com o fito de divulgar uma imagem popular e mística do presidente, distribuía livros em escolas e organizava grandes festas e manifestações cívicas em datas como 1º de Maio, Dia do Trabalho. Era necessário aumentar os poderes e a popularidade do Chefe da Nação.

Havia uma forte preocupação com a nacionalização da escola, estrangeiros não poderiam mais ser proprietários de escolas, só se poderia falar o português e houve controle dos currículos e das atividades desenvolvidas. A educação física passou a ser estimulada como meio de formação e aprimoramento estético do povo brasileiro. Muitos intelectuais foram convidados a participar do Governo, como Carlos Drummond de Andrade<sup>56</sup> e Mario de Andrade<sup>57,58</sup>.

Segundo a autora, foram criados órgãos e instituições estatais a fim de consolidar a centralização do poder gestor e intervencionista, dentre elas, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937; Instituto Nacional do

---

<sup>56</sup> Carlos Drummond de Andrade, considerado um dos maiores poetas brasileiros, nasceu em Itabira do Mato Dentro - MG, em 31 de outubro de 1902. Ingressou no serviço público e, em 1934, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação, até 1945. Passou depois a trabalhar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e se aposentou em 1962. Desde 1954 colaborou como cronista no *Correio da Manhã* e, a partir do início de 1969, no *Jornal do Brasil*. Morreu em 17 de agosto de 1987. Para mais informações ver: [http://www.releituras.com/drummond\\_bio.asp](http://www.releituras.com/drummond_bio.asp), 13/06/2008.

<sup>57</sup> Mário Raul de Moraes Andrade, filósofo, poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta nasceu no dia 9 de outubro de 1893, e morreu em 25 de fevereiro de 1945, em São Paulo. Para maiores informações ver: [http://www.releituras.com/marioandrade\\_bio.asp](http://www.releituras.com/marioandrade_bio.asp), 13/06/2008.

<sup>58</sup> Sobre a participação de intelectuais no Governo Vargas, em especial, no Ministério da Educação e Saúde Pública, ver: Schwartzman (2000), Gomes (2000) e Bomeny (2001).

Mate, em 1938; Instituto Nacional do Pinho, em 1941; Conselho Nacional do Petróleo, em 1938; Conselho de Água e Energia, em 1939; Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937. Os diversos setores produtivos da sociedade, industriais, agrícolas e financeiros, defendiam seus interesses nos conselhos, institutos, comissões e autarquias, e os sindicatos das áreas urbanas, ao menos em tese, passaram a ser o canal de comunicação dos trabalhadores com o Governo.

Para dar sustentação ao projeto do Estado Novo, foram tomadas algumas importantes medidas. Em 1940, foi criado o Imposto Sindical, dispositivo de financiamento da estrutura sindical instituída. Esse tributo obrigava todos os trabalhadores, mesmo os não filiados a nenhuma entidade, a contribuir com um dia de seu salário para a manutenção de sindicatos, federações e confederações, isto é, financiava a assistência que o sindicato poderia oferecer aos associados. Em 1941, foi criada a Justiça do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com o objetivo de administrar e solucionar conflitos entre patrões e empregados. Em 1943 foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e fundado o Serviço de Recreação Operária.

Era necessário estimular os setores industriais e conformar o trabalhador ao modelo que se pretendia implantar. A Lei de Sindicalização de 1939 foi um passo nessa direção ao reafirmar a legislação sindical de 1931, instituindo o sindicato único. Toda a vida do sindicato seria fiscalizada pelo Ministério do Trabalho, desde as reuniões e as eleições até a movimentação financeira. Com relação às entidades sindicais esta lei, afirmava em seu artigo 4º que estas teriam as seguintes atribuições:

- a) colaborar com os poderes públicos no sentido do desenvolvimento da solidariedade das classes produtoras e da harmonização dos seus interesses; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação prévia nos dissídios de trabalho (VIANNA, 1999, p. 280).

Tais entidades passaram a funcionar, na prática, como órgãos do Governo. Vianna (*op. cit.*) afirma que tal lei colaborou com o esvaziamento dos sindicatos dos empregados e reduziu sua capacidade mobilizadora, fazendo com que passassem a ter apenas funções de intermediação com o Estado, funções que não correspondiam a seus recursos orçamentários. Além disso, perderam sua aptidão de defender os interesses econômicos de seus associados, pois a instituição da Justiça do Trabalho, que também se deu em 1939<sup>59</sup>, converteu tais interesses em questões técnicas a serem tratadas por peritos. Uma das conseqüências foi a redução do número de sócios dos sindicatos dos empregados.

Por outro lado, houve um acréscimo no número das entidades patronais bem como no número de seus associados, o que para Werneck é uma indicação da capacidade da estrutura corporativa de mobilizar o setor da economia. Para o autor, essas são expressões do fracasso da estrutura sindical oficial e do projeto de domínio político-ideológico dos trabalhadores, pois a quebra da ligação com os assalariados resultava na perda da possibilidade de se induzir a harmonia e a colaboração entre as classes. Havia, inclusive, o risco de que os trabalhadores criassem organizações paralelas, além do que os sindicatos vazios perdiam sua função de elos entre o poder e os trabalhadores. Nesse contexto foi criado o Serviço de Recreação Operária.

Para melhor compreender os objetivos e as ações desenvolvidas pelo SRO, importa fazermos dois esclarecimentos. Inicialmente, pretendemos situar a figura de Alexandre Marcondes Filho, ministro do MTIC à época; em seguida abordaremos sua atuação no que diz respeito ao Serviço e à metodologia utilizada para divulgar suas realizações e para imprimir sua marca à pasta.

#### 1.2.4. Aspectos da gestão de Marcondes Filho à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em sua relação com o Serviço de Recreação Operária

---

<sup>59</sup> Decreto-Lei nº. 1237, de 1º de maio de 1939.



Alexandre Marcondes Filho<sup>60</sup> era um advogado de São Paulo que, antes de ser nomeado ministro, atuava na área do Direito Comercial e mantinha boas relações com o empresariado paulista. Alinhado ao Estado Novo, discursava em eventos de apoio a Vargas e uma das preocupações sempre presente em suas falas era com a unidade geopolítica do Brasil – que relacionava com a defesa da unidade social e com a colaboração entre as classes. Foi presidente da chamada União Cultural Brasileira, entidade, à primeira vista, com fins culturais, mas que tinha pretensões de transformar-se em partido político de modo a organizar e catalisar a força política de Getúlio entre os trabalhadores. (PARANHOS, 1999).

Marcondes Filho foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 29 de dezembro de 1941, cargo no qual permaneceu até outubro de 1945. Em 17 de agosto de 1942, assumiu interinamente o Ministério da Justiça, sendo efetivado em abril de 1943 e permanecendo até março de 1945. Acumulando dois ministérios-chave para a manutenção e a consolidação do Regime, adquiriu um papel fundamental no encaminhamento das ações políticas do Governo (GOMES, 2005). À frente das duas pastas, lançava mão de todos os recursos tecnológicos disponíveis à época para difundir as realizações do Estado Novo e consolidar sua ideologia. Desse modo, jornais e programas de rádio<sup>61</sup>, bem como publicações do próprio ministério<sup>62</sup>, eram utilizados para divulgar suas ações.

Os serviços de radiodifusão se instalam no Brasil no início da década de 1920, ainda de forma amadora, devido aos poucos recursos técnicos e financeiros. Inúmeras foram as dificuldades a serem vencidas, dentre elas a falta de aparelhos receptores e, em consequência, a falta de ouvintes; a programação irregular e inconstante, a falta de regulamentação clara sobre a veiculação de propaganda e a dificuldade de obter patrocínio derivada da desconfiança dos anunciantes em

---

<sup>60</sup> Alexandre Marcondes Machado Filho nasceu em São Paulo, em 1892. Foi promotor público, vereador e deputado. Apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência nas eleições de março de 1930. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>, 19/03/2007, 19h16min.

<sup>61</sup> Durante sua gestão, foi criada a Fundação Rádio Mauá, destinada a ser “*A rádio do trabalhador*”. *BMTIC* - n. 122 - outubro de 1944. Portaria n. 47 de 7 de setembro de 1944 - DO de 14 de setembro de 1944.

<sup>62</sup> Referimo-nos, especificamente, ao *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* – *BMTIC*.

relação ao rádio ser um veículo capaz de aumentar o consumo de produtos. Apesar de tudo, ele se desenvolvia e o Governo, ainda nessa década, já pressentia sua força, pois proibira, por decreto, que fossem transmitidas notícias internacionais de caráter político sem sua prévia permissão<sup>63</sup>.

Na década de 1930, o rádio já participava das campanhas políticas e de mobilização das massas, começava a se profissionalizar e a aquisição de aparelhos tornava-se um pouco mais acessível. Getúlio, logo após assumir o Governo Provisório, sancionou dois decretos que regulavam detalhadamente o funcionamento técnico e profissional do setor<sup>64</sup>. Durante o Estado Novo, mesmo sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda, o Governo valorizou e estimulou o crescimento das atividades culturais do rádio, considerado pelos intelectuais como instrumento capaz de elevar o nível cultural do país<sup>65</sup>. Ainda na década de 1920, muitas palestras foram proferidas com o objetivo de levar os mais diversos conhecimentos para a população. No pós-30 aumentou o número de emissoras e a crescente popularização dos programas recebeu críticas por parte de alguns intelectuais que ainda viam o rádio como veículo de educação e de transmissão de uma programação mais erudita.

De todo modo, na década de 1940, a radiodifusão já estava consolidada como parte integrante da vida das pessoas, divertindo, entretendo e criando ídolos. Contudo, havia grandes diferenças em termos de números de aparelhos por região. Enquanto em todo o país somente 5,74% das residências os possuíam, no Distrito Federal este percentual subia para 46,23%. Era comum vizinhos compartilharem a audição dos programas e lojas comerciais deixarem os seus aparelhos ligados para atrair a clientela (CALABRE, 2002). Portanto, não devemos estranhar que Getúlio estimulasse a instalação de alto-falantes em locais distantes ou de baixa densidade populacional, de maneira a fazer com que as notícias pudessem alcançar a todos. Era a voz do Regime nas ondas do rádio,

---

<sup>63</sup> Decreto-Lei nº. 16.657, de 05 de novembro de 1924.

<sup>64</sup> Decreto-Lei nº. 20.047, de 27 de maio de 1931 e Decreto-Lei nº. 21.111, de 01 de março de 1932.

<sup>65</sup> Ver coluna "Rádio", da subseção *Evolução Artística*, da seção *Brasil social, intelectual e artístico*, da revista *Cultura Política*.

buscando educar a população.

Como informa Oliveira (2001a), o rádio e a imprensa ampliaram as chances de contato do Governo com, ao menos, uma determinada parcela dos habitantes, entretanto, a autora ressalta que essa não era uma experiência de exclusividade de regimes fascistas ou nazistas. O rádio brasileiro, ao adotar o modelo norte-americano, transformou as emissoras em negócios. Algumas, com licenças de funcionamento concedidas a particulares, obtinham receita vendendo espaços publicitários; outras, como a Rádio Nacional, líder de audiência à época, além de veicularem propaganda, recebiam verbas estatais.

Marcondes Filho falava ao povo brasileiro durante dez minutos, todas as quintas-feiras, a partir de janeiro de 1942. Seu programa intitulado “Falando aos Trabalhadores Brasileiros” fazia parte da programação da “Hora do Brasil”<sup>66</sup>, noticiário oficial do governo, de responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda. Além do uso do rádio, em uma tentativa de atingir a uma outra camada da população, suas falas eram publicadas no dia seguinte nos periódicos *A Manhã*, no Distrito Federal, e *A Noite*, em São Paulo, pertencentes às Empresas Incorporadas da União (OLIVEIRA, 2001a). Além desses veículos oficiais, o *Jornal do Comércio* mantinha uma coluna na qual tornava públicos alguns dos atos de todos os ministros e, em uma outra seção, era apresentada a programação das emissoras de rádio.

É possível observar que os jornais eram um tipo de recurso utilizado para difundir informações a um público específico – parte da população alfabetizada do país. Entretanto, havia um número considerável de analfabetos e, para esses, estava direcionado um instrumento específico da tecnologia – o rádio. À época, esse já era um importante veículo de comunicação de massas e isso, como já vimos, não passou despercebido por Marcondes Filho durante sua gestão à frente do MTIC. Por conseguinte, o ministro, ao utilizar o rádio como veículo de difusão

---

<sup>66</sup> Inaugurado em 1938, era transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Ver [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp\\_horabrasil.html](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_horabrasil.html). 23/02/2007, 23h46min.

das realizações do MTIC e da ideologia do Regime, estava, inteligentemente, estabelecendo um relacionamento mais direto, contínuo e rápido com a população. Poderíamos indagar a eficácia dessa estratégia ou, até mesmo, trabalhar com a hipótese de uma “atenção oblíqua” (CHARTIER, 1995, p. 185) dispensada à escuta das palestras do ministro por parte dos ouvintes, todavia, em depoimento ao CPDOC, Hilcar Leite, antigo opositor do Governo Vargas reconhece que “eram ouvidas, eram ouvidas mesmo” (GOMES, 2005, p. 234). Além disso, há estudos que demonstram que as mensagens chegavam aos seus destinatários que delas faziam uso em seu próprio benefício (FERREIRA, 1997; GOMES, 2002). Em meio àquilo que lhes era oferecido em termos de atrações, os trabalhadores, através das palestras do próprio ministro, podiam ser informados e tirar dúvidas sobre a legislação trabalhista, sobre o sistema sindical brasileiro e, até mesmo, sobre o SRO, dentre tantos assuntos abordados por Marcondes Filho.

O ministro afirmava que, com suas palestras, não tinha pretensões artísticas e nem científicas. Buscava, apenas, atingir aqueles que estariam mais distantes das capitais, em locais nos quais as informações demoravam a chegar ou chegavam de maneira precária. Seu objetivo explicitado<sup>67</sup> era atingir o trabalhador informando-o sobre seus direitos e sobre os meios de ação para garanti-los. Ao mesmo tempo, aproveitava essas oportunidades para comentar atos de seu Ministério, abordar aspectos das leis trabalhistas, responder a críticas, falar diretamente a seus opositores, responder a cartas de ouvintes esclarecendo dúvidas sobre o direito social e, sempre que possível, enaltecer a figura do presidente, exaltando suas realizações e sua genialidade.

Fazia questão de ressaltar sua preocupação com a elevação do nível cultural do operário brasileiro. Em um desses programas<sup>68</sup>, afirmara existir duas maneiras de se melhorar a vida das classes sociais, a primeira consistiria em pressionar o Estado através de sangrentas manifestações populares, a outra seria aquela em que o Estado, compreendendo e reconhecendo as necessidades dos trabalhadores, promovia o direito social e se dispunha a “ensinar o povo, para que

---

<sup>67</sup> *BMTIC*, nº. 113, janeiro 1944.

<sup>68</sup> *BMTIC*, nº. 129, maio 1945.

saiba aproveitar a Lei” (p. 382).

Em 16 de dezembro de 1943, sua última palestra do ano<sup>69</sup>, teceu um rápido comentário sobre o SRO, afirmando que:

O Ministério, por outro lado, acaba de organizar o Serviço de Recreação Operária, subordinado à Comissão de Orientação Sindical, com o objetivo de atender à cultura física e espiritual dos trabalhadores e de seus filhos. Realizaremos, preferentemente, a criação de núcleos de escoteiros, para que as crianças operárias desenvolvam seu físico e se preparem espiritualmente para mais tarde trabalhar pela grandeza do Brasil. Esperamos que, em de maio de 1944, êsse encanto do Brasil futuro possa desfilar pelas ruas do Rio de Janeiro, mostrando as regiões do país, todos êles de peito aberto e olhar inteligente, como índices de uma raça que cada vez mais se fortalece e revigora. Acha-se em estudo, para efetivação no próximo ano, a instalação de colônias de férias nos estados que apresentem maior população operária, a fim de propiciar justo e sadio repouso, para que os trabalhadores se refaçam das lutas de cada dia (p. 313).

Nessa citação, estão presentes seis importantes elementos referentes às intenções do Serviço de Recreação Operária e à sua relação com o ideário do regime estadonovista, quais sejam:

- a) o lugar ocupado pelo órgão na estrutura do MTIC;
- b) o objetivo geral de intervir em uma dimensão não-material da vida dos trabalhadores e seus dependentes;
- c) a idéia de que o controle e o disciplinamento dos corpos levam ao controle e disciplinamento das mentes;
- d) a relevância da formação das crianças, filhos de operários, no interior de uma perspectiva que previa continuidade e linearidade. Como se

---

<sup>69</sup> *BMTIC*, nº. 113, janeiro 1944.

considerava que “filho de trabalhador será trabalhador” <sup>70</sup>, a criança deveria ser enquadrada em uma estrutura hierárquica e disciplinar;

e) o ideal platônico de que as crianças são o futuro da sociedade.

f) o objetivo específico de controlar e dirigir, inclusive, o tempo de férias dos operários e a idéia de justiça, presente no direito a férias, que remete à política de proteção do trabalhador instituída e garantida pelo governo Vargas.

Pretendendo situar o SRO no conjunto organizacional do MTIC, cabe tecer algumas considerações sobre a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), citada por Marcondes Filho como Comissão de Orientação Sindical, de maneira a esclarecer as relações entre estes órgãos. Os demais aspectos destacados anteriormente serão desenvolvidos no decorrer desta tese.

#### 1.2.5. A Comissão Técnica de Orientação Sindical

Ao falar ao povo sobre o sistema sindical brasileiro, Marcondes Filho, em uma de suas palestras semanais proferidas pelo rádio no programa a “Hora do Brasil”, no mês de abril de 1945 <sup>71</sup>, fez comentários sobre a criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS). Ao mesmo tempo em que respondia às críticas dos opositores, esclarecia alguns pontos da Lei de Sindicalização de 1939, também chamada de Lei de Unicidade Sindical. Afirmava que a sabedoria do presidente Vargas concebeu a solução dos problemas dos trabalhadores antes que fossem organizadas as desordens sangrentas, que tanto sofrimento causaram a outros países. Em sua opinião, faltaria aos trabalhadores brasileiros a tradição de vida associativa, o que terminou por gerar a necessidade da tutela do Estado. Nosso sistema sindical, base do sistema trabalhista, surgira, portanto, da

---

<sup>70</sup> Ver Revista *Cultura Política*, v.3, n. 28, p. 10.

<sup>71</sup> *BMTIC*, nº. 129, maio 1945.

necessidade de se implantar e se consolidar o espírito associativo entre os operários brasileiros. Daí ser forçosa a criação de um órgão como a CTOS.

Com esse argumento, o ministro buscava alcançar dois objetivos, o primeiro, seria apagar a memória das lutas operárias no período pré-30 e o segundo, seria consolidar a imagem de Vargas como um Chefe de Nação com capacidade de antever os problemas dos trabalhadores, agir para solucioná-los e criar um clima de solidariedade e de compreensão entre as classes sociais anteriormente em lados opostos. Vejamos um trecho da mesma palestra radiofônica, proferida em abril de 1945, na qual comentou a diferença do clima atualmente reinante no dia primeiro de maio para aqueles dos tempos da Primeira República:

A data de primeiro de maio, após esse extraordinário esforço [*de Vargas, incansável no trabalho de proteger os operários e seus direitos*], transfigurou-se, entre nós, na festiva celebração da dignidade do trabalho e da harmonia social. O Estado soube estabelecer o traço de união entre interesses que outrora pareciam antagônicos e tornou-se o amigo que foi bater à porta do trabalhador antes que este descesse à rua para conquistar nas barricadas o seu lugar ao sol (p. 385).

Vargas seria aquele que protegeria os trabalhadores de si mesmos, já que antevendo e compreendendo suas necessidades, agiu no sentido de evitar que se lançassem no confronto direto para exigir seus direitos. Com esse presidente à frente da Nação, o povo brasileiro viveria em harmonia. Para marcar a mudança dos tempos era preciso grandiosa comemoração. O fato de ter unido as classes e ter impedido o derramamento de sangue em lutas desnecessárias não poderia passar em branco e o Primeiro de Maio deveria ser uma data marcante para todos – patrões e empregados. Acerca da necessidade de tutelar o trabalhador brasileiro, ainda na mesma palestra afirmou:

Era natural, portanto, que, em 1930, elaborando a plataforma de sua candidatura, ele [*Vargas*] respondesse à conceituação do

‘caso de polícia’ com a segurança afirmativa de que é necessário tutelar os proletários urbanos e os trabalhadores do campo (p. 384).

Isto é, com Getúlio Vargas a questão social deixaria de ser um caso de polícia e o trabalhador conquistaria um lugar de honra sob a cuidadosa proteção do presidente. Essa proteção, entretanto, não deveria ficar restrita às condições impostas pelo tempo do trabalho, era necessário ampliá-la para que pudesse atingir também o tempo de repouso do operário.

Portanto, de modo a compor o conjunto das ações necessárias a tutelar o trabalhador, a Comissão Técnica de Orientação Sindical<sup>72</sup> foi criada pelo Decreto-Lei nº. 5.199, de 16 de janeiro de 1943<sup>73</sup>. Tinha por finalidade assistir aos sindicatos estimulando a formação da consciência profissional e do espírito de cooperação necessários ao progresso do país. Seus objetivos eram: promover o desenvolvimento do espírito sindical; divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical; organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical, de especialização e de orientação dos atuais administradores; além de prestar aos sindicatos toda a colaboração que fosse julgada necessária. Diretamente subordinada ao Ministério do Trabalho, era composta por quatro membros, designados pelo referido ministro, e que serviriam, sem prejuízo de suas funções, caso fossem funcionários públicos. José de Segadas Viana<sup>74</sup>, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, foi nomeado seu presidente e os demais componentes foram Helvécio Xavier Lopes, presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC); Osvaldo Carijó de Castro, diretor da Divisão do Pessoal do Ministério

---

<sup>72</sup> Foi extinta, juntamente com a Comissão do Imposto Sindical, pelo Decreto-Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, em meio à denúncias de malversação de recursos. Ver processo de nº 17.559/64 do Tribunal de Contas da União, caixa 321, Arquivo Nacional / DF.

<sup>73</sup> *Cultura Política*, nº. 26, abril 1943.

<sup>74</sup> José de Segadas Viana (1906-1991) Advogado; Deputado Constituinte (1946); Deputado Federal – DF (1946-51); Ministro do Trabalho (1951-53); Deputado Federal – DF (1955 e 1956-58). Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical (1943-44). Participou da Comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Fonte: Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.



do Trabalho e Fioravanti di Piero, consultor médico<sup>75</sup> do Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho. Além desses, foram nomeados os primeiros assistentes técnicos da Comissão, Frederico Gomes da Silva, Tito Galvão Marinho, David Haguenauer, Guilhobel Cezar, Odete Gomes da Costa, Aluísio Paiva e Ângelo Martins<sup>76</sup>.

Segundo artigo de Barros Vidal, publicado revista *Cultura Política*<sup>77</sup>, uma de suas primeiras iniciativas foi a organização do Curso de Orientação Sindical<sup>78</sup>, realizado no período de 9 de junho a 24 de setembro de 1943, que tinha por finalidade:

[...] oferecer aos operários os mais amplos esclarecimentos sobre a nossa magnífica legislação social trabalhista e os modos de dar novos rumos à organização e administração dos sindicatos, para que eles melhor atinjam a sua finalidade, ampliando os seus serviços de assistência e amparo aos seus associados (p. 87).

Dar aos operários esclarecimentos sobre a legislação social significava organizar palestras sobre temas, tais como assistência médica, lei de sindicalização, administração sindical, dentre outros. De acordo com essa fonte, cada um dos membros da Comissão proferiu certo número de palestras e coube ao ministro Marcondes Filho a décima conferência cujo título foi “O Presidente Getúlio Vargas e o Direito Social” (p.87). Todos os outros integrantes da Comissão foram responsáveis por proferir palestras que ocorreram no auditório do IAPETEC, situado na Avenida Graça Aranha, n. 35, 11º andar.

Segundo o artigo da revista, Segadas Viana pronunciou as seguintes palestras: “Problemas do Estado Nacional e o sentido de amparo ao trabalhador

---

<sup>75</sup> É interessante atentar para a presença deste último integrante, pois ela denota mais uma vez a participação de uma força política – a ordem médica - que concorre para a conformação de uma visão específica de lazer operário sobre a qual discorreremos mais adiante.

<sup>76</sup> *Cultura Política*, nº. 37, fevereiro de 1944.

<sup>77</sup> Escritor e jornalista, secretário do jornal *A Manhã*, autor do artigo publicado na revista *Cultura Política*, nº. 37, fevereiro 1944, intitulado “A sindicalização no Brasil”, do qual retiramos estas informações.

<sup>78</sup> *op. cit.*

que norteia sua legislação; Os serviços de assistência jurídica dos Sindicatos e sua organização; O Sindicato e a batalha da produção e O trabalhador ajuda a ganhar a guerra”. A cargo de Helvécio Xavier Lopes, ficaram as conferências: “A Constituição de 10 de novembro e a organização sindical; O imposto sindical e as associações profissionais; A posição dos Sindicatos na organização nacional e O Sindicato e a Previdência”. A Osvaldo Carijó, couberam as seguintes temáticas: “A organização administrativa dos Sindicatos; Relações dos Sindicatos com a Administração e Assembléias Gerais dos Sindicatos”. Fioravanti Di Piero foi responsável pelas seguintes temáticas: “Os problemas médico-sociais e a sua solução através da assistência dos Sindicatos aos seus associados; A necessidade dos Sindicatos manterem recreação para o corpo e espírito dos seus associados e Como se deve dirigir um Sindicato”. Ao que parece, a CTOS também promovia palestras nas sedes das associações sindicais. Na ata da sua trigésima sétima reunião ordinária<sup>79</sup>, realizada em 11 de abril de 1944, na qual estiveram presentes Fioravanti Di Piero, Helvécio Xavier Lopes e Oswaldo Carijó de Castro, encontramos informações sobre uma conferência dada por Di Piero na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, realizada na noite de 4 de abril de 1944, cujo tema foi “Recreação para o corpo e para o espírito”.

De acordo com Segadas Viana, em depoimento<sup>80</sup> concedido aos pesquisadores do CPDOC em 1983, a CTOS tinha o objetivo de dar aos trabalhadores que apresentavam vocação sindical a possibilidade de adquirir capacidade para exercer essa liderança. Uma preocupação importante era que esses indivíduos não estivessem situados no rol daqueles aos quais se referia como pelegos<sup>81</sup>, isto é, a pretensão era formar líderes “autênticos” (p. 181), de

<sup>79</sup> Arquivo Nacional / Distrito Federal, série “Benefícios”, caixa 01.

<sup>80</sup> Depoimento dado a Angela Maria de Castro Gomes; Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, em 1983, Código: E 87. Entrevista realizada no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>81</sup> Segundo o CPDOC, “termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva

modo a criar uma nova mentalidade e revitalizar a vida sindical. Ainda segundo esse informante, a CTOS também funcionou para o acompanhamento da vida dos sindicatos, a fim de perceber sinais de agitação, diagnosticar suas possíveis causas e preveni-las. Aqueles que participavam dos cursos tiveram a chance de conhecer os problemas da vida sindical, tiveram noções de administração sindical e obtiveram conhecimentos gerais sobre a economia do país. Foram organizados dois cursos no Distrito Federal cujas aulas aconteceram no auditório do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas e tiveram boa frequência. Como marca de seu bom êxito, Segadas Viana considerou o fato de alguns de seus ex-alunos terem sido escolhidos nas eleições para a Constituinte de 1946<sup>82</sup>.

Ainda segundo esse informante e reproduzindo o que Vargas e Marcondes Filho afirmavam, não havia espírito associativo no Brasil. Os trabalhadores não iam aos sindicatos mesmo quando eram beneficiados por eles nos dissídios coletivos, além disso, o número de operários sindicalizados era muito baixo e havia a necessidade de aumentá-lo. Com esse objetivo, foi criada a Comissão do Imposto Sindical (CIS)<sup>83</sup> e se começou a organizar uma estratégia para aparelhar os sindicatos, pois desse modo teriam condições de atrair os trabalhadores sem se submeter à manipulação das empresas. Assim foram criadas a CIS, para arrecadar e administrar os recursos, e a CTOS, para formar lideranças sindicais independentes.

Ainda segundo o mesmo artigo<sup>84</sup>, outra iniciativa da CTOS foi o lançamento de *VARGAS – BOLETIM DO TRABALHADOR*, publicação em formato de tablóide,

---

de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados 'de fachada' ou 'de carimbo', entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não". *In*: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, em 21/07/2006.

<sup>82</sup> A Constituinte de 1946 foi a quarta assembléia reunida no país para elaboração do seu estatuto político fundamental. Eleita no pleito federal de dezembro de 1945, reuniu-se, pela primeira vez, em sessão preparativa, a 2 de fevereiro, sob a presidência do ministro Valdemar Falcão, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Composta por 328 representantes - 42 senadores e 286 deputados -, que consumiram cerca de 70 dias no preparo do projeto, a Assembléia Constituinte de 1946 teve seus trabalhos estendidos até 18 de junho, quando então foi promulgada a nova Constituição. *In*: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/glossario](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/glossario), em 21/07/2006.

<sup>83</sup> Criada pelo Decreto-Lei nº 4.298, de 14 de maio de 1942 (VIANNA, 1999)

<sup>84</sup> *op. cit.*

destinada aos operários e com distribuição gratuita. Em todas as suas edições, poderiam ser encontrados esclarecimentos sobre a legislação trabalhista, sobre a vida sindical, sobre os Institutos de Aposentadorias e Pensões e sobre o que ocorria no mundo operário do Distrito Federal e dos demais Estados. Segadas, contudo, afirmou em seu depoimento que essa não era uma publicação da CTOS, mas sim de um grupo queremista<sup>85</sup> sem experiência jornalística. Todavia, na ata da sua trigésima sétima reunião ordinária, anteriormente citada, encontramos uma informação que levanta dúvidas acerca da afirmativa de Segadas Viana. A reunião fora presidida por Helvécio Lopes e Viana, não podendo comparecer, justificou sua ausência. Ao final da sessão, seu presidente afirmou que a edição do mês de maio do informativo *VARGAS – BOLETIM DO TRABALHADOR* seria publicada no dia 1º de maio, de acordo com os desejos do ministro Marcondes Filho. Se o boletim não era de responsabilidade da CTOS, por que falar sobre ele, anunciando, inclusive, a data de publicação em uma reunião do órgão?

Segundo a mesma fonte, afora essas realizações, a Comissão, em colaboração com o Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura, também procurou organizar uma 'discoteca social-trabalhista', com o objetivo de registrar as palestras proferidas no Curso de Orientação Sindical, de modo a serem irradiadas pelas emissoras dos Estados. Entretanto, Segadas Viana, em seu depoimento, afirmou que as aulas dos cursos da CTOS não eram irradiadas e que a Comissão apenas organizava pequenas conferências com os mesmos temas que eram transmitidos pela rádio Mauá.

Se confiarmos nos dados fornecidos por Barros Vidal, o impacto das ações da CTOS foi grande. Segundo o articulista, em apenas oito meses de atividade, os quadros sociais dos sindicatos tiveram um acréscimo de 15% "devido ao lento, mas eficiente trabalho de doutrinação direta da Comissão sobre os operários nas grandes fábricas e outros centros de atividade" (p. 92). Para Vianna (1999), a criação da CTOS e também do SRO fez parte do conjunto de medidas tomadas

---

<sup>85</sup> "Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República". In: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>, em 21/07/2006.

pelo governo para aproximar os trabalhadores das entidades sindicais, de modo a exercer maior controle sobre eles. Os sindicatos, tendo à frente lideranças não-representativas e se convertido em órgãos paralelos do sistema previdenciário e educacional, afastavam-se das massas trabalhadoras. O Governo, então, tomara para si a tarefa de mobilizar os trabalhadores, organizando campanhas de sindicalização. O objetivo da CTOS era arregimentá-los e educar sua visão para a validade e para a positividade da estrutura sindical do Regime.

Uma importante iniciativa da CTOS que nos interessa mais de perto é a criação do SRO. Apesar de ter feito um breve comentário sobre esse fato em dezembro de 1943, como já visto, Marcondes Filho iria tratar, efetivamente, desse assunto em um programa de junho de 1944<sup>86</sup>, quando as atividades do órgão estavam em pleno desenvolvimento. A palestra foi dividida em dois grandes temas. No primeiro, o ministro assumiu a relação do Serviço com as agências de educação operária norte-americanas; no segundo, falou sobre sua criação.

Ao reconhecer a relação do órgão com as agências de educação operária norte-americanas o ministro fez um comentário que vale a pena transcrevermos na íntegra:

Informações chegadas dos Estados Unidos demonstram que teve acentuada influência no extraordinário esforço de produção daquele grande país, para os fins de guerra, a capacidade e eficiência de operários inscritos nos clubes de desportos e recreações. Um natural otimismo resultante de um organismo saudável, maior energia para intensificar e prolongar o trabalho constituem características que distinguem esses operários. Tanto assim que, apesar das exigências imperiosas da guerra, uma parte do tempo atual dos trabalhadores é destinada a exercícios físicos e a entretenimentos espirituais. Em verdade, o operário não pode ser encarado apenas como um produtor de trabalho, nem mesmo basta, para tornar-se destacada a sua atuação, que cumpra os deveres que lhe cabem e, na oficina, encontre rigorosos métodos de higiene e segurança. É necessário que se sinta feliz no seu ambiente. Carece que os problemas psíquicos criados no trabalho e o desgaste das células musculares e do sistema nervoso sejam resolvidos e compensados por uma

---

<sup>86</sup> *BMTIC*, nº. 119, julho 1944.

recreação sadia e adequada. Isto é, paralelamente à higiene e à segurança material do trabalho, é indispensável a higiene mental e a segurança social do operário (p. 287).

Neste trecho estão presentes cinco aspectos que possibilitam compreender os objetivos imediatos e o lugar no qual o SRO se inseria naquele momento histórico, que são:

a) a partir da experiência norte-americana, observou-se que dentre os operários submetidos ao desgaste emocional provocado por uma situação de exceção, tal como a guerra, aqueles que conseguiam se manter capazes e eficientes eram os que estavam inscritos em clubes desportivos e recreativos;

b) a recreação e o desporto, isto é, o entretenimento espiritual e as atividades físicas, mantinham o otimismo, a energia e a saúde do operário;

c) é dever do Estado garantir as condições ótimas de higiene e de segurança no trabalho e isto inclui a felicidade do operário;

d) o saber médico participa da construção de mais um argumento que justifica a criação do SRO;

e) o tempo de repouso tem a função de recarregar as energias do trabalhador, compensar suas perdas e manter seu ânimo e seu otimismo.

Mais adiante, Marcondes Filho afirmou:

Foi atendendo, portanto, a êsses louváveis ensinamentos que a Comissão Técnica de Orientação Sindical, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criou ultimamente o Serviço de Recreação Operária (p.288).

Essas palavras podem indicar que, mais do que o resultado da inspiração única e exclusiva de Arnaldo Sússekind, como o próprio afirmou em Werneck (2003) e Gomes, Pessanha e Morel (2004), a criação do Serviço de Recreação Operária envolveu um conjunto muito mais complexo e abrangente de fatores. E, de acordo com o próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um deles foi

o modelo de educação operária norte-americano.

Sobre esse tema, o artigo publicado no *BMTIC* <sup>87</sup>, de responsabilidade de Arturo Pallares, pode auxiliar na compreensão das semelhanças entre as experiências. Pessoa ligada a uma entidade denominada União Pan Americana, redigiu um texto no qual é possível se ter uma idéia do modo como os sindicatos e entidades similares norte-americanas se organizavam para educar os trabalhadores dos EUA. Nesse país, existiam agências paralelas de educação operária, politicamente alinhadas ao Partido Republicano, que formavam pessoal apto a atuar em/para sindicatos. Pretendiam inculcar valores adequados à formação de uma classe adaptada ao trabalho, criando um sentimento de união em torno de um ideal patriótico, lapidando e formando líderes. Outro objetivo era dotar o trabalhador de instrumentos necessários para entender seus problemas cotidianos e perceber a influência dos fatores externos. Desejavam também formar sujeitos capazes de poder organizar e dirigir sindicatos, além de compreender e discutir leis trabalhistas de modo a defender os interesses dos operários; nesse caso era comum que os sujeitos fossem contratados pelas entidades sindicais.

Segundo Pallares, a grade curricular era composta por disciplinas de caráter mais funcional e de utilização imediata, tais como questões econômicas aplicadas, oratória, idioma nacional, sindicalismo, procedimento parlamentar, higiene e medicina social, regulamentação de horários, leis do trabalho e do seguro social. É muito importante assinalar que não se pretendia fazer do trabalhador um intelectual. De modo geral, a intenção era formar um elemento bem preparado para atuar dentro daquilo que se apresentava como objetivo específico do seu trabalho e/ou do seu grupo profissional. Além dessas atividades, as diferentes agências custeavam e estimulavam o desenvolvimento de “manifestações práticas de ordem cultural” (p. 123)<sup>88</sup>, tais como orquestras sinfônicas, grupos corais, coreográficos e teatrais. Contando com cinemas, estações de rádio e imprensa próprios, também patrocinavam conferências,

---

<sup>87</sup> *BMTIC*, nº. 116, abril 1944.

<sup>88</sup> *op. cit.*

concertos e atividades recreativas – excursões, passeios e provas desportivas.

É possível perceber que, entre tais agências e as nossas CTOS e SRO, certas diferenças são grandes, dentre elas, o número de sindicalizados, o montante dos recursos materiais envolvidos e o próprio sistema sindical. Entretanto, seus objetivos aproximam-se bastante daqueles estabelecidos para os nossos órgãos, pois caberia à Comissão a função mais ampla de organizar, orientar e interferir na vida dos sindicatos a partir das diretrizes estabelecidas pelo Governo, enquanto o Serviço teria o papel mais específico de atuar nos momentos do tempo de repouso. Dentre essas entidades, uma se destaca pela extrema semelhança de suas intenções e de sua organização com o nosso Serviço de Recreação Operária. Chamava-se Serviço de Educação Operária (Worker's Education Service – W.E.S.), criado em 1933 por iniciativa governamental para atuar em prol do desenvolvimento cultural do trabalhador. De acordo com a mesma fonte, o Serviço também se destinava a dar ocupação aos professores aposentados e tinha como finalidades a divulgação das leis nacionais, a preparação de material pedagógico para aulas de operários, o estímulo a atividades recreativas, desportivas, teatrais, literárias e artísticas, além da utilização do rádio, do cinema e de exposições para divulgar conteúdos didáticos.

Moura (1985) auxilia na compreensão da relação entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) no período. Esclarece que, a partir de 1941, os EUA investiram maciçamente no país nos planos ideológico, cultural e financeiro. O objetivo era ampliar o mercado externo e firmar uma posição de liderança, não somente na América Latina, mas em todo o mundo. A situação desencadeada pela Segunda Guerra Mundial foi mais um importante elemento nesse contexto, pois a região se constituía em um conjunto cuja posição em relação ao conflito poderia tender para o apoio aos países do Eixo<sup>89</sup>. Esse entendimento levou os EUA a organizar um plano político e diplomático relacionado à América Latina que

---

<sup>89</sup> Na Segunda Guerra Mundial, a aliança entre Alemanha, Itália e Japão ficou conhecida como o 'Eixo'. Estes países enfrentaram os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética que foram chamados de 'Aliados'. O Brasil entrou na Guerra, ao lado dos Aliados, em 1942, após ter navios afundados pelos alemães.



envolveu vários departamentos governamentais estadunidenses. Foi criada uma agência, subordinada ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos, especialmente destinada a desenvolver e organizar este plano que, de início, foi denominada Office for Coordination of Commercial and cultural Relations between American Republics. Mais tarde, chamou-se Office of Coordinator of Inter-American Affairs. Moura (*op. cit.*) afirma que muitas de suas atribuições tornaram-se procedimentos de rotina da Embaixada norte-americana.

Foram tomadas medidas de cunho financeiro, político e de propaganda. Com relação a esta última buscou-se organizar um programa que envolvia aspectos pedagógicos, culturais, de informação e de divulgação. Ainda segundo a mesma fonte, foram gastos vultosos recursos para a implantação de um projeto que previa a intervenção nos meios de comunicação de massas e em diversos outros setores, tais como: esportes, arte, música, literatura, educação, questões sanitárias, exportação, transporte e desenvolvimento. Portanto, não se constitui em fato isolado a publicação, no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, de artigos que tratavam de aspectos da vida nos EUA.

Retomando a discussão, após assumir as semelhanças entre as agências de educação operária nos Estados Unidos e o Serviço de Recreação Operária, Marcondes Filho procurou explicar aos ouvintes o que era o SRO. Em uma de suas palestras<sup>90</sup> de junho de 1944, Marcondes Filho falou sobre quais eram os objetivos do órgão e o que já estava em andamento na Capital da República. Afirmou que nessa primeira experiência seriam feitos os ajustes e correções estruturais necessárias para que suas ações pudessem ser estendidas aos operários e suas famílias no restante do país. O Serviço foi representado como um programa de assistência social destinado a atuar:

[...] no sentido do melhor aproveitamento das horas de folga do trabalhador, quer sob o prisma individual, quer sob o aspecto coletivo. É um serviço de colaboração com os Sindicatos, possibilitando a todos os associados destes o gozo de prazeres

---

<sup>90</sup> BMTIC, nº. 119, julho 1944.

culturais e desportivos, mediante orientação técnica (p. 288).

Em sua fala, é possível observar cinco aspectos que ajudam a explicitar os objetivos do SRO. O primeiro está ligado a um desprezo por aquilo que era fruído pelos trabalhadores em suas horas de folga, pois há a preocupação com um “melhor aproveitamento” dessas horas. O segundo, intrinsecamente ligado ao anterior, está relacionado à instituição de um modelo ou de um padrão de experiências capazes de formar um conjunto que poderia ser considerado “melhor”. O terceiro refere-se ao SRO como o órgão de “colaboração” com os sindicatos, isto é, a estratégia de intervenção do Regime no tempo de repouso não se dá pela via da coerção, mas sim pelos caminhos da negociação. O quarto indica que o Serviço estava aberto aos “associados” e estes eram apenas os operários sindicalizados. O quinto e último aspecto reforça a idéia de que o trabalhador sozinho não é capaz de fazer escolhas que possam ser consideradas apropriadas; nesse caso específico, não é capaz de usufruir, adequadamente, de seu tempo de descanso, pois precisa do auxílio dos especialistas do Governo. Esse aspecto, portanto, justifica a intervenção estatal nos assuntos do lazer, pois seus técnicos sabem o que é o “melhor” para os operários.

Nem mesmo um confronto internacional do porte da Segunda Guerra Mundial era considerado, pelo ministro, um entrave à vivência de momentos recreativos. Pelo contrário, a gravidade do período impunha uma elevação dos esforços da produção e, conseqüentemente, um aumento da eficiência e da resistência dos operários. Portanto, a criação do Serviço nesse momento se coadunava com o que o país necessitava para enfrentar o conflito. O tipo de atividade oferecida aos trabalhadores possibilitaria que refizessem suas forças, compensassem o desgaste do organismo na lida cotidiana e participassem da luta da nação pela paz mundial. Não se pode esquecer, ainda, um dos outros objetivos do órgão que era atuar no sentido da criação do tal ‘espírito associativo’, que, na opinião dos próceres do Regime, faltava ao trabalhador brasileiro. Vejamos como Marcondes Filho aborda o tema na mesma palestra:

Além disso, as diversões representam um meio de convivência e, por isso, um processo de agremiação, o que dá maior relevo ao problema no Brasil, onde, como tenho assinalado de outras vezes, ainda não existe esse espírito de associação (p.288).

Ao afirmar que faltava ao operariado brasileiro o espírito associativo o ministro desqualificava toda a luta do movimento operário na Primeira República, ao mesmo tempo em que acentuava a necessidade de criação de um novo tipo de associação operária, e, sobre esta, o Regime também poderia se encarregar.

Dando prosseguimento, comentou o relatório que lhe fora apresentado<sup>91</sup>, no qual consta que já havia sido inaugurado um Centro Permanente de Recreação em um bairro operário da zona sul, outro seria inaugurado no mês de junho na zona norte da cidade e um terceiro, a ser aberto em local ainda não definido, estava em fase de ultimação de estudos. Esses Centros, instalados, preferencialmente, em bairros de grande densidade operária, ofereciam aos trabalhadores sindicalizados e às suas famílias “sessões de cinema, rádio, discoteca, biblioteca, aulas de educação física e quase todas as modalidades de esportes” (p. 289)<sup>92</sup>, isto é, possibilitavam o acesso a atividades físicas e desportivas e a “entretenimentos espirituais”.

Com relação aos Centros de Recreação, dr. Arnaldo Sússekind, em entrevista à Werneck (2003), afirmou que estavam localizados nos bairros da Gávea (zona sul) e do Méier (zona norte). Entretanto, em Gomes, Pessanha e Morel (2004), o mesmo entrevistado declarou que os Centros foram instalados nos bairros do Jardim Botânico (zona sul), Olaria e Padre Miguel (zona norte). Já em seu Relatório, somos informados que o Centro de Recreação da zona sul estava situado na Rua Jardim Botânico, 638, no bairro da Gávea, e o da zona norte localizava-se na Rua Aquidabã, 88, tendo sido instalado, inicialmente na Rua Dias

<sup>91</sup> Primeiro Relatório do Serviço de Recreação Operária elaborado por Arnaldo Lopes Sússekind, já citado.

<sup>92</sup> *BMTIC*, nº. 119, julho 1944. Portaria nº. 19, de 19 de abril de 1944, publicada no D.O. de 24 de abril de 1944.

da Cruz, 561, ambos no Méier.

Como um dos objetivos principais do órgão era elevar o nível cultural dos trabalhadores, o ministro, na mesma palestra, anunciou que seriam oferecidos, nos Centros de Recreação, cursos de alfabetização de adultos e de menores. Para isso, já estavam abertas as inscrições para o “voluntariado da alfabetização operária” (p. 289)<sup>93</sup>, o que se configurava como uma oportunidade para os professores brasileiros colaborarem com o Governo na resolução do que era considerado um grande problema nacional, isto é, os altos índices de analfabetismo da população. Fez saber, ainda, que o “Concurso da Cartilha para os Trabalhadores” (p. 289)<sup>94</sup> estava em andamento; que o “Concurso da Canção do Trabalhador Brasileiro” (p. 289)<sup>95</sup> estava em sua fase final; que diariamente, das 18h30min até 18h45min, na radiodifusora da Prefeitura, no programa “Trabalho e Produção” (p. 289)<sup>96</sup>, os operários encontrariam “boa música e esclarecimentos”; que o campeonato de futebol para trabalhadores estava sendo organizado; e que um convênio entre o SRO e alguns sindicatos garantiria a instalação nas sedes sindicais de associações de escoteiros, das quais poderiam participar os filhos de trabalhadores ligados a qualquer entidade sindical.

Nessa palestra, Marcondes Filho, falando a todo o Brasil sobre uma experiência recentemente implantada na Capital Federal, possibilita compreender a importância do SRO para o Regime em um momento de conflitos internos e de guerra mundial. Através da análise de seu relato, podemos perceber as várias intenções que nortearam a criação deste órgão, entendendo-o como uma das estratégias utilizadas na tentativa de atrair os trabalhadores para os sindicatos. Vejamos, então, como o Serviço foi concebido no interior dessa conjuntura.

---

<sup>93</sup> *op. cit.*

<sup>94</sup> *op. cit.*

<sup>95</sup> *op. cit.*

<sup>96</sup> *op. cit.*

### 1.2.6. A criação do Serviço de Recreação Operária: o ponto de vista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e uma outra possibilidade de análise

Como já vimos, o Serviço de Recreação Operária foi criado em dezembro de 1943. A verba para sua manutenção procedia da aplicação do imposto sindical, de acordo com o que determinava o Decreto-Lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942, que previa seu investimento em finalidades desportivas e culturais. Era superintendido por um Conselho Central<sup>97</sup> formado por Arnaldo Lopes Sússekind e Evaristo de Moraes Filho, assistentes técnicos do gabinete de Marcondes Filho, e por Gelmirez Belo da Conceição, representante das entidades sindicais de empregados. O Conselho se reunia, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente – Arnaldo Sússekind.

Apesar de reconhecermos as dimensões de repressão e de manipulação do Estado Novo, não é nelas que pautamos a análise da relação estabelecida entre os trabalhadores e Vargas, mais especificamente, entre os operários sindicalizados e as intenções e as ações do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao criar o SRO. Consideramos que tais dimensões são fundamentais como elementos presentes na investigação, mas não são determinantes do fenômeno estudado. Se nos detivermos nesses modelos explicativos, correremos o risco de perder de vista as estratégias de apropriação dos trabalhadores às iniciativas do órgão, posto que não os compreendemos como objetos totalmente determinados pelas forças da ordem política que controlava o chamado ‘Estado Novo’. Em nosso entendimento, ninguém é absoluta e totalmente controlado, e mais, para que haja um mínimo de controle, é necessário haver benefícios e consentimentos referentes aos outros elementos presentes na relação.

Trabalhamos com a hipótese de que o SRO não foi criado e seu funcionamento não ocorreu em um vazio cultural. Sua estruturação nos setores cultural, esportivo e de escotismo fornece algumas pistas sobre a própria escolha

---

<sup>97</sup> Portaria de 20 de dezembro de 1943, publicada no *Diário Oficial* de 23 de dezembro de 1943.

desse modelo de organização administrativa. cremos que, apesar de seus objetivos ligados ao controle e à tutela dos trabalhadores, o Serviço, valendo-se de uma estratégia inteligente, partia daquilo que era vivenciado, admirado e fruído pela massa trabalhadora para chamar a atenção e atrair os operários para sua órbita.

Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, o futebol já era um esporte bastante difundido e despertava paixões; a praia de Ramos já era freqüentada pelas famílias que lá faziam seus piqueniques. Com relação ao teatro, havia uma estrutura que comportava salas de espetáculos consideradas de primeira classe, casas tidas como mais populares e os palcos de clubes; além disso, havia espetáculos nos cassinos e nos auditórios de algumas emissoras de rádio. No que diz respeito aos atores, existiam grupos amadores e também grandes companhias, tais como as de Dulcina – Odilon<sup>98</sup>, Delorges Caminha – Lucia Delor<sup>99</sup>, Procópio Ferreira<sup>100</sup> e a de Jaime Costa<sup>101</sup>, que apresentavam diferentes tipos de peças. No que se refere ao cinema, existiam salas no centro da cidade e nos subúrbios, o que, de certo modo, ampliava a chance de acesso a esse

---

<sup>98</sup> Dulcina de Moraes. Considerada a grande atriz brasileira. Filha dos atores Conchita e Átila de Moraes, nasceu em Valença, RJ, em 1908, durante a excursão da companhia em que seus pais trabalhavam. Estreou na Companhia Brasileira de Comédias, que ocupava o Teatro Trianon, em 1923. Fez parte, desde então, de elencos famosos, como os de Leopoldo Fróes, Jayme Costa, Manuel Durães, Oduvaldo Vianna. Por volta de 1933 criou, junto do marido Odilon, a Cia. Dulcina-Odilon, com a qual investiu também na renovação do teatro. Em 1955, organizou a Fundação Brasileira de Teatro, à qual se dedicaria toda a vida. Suas últimas aparições no palco foram em *Bodas de Sangue*, de Federico García Lorca, em 1983, e *Viva Dulcina*, em 1990. Faleceu em Brasília em 1996. [http://www.antaprofana.com.br/Grandes\\_Figuras\\_1.5.htm](http://www.antaprofana.com.br/Grandes_Figuras_1.5.htm), 08/03/2007, 14h45min.

<sup>99</sup> Atriz, rádio-atriz, dubladora.

<sup>100</sup> Procópio Ferreira (1898-1979). Considerado o mais popular ator brasileiro de todos os tempos. Nasceu no Rio de Janeiro. Cursou a Escola Dramática Municipal e estreou em 1916, na Companhia Lucília Péres. Trabalhou em várias companhias e na de Abigail Maia, no Trianon, obteve seu primeiro grande êxito fazendo o papel de Zé Fogueteiro na peça *A Juriti*, de Viriato Correa. Em 1924 fundou sua própria companhia que logo se firmou como uma das principais do país. A consagração definitiva veio em 1933, fazendo o falso mendigo da comédia de Joracy Camargo, *Deus Lhe Pague*, que passou a ser o carro-chefe do seu repertório. Ver: [http://www.antaprofana.com.br/Grandes\\_Figuras\\_1.3.htm](http://www.antaprofana.com.br/Grandes_Figuras_1.3.htm), 08/03/2007, 16h

<sup>101</sup> Jaime Costa (1897-1967). Nasceu no Rio de Janeiro. Considerado um dos maiores atores brasileiros de todos os tempos, Jayme Costa foi empresário audacioso, apresentando já nos anos 20 peça de Pirandello e, nos anos 40, encenando pela primeira vez no Brasil obras de O'Neill e de Arthur Miller, além de ter estreado mais de 200 originais brasileiros. Jayme Costa, ator moderno, dono de expressão rica, homem culto, contribuiu para as transformações modernizadoras do teatro. Ver: [http://www.antaprofana.com.br/Grandes\\_Figuras\\_1.3.htm](http://www.antaprofana.com.br/Grandes_Figuras_1.3.htm), 08/03/07, 16h:02min

equipamento de lazer para toda a população. Contudo, isso não significava que eram freqüentados por todos.

Raimundo Magalhães Júnior<sup>102</sup>, responsável pela coluna “Teatro”, da subseção Evolução Artística, da seção Brasil social, intelectual e artístico, da revista *Cultura Política*, informa<sup>103</sup> que havia uma afluência cotidiana a teatros e cinemas de 12,5% da população do Distrito Federal em 1939; importa destacar que os ingressos custavam em média 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) nos cinemas enquanto que nos teatros, pagava-se cerca de 4\$000 (quatro mil réis)<sup>104</sup>. De qualquer modo, mesmo considerando que o Distrito Federal possuía uma rede de equipamentos de lazer, resta-nos questionar suas condições de acessibilidade. Isto é, o acesso a tais equipamentos talvez impusesse requisitos que estivessem distantes daqueles ao alcance da maioria da população, pois, se confiarmos nos dados fornecidos por Magalhães Junior, 87,5% da população não freqüentavam cinemas e teatros.

Portanto, retomando nossa hipótese, o SRO, ao acenar com a possibilidade de os trabalhadores freqüentarem teatros e cinemas ou de terem a chance de participar de espetáculos teatrais, inclusive, como atores poderia estar ratificando a estratégia de negociação empregada para cooptá-los. Não obstante, como havia outros interesses em cena, há que se atentar para o fato de que o teatro e o cinema, mais especificamente, deveriam ser usados com intenções estabelecidas para além da simples diversão; afinal, poderiam ser utilizados como meio para a educação/formação de um novo homem, necessário para o desenvolvimento do país. Por conseguinte, o conteúdo do que seria propagado deveria estar fortemente marcado pela ideologia que se pretendia difundir, o que efetivamente ocorria, como teremos oportunidade de observar por ocasião da análise dos concursos promovidos pelo órgão em questão.

Estava em jogo a conformação dos sujeitos a uma nova ordem, não somente moral, mas também e, principalmente, lúdica, pois deveria ser capaz de

<sup>102</sup> Raimundo Magalhães Júnior. Escritor e autor teatral. Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

<sup>103</sup> Revista *Cultura Política*, n. 10, dezembro 1941.

<sup>104</sup> Para uma noção sobre o valor mais atualizado desta quantia, ver nota de rodapé número 29.

fazer com que os trabalhadores abandonassem velhos hábitos no que se referia à diversão.

Não que o alcance dessas intenções estivesse garantido em sua própria formulação. Como nos informa Chartier (1995), há uma tensão entre os dispositivos discursivos e institucionais que em determinada sociedade visam ao disciplinamento de práticas e/ou ao modelamento de condutas e o modo como são recebidos por aqueles aos quais estão destinados. Conseqüentemente, há que se duvidar da eficácia de muitas das estratégias utilizadas pelo Regime Vargas com o objetivo de realizar mudanças nos estilos de vida dos operários, pois, ainda segundo o autor, a relação de dominação nunca é simétrica.

Nossa argumentação sobre as bases nas quais se assentavam as atividades desenvolvidas pelo SRO pode ser fortalecida se tomarmos como exemplo o comentário feito pelo dr. Arnaldo Süssekind. Na condição de diretor desse órgão, era responsável por parte da mobilização dos trabalhadores para as comemorações do 1º de Maio no Distrito Federal, pois Vargas, através do MTIC, convocava as confederações e os sindicatos para o evento. A participação era fundamental porque nessas ocasiões o presidente falava diretamente para um número expressivo de pessoas sobre as realizações de seu governo e anunciava leis que beneficiavam o operariado<sup>105</sup>. Vale a pena transcrever a apreciação do dr. Arnaldo sobre tais solenidades:

Era um comício, mas a fim de atrair bom público, antes da cerimônia, havia um jogo de futebol entre duas equipes importantes. Algumas pessoas iam pelo Getúlio, outras, pela diversão; o fato é que o local ficava cheio (GOMES, PESSANHA e MOREL, 2004, p. 84).

Na análise dessas palavras, podemos destacar, ao menos, dois aspectos.

---

<sup>105</sup> Em 1938: o regulamento da lei do salário mínimo e o decreto-lei relativo à isenção de impostos para habitações proletárias. Em 1939: a criação da Justiça do Trabalho. Em 1940: a fixação do salário mínimo. Em 1941: a instalação da Justiça do Trabalho. Em 1942: o pedido aos operários para colaborarem com o esforço de guerra. Em 1943: a Consolidação das Leis Trabalhistas. Em 1944: a nova Lei Orgânica da Previdência (GOMES, 2005).



O primeiro é relativo à estratégia de atração do público para o estádio de futebol do Vasco da Gama. Conforme assegura Arnaldo Süsskind, muitos iam para ver e ouvir Vargas, mas não se pode desconsiderar que um jogo de futebol entre duas equipes importantes era um excelente atrativo, principalmente para os homens. O segundo está relacionado aos times que participavam dos jogos. A preliminar era uma partida entre equipes de sindicatos operários e não há como negar a emoção e a satisfação que deveriam sentir os jogadores – operários sindicalizados – ao entrar em campo para jogar em um estádio daquele porte completamente lotado. Esse evento desportivo também deveria gerar profundas sensações nos companheiros de trabalho dos jogadores e tais sensações não passavam despercebidas aos olhos dos representantes do Regime. Tudo isso pode indicar que haveria um diálogo estabelecido entre Governo e trabalhadores, no qual, se havia intenções de controle por parte do primeiro, os operários souberam tirar proveito da situação.

Entretanto, cabe ressaltar que nem sempre o comparecimento a tais manifestações era algo considerado agradável. O militante comunista João Lopes de Souza, em depoimento a Gomes, Flaksman e Stotz (1988), quando perguntado se lembrava das grandes manifestações organizadas durante o Estado Novo para as quais os trabalhadores eram convocados, declarou:

Lembro. Era obrigado a ir. Uma vez me mandaram ir na inauguração do prédio do Ministério do Trabalho. Cheguei lá, me botaram a bandeira do Sindicato dos Eletricistas na mão. Quando o Getúlio saltou do carro, aquele Gregório me deu um coice que se pega, eu caio com bandeira e tudo lá daquela escada (p. 114).

Esse tipo de informação é bastante relevante porque nos auxilia a pensar no que não se enquadrava no ideário do Regime, isto é, naqueles que não se renderam ao discurso e nem às práticas que se pretendia instituir, e que eram efetivamente implantadas; naqueles que não compunham a norma, naqueles que terminaram por sucumbir e naqueles que continuaram resistindo ao poder estabelecido. Além disso, essa espécie de declaração, fornecendo as nuances

necessárias a toda análise histórica, amplia a compreensão sobre o Estado Novo, período no qual havia um esforço por parte do Governo de ser visto como um bloco homogêneo, sem conflitos, tensões ou fissuras.

As atividades desenvolvidas pelo SRO dividiam-se nos setores esportivo, cultural e escotismo; e para este último foi nomeado o Chefe da Tropa Escoteira do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro, Antonio Piedade Pinto. Era intenção que exercesse atividades em todo território nacional, entretanto, em sua fase inicial, concentrou suas ações na cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal. A Portaria que determinava sua criação estabelecia que seu objetivo era “difundir as atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados, facilitando os meios de recreação em geral e prestando aos sindicatos a colaboração que for necessária”, contudo este não expressa toda a complexidade do Serviço. As palavras de Marcondes Filho em diversos momentos nos levam a crer que, o Serviço, sob o ponto de vista do Ministério, tinha os seguintes objetivos:

- a) intervir em uma dimensão não-material da vida dos trabalhadores e de seus dependentes;
- b) controlar e dirigir o tempo de férias dos operários;
- c) manter a saúde, o otimismo e a energia dos trabalhadores;
- d) possibilitar o gozo de prazeres culturais e desportivos mediante orientação técnico-científica.

Entretanto, a criação do Serviço de Recreação Operária, em nossa opinião, está relacionada a diversos fatores que formam um conjunto moldado sobre bases morais, éticas e pedagógicas que comporta muitos objetivos. Se, por um lado, estão os interesses materiais ligados à produção, por outro lado, estão os interesses que chamaremos de imateriais, ligados à fruição de diferentes atividades de lazer. O Serviço, para além dos benefícios concretos que possibilitaria, leia-se aumento da resistência física do operário, aumento da produção e redução do número de acidentes de trabalho, pretendia abarcar os aspectos imateriais da política de proteção do trabalhador empreendida por

Vargas. Ao mesmo tempo, pretendia atender às determinações de organismos internacionais, tais como a OIT; acolher as demandas do patronato industrial e comercial; acatar as demandas do movimento operário, além de procurar dar uma resposta laica ao que propunha a Encíclica *Rerum Novarum*.

O SRO foi criado numa determinada conjuntura política que é fundamental para sua análise e compreensão. A ditadura do Estado Novo já dava sinais de exaustão, a oposição aumentava e a guerra trazia grandes e graves preocupações. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia sido anunciada por Vargas durante as comemorações do Primeiro de Maio de 1943 e, ao final desse mesmo ano, é criado o Serviço de Recreação Operária. O fato de tal órgão ter sido fundado no mesmo ano em que foi promulgada a CLT, em nossa opinião, não pode ser visto como mera coincidência.

Naqueles tempos de guerra, várias medidas impopulares foram tomadas – racionamento de combustíveis e de alimentos e aumento das horas de trabalho, por exemplo – e passou-se a tentar convencer os operários de que era a hora do sacrifício de todos em prol do bem-estar da humanidade e, principalmente, da nação. Por ocasião dos festejos do Primeiro de Maio de 1945, Vargas, tendo sofrido um acidente na Praia do Flamengo, não pôde comparecer às comemorações no ginásio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e seu discurso foi, então, lido por Marcondes Filho<sup>106</sup>.

Procurando esclarecer a posição do Brasil diante da guerra, o presidente, através de seu ministro de Estado, declarou a solidariedade aos países Aliados e buscou encaminhar o raciocínio no sentido de congregar os trabalhadores em torno de um ‘esforço de guerra’. Esse era considerado um momento peculiar com o qual todos deveriam se envolver e participar com uma cota de sacrifício, de modo a elevar o país a uma condição mais forte e independente em relação às outras nações. Em suas palavras:

A conflagração avassala todas as terras, todos os mares e todos

---

<sup>106</sup> *Cultura Política*, nº.16, junho 1942.

os céus e exige dos povos – beligerantes ou não – resoluções prontas e enérgicas. Ninguém a ela se pode furtar por completo. Por isso mesmo cada um tem de aceitar o seu setor na luta, de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. O nosso é o da produção; o exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado. [...] A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais (p. 101).

Como a experiência norte-americana já havia demonstrado, esse esforço extra não toleraria desfalecimentos e precisaria ser recompensado, daí que o SRO poderia se configurar no instrumento que possibilitaria a oferta dessa recompensa. Com uma legislação trabalhista considerada das mais avançadas, com todo um aparato estatal para fiscalizar sua aplicação, com todos os recursos sendo utilizados para tornar a Consolidação das Leis do Trabalho conhecida em todo o país, acreditamos que as condições materiais de amparo aos trabalhadores estavam asseguradas, ao menos, em tese. O Serviço parece ser mais um elemento nessa relação de trocas simbólicas entre o Estado e os trabalhadores (GOMES, 2005). Como havia chegado a hora de cuidar dos aspectos imateriais da vida dos operários, tornava-se então, viável, naquele momento, produzir políticas públicas voltadas para vivência de prazeres espirituais. Se fosse apenas uma questão de controle do tempo de repouso poderiam ter sido tomadas outras medidas, mais coercitivas. Portanto, para nós, na criação do *Serviço* estavam em jogo, não só estratégias de manipulação e de controle, mas fundamentalmente, uma estratégia de negociação.

Gomes (2005), ao discutir as realizações da CTOS, corrobora nossa opinião ao afirmar que:

O ministério queria sindicatos e líderes convencidos das qualidades do sistema corporativista, o que não significava necessariamente submissão total. A vivificação do sindicalismo corporativo deveria passar por um esforço eminentemente pedagógico e não fundamentalmente repressivo (p. 250).

De todo modo, cremos que os objetivos do Serviço de Recreação Operária foram cinco: a) estimular a sindicalização; b) integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; c) controlar e disciplinar o tempo livre do operário de modo a promover uma mudança em seus costumes lúdicos; d) recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga; e) sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural;

Esses objetivos estão referidos às cinco instâncias normativas nas quais os objetos tratados pelo SRO emergiram que, como já vimos são: a) Projeto de valorização do trabalho e da figura do trabalhador empreendido pelo Governo Vargas; b) Patronato industrial e comercial; c) Movimento operário<sup>107</sup>; d) Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII; e) Organização Internacional do Trabalho. Conseqüentemente, importa analisar cada um dos cinco objetivos apresentados a fim de observarmos a convergência e a circularidade dos discursos, bem como a confluência dos interesses.

Entretanto, antes de procedermos a essa análise, é importante apresentarmos elementos que possam auxiliar no fortalecimento da argumentação que confirma nossa hipótese. A discussão acerca do projeto de valorização do trabalho e da figura do trabalhador implantado pelo Governo Vargas encontra-se dispersa nesta tese, formando a base sobre a qual ela se estrutura, e os discursos do patronato comercial serão discutidos mais detalhadamente no próximo capítulo. Resta-nos fazer uma rápida exposição acerca da compreensão de três correntes distintas do movimento operário sobre o tempo de recreio, uma apresentação dos

---

<sup>107</sup> Fizemos um detalhado levantamento de fontes no Arquivo de Memória Operária do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisamos jornais operários comunistas, anarquistas e socialistas, entretanto, lamentavelmente, não tivemos tempo hábil para dar tratamento a este conjunto documental, por isso, apenas indicamos sua existência bem como sua relação com a hipótese levantada por esta pesquisa. Entretanto, para situar rapidamente a questão iremos nos referir somente à uma pesquisa bibliográfica básica.

aspectos mais relevantes da Carta Encíclica *Rerum Novarum* e dar a conhecer as determinações da Organização Internacional do Trabalho referidas, especificamente, às questões do tempo de trabalho e do tempo de recreio do operário. Após essas análises, apresentamos mais detalhadamente a discussão sobre o que acreditamos serem os cinco objetivos do Serviço de Recreação Operária.

a) O tempo do não-trabalho e o movimento operário

Os discursos sobre o trabalho que circulavam nos fins do século XIX eram variados. De uma forma geral, o trabalho manual era visto como algo negativo por ter sido fortemente marcado pela experiência da escravidão. Para alguns setores das elites o trabalho escravo era a negatividade e impedia o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Os imigrantes eram representados como aqueles que poderiam ser capazes de se tornar mestres em seus ofícios e aproveitar as vantagens da indústria, já que seriam inteiramente dedicados ao labor. Os brasileiros eram representados como aqueles que fugiam da lida, que não possuíam forças e, muito menos, hábitos para a faina que consideravam pouco nobre. Por um outro lado, a atividade laboral era vista pelos empregadores como *locus* de uma positividade intrínseca ligada ao fato de afastar os homens da miséria e do vício, pois os mantinha ocupados. Este aspecto positivo se tornava mais forte na medida em que se acreditava no seu potencial reabilitador. Imaginava-se que pelo trabalho seria possível recuperar os desocupados, os órfãos, os asilados e os pobres. Já para os trabalhadores socialistas organizados, o trabalho era compreendido como o espaço no qual o homem encontraria a felicidade. Todos poderiam e deveriam se dedicar a ele, porque era sinônimo de glória e de grandeza morais. Como consequência trabalho, integridade e dignidade de caráter possuíam o mesmo significado. Observa-se que enquanto para os empregados a labuta poderia ser fonte de felicidade, isto é, tinha valor em si mesma, para os empregadores seu mérito estava situado fora dela, na função

que exerceria e no que se obteria através dela. Recuperar, reabilitar e ocupar eram as palavras-chave desta perspectiva funcionalista que permeou e continua permeando os mais variados discursos sobre a atividade laborativa.

As lutas por direitos dos trabalhadores estão inseparavelmente ligadas às suas formas de organização política e cultural e os imigrantes foram fundamentais neste processo. Desde a proclamação da República, embalados pela esperança de que todos seriam finalmente iguais perante a lei, os trabalhadores procuraram se organizar em torno de partidos e de jornais operários. Também criaram associações de ofícios, ligas operárias, associações de ajuda mútua, associações de resistência, grêmios e clubes. Ao longo do tempo, sindicatos com orientações socialistas, anarquistas e comunistas buscaram representar os trabalhadores, pretendendo uni-los, em sua diversidade, em torno de um interesse comum. Tais experiências, mesmo frágeis e pouco duradouras ajudaram a conformar uma identidade coletiva do trabalhador e uma imagem positiva do trabalho.

Em 1890, foi criado um Partido Operário que existiu, ao menos nominalmente até 1892. Neste ano houve, no Rio de Janeiro, uma reunião de diversos grupos socialistas que pode ser considerada como o Primeiro Congresso Socialista no Brasil. Em 1902, foi realizado em São Paulo, outro Congresso Socialista que reuniu quarenta e quatro delegados representantes de associações operárias deste estado e do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Pará, e deu origem ao Partido Socialista Brasileiro. Em 1906, foi organizado o Primeiro Congresso Operário que, de acordo com Gomes (2005), refletiu as disputas entre as diferentes correntes ideológicas do movimento. Reuniu, no Rio de Janeiro, quarenta e três delegados representantes de vinte e oito sindicatos de empregados e deu origem à Confederação Operária Brasileira (COB), considerada a primeira organização operária nacional de alguma consequência e editora do jornal *A Voz do Trabalhador*. Segundo Pinheiro e Hall (1979), as resoluções deste Congresso foram importante fonte de inspiração para a deflagração da greve geral de 1907, cuja principal exigência era o período de oito horas de trabalho.

No que dizia respeito às suas reivindicações, de uma maneira geral, os trabalhadores lutavam pela redução da jornada de trabalho sem a diminuição dos salários, pelo descanso semanal, por férias remuneradas, por melhores condições de higiene e de segurança no ambiente de trabalho, por leis que regulassem o labor das crianças e das mulheres, e por leis de amparo e de proteção ao trabalhador independente do sexo. O que nos interessa mais de perto é o debate sobre a redução da jornada de trabalho por implicar na discussão sobre a fruição do tempo do não-trabalho. Este era representado como bastante valioso e todos os olhares, de diferentes correntes, matizes e intenções se voltavam para ele. A título de ilustração do modo socialista de compreendê-lo, vejamos como transcorreu uma festa, ocorrida em 1902 e considerada pelos editores do jornal *O Amigo do Povo* como “uma bela noite de propaganda” (Pinheiro e Hall, *op. cit.*, p. 32). Este evento contou com várias atrações. Houve a encenação de um drama sobre a vida miserável de um operário e que, segundo a mesma fonte, muito agradou aos presentes. Em seguida uma moça e uma menina recitaram poesias, logo depois houve pronunciamentos políticos de dirigentes sindicais, seguidos por rifas de vários objetos, pela encenação de uma pequena comédia para, enfim, terminar com o baile “de costume” (p. 33). Observemos a mistura de momentos de propaganda com momentos de puro prazer. Quatro anos mais tarde, vejamos como a questão da vivência do tempo do não-trabalho foi tratada em uma resolução do Primeiro Congresso Operário:

Considerando que a redução de horas de trabalho tem influência sobre a necessidade do bem-estar, aumentando o consumo e daí a produção; que, por essa razão, e ainda por diminuir o trabalho quotidiano, a desocupação diminui e o salário tenderá a subir; que o descanso facilita o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e combate o alcoolismo, fruto do excesso de trabalho, embrutecedor e exaustivo; que o aumento de salário é mais uma consequência, um efeito da diminuição de horas de trabalho, da menor desocupação e do bem-estar relativo do que uma causa dos mesmos; o Congresso Operário aconselha de preferência a conquista da redução de horas pelo próprio proletariado, porque só assim será válida, sobretudo se amparada pela abolição do trabalho por obra e das horas suplementares,



pelo *gocanny* (trabalho sem precipitação), pela fundação de bibliotecas e instituições de ensino e pela atividade sindical. (Pinheiro e Hall, 1979, p. 51)

Nesta citação está posta a compreensão que, de uma maneira geral, aqueles trabalhadores tinham sobre a relação tempo de trabalho e tempo do não-trabalho. Para que o primeiro fosse realmente digno e dignificador, o segundo deveria ser aproveitado como um espaço de bem estar, de descanso e de estudo, de experiências coletivas, de elevação do nível intelectual e de combate ao alcoolismo, visto como um grande mal por empregados e por patrões. Sendo que estes poderiam ser beneficiados com a redução da jornada na medida em que se acreditava que haveria aumento da produção e do consumo. O tempo do não-trabalho, da mesma forma, poderia ser utilizado para a divulgação dos métodos de luta das sociedades de resistência, pois em uma outra resolução há a proposta de que sejam feitas representações teatrais e que sejam criadas bibliotecas com este objetivo. É interessante destacar a preocupação com o alcoolismo, considerado como um dos maiores vícios dos trabalhadores e obstáculo para sua organização. Contra ele, o Primeiro Congresso estabeleceu que deveriam ser preparadas campanhas nas quais seriam utilizados cartazes e folhetos e seriam organizadas conferências educativas.

A luta pelas oito horas de trabalho prosseguiu e no dia Primeiro de Maio de 1907 houve greves nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Recife. Este movimento vitorioso resultou na conquista desse direito por algumas categorias profissionais, ao menos até a recessão econômica ocorrida no ano seguinte, mas deixou como saldo numerosas prisões e cento e trinta e duas expulsões de trabalhadores. Contudo, o empenho continuava e a Federação Operária do Estado de São Paulo, em maio do mesmo ano, conclamou os trabalhadores nos seguintes termos:

TRABALHADORES! Agora que vossos companheiros abrem resolutamente o caminho das reivindicações, imitai o forte exemplo, procurai melhorar a vossa situação – menos horas de fadiga, mais descanso, isto é, menos necessidade de álcool para chicotear os nervos num trabalho brutal, mais alegria no lar, mais pão na boca, mais instrução para vós, mais bem-estar para a educação para os filhos! (Pinheiro e Hall, 1979, p. 66)

Vejamos o que é possível deduzir desta fala. O álcool também era compreendido como um meio de fuga da brutalidade do trabalho, a fadiga também era considerada um problema, a vida familiar também era algo a ser valorizado, a educação e a alimentação também eram conquistas importantes, enfim, para os trabalhadores organizados em torno da Federação Operária, o bem estar era um objetivo a ser alcançado.

A partir da análise destes documentos observamos que, sob o ponto de vista do trabalhador, estava em construção neste período, uma categoria por nós denominada ‘tempo do não-trabalho’ que abarcava quatro dimensões fundamentais. Duas diretamente associadas à vida dos indivíduos, relativas ao conforto material e à dignidade moral, e uma terceira ligada à própria sobrevivência das entidades sindicais e do movimento operário, relacionada à propaganda política. A quarta é a da diversão e guarda uma dupla face, pois se liga tanto às questões individuais quanto às coletivas. Esta apresenta uma ocorrência mais flutuante na medida em que nem sempre aparece nos debates ou nas reivindicações se manifestando, à primeira vista, como uma concessão. O termo concessão, entretanto, não expressa toda a complexidade da relação estabelecida entre o movimento operário organizado e o conjunto da massa trabalhadora. Cremos que este termo encerra uma perspectiva muito calcada em uma relação de poder cujo vetor de força está direcionado de cima para baixo, julgamos, ao contrário, que havia uma negociação entre o conjunto dos trabalhadores e aqueles que pretendiam representá-los. Na medida em que seus interesses nem sempre eram equivalentes, a abertura do espaço para a diversão era a força resultante deste embate.

De todo modo, estes três/quatro aspectos estão presentes, com variadas feições, nas diversas correntes políticas que buscaram organizar os trabalhadores. Logo, a fruição do tempo do não-trabalho também não pode ser considerada como um espaço tranquilo marcado pela homogeneidade e pela ausência de tensões. Cabe mencionar que os patrões também procuravam intervir neste tempo tomando algumas medidas, dentre elas, a construção de vilas operárias, a criação de grêmios de fábricas, e a pressão sobre o Estado com vistas a coibir o jogo, o alcoolismo, os quiosques e os mafuás.

Segundo Pinheiro e Hall (1979), os socialistas formaram uma das primeiras correntes a se expressar no meio operário brasileiro. O tempo do não-trabalho para eles, como já vimos anteriormente incorporava, sem grandes problemas, as dimensões de diversão e de propaganda, afora as de conforto material e de dignidade moral.

As discussões empreendidas no Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, de inspiração anarco-sindicalista, ocorrido em 1908, são outro exemplo de uma maneira específica de se pensar sobre este tempo. Além da presença das três dimensões já citadas, isto é, do conforto material, da dignidade moral e da propaganda política, está aquela relacionada à diversão. Entretanto, com ressalvas. Seria admitida caso pretendesse atingir dois objetivos, o primeiro seria o aumento da frequência às sedes sociais dos sindicatos e o segundo, intimamente ligado ao primeiro, se também pudesse servir como instrumento de propaganda política. Neste caso, a fruição desse tempo deixava de ter valor em si mesma e passava a comportar uma perspectiva marcadamente funcionalista e de caráter ascético, pois não seriam aceitos bailes e jogos de qualquer natureza. Estava em cena a idealização do comportamento do operário comprometido com as lutas. Sobre este assunto a moção seguinte foi aprovada por unanimidade:

Considerando que as diversões, quando feitas no sentido de divulgar a propaganda, podem trazer alguma utilidade ao nosso movimento. O Segundo Congresso Operário Estadual aconselha aos Sindicatos a fundação de centros dramáticos-sociais e de

sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis. Aconselha também a exclusão do baile e de qualquer espécie de jogos. (Pinheiro e Hall, 1979, p. 92)

A necessidade de atrair os trabalhadores levava os líderes sindicais a abrir espaço para a diversão. Entretanto, esta deveria estar devidamente qualificada e limitada a recitações de peças sociais e poesias, a palestras sobre assuntos sociais e, no máximo, sobre literatura. Segundo Hardman (1984), havia por parte dos anarco-sindicalistas uma representação do que seria uma classe ‘operária pura’ que, todavia, não chegava a ser significativa no interior do movimento. É interessante observar que a noção do tempo do não-trabalho deste grupo era – assim como a dos patrões – muito instrumental, por isso, de fato muito distante da classe operária real. Em um certo sentido, embora com princípios opostos, patrões e lideranças sindicais tinham uma opinião muito semelhante sobre o tempo do não-trabalho, isto é, moralista e funcional.

Na seqüência, os chamados ‘elementos impuros’ foram sendo incorporados às atividades fruídas no tempo do não-trabalho, portanto, o futebol, o cinematógrafo e a música passaram a marcar presença nas festas e comícios operários. Contudo essa incorporação foi bastante problemática e muito criticada pelos militantes mais conservadores. Eram organizados piqueniques, brincadeiras musicais, peças e bailes nos quais não se perdia de vista a propaganda política, mas a diversão era fundamental. Em novembro de 1920, em São Paulo, foi organizado pelo jornal *A Plebe* um *Grande Festival* em benefício do jornal *A Vanguarda* (Hardman, 1984, p. 39). A programação incluiu jogo de futebol e representações teatrais; corridas de bicicleta, a pé e de sacos de batatas; exercícios de ginástica, de saltos sobre o cavalo e de saltos em altura; sorteio de prêmios; regatas, provas de natação, um baile com orquestra e danças regionais com banda de música.

Ao apresentarmos as distintas maneiras de se compreender o tempo do não-trabalho, importa ressaltar fortemente que o movimento operário continuou

sua luta, obtendo pequenas, mas significativas vitórias, sofrendo baixas e derrotas e vivenciando toda sorte de conflitos. Entretanto, e isso é essencial, os trabalhadores assumiram uma postura reivindicativa cuja voz ecoava no Estado que, de algum modo, respondia. Ao longo da Primeira República, como já vimos, algumas leis de proteção ao trabalho foram promulgadas e podemos considerá-las como resultantes destas manifestações. Cabe ressaltar que nem todo o movimento operário reivindicava essa intervenção do Estado. Os anarquistas, por exemplo, recusavam a política, rejeitavam o Estado e procuravam negociar diretamente com os patrões. Sobre os comunistas Gomes (2005) assevera que, no Rio de Janeiro, tiveram que lançar mão de métodos de propaganda tipicamente anarquistas o que denota a forte marca desta corrente no sindicalismo carioca. Deste modo, buscavam atrair os trabalhadores através de atividades culturais e desportivas.

Após esta sintética apresentação das concepções sobre o tempo do não-trabalho para uma parcela do movimento operário organizado na Primeira República, é pertinente tratar das questões relativas à Encíclica *Rerum Novarum*. A fim de podermos compreender o lugar ocupado por esta Carta na trama cujo centro é a criação do SRO, importa situar rapidamente a posição da Igreja Católica e apresentar alguns personagens que participaram do processo de consolidação de seu poder no Brasil dos anos 1920-1940.

#### b) A Encíclica *Rerum Novarum*

De acordo com Vianna (1999), a Igreja mesmo não exercendo mais o poder da época feudal, ainda era uma importante agência de controle ideológico e, ao menos até o início da Segunda Guerra Mundial, procuraria implantar um novo projeto de recuperação da hegemonia perdida. Na Europa se organizou como partido valendo-se da incapacidade do Estado laico-republicano de incluir as

classes subalternas no plano político e competia neste nível através de partidos políticos, sindicatos e de movimentos laicos, tais como a Ação Católica<sup>108</sup>. A Encíclica *Rerum Novarum* marca uma mudança no posicionamento da Igreja frente ao pensamento moderno. Enquanto as encíclicas anteriores<sup>109</sup> possuíam um caráter pessimista e fechado quanto ao mundo contemporâneo, esta Carta, em uma atitude construtiva, facilita a prática, para a sociedade civil católica, de uma política de caráter cristianizador do capitalismo. A retomada do poder hegemônico constitui-se na utopia que incita à ação religiosa e leiga.

No Brasil, no que tange à questão da Igreja, os anos de 1920 são marcados pela atuação de Jackson de Figueiredo<sup>110</sup>, que formou seguidores, dentre eles, Alceu Amoroso Lima<sup>111</sup>, Augusto Frederico Schmidt<sup>112</sup> e Afrânio Peixoto<sup>113</sup> que,

<sup>108</sup> No Brasil, a partir da década de 1930, a Ação Católica criou, sob a orientação dos bispos, as seguintes organizações: Juventude Universitária Católica (JUC), Operária (JOC), Agrária (JAC) e Estudantil (JEC). Ver: <http://www.pime.org.br/missaojovem/mjhistrenova.htm>, 25/03/2007, 11h53min.

<sup>109</sup> *Mirari Vos*, de Gregório XVI, em 1832; *Quanta Cura*, de Pio IX, em 1864; *Pascendi*, de Pio X. (Vianna, 1999).

<sup>110</sup> Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju (SE), em 9 de outubro de 1891 e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu atividade como professor, jornalista, crítico, ensaísta, filósofo, político e líder católico, após sua conversão ao catolicismo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital, a revista *A Ordem* e a Livraria Católica, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1928, aos 37 anos de idade. Ver: [http://www.vivabrazil.com/jackson\\_de\\_figueiredo.htm](http://www.vivabrazil.com/jackson_de_figueiredo.htm), 25/03/2007, 13h02min. [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_jacksondefigueiredo.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_jacksondefigueiredo.htm), 25/03/2007, 13h05min.

<sup>111</sup> Alceu Amoroso Lima nasceu na cidade fluminense de Petrópolis, a 11 de dezembro de 1893. Filho de Manuel José Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima, faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de agosto de 1983. Cursou o Colégio Pedro II e formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913. Crítico literário e polígrafo adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde, que usou em múltiplas oportunidades. Convertido ao catolicismo tornou-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil, foi diretor do Centro Dom Vital e eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1935, foi empossado em 14 de dezembro de 1935. Catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia, foi um dos fundadores, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da qual chegou a ser presidente e onde lecionou, também, como catedrático, a referida disciplina. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/alceuamorosolima.htm>, 25/03/2007, 13h18min.

<sup>112</sup> Augusto Frederico Schmidt nasceu em 18 de abril de 1906 no Rio de Janeiro e faleceu na mesma cidade em 8 de fevereiro de 1965. Foi balconista, caixeiro viajante e fabricante de aguardente e de álcool. Em 1928 publicou as obras poéticas *Canto do Brasileiro Augusto Frederico Schmidt* e *Cantos do Liberto Augusto Frederico Schmidt*. Conviveu com autores modernistas, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Em 1931 fundou a editora Schmidt,

por sua vez, compuseram os quadros de uma intelectualidade leiga que participou ativamente da vida política e cultural do país. Ainda segundo Vianna (*op.cit*), por trás das ações deste grupo estaria Dom Sebastião Leme<sup>114</sup>, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro entre 1930 e 1942. Com seu estímulo e, de acordo com o que propunha a *Rerum Novarum*, foram criadas organizações religiosas, mistas ou leigas destinadas a agir com base nos princípios católicos em todas as instâncias da sociedade. Diante deste contexto, é possível perceber a penetração da Igreja Católica no período e a importância da Encíclica *Rerum Novarum*.

Esta Carta do Papa Leão XIII, datada de 1891, é vista como um dos mais populares documentos emitidos pela Santa Sé nos últimos tempos. Com o objetivo de marcar sua posição em relação à condição operária, trata da chamada ‘questão social’ consolidando e aprofundando temas que já haviam sido abordados em outros documentos da Igreja Católica<sup>115</sup>. Partindo da constatação de que era grande a desigualdade das condições de existência de patrões e empregados, busca debater esta temática e propor soluções à luz do catolicismo. Nessa perspectiva, opõe-se frontalmente a todas as ações socialistas, aproximando-se, por conseguinte, das concepções liberais. Os socialistas são apontados como

---

que publicou obras importantes como *Caetés*, de Graciliano Ramos, e *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Entre 1948 e 1964 foram publicados seus livros *O Galo Branco*, *Paisagens e Seres*, *Discurso aos Jovens Brasileiros*, *As Florestas*, *Antologia de Prosa* e *Prelúdio à Revolução*. De 1956 a 1966, foi representante do Brasil na Operação Pan-Americana delegado do Brasil na ONU, e embaixador na Comunidade Econômica Européia. Ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD\\_Verbete=403](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD_Verbete=403), 25/03/2007, 13h25min.

<sup>113</sup> Júlio Afrânio Peixoto, médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 14 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1947. Eleito em 7 de maio de 1910 para a Cadeira n. 7, na sucessão de Euclides da Cunha, foi recebido em 14 de agosto de 1911, pelo acadêmico Araripe Júnior. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri e de outras instituições. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/afraniopeixoto.htm>, 25/03/2007, 13h30min.

<sup>114</sup> Dom Sebastião Leme, preocupou-se em levar a Igreja a participar da vida política do país. Buscou congregar intelectuais no Centro Dom Vital e criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) para apoiar candidatos católicos às eleições para a Assembléia Constituinte de 1933. Ligado a Getúlio Vargas, Dom Leme trabalhou pela legislação que reintroduziu a educação religiosa nas escolas. <http://www.pime.org.br/missaojovem/mjhistrenova.htm>, 25/03/2007, 12h08min.

<sup>115</sup> *Diurnum* (1831); *Imortale Dei* (1885) e *Libertas* (1883). Comunicação pessoal do Prof. Luis Bazílio (2006).

portadores de “ódio invejoso” (*Rerum Novarum*, 2005, p. 11), como interessados na dissolução da família e ocupados em “excitar as multidões e fomentar desordens” (*op. cit.* p. 10).

De acordo com o Papa, só seria possível encontrar uma resposta eficaz para esse problema com o auxílio da religião e da Igreja. A extinção das antigas corporações de ofícios deixou os operários desprotegidos, isolados, indefesos e entregues à cobiça desenfreada dos patrões. E, com o trabalho nas mãos de homens gananciosos, os trabalhadores permanecem em uma situação quase servil. As soluções propostas pelos socialistas não resolvem o problema por violarem o direito legítimo à propriedade, viciarem as funções do Estado e subverterem o edifício social. A Encíclica defende a propriedade privada, assegurando-a como um direito natural, e defende a família, como sociedade anterior a toda sociedade civil e, por isso, detentora dos direitos sobre a propriedade.

É objetivo da Igreja que todas as classes, ricas e pobres, possam, juntas e em harmonia, empregar forças para dar à questão operária a melhor solução. Para isso, os homens devem aceitar com paciência sua posição social, pois é impossível que em uma mesma sociedade todos ocupem o mesmo nível. Com relação aos direitos e aos deveres de operários e de patrões, os primeiros devem oferecer fielmente todo o trabalho a que se comprometeram, fazer suas reivindicações sem violência e fugir daqueles que pregam falsas promessas. Os patrões, por sua vez, não devem tratar seus empregados como escravos, e nem como “vis instrumentos de lucros”, tendo sempre que considerar seus interesses espirituais. Isso significa que o patrão deve cuidar para que o operário não se entregue aos vícios, às seduições e às solicitações corruptoras. Nada deverá enfraquecer seu espírito de família e nem seus hábitos de poupança. O patrão também não deverá impor a seus subordinados um trabalho acima de suas forças e em desacordo com sua idade ou com seu sexo. O salário deverá ser justo e essa justa medida deve ser buscada nas leis divinas que impedem as fraudes, a exploração, a miséria e a usura. Os operários devem ser orientados a fazer



economias e os ricos não devem atentar contra a economia do pobre sob o risco de sofrerem a ação da justiça divina. As classes sociais devem se unir e, com boa vontade, encontrar as soluções para seus problemas. Importa, entretanto, destacar que a expressão 'classes sociais' não está referida à definição usual da sociologia.

A Encíclica lembra, ainda, que todo o sofrimento é parte da experiência humana e que aqueles que sofrem com Jesus Cristo, com ele reinarão. As riquezas não isentam da dor e não têm utilidade na vida eterna, por isso, cabe aos ricos cuidar bem de sua fortuna a fim de prestar contas a Deus. De acordo com a Carta, todo trabalho é digno, mas a verdadeira dignidade do homem reside nos seus costumes e nas suas virtudes morais. O Estado deve agir no sentido de melhorar a vida dos operários, pois, é do trabalho que resulta a riqueza das nações. A eqüidade manda que o Estado se preocupe com os trabalhadores e que toda essa riqueza produzida retorne para eles em forma de conforto e bem-estar, de modo que possam morar bem, vestir-se adequadamente e viver à custa de menos trabalho e privações.

Ao Estado cabe, inclusive, impedir as greves, zelando para que os operários não sejam submetidos a condições mesquinhas de trabalho. Tais condições põem em risco a paz e a ordem pública e fazem nascer os conflitos entre patrões e empregados. Os bens da alma devem ser protegidos. Não se deve violar a dignidade do homem, nem impedi-lo de atingir o aperfeiçoamento para conquistar a vida eterna, por isso a necessidade do repouso festivo. Os homens não devem permanecer em ócio por muito tempo e nem em total inação, porque esta é uma fonte de vícios e ocasião de dissipação. Deve-se consagrar o repouso à religião, pois dessa maneira os homens se desligarão das ocupações da vida cotidiana e se voltarão para os bens celestiais e para Deus.

De acordo com a Encíclica, o trabalho não deve embrutecer o espírito e nem enfraquecer o corpo; deve ser suspenso a fim de permitir o repouso e não deve ser prolongado além do limite das forças do sujeito. A quantidade de repouso deve ser proporcional à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do

lugar, à constituição e saúde dos operários. O trabalho da mulher e da criança não deve ser igualado ao de um homem forte e robusto. Há que se destinar à mulher trabalhos que se adaptem à sua natureza de modo a que possa se dedicar à família e à educação dos filhos.

Segundo a Carta, patrões e operários unidos podem buscar soluções para seus problemas, por meio de iniciativas próprias. Podem-se tomar como exemplo as associações de socorro mútuo e instituições de outros tipos que visam proteger viúvas, órfãos e doentes e adaptá-las aos novos tempos, de modo que possam se tornar úteis e produtivas. Por fim, a caridade é tomada como a solução definitiva para o problema por ser a rainha de todas as virtudes e o antídoto contra o egoísmo e o orgulho.

A relação entre o Direito Social e a Encíclica pode ser melhor compreendida se pensarmos que 1º Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em maio de 1941, em São Paulo e organizado pelo professor Cesarino Júnior<sup>116</sup> e pelo advogado Rui Azevedo Sodré, integrou o conjunto de atividades comemorativas do cinquentenário da *Rerum Novarum*. Portanto, não se constitui em uma surpresa o fato de muitas das idéias e propostas de Leão XIII discutidas na Encíclica poderem ser encontradas dispersas em todo o conjunto documental analisado. Nessa perspectiva, nossa hipótese acerca da criação do Serviço de Recreação Operária se fortalece.

### c) A Organização Internacional do Trabalho

Uma outra instância normativa e de poder cujo discurso acreditamos ser

---

<sup>116</sup> Cesarino Júnior nasceu em Campinas em 1906 e faleceu em 1992. Advogado, médico e professor, fundou em 1950, a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho, da qual foi presidente. Fundou e foi presidente do Instituto de Direito Social do Trabalho, presidiu o I e II Congresso Brasileiro de Direito Social e da Semana de Previdência e Assistência Social. Foi fundador e diretor do Instituto de Direito Comparado e Segurança Social, da Faculdade de Direito da USP. Foi idealizador e realizador da UNITRA - Universidade para o Trabalhador. Politicamente foi o fundador do primeiro Partido Democrático Cristão (PDC). Participou dos Congressos Internacionais de Direito do Trabalho e Segurança Social em Trieste, Bruxelas, Lyon, Estocolmo. Ver: [http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec\\_pes\\_ant\\_cesarino.htm](http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_cesarino.htm), 31/03/2007, 00h10min

parte da trama que se concretiza no SRO é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes<sup>117</sup>. Este foi um dos tratados de paz assinados pelos países vencedores da guerra que impôs severas sanções à Alemanha, dentre elas, a restituição da Alsácia e da Lorena para a França, a devolução de territórios à Polônia, a redução de suas forças militares e ainda, o pagamento de um tributo no valor de 33 bilhões a algumas nações vencedoras. O Brasil foi um dos trinta e dois países signatários deste Tratado e, ao assiná-lo assumiu compromissos com a paz e com o progresso mundial, ao menos no que se referiu às regras impostas pelos países vitoriosos.

A OIT tem o objetivo de trabalhar para que se realize um programa baseado nas seguintes considerações:

- a paz universal e permanente só pode se basear na justiça social;
- existem condições de trabalho que encerram um tão alto grau de injustiça, miséria e privações para um número tão grande de pessoas que o descontentamento causado constitui uma ameaça para a paz e a harmonia universais;
- é urgente melhorar as condições de trabalho, no que concerne: regulamentação das horas de trabalho; fixação da duração máxima da jornada e da semana de trabalho; contratação de mão de obra; luta contra o desemprego; garantia de um salário vital adequado; proteção do trabalhador contra doenças, sejam profissionais ou não; proteção contra acidentes de trabalho; proteção ao trabalho de crianças, adolescente e mulheres; proteção dos interesses daqueles que trabalham no exterior; reconhecimento do princípio do salário igual por um trabalho de igual valor, e do princípio da liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, bem como outras medidas análogas;
- qualquer nação que não adote um regime de trabalho realmente humano, constitui-se em um obstáculo aos esforços de outras que desejam melhorar a

---

<sup>117</sup> Estas informações foram retiradas da página desta Organização no endereço: <http://www.oit.org/ilolex/spanish/index.htm>, 26/03/2007.

sorte dos trabalhadores de seu próprio país.

As normas internacionais do trabalho são instrumentos jurídicos elaborados pelos representantes da OIT – governos, empregadores e trabalhadores, que estabelecem os princípios e os direitos básicos do trabalho. Tais normas se dividem em Convênios, que são tratados internacionais legalmente obrigatórios que podem ser ratificados pelos Estados Membros e, Recomendações que atuam como diretrizes não-obrigatórias. Em muitos casos, um Convênio estabelece os princípios básicos que devem ser aplicados pelos países que o ratificam, enquanto que uma Recomendação relacionada o complementa fornecendo diretrizes mais detalhadas sobre sua aplicação. As Recomendações também podem ser autônomas, isto é, não vinculadas a nenhum Convênio.

Estas normas, uma vez adotadas devem ser submetidas ao exame das autoridades competentes dos Países Membros. No caso do Convênio, trata-se de decidir, ou não, pela sua ratificação e, em caso positivo, entra em vigor no país no ano seguinte. Os países que ratificam um Convênio estão obrigados a aplicá-lo na legislação e na prática e têm que enviar regularmente à Oficina Internacional do Trabalho documentos comprobatórios de sua atuação neste sentido. Caso contrário, podem ser alvo de queixas ou de reclamações por violação de Convênios.

Nosso interesse específico reside nos Convênios e nas Recomendações que tratam das questões relativas ao tempo de trabalho e ao tempo de férias e nestas destacamos os aspectos que consideramos mais relevantes São eles:

- Convênios

- Conferência Geral da OIT convocada em Washington, Estados Unidos da América, em 29 de outubro de 1919 – Convênio 1 (C 1 – Convênio sobre as horas de trabalho (indústria)): estabelece que o trabalho na indústria não poderá exceder oito horas diárias e quarenta horas por semana, salvo nas exceções previstas por este Convênio;

- Conferência Geral da OIT convocada em Washington, Estados Unidos da América, em 29 de outubro de 1919 – Convênio 2 (C 2 – Convênio sobre o desemprego): estabelece que deverão ser tomadas medidas contra o desemprego que deverão ser comunicadas regularmente à Oficina Internacional do Trabalho;

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, em 25 de outubro de 1921 – Convênio 14 (C 14 - Convênio sobre o descanso semanal (indústria)): estabelece que todo empregado de indústria pública ou privada terá direito a um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas de duração, após um período de sete dias de trabalho;

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 10 de junho de 1930 – Convênio 30 (C 30 - Sobre as horas de trabalho (comércio e oficinas)): estabelece que a expressão 'horas de trabalho' significa o tempo durante o qual o empregado está à disposição do empregador no comércio e nas oficinas, que não poderá exceder o período de quarenta e oito horas por semana e de oito horas por dia, considerando-se as devidas exceções;

#### - Recomendações

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 25 de outubro de 1921 - Recomendação 18 (R 18 – Sobre o descanso semanal (comércio)): recomenda que cada Estado Membro adote medidas para que todo empregado no comércio público ou privado possa desfrutar de vinte e quatro horas consecutivas de descanso após um período de trabalho de sete dias;

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 16 de junho de 1924 - Recomendação 21 (R 21 – Sobre a utilização do tempo livre): a respeito da qual nos deteremos mais adiante;

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 10 de junho de 1930 - Recomendação 37 (R 37 - Sobre as horas de trabalho dos empregados em hotéis, restaurantes, pensões, cafés e em outros estabelecimentos que, exclusiva ou principalmente, ofereçam a seus clientes alojamento ou alimentos e bebidas);

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 10 de junho de 1930 - Recomendação 38 (R 38 - Sobre as horas de trabalho em teatros, 'music halls', cinemas e em outros locais de diversão);

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 10 de junho de 1930 - Recomendação 39 (R 39 - Sobre as horas de trabalho em estabelecimentos dedicados ao tratamento e a hospitalização de enfermos, deficientes, indigentes e alienados);

- Conferência Geral da OIT convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Oficina Internacional do Trabalho, reunida em 4 de junho de 1936 - Recomendação 47 (R 47 – Sobre as férias remuneradas):

Estas Recomendações foram consideradas superadas e, por isso, foram retiradas em reuniões posteriores, dentre elas: R 18 e R 21, retiradas em 2004; R 37, R 38 e R 39, retiradas em 2002. A Recomendação 47 também foi considerada superada, mas ainda não foi objeto de debate com vistas à sua supressão.

Importa-nos analisar a Recomendação 21 que abordava a questão da utilização do tempo livre. Em suas considerações o documento fazia alguns alertas. Lembrava que ao estabelecer o Convênio 1, a OIT tinha a intenção de garantir aos trabalhadores, além das horas necessárias para dormir, um tempo suficiente para que pudessem fazer o que lhes desse prazer, ou em outras palavras, garantir-lhes um período adequado de tempo livre (*spare time*). Durante este intervalo de tempo, os trabalhadores, de acordo com seus gostos pessoais, poderiam desenvolver suas faculdades físicas, morais e intelectuais, o que teria um valor fundamental para o progresso da civilização. Além disso, o documento

apresentava argumentos ligados aos aspectos da produção de riquezas materiais, pois afirmava que o emprego razoável deste tempo, organizado de modo que permitisse ao trabalhador variar suas atividades e aliviar as tensões que sua profissão lhe impunha, poderia aumentar sua capacidade produtiva, o rendimento de seu trabalho e contribuir, assim, para alcançar a máxima eficácia durante a jornada de oito horas. Ademais, ainda que fossem consideradas as diferenças locais e os costumes de cada país, seria conveniente fixar os princípios e métodos vistos como os mais adequados e mais eficazes para a utilização deste tempo. Neste sentido, seria interessante divulgar em todos os países os esforços realizados e as iniciativas adotadas.

Com base nestas afirmativas, o documento recomendava:

- Proteção do tempo livre: deveria ser garantido o pleno gozo destas horas de liberdade. Os empregadores deveriam oferecer salários justos de modo que os empregados não necessitassem complementá-lo, recorrendo a trabalhos extras no tempo que deveria ser tempo livre. Também deveria ser previsto e organizado um sistema de transporte que facilitasse o deslocamento dos trabalhadores reduzindo ao mínimo o tempo gasto no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa;

- O tempo livre e a higiene social: a utilização do tempo livre não poderia se separar das medidas gerais de higiene ou de bem estar social, adotadas pela comunidade para todas as classes sociais, por isso, a Conferência recomendava o desenvolvimento da higiene pessoal, especialmente através da criação de estabelecimentos públicos de banho e piscinas populares. Também deveriam ser adotadas medidas legislativas ou ser estimulados os esforços privados para combater o alcoolismo, a tuberculose, as enfermidades venéreas e os jogos de azar;

- O tempo livre e a política de habitação: deveriam ser estimulados todos os esforços que favorecessem o desenvolvimento harmonioso da família operária e, colocar à sua disposição uma moradia adequada era visto como o melhor meio

para proteger os trabalhadores contra os perigos acima mencionados. A Conferência recomendava que se aumentasse o número de moradias baratas que reunissem as condições essenciais de salubridade e de comodidade;

- Instituições para a utilização do tempo livre: a Conferência alertava para alguns aspectos que considerava importantes. Em seu entendimento, eram inúmeras as instituições que poderiam oferecer aos trabalhadores ocasiões para exercer livremente suas atividades de acordo com seus gostos pessoais. Ressaltava que deveriam ser observados os hábitos e dos costumes de cada país e de cada região, e chamava a atenção para a necessidade de evitar uma dispersão dos esforços ao criar instituições que não respondessem às necessidades definidas.

- Deveriam ser considerados, também, os interesses as aspirações, os gostos e as situações particulares das categorias de trabalhadores e recomendava as iniciativas que tivessem por objeto:

- a) A melhoria da economia doméstica e da vida familiar (agricultura de subsistência, criação de animais em pequena escala, dentre outras possibilidades) que combinassem os benefícios do recreio com o sentimento de obter uma vantagem econômica, mesmo que pequena;
- b) O desenvolvimento da força e da saúde físicas dos trabalhadores por meio de jogos e desportos que permitissem aos jovens operários, submetidos à extrema divisão do trabalho industrial moderno, a expansão livre de suas forças, dotando-os, ao mesmo tempo, de novas qualidades de iniciativa e de emulação;
- c) O desenvolvimento do ensino profissional, doméstico e do ensino em geral (bibliotecas, salas de leitura, palestras, cursos profissionalizantes, cursos de formação geral, dentre outras) que responderiam a uma das necessidades mais profundas dos trabalhadores e que eram vistos como a melhor garantia para o progresso de todas as comunidades industriais.

A Conferência recomendava que estas iniciativas fossem estimuladas



mediante a concessão de subvenções aos organismos que se ocupassem do desenvolvimento moral, intelectual e físico dos trabalhadores.

- Livre utilização das instituições e coordenação de seus esforços: a Conferência ressaltava que os trabalhadores poderiam considerar estes esforços como intromissões em sua vida particular e, deste modo, criticar toda iniciativa de utilização do tempo livre, por temerem uma possível restrição de sua liberdade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que rendia homenagens aos sentimentos que inspiravam a criação de obras destinadas a facilitar a boa utilização deste tempo, sugeria que se chamasse a atenção de seus promotores para a necessidade de proteger a liberdade individual dos trabalhadores contra todo método ou toda iniciativa que tivesse como objetivo a imposição, direta ou indireta, de uma ou de outra instituição. Preocupada com uma possível perda de liberdade por parte dos operários, destacava que mesmo prestando ajuda financeira ou de outro tipo, autoridades públicas ou entidades patronais não poderiam intervir na administração das instituições porventura criadas. Considerava, ainda que as instituições mais viáveis e eficazes eram aquelas fundadas e desenvolvidas pelos próprios beneficiários.

Para concluir, a Conferência recomendava que se estudasse a possibilidade dos Estados Membros criarem comissões regionais ou locais das quais participassem representantes dos poderes públicos, dos trabalhadores, do patronato e das sociedades cooperativas, de modo a coordenar e harmonizar os esforços das diversas instituições que procuravam meios de recreio. Além disso, sugeria que fossem organizadas propagandas ativas e eficazes a fim de educar a opinião pública em favor da boa utilização do tempo livre pelos trabalhadores.

Os debates e as resoluções da Organização podiam ser acompanhados através de textos publicados no *Boletim* do Ministério do Trabalho<sup>118</sup>, pois os brasileiros que participavam das reuniões como delegados redigiam artigos nos quais prestavam conta de sua participação, divulgavam a entidade e suas

---

<sup>118</sup> *BMTIC*, nº 119, julho 1944; *BMTIC*, nº 122, outubro 1944, artigos de autoria de Luiz Augusto de Rêgo Monteiro; *BMTIC*, nº 124, dezembro 1944, de autoria de Helvécio Xavier Lopes; *BMTIC*, nº 139, março 1946, de Décio Parreiras.

determinações e davam notícias do que estava sendo implantado no Brasil com relação aos Convênios e Recomendações. Marcondes Filho também tratou desta temática em seu programa de rádio em junho de 1944<sup>119</sup>. Nesta palestra, para comentar a 26ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida na Filadélfia (EUA), em 1944, falou sobre a fundação da OIT, sobre sua importância, sobre os assuntos discutidos, sobre a participação do Brasil e sobre sua posição de vanguarda no cenário mundial com relação à proteção social, “graças ao gênio político e ao espírito profundamente humano do Presidente Getúlio Vargas” (p. 284). Segundo o Ministro, o brilhantismo dos representantes brasileiros levou o país a um lugar de destaque nesta reunião e a versão para a língua inglesa da Consolidação das Leis do Trabalho, causou excelente impressão aos delegados estrangeiros. Para finalizar, reafirmou o propósito do Governo Vargas de atender as resoluções da Conferência. A crermos nas palavras de Marcondes Filho, as Recomendações da OIT podem ser vistas como demandas a serem atendidas e, em nosso entendimento, se concretizam na criação e no funcionamento do Serviço de Recreação Operária, ao menos no período estudado.

Como é possível observar, os discursos emitidos pelo movimento operário organizado, pela Encíclica *Rerum Novarum* e pelas Conferências Internacionais do Trabalho possuem inúmeros pontos em comum e, com relação às duas últimas instâncias, a convergência foi assumida por Luiz Augusto do Rêgo Monteiro e por Helvécio Xavier Lopes nos artigos de sua autoria publicados no *Boletim*, acima citados. Obviamente que os trabalhadores estão iluminados por uma perspectiva diferente daquela das elites dominantes, neste caso representadas pelas demais instâncias normativas. Claro está, inclusive, que existem divergências entre estas, mas, no final das contas, serão superadas pelo objetivo maior que as une que é a regulação e o controle da vida dos operários a fim de enquadrá-los na ordem liberal capitalista. Como veremos nos capítulos 2 e 3 desta tese, o patronato comercial e o presidente do SRO, Arnaldo Lopes Sússekind, também utilizaram elementos referidos a estes discursos, o que para nós é sinal das comunicações,

---

<sup>119</sup> BMTIC, nº 119, julho 1944.

reapropriações e circularidades discursivas que consideramos fundamentais na criação do Serviço. Nesta perspectiva, vejamos aqueles que acreditamos serem os cinco objetivos do Serviço de Recreação Operária.

e) Os objetivos do Serviço de Recreação Operária em outra possibilidade de análise

#### 1) Estímulo à sindicalização.

Como somente operários sindicalizados poderiam usufruir das atividades oferecidas, as ações da CTOS estiveram voltadas para esse propósito. O objetivo era fortalecer os sindicatos tornando-os núcleos congregadores de operários.

A constatação de que o projeto político de sindicalização precisava de ajustes deu-se no início de 1943. Segundo Gomes (2002), um dos grandes projetos do Regime pautava-se num tripé que previa o funcionamento da Justiça do Trabalho, dos Institutos de Previdência e Assistência Social e dos sindicatos. Para isso, o Governo pretendia, além de fazer com que as lideranças sindicais fossem a expressão do interesse pela causa dos trabalhadores, que o sindicato fosse verdadeiramente representativo de sua categoria. Era necessário, portanto, estimular não apenas a ampliação do número de associados, mas também o aumento de sua frequência às sedes.

Para dar agilidade à consecução desses objetivos, o governo montou uma estrutura que comportou a criação de um imposto e de quatro instâncias burocráticas: o Imposto Sindical, a Comissão de Enquadramento Sindical, a Divisão de Organização e Assistência Sindical, a Comissão Técnica de Orientação Sindical e o Serviço de Recreação Operária.

O Imposto Sindical, cujo valor era equivalente a um dia de salário de cada empregado, sindicalizado ou não, por ano, objetivava prover os sindicatos dos

recursos financeiros necessários ao cumprimento de suas funções de assistência social, A Comissão de Enquadramento Sindical tinha a responsabilidade de acompanhar o processo de ampliação do número de entidades profissionais legalmente reconhecidas pelo MTIC. A Divisão de Organização e Assistência Sindical ficou a cargo de José de Segadas Viana, assessor de Marcondes Filho, e tinha a função de organizar, acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas por todos os sindicatos. A Comissão Técnica de Orientação Sindical, sobre a qual já nos detivemos, foi incumbida de lhes dar assistência técnica e, por último, o Serviço de Recreação Operária, objeto de nossa investigação.

Marcondes Filho, em uma de suas palestras semanais em maio de 1944, comentando<sup>120</sup> o discurso de Vargas<sup>121</sup>, proferido em primeiro de maio de 1943, abordou a necessidade de se aumentar o número de operários sindicalizados. Afirmou que o presidente dissertou sobre a necessidade de

cerrar fileiras em torno das agremiações sindicais por forma que os sindicatos representem realmente um número de associados que seja a expressão total de cada atividade, aptos a exercer a fiscalização dos direitos que lhes assistem (p. 331).

E mais adiante:

Animando o aumento dos quadros sindicais, o Estado visa justamente impedir a ação nociva de pequenos agrupamentos, que tantos males causaram ao sindicalismo na vigência da lei anterior, em que cada distrito de paz podia ter um ou dois sindicatos da mesma profissão, em que cinquenta pessoas conseguiam fundar um sindicato e em que se chegou mesmo a classificar certas associações com o expressivo título de 'sindicato de carimbo' destinado a fins políticos, todos eles sem vida patrimonial, e, portanto, sem meios assistenciais. (...) O Estado agora quer articular e incluir nos quadros sindicais o mesmo número de cidadãos que ele articulou e incluiu nos Institutos de Aposentadoria. O que prevalece, na campanha, não é, pois a novidade de uma articulação, mas como aconteceu no plano da

<sup>120</sup> *BMTIC*, nº. 118, junho 1944.

<sup>121</sup> *Cultura Política*, nº. 28, junho 1943.

previdência, o mesmo sentido social, humano e educativo (p. 333).

Nesse trecho de sua fala, encontramos quatro referências a algumas das questões que vinham demandando uma maior atenção do Governo no período, quais sejam: as vozes dos opositores do Regime já estavam se fazendo ouvir; as críticas sobre a lei de sindicalização de 1939; a preocupação com as lideranças sindicais formadas pelos “mergulhadores de tapete” (GOMES, 2005, p. 250), como eram chamados os líderes que não estavam preocupados com os problemas dos trabalhadores, mas sim empenhados em resolver seus próprios problemas e, por fim, a necessidade de mobilizar os trabalhadores e estimular a associação aos sindicatos.

A preocupação com o estímulo à sindicalização era tamanha que Getúlio Vargas, em sua fala proferida na comemoração do Primeiro de Maio de 1943<sup>122</sup>, na Esplanada do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro, afirmou:

Neste primeiro de maio, aproveitando o ensejo de falar-vos diretamente, quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político. Não há, aí, apenas um dever patriótico a cumprir. Reclamam-no os interesses gerais e o interesse particular do próprio trabalhador, que, falando por si mesmo junto às instâncias da administração, mais se integra na organização do Estado e se liberta por completo das explorações parasitárias de politikeiros e demagogos, sempre prontos a prometer o que não podem dar em troca de tudo aquilo a que não têm direito (p. 10).

De acordo com Gomes (2002), ao longo do ano de 1943, foi realizada uma intensa campanha de sindicalização. Como já vimos, era necessário criar

---

<sup>122</sup> *Cultura Política*, nº. 28, junho 1943.

incentivos de modo a elevar a frequência aos sindicatos e, na fala de Vargas está presente essa preocupação. Na palestra no dia 16 de dezembro de 1943<sup>123</sup>, Marcondes Filho, comentando as realizações de seu Ministério no ano que terminava afirmou:

Em janeiro, por minha vez, assinalei que o ano de 1943 devia ser dedicado, de modo especial, ao preparo da consolidação das leis do trabalho e ao desenvolvimento de uma grande campanha em favor da sindicalização (p. 312).

Esta fala, somada a de Vargas, mostra que no ano de 1943 foram intensas as preocupações do Regime com a atração dos operários para seus sindicatos. Como vimos percebendo e destacando, o projeto político do Governo nesse período não se caracterizava apenas por sua face repressora e coercitiva, pois este era um momento que demandava certos cuidados nas ações empreendidas. Logo, importa perceber que o SRO encaixava-se coerentemente às estratégias em curso pelo modo como foi apresentado aos trabalhadores e por aquilo que pretendia oferecer.

Encontramos apoio para nossa argumentação em Gomes (2005), quando, ao analisar a orientação política do Estado Novo após 1942, afirma que o Regime objetivava estreitar suas relações com o movimento dos trabalhadores, através dos sindicatos. Se, por um lado, pretendia exercer maior controle, por outro, desejava uma maior representação de suas lideranças. Desse modo:

[...] não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar uma certa dose de representatividade real (p. 171).

Ao lado do estímulo à sindicalização e compondo o conjunto dos direitos sociais que se queria garantir, é possível observar a materialização da

---

<sup>123</sup> *BMTIC*, nº. 113, janeiro 1944.

preocupação do Estado com vários aspectos da vida do operário. Essa é uma outra dimensão do SRO que veremos a seguir.

2) Integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social

Ao assumir o poder em 1930, Vargas procurou cumprir as promessas de campanha e iniciou um período de criação de ministérios e de promulgação de leis destinadas a proteger o trabalhador ativo e a amparar o inativo. Em 1937, o Governo considerava que os objetivos a que se propôs atingir, voltados para a organização dos sindicatos, para a ampliação da assistência econômica ao trabalhador e para o funcionamento da Justiça do Trabalho, haviam sido alcançados. Portanto, era chegado o momento de dar atenção, cuidado e respostas a demandas relacionadas às condições de vida do operário tais como, alimentação, habitação, educação e recreação. Pretendia-se criar uma “zona de conforto” <sup>124</sup>, capaz de assegurar ao operário uma vida digna e de garantir a segurança social.

Nessa perspectiva, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social, foi instituída uma política de construção de casas populares e foi criado o Serviço de Recreação Operária, objeto de nosso estudo.

O problema da alimentação no Brasil era considerado extremamente grave. Na opinião de Peregrino Júnior<sup>125</sup>, a questão deveria ser analisada sob os pontos de vista econômico e social, pois estava ligada à pobreza e à ignorância. Era necessário educar a população e melhorar suas condições financeiras, porque:

---

<sup>124</sup> *Cultura Política*, nº. 21, novembro de 1942.

<sup>125</sup> Chefe do Serviço de Endocrinologia da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Professor Catedrático de Biologia na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. *Cultura Política*, nº. 02, abril 1941.

[...] isso equivale a recuperar, pela restituição da saúde e da energia creadora, os nossos braços mais úteis, aumentando-lhes as aptidões coletivas de produção e de trabalho, e preparando-os, com clarividência e segurança, para a nobre e árdua missão da defesa nacional (p. 103).

A resolução desse problema também estava ligada à preparação de braços saudáveis, úteis e fortes o suficiente para produzir mais riquezas e defender a Nação. Mais uma vez surge a necessidade de se educar a população. Para a consecução dessa política alimentar, deveriam ser utilizados todos os veículos de difusão de informações e todos os espaços que pudessem apresentar um caráter pedagógico, logo, o rádio, o cinema, os jornais, as escolas, os quartéis e as fábricas participariam deste processo. Como se pode observar, crianças e adultos eram os alvos da campanha, por conseguinte, os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública atuaram paralelamente, cada um com sua especificidade.

Cabia ao SAPS, também ligado ao MTIC, ser mais um<sup>126</sup> dos órgãos que participavam da concretização da política nacional de alimentação. Seu surgimento deveu-se, inicialmente, à obrigatoriedade da existência de refeitórios instalados em áreas próximas a estabelecimentos industriais e comerciais que empregassem o mínimo de quinhentos trabalhadores. Tinha por função divulgar os princípios da boa alimentação, através de campanhas educativas. Além disso, segundo artigo da revista *Cultura Política*<sup>127</sup>, sob sua responsabilidade, foram inaugurados postos de abastecimento de gêneros alimentícios, restaurantes-escolas e circulavam pela cidade caminhões que vendiam frutas e legumes.

De acordo com a mesma fonte, o restaurante Central, construído na Praça da Bandeira, estava preparado para fornecer cerca de dez mil refeições diárias, ao preço de um cruzeiro e quarenta centavos (Cr\$ 1,40). O da Fábrica Nacional de

<sup>126</sup> O ministro João Alberto Lins e Barros, coordenador da Mobilização Econômica, criou, em 1943, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional com o objetivo de realizar 'estudos, trabalhos e pesquisas concernentes ao problema de alimentação' (*Cultura Política*, nº. 28, junho 1943, p. 233).

<sup>127</sup> *Cultura Política*, nº. 28, junho 1943.



Porcelana, situado na Avenida Suburbana, e aquele instalado no edifício da Imprensa Nacional podiam prover duas mil e quinhentas refeições por dia. O restaurante do Sindicato dos Estivadores possuía condições de oferecer quatro mil refeições diárias e, para servir aos estudantes, havia um refeitório na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo.

No restaurante Central, além da alimentação, segundo o artigo, eram distribuídos gratuitamente boletins de educação alimentar, que, além de anunciarem o cardápio do dia, detalhavam o valor nutricional dos alimentos e as razões de sua escolha para compor aquele cardápio; orientavam sobre hábitos de higiene para o corpo e para o ambiente doméstico e ensinavam as donas de casa a utilizar e preparar frutas e legumes. Também de graça eram servidos cerca de quinhentos cafés da manhã, compostos por leite, pão com manteiga, queijo, bananas e suco de laranja fresco, para crianças inscritas no Serviço de Alimentação, filhos de trabalhadores de baixo salário, mesmo em período de férias. Vale ressaltar que o SAPS tinha como prática regular, ainda segundo a mesma fonte, pesquisar as opiniões e as preferências dos usuários sobre os serviços prestados com o objetivo de aprimorá-los.

Ainda de acordo com o artigo da revista *Cultura Política* em pauta, outro aspecto interessante é que, em paralelo a esses encargos e iniciativas, o Serviço de Alimentação mantinha, no edifício central, uma sala de leitura, outra de música e uma escola-biblioteca, freqüentada por duzentos e oitenta trabalhadores, que oferecia cursos de alfabetização e de conhecimentos gerais. A sala de leitura, criada em setembro de 1942, contava com cerca de dois mil inscritos e o número de consultas aos livros chegou a alcançar cerca de seis mil<sup>128</sup>.

No que diz respeito à construção das habitações populares, a intervenção do Governo foi causada por razões econômicas, sanitárias, demográficas, morais e religiosas. Com relação ao aspecto econômico da questão, uma parcela da população operária sem condições financeiras morava em favelas, cortiços ou

---

<sup>128</sup> *Cultura Política*, nº. 30, agosto 1943.

mocambos<sup>129</sup>, habitações consideradas indignas e não condizentes com a política de proteção que vinha sendo implementada por Vargas. Ademais, os operários e suas famílias estavam sujeitos a vários tipos de doenças, que, podendo levar à morte ou invalidez, trariam prejuízos ao capital.

Os motivos sanitários estavam, de maneira intrínseca, relacionados aos aspectos econômicos. Cortiços, favelas e mocambos eram considerados como focos de verminoses, impaludismo, tifo, lepra, tuberculose e sífilis, portanto, retirar os trabalhadores e suas famílias de locais como esses constituiria uma ação saneadora e preventiva. No caso dos mocambos, segundo a RCP, a preocupação era tamanha que foram alvo das ações do interventor em Pernambuco. Agamenon Magalhães, ex-ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em cooperação com a Liga Social Contra o Mocambo, empreendeu obras de saneamento e de aterro que visaram a acabar com cinquenta mil mocambos no entorno do Recife<sup>130</sup>.

As razões demográficas estavam ligadas à alta fecundidade da população e à imigração. Apesar da grande extensão territorial do país e de amplas áreas insuficientemente povoadas, o governo acreditava que a maior densidade populacional nos centros urbanos justificava a construção de vilas operárias para as famílias numerosas. A intervenção do poder público também se devia ao fato de que as construtoras privadas não demonstravam interesse em investir nesse tipo de moradia. Com relação à imigração, as habitações construídas eram vistas como fator de fixação dos trabalhadores à sua terra natal, o que também traria benefícios para a indústria e agricultura locais.

No que tange às razões morais, estabelecia-se uma ligação entre a higiene e a moral, isto é, 'casa limpa é casa decente' e, com referência aos moradores de cortiços e favelas, a relação que se instalava era entre a pobreza, a sujeira, a

---

<sup>129</sup> Mocambos eram habitações características do Recife, representados como irmãos gêmeos das favelas cariocas, onde moravam cento e sessenta e quatro mil, oitocentas e setenta e sete pessoas, segundo o jornalista João Duarte Filho. Feitas de pau a pique e lama retirada do mangue e cobertas com capim-assú, palmas de coqueiro ou folhas de zinco, suas portas e janelas eram feitas de tábuas ou de folhas de flandres. *Cultura Política*, nº. 15, maio 1942.

<sup>130</sup> *Cultura Política*, nº. 33, outubro 1943.

‘indecência’ e a marginalidade. Vejamos as palavras de Helvécio Xavier Lopes<sup>131</sup> acerca do assunto:

As condições econômicas repercutiam nas condições sanitárias. Grandes massas de trabalhadores eram condenadas a morar em favelas, cortiços e mocambos, absolutamente incompatíveis com a dignidade e decência humana e altamente prejudiciais à higiene. Desprovidas dos mais elementares preceitos de conforto, cresceram, nesses verdadeiros resíduos de tempos troglodíticos, gerações de crianças e jovens doentes, sujos, indisciplinados, que somente não formaram um exército de criminosos desesperados porque a índole do brasileiro e dos emigrantes amalgamados é boa, mesmo na profunda miséria material. Urgia, entretanto, destruir aqueles focos de contágio, acabar com êsses centros impenetráveis de tuberculose, sífilis, lepra e impaludismo (p. 76).

Esses argumentos também estão presentes em outro artigo da revista *Cultura Política*<sup>132</sup>. Utilizados para a análise crítica das habitações dos operários, quando se discutiam as doenças que poderiam ser transmitidas devido às exíguas condições higiênicas reinantes, é possível perceber, no conjunto de moléstias listadas, a reunião daquelas ligadas às questões de ordem especificamente sanitárias, tais como impaludismo, lepra e tuberculose, com outras relativas a comportamentos sexuais, como a sífilis. A pobreza era diretamente relacionada à doença e a condutas moralmente inadequadas. Além disso, o pobre, com seu comportamento sexual reprovável, gerava criminosos em potencial e indivíduos sujos e indisciplinados. A conclusão do raciocínio levava ao estabelecimento de uma relação entre condições de moradia, deficiências genéticas e questões referentes aos ganhos do capital. Vejamos um exemplo:

A propagação da tuberculose, da sífilis, da verminose, de todas as doenças infecto-contagiosas muito se deve às condições de

<sup>131</sup> Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e integrante da Comissão Técnica de Orientação Sindical, em artigo publicado na revista *Cultura Política*, nº.33, outubro 1943.

<sup>132</sup> *Cultura Política*, nº. 17, julho 1942.

moradia e à deficiência física da raça correspondem revolta íntima, trabalho ineficiente, índice econômico reduzido, doença, mortalidade elevada, miséria humana... (p. 220).

As doenças eram devidas às condições de moradia, mas era a deficiência da raça a causa dos males mais diretamente ligados ao capital. Se pensarmos que a maioria da camada pobre da população era formada por negros e mestiços, temos mais um elemento importante para a formação do preconceito contra pobres e negros. Somadas a todos os motivos anteriores estavam as razões religiosas. Apoiado nos valores cristãos, a família era considerada a “base da comunidade nacional”<sup>133</sup> (p. 77), portanto, era necessário dispensar-lhe atenção especial. Acreditava-se que a intervenção do Estado garantiria a harmonia, o conforto e a dignidade da vida familiar, por conseguinte, fortalecer essa célula da sociedade era fortalecer a pátria.

Helvécio Xavier Lopes, nesse mesmo artigo, afirma que eram também os valores cristãos que norteavam as ações do Regime no que se referia ao problema da habitação operária. A família, considerada a “célula da organização social” (p. 77), encontrava-se no centro do argumento, além disso, a obrigação de protegê-la era um dever estabelecido pelo artigo 124 da Constituição de Novembro de 1937. Em certa medida, essa política de proteção significaria garantir, inclusive, a segurança do capital.

Outra importante referência no debate e nas ações voltadas para a questão social era a Organização Internacional do Trabalho. O Brasil, como signatário da convenção de Genebra, adotou, dentre outras, a recomendação de número 21, que, tratando, no capítulo III, da política de habitação operária, declarava que o Estado deveria facilitar tudo aquilo que pudesse favorecer o desenvolvimento harmonioso da família operária. Desse modo, recomendava a multiplicação das habitações saudáveis, providas das condições essenciais de higiene e conforto, tanto no interior quanto nos centros urbanos.

---

<sup>133</sup> *Cultura Política*, nº. 33, outubro 1943.

É interessante notar que a solução dos problemas relativos à habitação, alimentação e recreação tinha como horizonte os ganhos do capital. Por outro lado, não se pode negar os benefícios que a intervenção do Governo proporcionou àqueles para os quais suas ações eram destinadas. Além disso, tais iniciativas se interligavam e possibilitavam a formação de um campo no qual havia ainda espaço para uma outra antiga preocupação: as formas de utilização do tempo de repouso pelos trabalhadores. Vejamos como isso se dava.

### 3) Dimensão de controle do tempo de recreio

Do ponto de vista das elites, as experiências populares de uso do tempo de recreio eram consideradas inadequadas por estarem referidas à desordem, sujeira e promiscuidade, por isso, um dos objetivos do SRO era a difusão de atividades vistas como mais apropriadas. Nesse sentido, a já citada portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que nomeava a comissão encarregada de elaborar o projeto era explícita ao afirmar que este era um órgão “especial destinado a difundir as atividades físicas e morais entre a classe operária facilitando-se-lhes os meios de recreação em geral” (p. 93).

Os estudos de Duarte (1999), Velloso (2004) e Chalhoub (2001) ampliam o conhecimento sobre as vivências das camadas populares em seu tempo de alheamento, desde o final do século XIX até o século XX, e mostram que o projeto estatal de controle desse tempo não é novo na história do Brasil.

Duarte (1999) aborda a questão do controle do tempo de recreio dos trabalhadores em São Paulo durante o Estado Novo, analisando processos jurídicos penais da época, e expõe valores, modos de vida e experiências culturais dos habitantes pobres da cidade. Guardando as devidas cautelas em virtude das diferenças regionais, podemos ter alguma noção sobre a fruição desse tempo por parte das camadas populares. Segundo o autor, o botequim era um espaço

importante da sociabilidade operária, local de compras, encontros, congregar e, também, de conflitos. O botequim se aproximaria, portanto, do que chamaríamos no Rio de Janeiro, há alguns anos, de quitanda, isto é, um espaço dividido de tal forma que era possível adquirir itens necessários à vida cotidiana, tais como farinha, café, arroz, banha e açúcar, além de se poder consumir bebidas alcoólicas ou, simplesmente, tomar café. Daí ser viável pensar o botequim/quitanda como espaço propício para fechar pequenos negócios, combinar passeios, jogar cartado ou outros jogos de azar e, conseqüentemente, pensá-lo como um local aberto à ocorrência de conflitos.

Uma outra importante fonte sobre os usos do tempo de recreio das camadas populares é o trabalho de Velloso (2000). Analisando a percepção do conjunto dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro sobre as reformas do espaço visando sua modernização nas primeiras décadas do século XX, serve-se das obras de cronistas e caricaturistas compreendidos como sensíveis observadores de seu tempo e de sua cidade. A autora apresenta as práticas populares referidas aos usos do tempo de recreio, e é possível observar a amplitude de suas manifestações que, muitas vezes, conjugavam os aspectos religiosos e profanos da vida cotidiana, tais como: candomblé, samba, festas de igrejas, especialmente a da igreja da Penha, jogo do bicho, mafuás, passeios nas praças, botequins, rodas musicais, rodas de capoeira, ranchos, blocos e cordões carnavalescos, serestas, circos, brigas de galo e bailes familiares. Para a autora, tais vivências estavam identificadas com grupos “detentores de valores, concepções e experiências próprias” (p. 42), entretanto, não se coadunavam com as valorizadas pelo Estado ou por aqueles que detinham o poder formalmente instituído. De todo modo, eram experiências rotineiras para uma dada camada dos habitantes da cidade.

Chalhoub (2001) analisa a formação de uma nova ética de trabalho em paralelo com a construção de um novo modelo de família na Primeira República, através da análise de processos penais. Relacionando lazer popular, formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado e repressão policial, ratifica nossa

crença de que, para a criação do SRO, o Regime estabeleceu com os trabalhadores uma relação de negociação considerando suas vivências culturais de tempo de recreio. Para além do fato de que a cultura popular não deixara de ser autônoma e vigorosa, há que se refletir sobre a especificidade do momento, período em que o Estado Novo já se encontrava em crise. Em suas palavras:

Mais do que isso, pretende-se mostrar que na época havia uma cultura popular relativamente autônoma, vigorosa e criativa na cidade e que, apesar de o projeto de sociedade das classes dominantes cariocas querer se implantar de cima para baixo independentemente da natureza da resposta social a este projeto, o fato é que na prática política real estas classes dominantes não puderam escapar às contingências impostas por uma classe trabalhadora que resistiu tenazmente à tentativa de destruição de seus valores tradicionais (p. 255).

Apesar de Chalhoub estar se referindo à fase que compreendia o final do século XIX e o início do XX, não cremos, principalmente após a leitura do trabalho de Duarte (*op. cit.*), que as camadas mais pobres da sociedade no pós-trinta relegassem a um plano secundário seus hábitos e costumes referidos ao lazer, em favor de uma orientação vinda de cima.

Como podemos observar no artigo publicado no *BMTIC* <sup>134</sup>, em 1944, a preocupação com os usos do tempo de descanso dos operários era tanta que o Estado, além de exercer um rigoroso controle sobre seus reflexos punia aqueles que se desviavam atingindo-os naquilo que lhes era mais caro, isto é, no trabalho. A vivência desse tempo era julgada perniciosa porque estava relacionada ao que era visto como consumo excessivo de bebidas alcoólicas, aos jogos de azar, ao que era considerado como vadiagem e malandragem e aos vícios de toda ordem. O trabalhador poderia ser demitido do emprego, por justa causa, devido a vários motivos, dentre eles, a embriaguez habitual ou em serviço e a prática constante de jogos de azar. Esse tipo de conduta era agravado pelo cargo ocupado pelo sujeito.

<sup>134</sup> *BMTIC*, nº. 115, março 1944.

Quanto maior fosse sua responsabilidade, mais séria era sua situação, como podemos observar a seguir:

Assim, um alto funcionário bancário que tenha sofrido uma detenção por ser encontrado alcoolizado, ameaçando a ordem pública, pratica ato de incontinência incompatível com a dignidade e responsabilidade da função que desempenha na economia e, por isso, justifica a sua demissão. Não é preciso que esse ato constitua hábito, porque, então, seja qual for a categoria profissional constitui falta grave que autoriza a despedida na forma da letra d do art. 5º. da Lei nº. 62. Agora, se o mesmo ato foi praticado por um varredor de oficina, um homem de picareta ou um carroceiro, sem dúvida não tem a gravidade que caracteriza a falta grave que a lei procura configurar para justificar a dispensa sem indenização (p. 78).

Buscava-se consolidar a relação entre o trabalho e as virtudes morais. A dignidade da função exercida deveria ser compatível com a dignidade moral do trabalhador e, para garantir isso, recorria-se à força da Lei. O mesmo acontecia com a prática dos jogos de azar: “O vício do jogo, como o da embriaguez, é dos que tornam o empregado incompatível para qualquer função na ordem econômica; a prática de um ou de outro justifica a despedida do emprego” (p. 84).

A tentativa era assegurar por todos os meios a conformação do trabalhador a uma nova ordem moral e do trabalho. O assunto também era debatido na grande imprensa, como atesta o artigo publicado no *Jornal do Brasil*<sup>135</sup>. Nessa matéria, o ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra<sup>136</sup>, solicitava a seus

<sup>135</sup> *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 11 de fevereiro de 1944, coluna situada no centro inferior da página 5, com o título “Sobre a Guerra em outros países”, de autoria não identificada.

<sup>136</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 1883 e morreu no Rio de Janeiro, em 1974. Militar, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Em 1906, ingressou na Escola de Guerra de Porto Alegre; em seguida, cursou a Escola de Artilharia e Engenharia. Durante a década de 10, foi freqüente colaborador da revista Defesa Nacional, destinada ao meio militar. Em 1922, concluiu o curso da Escola do Estado-Maior. Durante a década de 20, por várias vezes esteve envolvido na repressão aos levantes tenentistas então deflagrados contra o governo federal, como em 1922, no Rio de Janeiro, e em 1924, em São Paulo. Convidado a participar da Revolução de 1930, preferiu manter-se ao lado das forças legalistas. Em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra e durante sua gestão teve lugar o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1945, Dutra afastou-se do Ministério da Guerra para



comandados que se mantivessem longe do jogo, definido por ele como “a mais odiosa das paixões humanas”. De acordo com essa fonte, o ministro preocupava-se com oficiais e graduados que, envolvidos com o “vício dos vícios”, eram desonrados e humilhados, pessoal e profissionalmente. Em seu entendimento, o jogo era o caminho para a prática de todos os males e, portanto, de modo muito justo, eram previstas sanções pelo Regulamento Disciplinar do Exército.

Outro artigo também publicado no *Jornal do Brasil*<sup>137</sup> abordava o problema do jogo praticado por menores. Ao que parece, a Justiça e a Polícia estavam adotando medidas que visavam impedir a entrada de jovens em salões de bilhar. Segundo a matéria, o problema não era a prática do bilhar, mas sim o fato de menores deixarem de ir à escola para ficarem jogando nos salões, tidos como lugares inadequados para essa faixa etária, por serem freqüentados por todo tipo de gente e lugares dos piores hábitos. Contudo, não eram apenas as faltas às aulas que causavam preocupações, era também pelo fato de que o bilhar, apesar de ser considerado um esporte saudável, os desviava dos estudos e os induzia ao vício. Em mais um artigo do mesmo jornal<sup>138</sup>, encontramos debatidos os problemas causados pelos jogos de azar e pelo alcoolismo. Considerados os dois terríveis flagelos das sociedades modernas, deveriam ser alvos de ações enérgicas do Poder Público, como havia acontecido em um território da Amazônia chamado Guaporé. Nesse local, o governador vetara a entrada de cachaça, como forma de combater o alto índice de alcoolismo, e proibira o jogo, em uma atitude vista pelo articulista como patriótica e sábia.

Em novembro de 1944, é publicado um artigo na mesma fonte<sup>139</sup> que se diferencia do que vinha sendo debatido sobre o assunto até então. Nesse caso, a preocupação não era apenas com os pobres que perdiam suas economias em

---

concorrer à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD). Foi empossado em janeiro de 1946. Ver: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, 11/03/2007, 15h43min.

<sup>137</sup> *Jornal do Brasil*, sábado, 22 de julho de 1944, coluna situada no canto inferior esquerdo da página 5, com o título: “O jogo de menores”, de autoria não identificada.

<sup>138</sup> *Jornal do Brasil*, terça-feira, 07 de novembro de 1944, coluna situada no canto inferior esquerdo da página 5, com o título: “Alcoolismo e jogo”, de autoria não identificada.

<sup>139</sup> *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 09 de novembro de 1944, coluna situada no canto inferior esquerdo da página 5, de autoria não identificada.

jogatinas, mas sim com uma nova modalidade de jogo que atraía os mais ricos e era aberto, inclusive, à participação de mulheres. A matéria era intitulada “Repressão ao ‘pif-paf’” e vale a pena transcrever um fragmento a fim de que se possa observar o clima reinante nos locais que abrigavam a jogatina. O articulista afirmou que:

Como se não bastassem a orgia dos cassinos e a sedução das apostas em corridas de cavalos, que atingem a milhões de cruzeiros por semana, e a que são atraídos elementos de todas as classes, inclusive a proletária, surge agora como vício elegante e corruptor o jogo do "pif-paf" a empolgar ricos e remediados. Formam-se reuniões freqüentadas, umas por indivíduos que auferem lucros fáceis em negócios ainda mais fáceis, outras constituídas de cidadãos que vivem do seu esforço diário e carregam para a sedução da nova espécie de jogatina o produto do seu trabalho, faltando aos compromissos ou derivando para o recurso da improbidade e a ruína conseqüente. Em apartamentos elegantes, as damas se congregam ao (?) da noite e, em meio ao "wiskey" e aos cigarros de fumaça perfumada, lançam á mesa das apostas paradas que dariam para o sustento de muitas famílias. Muitas, além das perdas vultosas que abalam a economia doméstica e prejudicam a educação e o futuro dos filhos, comprometem o seu pudor na promiscuidade com os profissionais e os espertos que não desdenham a oportunidade de tirar vantagens. Na voragem do "pif-paf" estão se consumindo fortunas, estão sendo dilapidados patrimônios e lançados ao infortúnio criaturas (?) de honra e dignidade desaparecem com a mesma facilidade com que as fichas são absorvidas pelos mais felizes nos golpes ou mais audaciosos nos "trucs". Não tardarão as conseqüências dramáticas da nova modalidade de pôr o dinheiro pela janela; em pouco, teremos que assistir a novos casos de dissolução da família, surgirão as fraudes e os desfalques, as apropriações indébitas e os abusos de confiança, o estelionato e as diversas formas de falsidade batidas pelas leis penais.

Como se pode observar o “pif-paf” vinha se somar a outras modalidades de apostas que atraíam pessoas de todas as classes sociais. A oferta de jogo, bebidas e mulheres fazia desaparecer dinheiro, honra e dignidade. Jogava-se em elegantes apartamentos e o tipo de jogo era destinado a pessoas aparentemente mais refinadas, entretanto, as conseqüências eram as mesmas e referidas a

aspectos morais, financeiros e jurídicos. Segundo o articulista, talvez fosse necessário rever a Lei de Contravenções Penais<sup>140</sup>, a fim de se enquadrar essa espécie de jogatina entre aquelas proibidas e facilitar a repressão.

Como veremos mais adiante, esses discursos sobre os males causados pelo consumo excessivo de álcool e pelos jogos de azar há muito vinham sendo emitidos também pelo patronato e pelos representantes do Regime. Este debate alcançava a camada da população formada pelos menores pobres, abandonados, trabalhadores e internos, representados como portadores de condições que propiciavam vícios e malandragem. Preencher seu tempo ocioso era fundamental. Tratando dessa temática, Carlos T. Neiva, em artigo<sup>141</sup> intitulado “Como evitar as greves”, relata a experiência de uma fábrica em São Paulo, cuja política de desenvolvimento social abrangia menores de sete a doze anos de idade. Como a diretriz era integrar o homem à fábrica desde a infância, essas crianças, nas horas de folga dos estudos, trabalhavam na horta da indústria sob a orientação de especialistas. Sobre os menores pobres que ainda não trabalhavam, afirmou que permaneciam “empregando seus dias na mais torpe malandragem, aprendendo vícios comuns que caracterizam a transição da puberdade à adolescência e desta à mocidade” (p. 90). Mais uma vez, Duarte (1999) amplia a compreensão sobre a visão acerca das práticas populares no tempo de recreio, ao afirmar:

Deixados por conta, os trabalhadores e a população pobre em geral, estariam fadados à indisciplina, à desordem, à indolência física e moral, ao desrespeito à Pátria, à incivilidade. Daí a premência da ação tutelar desempenhada pelos órgãos públicos (p. 268).

Tal noção permeava os discursos emitidos nas diversas instâncias de poder e moldava as intervenções do Regime. É possível observar que o ócio e os usos, vistos como inadequados, do tempo de repouso dos trabalhadores não eram uma preocupação recente e suscitavam problemas para os quais o trabalho era a

---

<sup>140</sup> Decreto-Lei nº. 3.688, de 3 outubro de 1941.

<sup>141</sup> *BMTIC*, nº. 117, maio 1944.

solução. Além disso, embutido na preocupação com os usos do tempo de recreio está mais um preconceito em relação aos pobres, pois, na concepção das elites, a tutela se impõe, já que não são capazes de agir de maneira social e moralmente adequada se lhes for dada a opção de decidir. Isto é, como a primeira vista há uma distância entre as diversões preferidas das camadas populares e um dado padrão valorizado pelas elites dominantes, os divertimentos que não se enquadram nesse modelo são rejeitados. Russel (*apud* OLIVEIRA, 2001) fornece mais elementos para percebermos o incômodo que os usos do tempo de repouso dos pertencentes às camadas populares despertam nos setores dominantes da sociedade, em suas palavras:

A idéia que o pobre devia ter lazer molestou a muitos homens ricos. Na Inglaterra, logo no princípio do séc. XIX, quinze horas era o dia comum de trabalho para um homem. Algumas vezes, as crianças trabalhavam outro tanto, mas, ordinariamente, doze horas era o seu dia de trabalho. Quando intrometidos importunos sugeriam que tantas horas de trabalho talvez fossem demais, a resposta que ouviam era a de que o trabalho afasta os adultos da bebida e as crianças das traquinices. No tempo em que era menino, logo depois que os trabalhadores urbanos tiveram direito ao voto, foram estabelecidos, por lei, alguns feriados nacionais, com grande indignação das classes superiores. Lembro-me, perfeitamente, de uma velha duquesa dizer: “Que vai fazer o pobre com oito feriados? O que ele deve é trabalhar” (p. 41).

A concepção de que se deveria manter os pobres, adultos e crianças, ocupados com o trabalho é encontrada nos mais diversos discursos emitidos pelas elites. A pergunta da velha duquesa guarda similaridades com as questões presentes nos debates do patronato no século XX em nosso país. No Brasil dos anos 1920, o empresariado também se manifestava contrário ao gozo de horas de folga por parte dos trabalhadores. Vejamos um trecho do relatório elaborado pelas associações empresariais paulistas sobre a lei de férias<sup>142</sup>, enviado ao Conselho

---

<sup>142</sup> Decreto nº. 17.496, de 30 de outubro de 1926.

Nacional do Trabalho, citado por Vianna (1999):

O mesmo não ocorre com o proletariado (compara-o ao empregado de escritório) isto é, como o homem do povo, cujas faculdades morais e intelectuais não foram afinadas pela educação e pelo meio e cuja vida física, puramente animal, supera de muito a vida espiritual... que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de climas inóspitos e padrão de vida elevado. Para nosso proletário, para o geral do nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes e *não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na lama humana, mas que o trabalho jamais desperta*. Não nos alongaremos sobre a influência da rua na alma das crianças que mourejam nas indústrias e nos limitaremos a dizer que as férias operárias virão quebrar o equilíbrio moral de toda uma classe social da nação, mercê de uma floração de vícios, e talvez, de crimes que esta mesma classe não conhece no presente (p. 115).

Nessa citação, está presente uma visão que aproxima o comportamento do trabalhador ao do animal. Considera-se que a educação que lhe falta o impede de viver uma vida em família e de ter uma casa confortável. A capacidade de se entregar aos vícios e aos excessos lhe é inata, portanto, deve ser mantido sempre sob controle. Para as crianças pobres, trabalhadoras ou não, os perigos são maiores, pois, às suas condições genéticas, soma-se o meio em que vivem, propenso ao desregramento. Como a solução para esse problema era manter adultos e crianças pobres ocupados com o trabalho, férias ou horas de folga não poderiam ser recomendadas.

Segundo Vianna (1999), a estratégia de domínio da burguesia industrial envolveu a mudança no sistema de crenças, nos valores e nas formas de lazer e de conduta das classes subalternas de modo a adequá-los ao projeto em curso. No mesmo relatório, os empresários paulistas ainda afirmaram:

Os lazes, os ócios, representam um perigo iminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazes ele encontra seduções extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo ser humano (VIANNA, 1999, p. 114).

Nessa declaração, está condensado o ponto de vista do patronato sobre o tempo fora do trabalho, isto é, nela encontramos o perigo representado pelo tempo desocupado, a questão genética que envolvia o homem pobre, visto como alguém que se não fosse controlado sucumbiria a seus instintos, e a virtude moral do homem que trabalha. Diante do exposto, não é difícil perceber o valor do SRO para o Governo, pois além dos aspectos relativos às condutas morais ele também poderia tratar dos aspectos físicos e mentais dos trabalhadores.

4) Recuperar a energia física e mental do operário de modo a prevenir os efeitos da fadiga

O cuidado com a saúde do trabalhador era parte da política social empreendida por Vargas e mais um espaço para o exercício da Medicina. Eram duas grandes áreas de atuação, a medicina social e a higiene mental. Sobre a primeira analisaremos o artigo publicado na revista *Cultura Política*<sup>143</sup>, escrito por Hugo Firmeza, Inspetor-Médico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em seu entendimento, a medicina social era parte da nova organização mundial, resultado da assinatura do Tratado de Versalhes, cujas resoluções concorriam para dar ao operário a possibilidade de experimentar uma nova condição de vida e de trabalho. Como a manutenção de uma mão de obra saudável era fundamental para a paz e o progresso das nações, era necessário empreender esforços no sentido de prevenir e de restabelecer a perda das forças produtoras dos trabalhadores. Neste sentido, a Conferência Internacional do

---

<sup>143</sup> Revista *Cultura Política*, nº 17, julho 1942.

Trabalho recomendava que fossem adotados sistemas de seguro-doença, seguro-velhice, seguro-acidente e seguro-invalidéz cujos princípios seriam “prevenir os males físicos, fornecer recursos suficientes para reparar o dano e restituir a capacidade para o trabalho” (p. 215). Todos eles tinham os objetivos de “preservar a saúde do trabalhador, descobrir-lhe as deficiências funcionais, restituir-lhe a capacidade de trabalho, retorná-lo à vida normal, readaptá-lo ao trabalho segundo as suas novas condições orgânicas ou garantir-lhe uma invalidez menos infeliz ou uma velhice mais despreocupada” (p. 215). A concepção médico-social do acidente de trabalho orientava-se no mesmo sentido, pois o seguro-acidente era uma reparação justa que auxiliava o trabalhador em seu tratamento médico-cirúrgico e na sua recuperação.

O articulista afirmava que a política da proteção ao trabalhador implantada por Vargas os atendia através das Caixas e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, protegia o trabalho da mulher e do menor e estava atenta às especificidades das ocupações de modo a prevenir as doenças profissionais e os acidentes de trabalho. Outros problemas médicos-sociais eram enfrentados pelo Governo com medidas consistentes, tais como, as políticas de habitação e de alimentação. A primeira prevenia a propagação da tuberculose, sífilis, verminose e outras doenças infecto-contagiosas, e a segunda, proporcionava alimentação sadia e barata, fundamental para a manutenção da saúde do trabalhador. As indústrias insalubres também foram alvo da atenção do Estado que criou um serviço de higiene do trabalho, com o objetivo de fiscalizar os métodos de trabalho e de verificar se os operários estavam aptos, mental e fisicamente, para exercerem suas funções.

A higiene do trabalho configurava um ramo da medicina social e voltava-se especificamente para os efeitos do trabalho sobre o indivíduo. O artigo publicado na revista *Cultura Política*<sup>144</sup>, de autoria de Adalberto de Lira Cavalcanti, técnico de saúde escolar da prefeitura do Distrito Federal e ex-diretor do Hospital de Alienados do Recife, pode auxiliar na compreensão desta temática. Para o

---

<sup>144</sup> Revista *Cultura Política*, nº 17, julho de 1942.

articulista, o ritmo da vida cheia de afazeres do homem de então, abalava seriamente seu cérebro e o tornava um fatigado permanente. O texto, repleto de expressões e de argumentos médico-científicos, pretendia discutir os fatores que levavam o operário a utilizar tóxicos e/ou a desenvolver doenças psíquicas – esquizofrenia, mitomania, paranóia e ciclotimia, dentre outras. O papel do técnico, denominado alienista-psicólogo, conhecedor do assunto era pesquisar a sanidade mental dos indivíduos, e para isso, era necessário desenvolver estudos sobre as relações que o homem estabelecia com seu meio e com seu ambiente de trabalho tumultuado e atordoante. De acordo com o autor, os problemas emocionais reduziam o rendimento do trabalhador e este foi o argumento que utilizou para justificar a manutenção da medicina social nos meios trabalhistas. Em suas palavras:

A medicina social não pode estar afastada do meio trabalhista. Medicina hoje é higiene, é sociologia, é pedagogia e é psicopatologia forense, além de suas próprias e antigas funções, que era a arte de curar, unicamente (*sic*) (p. 204)

Nesta fala a Medicina é representada como possuidora de um poder capaz de se imiscuir nas relações entre os indivíduos, na transmissão do conhecimento, nas questões emocionais e psíquicas e nas normas de conduta, portanto, sua função de controle está garantida.

As questões referidas à saúde do operário também são tratadas por Süsskind em seu relatório e sua preocupação principal é com a fadiga. Na discussão que empreende, o discurso da medicina é utilizado com a intenção de justificar as medidas tomadas pelo SRO para que o trabalhador possa ter uma vida saudável na qual os aspectos físicos, emocionais e intelectuais estão intrinsecamente ligados. Cada um destes aspectos precisava de atenção. Era essencial que houvesse uma mudança no estilo de vida do operariado, era necessária a assimilação de novas condutas e para isso, o Serviço também era um valioso instrumento de educação.



5) Sistematizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador e elevar seu nível cultural

Acreditava-se que pela educação seria possível transformar o país. Importa ressaltar que o debate sobre a elevação do nível educacional de parte da população brasileira se dava também em outras áreas e, para tanto, o Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>145</sup>, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, até mesmo, o Ministério da Agricultura atuavam, cada um com sua especificidade, com o objetivo de resolver o problema. A situação, ao que parece, era bem grave, pois algumas empresas tomavam medidas extremas, tais como as adotadas pela Central do Brasil. De acordo com as informações de artigo do *Jornal do Brasil*<sup>146</sup>, era alta a evasão nas escolas mantidas pela empresa para alfabetizar seus funcionários. Visando aumentar a frequência, a companhia decidiu demitir todos aqueles que não soubessem, ao menos, ler e escrever, pois operários incultos não eram vistos como capazes de prestar serviços realmente bons. De acordo com o articulista, esta era uma disposição rigorosa, eficaz e, mesmo constrangedora, era patriótica e humanitária, por implantar a obrigatoriedade do ensino primário.

Com relação ao MTIC, educar o trabalhador significava, além de introduzi-lo no mundo da leitura e da escrita, modificá-lo ética e moralmente. Para a consecução desses objetivos, o Governo contava com a participação dos sindicatos e lançava mão de alguns recursos. No caso do SRO, instrumento não-formal de educação do operário, havia a montagem de bibliotecas com a distribuição de livros aos sindicatos, a organização de idas ao teatro, de sessões de cinema e de passeios e, ainda, eram oferecidos cursos de alfabetização e de conhecimentos gerais. Além disso, os diversos concursos, o plano de alfabetização e o uso do rádio – por Marcondes Filho e por outros programas

---

<sup>145</sup> Francisco Campos, em 1937, logo após a divulgação da nova Constituição, falou à imprensa sobre o papel fundamental da educação no Estado Novo. A educação seria o instrumento construção de um novo país. (DUARTE, 1999)

<sup>146</sup> *Jornal do Brasil*, domingo, 17 de dezembro de 1944, coluna situada no canto inferior esquerdo da página 5, com o título: “Contra os analfabetos”, de autoria não identificada.

dirigidos aos trabalhadores –, em nosso entendimento, complementavam o conjunto de realizações que dariam a possibilidade de se atingir essas intenções.

A preocupação com o bem-estar do trabalhador existia e movia o Governo na direção de assegurar benefícios no espaço extra-fábrica. A tutela do operário, nesse espaço, compreendia assegurar, orientar e, de certa forma, determinar a habitação, a alimentação e o lazer. Todas essas áreas de atuação do Regime constituíam-se em espaços educativos. Como deve ser uma habitação operária ou uma cidade operária? Como deve se alimentar o trabalhador no Estado Novo? O que deve fazer em seu tempo de recreio? O próprio Governo procurava dar respostas a essas indagações, abrindo restaurantes populares, construindo casas, e criando o SRO.

Assim, por meio dessa complexa combinatória, buscava formar um novo homem, para um novo Estado. Um homem mais produtivo, mais eficiente, de hábitos mais saudáveis, perfeitamente cômico do papel que lhe estava sendo reservado para assegurar o desenvolvimento do país, especialmente em tempos de guerra. Para o sucesso desse projeto, contava-se com a solidariedade e com a compreensão dos patrões, que, harmonizados com seus empregados, teriam certeza de que o Regime também estaria agindo em prol do capital, salvaguardando-o. Vejamos o que nos diz Marcondes Filho em uma de suas palestras<sup>147</sup> de fevereiro de 1944:

Como se verifica, em menos de um mês, oportunas e importantes medidas foram adotadas, tendo em vista empregadores e empregados. Mas, em todas elas, é o mesmo pensamento de equivalência e de equilíbrio que sobrenada. Com a recreação. As colônias de férias e as cidades de habitação higiênica, o Estado procura revigorar a energia do trabalhador e torná-lo assim, mais capaz, mais eficiente, mais produtivo. Isto é, o Estado beneficia o capital, porque toma deliberações que proporcionarão a saudável melhoria dos instrumentos humanos de que o capital necessita (p. 315).

---

<sup>147</sup> *BMTIC*, nº. 115, março 1944.

A preocupação com a recreação e com a habitação do operário estava diretamente ligada à recuperação de energias e à formação de braços fortes para o capital. Dessa forma, o Regime assumia uma posição em relação à formação de mão-de-obra especializada. Temos observado que uma das inquietações do Governo era a constituição de um novo Homem, necessário para a construção de um novo Estado. Se, ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), cabia a responsabilidade pela formação das crianças e jovens, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio deveria se responsabilizar pela educação dos adultos, fornecendo-lhe os instrumentos necessários para o exercício deste novo papel requerido. Nesse sentido, o SRO tinha uma importante função.

Vargas, em sua plataforma de campanha à Presidência da República como candidato da Aliança Liberal, prometera resolver todos os problemas dos trabalhadores, dentre eles, aqueles referentes à instrução, à habitação, à higiene, à alimentação e à educação. Este último era representado como a base de todos os demais, pois apenas uma população educada poderia compreender e aceitar as exigências impostas por um novo tempo.

Partindo do princípio que o tempo disponível também era considerado tempo de educação e, tendo a geração de benefícios ao capital como pano de fundo desta gama de ações já analisadas, Carlos T. Neiva, em artigo já citado, afirmou: “eduque-se o povo brasileiro e teremos grande fôrça humana em marcha para a civilização” (p. 90). A idéia de a educação ser vista como força motriz do progresso já havia sido discutida por eminentes intelectuais, dentre eles, Rui Barbosa<sup>148</sup> e Miguel Couto<sup>149</sup>, no princípio do século XX.

Vimos que todos os recursos eram utilizados para se educar o trabalhador.

---

<sup>148</sup> Rui Barbosa, o “Águia de Haia”, advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, nasceu em Salvador (BA), em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis (RJ), em 10 de março de 1923. Representou o Brasil na 2ª Conferência de Paz em Haia e teve seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia”. Ver: [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br), 08/10/2006, 13h 10min.

<sup>149</sup> Miguel de Oliveira Couto nasceu no Rio de Janeiro a 1º de maio de 1864 e faleceu na mesma cidade a 6 de junho de 1934. Poliglota, profundo conhecedor da língua portuguesa, é considerado um dos mais notáveis clínicos de sua época. Presidiu a Academia Nacional de Medicina durante vinte e um anos consecutivos e também a Associação Brasileira de Educação (ABE). Sobre esta instituição, ver: CARVALHO, M. M. C. *Molde Nacional e Fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

A fábrica, local onde o operário passava boa parte de seu tempo, também era vista como um espaço pedagógico. Uma das vantagens em se educar o trabalhador residia na formação de uma “imagem de fábrica” (p. 86)<sup>150</sup> o que significava moldar o operário à dinâmica fabril e adequá-lo às suas regras sem tirar-lhe o entusiasmo pelo trabalho, pois: “Educar é formar uma mentalidade industrial no trabalhador urbano que ainda ‘conserva restos de uma mentalidade rural’” (p. 96).

Essa mentalidade industrial significava conformar o trabalhador às regras e normas exigidas pela rotina industrial e, por isso, a educação do operário era vista como fundamental. No modelo de desenvolvimento em curso, a preocupação com a elevação do nível cultural do trabalhador corresponderia à qualificação da mão-de-obra necessária para a modernização e para industrialização do país. Qualificar mão-de-obra também expressava poder contar com a colaboração do operário no enfrentamento de questões relacionadas ao cotidiano da fábrica, dentre elas, aquelas ligadas aos acidentes de trabalho.

Tendo em vista o número de artigos sobre a temática publicados, na revista *Cultura Política* e no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*<sup>151</sup>, esse era um problema que demandava soluções urgentes e, pelo seu teor, as informações transmitidas visavam atingir tanto os patrões (diretamente), quanto os empregados (indiretamente). Era preciso que fossem tomadas providências de ‘chão de fábrica’, o que, nesse caso, representava garantir a integridade física do operário e aumentar a produção.

Tal questão apresentava, pelo menos, duas faces, a primeira relacionava-se aos patrões e dizia respeito às condições do local de trabalho, à duração da jornada, aos horários estipulados para descanso, ao emprego de novas aparelhagens destinadas a prevenir acidentes, à criação de campanhas de esclarecimento sobre preservação da saúde, enfim, versava sobre a organização racional do trabalho. O auxílio para seu enfrentamento poderia ser encontrado em

---

<sup>150</sup> *op. cit.*

<sup>151</sup> *BMTIC*, nº. 117, maio 1944; *BMTIC*, nº. 124, dezembro 1944; *BMTIC*, nº. 133, setembro 1945; *BMTIC*, nº. 141, maio 1946.

publicações oficiais, como as citadas acima, que divulgavam artigos sobre a influência da fadiga na produção, a importância do descanso, as doenças físicas e psicológicas que acometiam os profissionais, o melhor ambiente em termos de iluminação, aeração, limpeza, ordem, instalações etc. Desse modo, eram postos a circular conhecimentos especializados, oriundos de áreas como a medicina e o direito, buscando-se estabelecer uma relação entre esses discursos científicos e o trabalho. Tais conhecimentos eram repetidos, apropriados e modificados com o objetivo de justificar a importância e as virtudes, não apenas do trabalho, mas também do trabalhador. Desse modo, para a fábrica convergiam muitos discursos e olhares que atuavam no sentido da criação de um novo profissional, com novos hábitos, comportamentos e conhecimentos.

A segunda estaria ligada ao nível cultural do empregado, que deveria estar preparado para compreender e assimilar as mensagens veiculadas nas referidas campanhas; deveria estar apto para acompanhar e apreender as mudanças na organização e na estrutura fabril; deveria ser capaz de agir no sentido de realizar modificações no seu ambiente doméstico de acordo com os novos e modernos parâmetros; deveria ser habilitado, enfim, para perceber o novo tempo e apropriar-se dele. Para isso, o trabalhador precisava ser educado, isto é, devidamente preparado para acompanhar e participar ativamente das modificações necessárias para fazer a nação progredir.

Essas intenções foram alvo da preocupação de quatro técnicos ligados ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), em artigos publicados na Revista *Cultura Política*. Os autores, ao mesmo tempo em que discutiam a importância da educação, reafirmavam que no tempo de recreio também era possível educar o trabalhador. Além disso, é possível perceber que havia certo paralelismo nas falas e certa concatenação nas ações do MTIC e do MES, isto é, os mesmos discursos circulavam e geravam intervenções específicas relativas às áreas de atuação dos ministérios.

Em 1941, Neusa Feital, professora em exercício no Departamento de

Educação Nacionalista da Prefeitura do Distrito Federal, discorrendo<sup>152</sup> sobre a educação no Estado Novo, comentou que tudo poderia ser instrumento de educação. Em suas palavras:

Dentro dêsse ponto de vista, abandonou-se a falsa concepção de que sòmente pais e professores educavam. Hoje ninguém contestará que não unicamente a Família e a Escola, mas o Parque de Recreio, a Igreja, a Imprensa, o Teatro, o Cinema, o Rádio, os Clubes e tantas outras organizações que conhecemos, são fatores que exercem influência sôbre a educação de um grupo social (p. 142).

Em sua fala, a autora reconheceu e reafirmou a importância da educação que se dava fora da escola, na qual outros meios eram utilizados. Além disso, reiterou que no tempo de repouso, através dos chamados 'entretenimentos espirituais' também poderiam ser transmitidos valores úteis à nova ordem. Discutiu, ainda, o programa de realizações do Departamento de Educação Nacionalista relatando que faziam parte desse órgão administrativo os serviços de educação cívica, educação musical e artística, educação física e, correspondência. Ademais, afirmou que a pretensão do Departamento era ampliar seu raio de ação, daí que:

Num futuro bem próximo, pequeninas células do Departamento de Educação Nacionalista integrar-se-ão aos organismos vivos que são as nossas fábricas, as oficinas, os clubes e demais agrupamentos que estejam a requerer cuidados educacionais. Sobre todos exercerá uma ação bem definida, continuada e persistente, o sentido da formação de brasileiros aptos a elevar o Brasil ao plano das grandes potências mundiais (p. 144).

Com essas palavras, a autora explicitou a noção de que o tempo de trabalho – nas fábricas e nas oficinas –, e o tempo de repouso – nos clubes –, eram tempos de educação – cívica, musical, artística e física. No interior dessa

---

<sup>152</sup> *Cultura Política*, nº. 3, maio 1941.

noção, está presente a desqualificação das práticas lúdicas do operariado, que na perspectiva da professora não seriam educativas. Ademais, nesse artigo, o discurso da pedagogia reforça a idéia de que seria possível controlar o trabalhador nas várias dimensões de sua vida, isto é, no tempo do trabalho e no tempo fora do trabalho.

Em outro texto, o jornalista João da Rocha Moreira, procurador regional da Justiça do Trabalho do Estado do Ceará e ex-professor do Colégio Militar do Ceará, também em 1941, dissertando<sup>153</sup> sobre a relação capital-trabalho, afirmou que, no Brasil, até 1930, o problema social era encarado como um simples ‘caso de polícia’. Para sanar esse problema, o presidente Vargas, em sua plataforma lida na convenção de 20 de setembro de 1930, previra a elaboração de um:

Código de Proteção de Trabalho e de uma real proteção ao obreiro nacional, abrangendo os seguintes pontos: instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, proteção às mulheres, às crianças, aos inválidos e aos velhos, crédito, salário mínimo, recreios, cultura artística, escolas agrárias e técnico-industriais, higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, lei de férias, cooperativas de consumo etc. Em uma palavra: satisfação dos compromissos que assumimos como signatários do Tratado de Versalhes e como participantes do Bureau Internacional do Trabalho (p. 52).

Nessas palavras, o jornalista e professor reproduziu o discurso do Governo que buscava apagar a lembrança das lutas do movimento operário na Primeira República e, tratando das promessas de campanha de Vargas, asseverou que a preocupação com os recreios e com a cultura artística não eram recentes, pois estavam presentes em 1930, consideradas como parte de um processo de ‘real proteção ao obreiro nacional’. Além disso, apontou a responsabilidade do Brasil em cumprir esses compromissos, pois foram acordados pelo país em sua posição de membro do Bureau Internacional do Trabalho e como signatário do Tratado de

---

<sup>153</sup> *Cultura Política*, nº. 4, junho 1941.

Versalhes.

Tomaz Newlands Neto, técnico de Educação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em outro artigo<sup>154</sup> no mesmo ano, buscava justificar o valor dos trabalhos manuais nas escolas e na educação moderna, afirmando que sua aprendizagem influenciava a educação das crianças para o trabalho e para outros aspectos da vida.

Argumentava que a obrigatoriedade dos trabalhos manuais nas escolas primárias, secundárias e normais determinada pela Constituição de 10 de novembro de 1937 significava uma revolução no ambiente escolar, pois desfazendo a oposição entre o ensino manual e o acadêmico, rompia com a idéia de um ensino para as elites e outro para as massas. Os objetivos dos trabalhos manuais poderiam ser considerados fundamentais para a educação contemporânea, pois estariam relacionados à saúde, ao domínio das técnicas fundamentais (ler, escrever e contar), à participação na vida cívica, ao emprego nobre dos lazes e ao caráter (no sentido ético). Interessa-nos mais de perto a relação que o autor estabelece entre os trabalhos manuais e o emprego nobre dos lazes. Sobre este último, afirmou:

Os grupos de adolescentes em cada esquina e à porta dos cafés, onde conversam sem propósito; as longas horas de tédio nos dias de chuva; a corrida impiedosa para as diversões excitantes - tudo isso pode ser atenuado quando existe uma educação eficiente para as horas de lazer (p. 210).

Percebe-se, nessas palavras, a preocupação com o preenchimento das horas de tédio nos dias de chuva, mas também com as conversas consideradas como sem propósito, isto é, com o *dolce far niente* dos adolescentes, de todo modo, a inquietação é com o tempo desocupado dos jovens. Estes não poderiam ficar sem fazer nada porque, assim, poderiam ir em busca de 'diversões excitantes' que eram vistas como perigosas. A preocupação do articulista era com uma educação eficiente para as horas de recreio dos adolescentes, isto é, com a

---

<sup>154</sup> *Cultura Política*, nº. 9, novembro 1941.



possibilidade de modificar seus hábitos oferecendo-lhes experiências lúdicas/pedagógicas mais adequadas. Era necessário estar ocupado. Mais adiante, comentou que o desenvolvimento de *hobbies* por parte dos adolescentes viria "dar sentido aos lazes de muitos jovens brasileiros que não sabem o que fazer das horas em que não estão nas salas de aula" (p. 210).

Outro artigo foi elaborado por Bezerra de Freitas, antigo diretor do Departamento de Serviços Gerais do Instituto dos Comerciários, em 1941. Discutindo<sup>155</sup> a legislação trabalhista e os entraves iniciais para implantá-la, vencidos pela força da própria lei e pelas sábias decisões do presidente Vargas, o articulista ressaltava a forma peculiar com que o país resolveu os problemas dos trabalhadores e vinha empreendendo as mudanças necessárias. Em seu entendimento, tudo acontecia de maneira "próspera, construtiva e ordeira" (p. 109), sem necessidade de recorrer a medidas mais extremadas.

Em seu entendimento, essa nova ordem estabelecida pelo Regime, além de eliminar discussões estéreis, instituiu órgãos de consulta e de controle da opinião. O que se pretendia era dignificar o trabalho e o trabalhador, entretanto, houve problemas fundamentais. Era necessário mudar a mentalidade dos empregadores no sentido de fazê-los perceber que deveriam ser mais solidários com as classes trabalhadoras. Também era necessário criar um clima adequado física e moralmente para que fosse gerado e mantido no trabalhador o sentimento de valorização e de dignidade do seu papel. Além disso, fazia-se mister promover as condições para que os membros mais capazes das classes trabalhadoras tivessem a chance de ascender socialmente. Por último, mas não menos importante, era preciso oficializar a assistência social, estruturando-a de modo que, mesmo se oferecida por entidades particulares, fosse um serviço público.

Nessa perspectiva, os sindicatos profissionais teriam importante missão a desempenhar, pois "fora dos quadros da organização corporativa das forças econômicas, profissionais, intelectuais e morais que constituem a nação viva e ativa, é impossível estabelecer um sistema realista de representação" (p. 110).

---

<sup>155</sup> *Cultura Política*, nº. 9, novembro 1941.

Com base em Durkheim<sup>156</sup>, argumentava que os sindicatos tenderiam a ampliar a esfera de suas atividades e atuariam em outros aspectos da vida social. Assim:

Numerosas obras educativas – ensino técnico, ensino de adultos – parece igualmente deverem encontrar na corporação o seu ambiente natural; assim também se poderá dizer de uma certa vida estética, porque se afigura em harmonia com a natureza das coisas que essa modalidade da recréation dos franceses, ou do amusement dos ingleses se desenvolva lado a lado com a vida séria a qual deve servir de compensação e de repartição (p. 110).

Para o autor, os sindicatos eram o local no qual poderiam e deveriam ocorrer muitas atividades educativas e estéticas e a recreação, que compensaria o desgaste do organismo causado pelo trabalho, também teria nesses espaços seu ambiente natural.

A partir da análise desses artigos, é possível perceber que, mesmo não havendo uma total homogeneidade entre as proposições dos educadores ou, até mesmo, entre aqueles que formavam o conjunto da intelectualidade do Regime, existia certa confluência nas idéias que circulavam e que, no caso específico desta tese, acreditamos terem participado da formação do campo de presença que possibilitou a criação do Serviço de Recreação Operária. Como já foi visto, cremos que nesse processo estão presentes outras instâncias cujos interesses confluem e, nessa perspectiva, decidimos analisar os discursos emitidos pelo patronato comercial, pesquisando relatórios e atas de reuniões da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O objetivo dos patrões era conformar o empregado a uma nova ordem social e de trabalho, por isso, questões relativas ao alcoolismo, aos jogos de azar e aos usos do tempo de recreio, dentre outras, eram consideradas problemas a serem resolvidos. Observemos, pois, a interligação entre os discursos.

---

<sup>156</sup> Émile Durkheim nasceu na França, em Épinal a 15 de abril de 1858 e faleceu em Paris a 15 de novembro de 1917. É considerado um dos pais da sociologia moderna. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile\\_Durkheim](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Durkheim), em 18/03/2007, 18h16min.

## Capítulo 2

### O empregado perfeito no discurso da Associação Comercial do Rio de Janeiro

#### 2.1. Os comerciantes constroem seu lugar

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária, decidimos analisar os discursos daqueles que compuseram uma importante força no processo de conformação do tempo do não-trabalho: os patrões. Optamos por investigar os dispositivos ativados pelos comerciantes ligados à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), na Primeira República até a década de 1940, por ser uma entidade que, tendo sido criada em 1820, sempre agiu no sentido de delimitar seu campo de atuação. A Associação é tomada como uma representação do pensamento dos empresários do comércio, cabendo esclarecer que mesmo no interior de uma entidade patronal havia tensões e conflitos que tornavam aparentes as divergências de opiniões. Entretanto, apesar dessas diferenças, acima de tudo estava a tentativa de consolidação de um poder e de um lugar social, o que levava a entidade a encontrar soluções para os eventuais impasses.

Esta análise teve uma orientação muito clara. Para nós o Serviço de Recreação Operária se constituiu em campos discursivos diversos. Estes discursos isolados ao serem deslocados, interligados, colocados em conjunto e tornados pertinentes geraram um campo de presença que tornou possível sua criação. Neste sentido o SRO começou a ser gestado quando emergiram e circularam enunciados iluminados pelo mesmo ponto de vista no âmbito das instituições/espacos/organizações daqueles que detinham o poder e a quem interessavam as mudanças nas ordens social, econômica, financeira, cultural,

política e moral. Nossa preocupação neste ponto do trabalho é analisar o discurso de um setor específico do patronato – a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Nosso interesse neste estudo está referido ao processo de configuração do tempo do não-trabalho, na medida em que o Serviço de Recreação Operária destinava-se a efetuar mudanças nos comportamentos e nos hábitos lúdicos dos operários. Todavia, não podemos perder de vista que acompanhar os debates e as posições adotadas pela ACRJ sobre a duração da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias e sobre os temas que os atravessam, é acompanhar também parte do processo de elaboração e de implantação da legislação social ocorrido durante a Primeira República, período no qual as relações de produção estavam se modificando.

De um modelo agrário escravocrata seguia-se na direção da construção de uma moderna sociedade industrial e, nesse sentido, para Gomes (1979), o estabelecimento de uma legislação social significa “a adoção de normas jurídicas que regulam e controlam o exemplo mais característico de contrato de compra e venda numa sociedade de mercado que é a compra e venda da mercadoria força de trabalho” (p. 23). Tal conjunto de leis é uma das dimensões de um processo maior de transformação da ordem liberal burguesa e deve ser analisado como fruto das relações travadas entre o Estado, os trabalhadores urbanos e a burguesia comercial e industrial, considerando-se as diferenças existentes na capacidade de pressão de cada uma dessas instâncias e entre os lugares que ocupavam no tecido social. Daí que na análise empreendida importa conhecer o contexto social e político que cercava a implantação das leis sociais.

Vários foram os autores que estudaram o Rio de Janeiro nos fins do século XIX e início do XX e que serviram de base para nosso estudo, como Sevcenko (1989), Chalhoub (2001 e 1996), Esteves (1989), Magalhães (1999) e Gomes (2005).

Nesse período, o Rio de Janeiro era o centro político e o maior pólo comercial do país. Indústria, comércio e finanças davam à cidade um ritmo acelerado. Era sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e de muitos

bancos nacionais e estrangeiros. Sua rede ferroviária ligava-a aos centros produtores de matéria prima do Sul e do Sudeste e a navegação entre seu porto e outros de estados do Norte e Nordeste trazia importantes recursos. O porto também era local de entrada e de saída de produtos estrangeiros que faziam ferver o comércio e compensavam a queda das transações ligadas à produção cafeeira da região do Vale do Paraíba e do oeste de São Paulo. Também chegou a ser o terceiro das Américas em volume de negócios, ficando atrás apenas dos portos de Nova York e Buenos Aires. Essa confluência de relações comerciais atraía os trabalhadores, tanto os imigrantes das áreas rurais, quanto aqueles que vinham do exterior, além de ex-escravos e brasileiros pobres, brancos e negros.

Todo esse movimento estava relacionado a uma mudança nos hábitos sociais e nos cuidados pessoais de uma dada camada da população. Aqueles que podiam consumir as novidades que não paravam de chegar faziam-no na Rua do Ouvidor e nos arredores transformados em área do comércio sofisticado. Contudo havia um limite para a continuidade da entrada de produtos estrangeiros, pois o porto do Rio não possuía condições para receber navios de grande calado, o que os obrigava a se submeter a um longo e dispendioso procedimento de desembarque de mercadorias.

Em vista disso, a cidade do Rio de Janeiro precisava passar por grandes modificações. Políticos, intelectuais, médicos, juristas, alguns setores da imprensa e empresários aliavam-se com o objetivo de implantar uma nova ordem, mais adequada aos novos tempos republicanos. Hábitos, roupas, comportamentos, estrutura urbana e tudo o mais que remetesse aos tempos da monarquia deveria ser alterado. A República trazia consigo um novo modo de vida, mais moderno, mais intenso e mais rápido, em comparação com os tempos do Império, e os sentidos das palavras civilização, progresso e república opunham-se aos de atraso, ignorância e monarquia.

Na reforma urbana, ocorrida entre 1903 e 1906, pautada pelos objetivos de sanear e de embelezar a cidade, foi modernizado o porto e foram abertas as avenidas Central, do Mangue e Beira-Mar, com as obras a cargo do governo

federal. No centro, a demolição dos casarões coloniais e imperiais, dos cortiços e das casas de cômodos, o alargamento e a abertura de novas ruas, a construção de praças e o embelezamento desse conjunto arquitetônico ficaram sob a responsabilidade do governo municipal, tendo à frente o prefeito Pereira Passos<sup>157</sup>. Em consequência de todas estas ações, os pobres, moradores das áreas centrais foram expulsos, passando a ocupar os morros das proximidades. As construções recentes obedeciam aos novos ditames arquitetônicos e mármore, cristais e estátuas eram usados de forma abundante. Sevcenko (1989) afirma que foram quatro os princípios que fundamentaram as reformas. O primeiro ligado à rejeição dos antigos hábitos e costumes, isto é, à negação de um passado imperial; o segundo referido à condenação dos costumes populares, também ligados a um passado pouco civilizado; o terceiro relativo a uma política de expulsão dos habitantes pobres das áreas centrais, de maneira a destiná-las às camadas financeiramente mais elevadas da população; e o quarto, a tentativa de modernizar o espaço de modo a dotar-lhe dos ares europeus tão caros às elites afrancesadas.

As atividades rotineiramente vivenciadas no tempo de repouso das camadas mais pobres da população começaram a ser desqualificadas, perseguidas e reprimidas. A serenata e a boemia foram hábitos condenados. O violão, instrumento popular por excelência, foi tomado como sinônimo de vadiagem e os seresteiros passaram a ser perseguidos pela polícia. A boemia, estimulada pela existência de pensões, restaurantes e confeitarias do centro da cidade, enfraqueceu-se com a demolição desses espaços. Festas e manifestações populares foram consideradas a imagem da ignorância, da doença e do atraso e também foram reprimidas. Curandeiros, feiticeiros e candomblés passaram a ser perseguidos pelo mesmo motivo. Outros importantes 'inimigos' da nova ordem urbana eram os quiosques, construções de madeira, que vendiam café, bebidas alcoólicas, comida simples e barata, fumo e pequenos objetos para

---

<sup>157</sup> Francisco Pereira Passos, fluminense da cidade de Pirai, nasceu em 29 de agosto de 1836 e faleceu em 12 de março de 1913. Foi engenheiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, tendo sido nomeado pelo presidente Rodrigues Alves.

Ver: <http://www2.prossiga.br/ocruz/riodejaneiro/reforma/reformaurbana.htm>, 21/12/2006, 17h21min.

uso cotidiano. O jogo do bicho foi proibido e perseguido e aqueles que não estavam em harmonia com o novo ambiente da cidade remodelada foram alvo de intensos ataques e perseguições. O objetivo era que mendigos, pedintes, indigentes, bêbados, vagabundos e prostitutas desaparecessem da área central, agora representada como limpa e arejada. Vendedores ambulantes, meios de transporte puxados por animais ou por pessoas, carrinhos de mão e animais de grande e de pequeno porte foram impedidos de circular pelas áreas centrais, pois não condiziam com a imagem do Rio de Janeiro que se queria consolidar.

A França era a grande inspiração e aportavam na cidade não apenas roupas e móveis, mas também notícias sobre o que vinha acontecendo nos meios intelectuais e culturais – filosofia, política, teatro, literatura, comportamentos, lazer – enfim, tudo o que pudesse ser consumido. A fim de complementar a atmosfera parisiense, praças e jardins foram decorados com estátuas encomendadas na França ou em outros países europeus, e o prefeito Pereira Passos chegou a importar pardais – pássaros símbolo de Paris. Segundo Sevcenko (1989), as elites rapidamente assimilaram esse modo de vida e a área central passou a fervilhar de dia e de noite. As preocupações com a estética eram de tal ordem que levaram os jornalistas Luis Edmundo, em 1908 a criar a Liga contra o Feio e Coelho Neto, a liderar a Liga da Defesa Estética, em 1915.

Ainda de acordo com o Sevcenko (*op. cit.*), que, em nossa opinião, nesse caso adota uma postura um tanto idealizada sobre as relações no período monárquico, antigas regras morais perderam sua força dando lugar ao egoísmo e à ambição que permeiam as relações de negócios. Riquezas eram feitas e perdidas com rapidez e os chamados “ladrões de casaca” (p. 39) ameaçavam as fortunas com seus variados golpes. Esses e outros tipos ameaçavam a paz dos comerciantes, causando apreensão e temor, como veremos mais adiante no exame dos discursos da ACRJ, através da análise de seus relatórios anuais e das atas de suas reuniões.

O interesse em moldar uma nova ordem social, impulsionado pela contribuição da ciência conformou as ações/intervenções das elites, que utilizaram

inúmeros dispositivos – livros, palestras, revistas periódicas, jornais, sentenças judiciais e relatórios, dentre outros – para fazer circular os conhecimentos científicos produzidos. No que dizia respeito à formação de riquezas era necessário forjar um trabalhador adequado à nova ordem capitalista que se instaurava; desse modo, era necessário colocar em ação dispositivos de controle que compelssem os homens ao trabalho. Este, paralelamente, teria que assumir uma conotação mais positiva. A medicina e o direito, aliados na força de suas argumentações foram importantes artífices desse processo, ao interligarem trabalho, saúde, moralidade pública e individual, criminalidade, família e pátria. Óbvio está que o sucesso dessa empreitada não pode ser contabilizado como absoluto, pois, entre o que se pretende atingir e o que efetivamente se consegue, existe uma notável distância, entretanto, podemos considerar que, entre avanços e recuos, as elites alcançaram um bom êxito nesse processo de normatização.

Ao trabalho passaram a estar referidos atributos morais e o trabalhador, justamente por ser trabalhador, já era considerado como portador de virtudes tais como honestidade, respeitabilidade e honradez. Para aquele que se desviasse da norma havia todo um aparato repressor pronto a entrar em ação. Desvio considerado como falha moral era passível de punição e o jogo de azar, bem como o alcoolismo se enquadravam nesse caso. Para o primeiro, a prisão; para o segundo, a internação em asilos para alienados. Impunha-se, desse modo, o poder da medicina e do direito. Sobre isso, Gondra (2004) afirma:

Medicina e Direito, portanto, apresentavam-se à sociedade como campos de conhecimentos autorizados a dispor sobre os problemas da nação. De certo modo, ambos se arvoraram em possuidores do ‘antídoto’ para os males sociais e, com isso, procuraram impor sua legitimidade para dispor sobre a vida individual e social; um com a Lei, o outro com o Remédio (p. 44).

A Lei e o Remédio. No caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro, seu discurso estava impregnado por elementos pertencentes a tais meios de correção e foi tendo-os por base que procurou agir para definir o perfil do



trabalhador ideal. Nessa perspectiva, a ACRJ também se configurou como uma organização de controle do trabalhador, na medida em que pôs a circular discursos sobre como seria o empregado perfeito. Adequado à nova ordem seria aquele que não jogasse, não bebesse e que honrasse a família, o patrão e a pátria.

À medida que aprofundávamos nossas leituras, percebemos que, além dos discursos dispersos que efetivamente encontramos, foi possível acompanhar as tensões que marcaram as discussões sobre a conformação do tempo de lazer/não-trabalho ao menos no Rio de Janeiro. Ademais, a análise foi bastante profícua pelo fato de que acompanhamos também as estratégias do patronato para delimitar um campo de atuação reconhecido e respeitado pelos diversos setores sociais. Nesta pesquisa, terminamos por encontrar debates sobre os seguintes assuntos: jogo de azar, alcoolismo, analfabetismo, duração da jornada de trabalho, horário de fechamento do comércio e tempo de férias.

Ao analisarmos essa produção, temos conhecimento de que a amplitude do período estudado poderia dificultar o trabalho, entretanto, cremos que tal amplitude pode ser posta a nosso favor, na medida em que nesse intervalo de tempo, algumas temáticas são encobertas, outras se fortalecem e outras emergem em um movimento que não é linear e, muito menos, contínuo. Em um período mais longo, não estamos procurando por um fio invisível que liga os acontecimentos, trata-se de uma maneira mais sistemática de observar a emergência dos discursos com o fito de perceber suas dispersões, escansões e descontinuidades.

Outra preocupação que norteou este trabalho foi o fato de que a ACRJ era uma instituição que congregava a elite dos homens de negócio ligados ao comércio (GOMES, 1979). Apesar de não acreditarmos que houvesse homogeneidade nos interesses do comércio e da indústria como um todo e, mais, que tal homogenia pudesse corresponder em absoluto aos interesses dessa elite, pensamos que as informações obtidas a partir dos relatórios da ACRJ são uma valiosa fonte para acompanhar as atividades desse grupo, que, afinal de contas, agia com o objetivo de ocupar um lugar de destaque na sociedade.

A ACRJ era uma importante instituição que acompanhava de perto as medidas governamentais, procurando interferir sempre que se sentia prejudicada. Participava fortemente da vida política do país, em especial do Distrito Federal, e sua atuação tinha o quádruplo objetivo de proteger os interesses dos associados, fazer soar alto sua voz nas instâncias de poder, garantir sua penetração e intervir sempre que fosse possível e necessário. Nas décadas de 1910 e 1920, sugeria medidas ao Conselho Municipal<sup>158</sup>, à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, enviando cartas e telegramas às autoridades competentes, tecendo comentários, fazendo reclamações e sugestões ou dando declarações de apoio às medidas eventualmente aplicadas. Ademais, participava de comissões sempre que solicitada, agindo ativamente na defesa de seus interesses. Não era uma entidade de nível apenas local, pois muitas vezes representava associações do mesmo gênero de outras cidades e estados. Nas décadas de 1930 e 1940, enviava telegramas de diversos teores ao presidente Vargas e participava de comissões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que visavam encontrar soluções para os inúmeros problemas, direta ou indiretamente, ligados ao comércio da capital e do restante do país.

É interessante investigar o processo pelo qual os comerciantes, se separando do conjunto da sociedade, procuraram se organizar e construir uma identidade que lhes permitiu uma inserção diferenciada no tecido social. Com esses objetivos no horizonte, ativaram dispositivos que envolveram, fundamentalmente, a criação de uma associação em 1820 e as produções escritas com seus diferentes suportes materiais e modalidades narrativas, isto é, as atas, as revistas, os boletins e os relatórios. Inicialmente, apresentaremos alguns aspectos referidos à sua fundação e algumas das nossas impressões acerca de certos períodos de sua história. Em seguida, analisaremos as produções escritas.

---

<sup>158</sup> Para maiores informações sobre o Conselho Municipal consultar: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A encenação da questão da higiene: o Conselho Municipal como teatro* (Rio de Janeiro, 1892-1902). 1999. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Niterói), 1999.

Segundo a “Edição Especial Comemorativa dos 150 anos da ACRJ” da *Revista do Empresário da ACRJ*<sup>159</sup>, em 1808, doravante denominada apenas “Edição Especial”, quando a Família Real Portuguesa chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro já havia um grupo de comerciantes instalados na Rua Direita (atual Primeiro de Março) que se reunia para trocar experiências e informações. Provavelmente pelo fato de a cidade ser naquele momento um importante núcleo por sua posição político-administrativa e pelo movimento do seu porto (ENGEL, 1988). Este grupo era chamado Corpo do Commercio e, em 1820, foi oficialmente institucionalizado como Praça do Commercio; em 1834, passou a se chamar Sociedade dos Assinantes da Praça e, em 1867, recebeu a designação definitiva de Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Segundo a mesma fonte, a chegada da Corte possibilitou a “fomentação de um espírito de dignidade profissional, pois havia um sentimento de classe ainda em formação” (p. 25). Utilizando outra chave de leitura, podemos pensar que os comerciantes procuraram se configurar como uma categoria profissional, como parte do processo de europeização da cidade iniciado com a transferência da sede do Império e também para poder receber alguns benefícios políticos e financeiros que seriam fatores importantes no processo de consolidação de seu campo específico de ação e de poder.

Importa ressaltar que essa edição especial de aniversário está preocupada em contar a história da instituição, apresentando o que considera como “fatos memoráveis” e estabelecendo como referencial o prédio da Rua da Candelária, número 9, sua atual sede no centro da cidade, visto como “uma testemunha viva, espécie de monumento em pedra sólida capaz de permanecer através dos séculos tão fiel como os documentos” (p. 25). Não compactuamos com essa perspectiva ‘objetiva’ da história, na qual está subentendida a idéia de uma verdade sobre a ACRJ que se traduz em fatos históricos. Mas de todo modo, ao

---

<sup>159</sup> Nessa edição, publicada em 1984, são comemorados os 150 anos da ACRJ, logo, o ano de 1934 é considerado como sendo o de sua fundação. Na edição de número 1384, de agosto e setembro de 2006, são comemorados os 186 anos de existência da instituição, portanto, entende-se que tenha sido fundada em 1820. Disponível em: [http://www.acrj.org.br/rubrique.php?id\\_rubrique=12](http://www.acrj.org.br/rubrique.php?id_rubrique=12), 03/12/2006, 22h31min.

conhecemos alguns aspectos da história dos primeiros anos de existência da Instituição, através da apresentação de uma seqüência de fatos relacionados à construção das sete sedes que a abrigaram, podemos encontrar pistas sobre a amplitude de seu poder e sobre suas relações com as elites e com o Estado desde os tempos da Praça do Commercio, mesmo que tenham sido temperadas por alguns conflitos e tensões. Pela troca de gentilezas e de favores entre esses setores da sociedade, vimos quão próximas eram as relações que estabeleciam entre si. Alguns de seus presidentes foram membros do Império e também podemos encontrar, no período republicano, certos sobrenomes que ainda hoje se destacam no cenário das elites sociais e empresariais cariocas. Portanto, tomamos as informações dessa fonte como ponto de partida para pensar sobre as estratégias utilizadas pela entidade para consolidar sua inserção.

A primeira sede da Associação foi fundada em 1820, em terreno doado por D. João VI e com projeto de Grandjean de Montigny<sup>160</sup>. A segunda sede foi inaugurada em 1834, em um armazém cedido à Instituição pelo ministro da Fazenda Araújo Vianna<sup>161</sup> e o dinheiro para as obras de recuperação veio de subscrições públicas, sendo que o lance inicial foi dado pelo imperador Pedro II. Um mediador importante nas negociações que culminariam com a cessão do imóvel foi Felipe Néri de Carvalho<sup>162</sup>, que viria a ser o primeiro presidente da Sociedade dos Amigos da Praça.

Por esta época, segundo a “Edição Especial”, a Sociedade tinha trezentos e vinte membros fundadores e cada um pagava a mensalidade de doze mil réis<sup>163</sup>.

---

<sup>160</sup> Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, nasceu em Paris, a 15 de julho de 1776, e faleceu no Rio de Janeiro, a 2 de março de 1850. Arquiteto francês membro da chamada Missão Artística Francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1816.

Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Grandjean\\_de\\_Montigny](http://pt.wikipedia.org/wiki/Grandjean_de_Montigny), 18/03/2007, 22h42min.

<sup>161</sup> Cândido José de Araújo Vianna, Marquês de Sapucaí.

<sup>162</sup> Felipe Néri de Carvalho, presidente da Sociedade, no período de 1834 a 1840, foi eleito intendente do Conselho Municipal em 1838. Comerciante atacadista no largo da Prainha (atual Praça Mauá) possuía plantações de cana-de-açúcar, escravaria e vários imóveis na Corte. Foi proprietário do Banco Comercial, armador de navios e ainda explorou o serviço de transporte marítimo entre Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí. Morreu assassinado em 4 de julho de 1843 (“Edição Especial dos 150 anos da ACRJ”).

<sup>163</sup> Entre 1850 e 1860, uma caneca de café custava quarenta réis (dois vinténs). Ver: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=261>, 30/03/2007, 19h37min.

Talvez em uma tentativa de equilibrar as diferenças étnicas e raciais, sua diretoria era composta por nove membros de diversas nacionalidades, mas seu presidente era sempre um brasileiro. Para a primeira diretoria, foram eleitos dois brasileiros, dois ingleses, um português, um alemão, um espanhol e um francês. A inauguração da segunda sede da Praça do Commercio contou com a presença de D. Pedro II, que foi recebido por uma comissão composta por Felipe Néri de Carvalho, José Antonio Moreira, H. Riedy, W. Theremin, D. Birkhead, J. Naylor, W. Moon, M. J. Coelho e A. de Lizaur. A preocupação com certa 'harmonização' das nacionalidades pode indicar que naquele período as diferenças étnicas ainda se sobrepunham à confluência dos interesses financeiros. Os diversos setores do comércio estavam claramente delimitados e a defesa de um setor muitas vezes poderia ser confundida com um conflito entre nacionalidades, daí a necessidade de se buscar uma harmonização na composição das instâncias de poder. De acordo com a mesma fonte, enquanto os portugueses dominavam o comércio varejista, os ingleses atuavam no comércio atacadista. Os hotéis, restaurantes e confeitarias estavam nas mãos de italianos e franceses, e as indústrias técnicas eram de alemães ou, também, de ingleses. No século XX, é ainda possível encontrar essa preocupação, pois, em abril de 1902, os membros da diretoria eram Bento Leite, Visconde de Villela; Hugh C. Pullen; Richard Riechers; Antonio Joaquim Pencolo de Castro; João Vieira da Silva Borges; Joaquim de Souza Freire e Ferdinand Jaymot. Em 1912, também encontramos sobrenomes estrangeiros dentre os membros da diretoria, por exemplo: Frederick Albion, Rodolpho Hess, Louis Gray, Christiano Heckler, Paul Mèghe e Christiano Hamam.

Para reforçar a idéia de que a Sociedade abrigava parte da elite do período, vale afirmar que, durante o Império, foi presidida por cinco barões, um visconde e alguns dos mais importantes nomes da época, que foram: Irineu Evangelista de

---

Em 1840, a assinatura anual do *Jornal do Commercio* custava dezesseis mil réis, uma escrava jovem e boa para serviços domésticos poderia ser vendida por quatrocentos e vinte mil réis e um escravo moço e forte poderia ser alugado por doze mil réis por mês. (*JORNAL DO COMMERCIO*, julho de 1840).

Souza, Barão de Mauá<sup>164</sup> (gestão 1846-1848); Militão Máximo de Souza, Barão de Andaraí (gestões 1848-1849 / 1857-1858); Cândido Rodrigues Ferreira, camarista do Imperador (1849-1850); José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde de Tocantins<sup>165</sup> (1861-1884); João Batista Vianna Drummond, Barão de Drummond (1858-1859); Jerônimo José Mesquita, Barão de Mesquita (1860-1861); José Mendes de Oliveira Castro, Barão de Oliveira Castro (1884-1890); Comendador Jacomo Nicolau de Vicenzi (1890-1891) e, por fim, Teófilo Ottoni<sup>166</sup>. Além disso, suas sedes foram visitadas por D. João VI e por D. Pedro II, alçado a posição de presidente honorário da instituição desde 1860, e por vários dos presidentes da República, como por exemplo, Prudente de Moraes, em 1900; Rodrigues Alves, em 1902; Epitácio Pessoa, em 1920; Washington Luis, em 1929 e por Getúlio Vargas, em 1940.

Após a proclamação da República, ainda de acordo com a “Edição Especial”, o perfil alinhado à Monarquia dificultou as relações com o novo governo, inclusive porque nessa época o presidente da instituição era o Barão de Oliveira Castro. Entretanto, ao que parece, a adaptação foi rápida, pois são computadas como resultantes da contribuição da ACRJ dezoito mil quilômetros de linhas

---

<sup>164</sup> Irineu Evangelista de Souza. Terceiro presidente da Sociedade, foi Barão e depois Visconde de Mauá, embora tenha começado a trabalhar aos 11 anos como caixeiro. Nasceu na província de Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, em 28 de novembro de 1813 e veio para a Corte em 1822. Aos 27 anos já era milionário e foi um dos grandes empresários do Império, até morrer em 21 de outubro de 1889. Citado por Júlio Verne em seu livro de ficção científica, *Da Terra à Lua* (1865), como o único capaz de financiar uma viagem espacial, Mauá foi sócio em grandes empreendimentos, como a Cia. de Navegação Amazonas (1852-1872), Cia. de Carris do Jardim Botânico (1861-1872) e outras. É considerado pelos comerciantes como a figura mais importante da categoria e, por isso, a atual sede é chamada de Casa de Mauá (“Edição Especial dos 150 anos da ACRJ”).

<sup>165</sup> José Joaquim de Lima e Silva, Visconde em 1872 e Conde de Tocantins em 1889, foi o décimo terceiro presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1861-1884), nome que foi adotado em sua gestão. Nasceu em 7 de outubro de 1809, no Rio de Janeiro. Era filho do regente do Império General Francisco de Lima e Silva, sobrinho do Visconde de Magé, genro do Márquez da Gávea e irmão seis anos mais moço do Duque de Caxias. Ingressou na carreira militar e chegou a comandante superior da Guarda Nacional. Foi representante de Minas Gerais e do Rio na Câmara dos Deputados, diretor da Caixa Econômica e da Caixa de Amortização e presidente do Banco do Brasil. Morreu no dia 21 de agosto de 1894 (“Edição Especial dos 150 anos da ACRJ”).

<sup>166</sup> Teófilo Benedito Ottoni nasceu em Minas Gerais, na antiga Vila do Príncipe, atual Serro, em 27 de novembro de 1807. Sexto presidente da instituição, foi guarda-marinha, jornalista, deputado provincial e geral e participou da Revolução Liberal de 1842. Preterido cinco vezes por D. Pedro II nas listas tríplexes para senador de Minas Gerais, foi escolhido em 1866. Foi empresário e sócio do Visconde de Mauá. Morreu no Rio de Janeiro, no dia 17 de outubro de 1869.

telegráficas, dez mil quinhentos e quatro quilômetros de estradas de ferro, além do fato de navios brasileiros realizarem cinquenta por cento do total da navegação comercial. No que diz respeito às atividades de exportação, a de café alcançava mais de cento e quinze mil contos de réis<sup>167</sup> e a de açúcar atingia mais de vinte e sete mil contos. Ainda durante a Primeira República, em 1900, foi fundada a primeira Câmara de Comércio estrangeiro no país, a *Chambre de Commerce Française du Brésil*; em 1902, foram criadas escolas de comércio no Rio de Janeiro e em São Paulo; em 1912, foi fundada a Federação das Associações Comerciais do Brasil; e, em 1919, Rui Barbosa, então candidato à Presidência da República fez seu discurso de lançamento da campanha na sede da ACRJ.

Mesmo nesse período, a instituição teve dois presidentes portadores de título de nobreza, José Luiz Fernandes Vilela, Conde de Vilela (1908) e Luiz de Freitas Vale, Barão de Itaboraí (1910-1916). Afora esses, outros nomes civis e militares estiveram à frente da Associação, dentre eles, Leopoldo Bulhões (1909), que havia sido parlamentar do Império em 1882; coronel Francisco Eugenio Leal (1917-1919), Alfredo Mayrink da Silva Veiga (1927-1928) e J. F. Ladeira de Viveiros (1920-1930). Durante o Governo Vargas, estiveram à frente de sua administração Ernesto Pereira Carneiro, Conde Pereira Carneiro (1930), proprietário do *Jornal do Brasil*; Randolfo Chagas (1930), Serafim Vallandro (1930-1933), Pedro Vivacqua (1933-1934), Raul Mourão de Araújo Maia (1935), José Lourdes Salgado Scarpa (1935-1938), Manuel Ferreira Guimarães (1938-1942) e João Daudt de Oliveira (1942-1944). A “Edição Especial” destaca a contribuição da ACRJ sem, entretanto, tecer maiores comentários acerca dos inúmeros benefícios financeiros e políticos que certamente derivaram dessa atitude

---

<sup>167</sup> Em 1890 uma professora de piano cobrava oito mil réis por mês para dar aulas duas vezes na semana, um vestido simples feito por uma costureira poderia custar entre quinze e vinte cinco mil réis, o turfe poderia pagar prêmios que variavam entre setecentos mil e setenta mil contos de réis, e o camarote dito de primeira em um teatro custava vinte mil réis, a cadeira custava quatro mil réis e a entrada comum custava mil réis (*JORNAL DO COMMERCE*, novembro de 1890). Um par de calçado inglês ou francês custava dez ou doze mil réis, um fino chapéu estrangeiro poderia custar entre oito e nove mil réis, a lavagem de roupa custaria cem réis a peça (cinco vinténs) e por um almoço em pensões, inclusive com café, poderia ser cobrado cerca de um mil réis. Ver: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=261>, 30/03/2007, 19h57min.

prestimosa. Prova disso é que a quarta sede da instituição foi emprestada por quatro anos (1922-1926), sem qualquer ônus, pelo ministro da Agricultura Miguel Calmon.

Dando mostras de suas fortes relações com o Governo e com a Igreja Católica, em 23 de maio de 1940, na solenidade de inauguração da sétima e última sede da Associação na Rua da Candelária, 9, estiveram presentes, dentre outras autoridades, o próprio presidente Vargas, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, e o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth<sup>168</sup>. Em setembro desse mesmo ano, a ACRJ foi reconhecida pelo Governo como órgão técnico e consultivo para colaborar no estudo e na busca de soluções dos problemas relativos ao comércio<sup>169</sup>, tendo sido a primeira associação de classe a receber essa distinção no Brasil.

As atividades da ACRJ, compreendida como um órgão representativo dos comerciantes organizados, visavam formar uma unidade de pensamento de modo a poder intervir no debate e interferir nas ações relativas às questões comerciais e financeiras defendendo seus interesses. Nesse sentido, realizaram algumas operações que complementaram a construção desse campo de atuação consolidando sua posição diante do Estado e da sociedade como um todo. Inicialmente combateram os ilegais e estabeleceram quem poderia ser considerado e respeitado como comerciante. Em um artigo da “Edição Comemorativa do 1º Centenário da ACRJ (1834-1934)”, encontramos um fragmento de discurso proferido em 1851, que explicita as intenções de livrar o comércio daqueles considerados maus comerciantes: “[excluir] certas categorias de marginais e parasitas que se infiltravam no comércio organizado – verdadeiros

---

<sup>168</sup> Henrique de Toledo Dodsworth (1895-1975) nasceu no Distrito Federal. Formou-se em medicina e em direito. Elegeu-se deputado federal em 1924, sendo reeleito em 1927. Em 1933, foi o candidato carioca mais votado para a Assembléia Nacional Constituinte, pela legenda do Partido Economista do Distrito Federal, conquistando mais uma vez uma cadeira na Câmara Federal em 1934. Com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937 e a suspensão das eleições e do Legislativo, tornou-se prefeito da capital.

Ver: [http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/henrique\\_dodsworth.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/henrique_dodsworth.html), 18/03/2007, 23h08min.

<sup>169</sup> Decreto-Lei nº. 6348, de 26 de setembro de 1940.



beneficiários de falências fraudulentas e de incêndios dolorosos, com fito de lucro” (p. 62).

Nessas palavras, estão claramente colocadas duas posições dos homens de negócios. A primeira em relação aos que deveriam ser excluídos, isto é, aqueles que eram vistos como os ‘maus comerciantes’, marginais e parasitas, capazes de dar golpes e de lucrar com os prejuízos alheios. Não foram explicitadas nesse trecho as preocupações com outro grupo que também deveria ser reprimido e que era composto pelos donos de barracas em feiras, por proprietários de mafuás e de quiosques e pelas chamadas ‘andorinhas’, uma espécie de vendedora ambulante que mercadejava produtos de casa em casa. As reclamações relativas a tais ‘invasores do campo’ são encontradas nos relatórios da ACRJ<sup>170</sup> da década de 1920. A segunda posição expressa no trecho está relacionada aos que deveriam ser considerados os ‘bons comerciantes’, isto é, aqueles que detinham o ‘comércio organizado’. Eram os destinatários dos benefícios que a consolidação de uma identidade de homem de negócio certamente traria.

Além dessas inquietações, os associados criaram mecanismos de identificação de produtos de qualidade duvidosa, fizeram reclamações e propostas, participaram de comissões de estudo ligadas às diversas instâncias de poder, divulgaram suas posições e opiniões e buscaram, aumentando o número de associados, ampliar seu poder nas esferas sociais. Com relação a tais estratégias de constituição de um campo de ação próprio dos comerciantes, as palavras de Affonso Vizeu, presidente honorário da entidade, proferidas em discurso na sede em 5 de junho de 1920<sup>171</sup>, ratificam nossa opinião: “A nossa classe se elevará cada vez mais no concerto da opinião pública e dos nossos dirigentes” (p. 27). Nessa frase, o diretor da entidade condensa o objetivo de reafirmar a posição e o lugar ocupado pela ACRJ na sociedade desde a sua fundação. Desse modo, nas operações de delimitar, recortar, incluir e excluir, a Associação Comercial do Rio de Janeiro reforçou sua identidade e regulou o

---

<sup>170</sup> Relatórios de 1922, 1924 e 1925.

<sup>171</sup> “Edição Especial Comemorativa dos 150 anos da ACRJ” da *Revista do Empresário da ACRJ*.

campo, uniformizando internamente seu discurso e informando a sociedade de um modo geral.

No entanto, há outros aspectos a serem investigados com relação à ACRJ. Já tivemos a oportunidade de observar algumas das práticas postas a funcionar no processo de formação do campo de ação dos homens de comércio. Entretanto, “a manutenção de um templo se encontra condicionada à existência de projetos, sujeitos e práticas” (GONDRA, 2004, p. 74), logo, é necessário desenvolver mecanismos de manutenção da instituição criada.

Nessa perspectiva, cabe examinar com atenção e, na medida do possível, as estratégias que foram utilizadas pela entidade para garantir sua manutenção. Em primeiro lugar, vamos analisar quem foram os responsáveis pelos encaminhamentos e pelas decisões que marcaram as intervenções/ações da ACRJ em seu relacionamento com as diferentes instâncias de poder e com o conjunto da sociedade. A seguir, vamos examinar os dispositivos que utilizaram para divulgar suas idéias e posições. Já informamos sobre alguns de seus presidentes e diretores e, de certo modo, por meio das instituições afiliadas, podemos ter noção sobre quem eram seus associados. Em 1924, por exemplo, estavam inscritas as seguintes entidades: Centro de Commercio e Indústria do Rio de Janeiro, Sociedade União Commercial dos Varejistas de Seccos e Molhados, Centro de Commercio do Café, Centro dos Proprietários de Hotéis e Classes Annexas, Centro de Commercio de Leite, Centro dos Comerciantes de Couros e Arreios, Centro dos Comerciantes de Botequins e Mercarias do Rio de Janeiro, União das Firms Teuto-Brasileiras, Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão, The Marine Insurance Association, Associação das Companhias de Seguros, Centro dos Industriaes de Serraria, Centro dos Droguistas e Industriaes de Drogas, Centro Industrial do Brasil, Associação dos Despachantes Aduaneiros, Associação dos Proprietários de Padarias, Federação das Associações Commerciaes do Brasil, British Chamber of Commerce in Brazil, União dos Empregados do Commercio e Associação dos Empregados do Commercio.

A presença das duas últimas pode ser explicada como parte do processo de discussão e implementação da legislação trabalhista brasileira. Nesse processo, o patronato se viu forçado a estabelecer contatos, inclusive, com o movimento operário, não apenas nos períodos de greves, mas também durante os momentos mais tranquilos. Para Gomes (1979), esses contatos podem ter tido participação no processo que resultou na criação e no desenvolvimento de sindicatos de posição mais moderada, os chamados “amarelos” (p. 155), o que pode auxiliar na compreensão do peleguismo do pós-trinta.

Essa relação de entidades dá idéia dos interesses em jogo e da importância e do lugar ocupado pela ACRJ na sociedade. Contudo, para manter esse lugar não bastava apenas ter afiliados, era fundamental que as idéias e posições fossem divulgadas e para isso foram criados quatro mecanismos com objetivos diversos e, por conseguinte, com diferentes suportes materiais e modalidades narrativas, quais foram: a revista, os boletins, as atas e os relatórios. Vejamos como se estruturavam.

Atualmente, a *Revista do Empresário da ACRJ* é, segundo seus editores, o principal veículo de comunicação da instituição com associados e com o público externo. Possui periodicidade bimestral e é dirigida aos associados da ACRJ, empresários, autoridades, representantes do poder público e demais formadores de opinião. Afirma-se que está em circulação desde 1911, mas o exemplar de número 1, disponibilizado pela biblioteca da instituição apresenta em seu expediente a inscrição “Anno VIII”. Nesse mesmo volume, encontramos a transcrição da fala do Barão de Ibirocahy, secretário-geral da Associação à época que, ao encerrar a sessão do dia 28 de dezembro de 1910, tratando das questões relativas à situação financeira da Casa, relata as medidas tomadas para a redução das despesas e afirma que “a *Revista* foi diminuída de um número por mez o que representa uma economia de 2:500\$ annuaes” (dois mil e quinhentos contos de réis) (p. 7). A fala indica que a *Revista* não teve sua publicação iniciada em 1911. Se, somada a essa evidência, considerarmos a inscrição “Anno VIII”, poderemos inferir que a *Revista* vinha sendo editada desde 1904. Na edição de número 1,

publicada em 1º de janeiro de 1911, os editores tiveram a preocupação de esclarecer aos leitores acerca dos objetivos do veículo, que eram:

Sendo o fim principal desta *Revista* a defeza dos interesses do commercio, claro é que suas columnas se acham francas para quaesquer reclamações que possam ser encaminhadas á autoridade publica ou discussões relativas a assumptos commerciaes. Neste sentido serão acolhidos pela redacção os artigos que os interessados se dignarem enviar os quaes serão publicados gratuitamente (p. 7).

Os editores assumem que o objetivo da *Revista* é a defesa dos interesses dos comerciantes e abrem espaço para sua manifestação, colocando-se a seu serviço e tomando para si a responsabilidade de representá-los perante as instâncias de poder e da sociedade de um modo geral. Com essas intenções, a *Revista* veiculava conhecimentos sobre matérias-primas, tais como o ferro, o mate, o cacau; sobre a indústria; sobre a imigração; sobre o comércio de produtos específicos como a cânfora; sobre os negócios no mundo, no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo e, ainda, na última página informava os preços correntes dos produtos importados e exportados, como, por exemplo, bacalhau, arroz, alfafa, cimento, vinho e fumo de diferentes origens, em uma espécie de cotação de valores. Eram publicados três volumes por mês com 32,5cm de altura e 23cm de largura, com cerca de 30 páginas. Por seu conteúdo, a *Revista* pretendia manter seus leitores munidos de dados importantes para que pudessem bem comerciar. Nesse sentido, provia o campo com conhecimentos que o equilibravam, o fortaleciam e o delimitavam dando aos sujeitos as ferramentas necessárias para que atuassem de modo mais conseqüente e objetivo.

Os *Boletins* possuíam as mesmas dimensões da *Revista* e sua periodicidade era semanal. A edição de número um e ano um, foi publicada em uma terça-feira, dia primeiro de março de 1904, e as assinaturas anuais custavam vinte mil réis (20\$000), as semestrais doze mil réis (12\$000) e o número avulso custava quinhentos réis (\$500). Nessa edição, encontramos seus intuitos e seu programa, que foram claramente expostos pelos editores. Em primeiro lugar,

avisaram que não seriam discutidos assuntos “do que entre nós se chama política” (p. 3) e, então, trataram de afirmar que seus objetivos eram:

[...] estudar, por todas suas faces, os variadíssimos problemas, que se ligam á movimentação do commercio; colligir o maior número possível de dados com que tem elle de jogar em seus cálculos, já para os supprimentos de que se encarrega, já das previsões a que se não pode furtar, já emfim para o conhecimento de mil outros factos, de que depende sua própria vida, evitando perturbar-lhe a trajetória de seus rápidos percursos, é parece-nos serviço essencial á sua vida e ao seu desenvolvimento (p. 3).

De modo bastante direto, esse ‘serviço essencial’ se materializava, nos *Boletins*, na apresentação das taxas de câmbio; do mercado de produtos tais como café e açúcar; da renda das alfândegas, isto é, do movimento de negócios nos Estados e no Distrito Federal; do movimento da bolsa de valores e das notícias sobre os navios que chegavam de outros países e cidades brasileiras. Nessa perspectiva, o comerciante tinha a possibilidade de, com certa rapidez e algum conhecimento abalizado, preparar-se para negociar.

Mais adiante, os editores revelam os objetivos da atuação do negociante da época:

[o] commercio é levado ao estudo das estações, a contrastar dia por dia o estado das colheitas, a receber informações de todos os pontos do globo, a prever as necessidades, a se precaver com antecedencia. Elle tem navios aprestados, correspondentes por toda parte, e seu interesse immediato é comprar pelo menos possível, economisar sobre todos os detalhes da operação e esperar os maiores resultados com os menores esforços (p. 8).

Nesse período de transição para o capitalismo, os empresários do comércio, de acordo com Gomes (1979), estavam mais próximos dos setores agrários por conta das atividades de financiamento da produção que eram freqüentemente relacionadas às de comercialização, daí a necessidade de se saber algo mais sobre colheitas e estações do ano. Além disso, no negócio de exportação e importação de produtos, era importante o conhecimento sobre

navios carregados de mercadorias e sobre as tarifas alfandegárias, de modo a obter maior margem de lucro. Claro está que tais informações interessavam diretamente a apenas uma parcela dos comerciantes já que, ainda segundo Gomes, a maioria dos homens de negócio da indústria e do comércio geria pequenos estabelecimentos que não compunham as associações de classe patronais. Portanto, o empenho dos *Boletins* em fornecer informações desse tipo não se constitui em uma surpresa, na medida em que a mesma autora afirma que os filiados à Associação Comercial constituíam uma elite. Apesar de considerar as informações de Gomes, observamos que em algumas reuniões da entidade os temas debatidos eram trazidos por representantes do comércio varejista, o que indica a presença e a atuação de pequenos comerciantes ligados à Associação.

Com relação às *Atas*, nelas eram transcritas as reuniões bienais realizadas quando havia eleição e posse da nova diretoria. O livro de *Atas* era diferente da *Revista* e dos *Boletins* e contava com 40cm de altura e 27cm de largura. As dimensões, bem maiores, podem dar a idéia da importância de seu conteúdo, pois nele eram registradas as marcantes reuniões de troca do comando da entidade. A primeira sessão registrada foi a do dia 17 de dezembro de 1902 e seu relato, que pouco mudou ao longo dos anos, dizia respeito aos discursos laudatórios e às homenagens ocorridas durante as mudanças de gestão. Importa destacar que através dessa produção podem-se acompanhar os personagens que estiveram à frente da instituição a partir de 1902.

Por fim, pesquisamos os *Relatórios* da ACRJ. Essa produção foi analisada tendo por base três aspectos. A primeira está relacionada à maneira como os empresários do comércio viam seus empregados, a segunda está ligada ao que era considerado nocivo ao trabalho e, em consequência, prejudicial para a obtenção dos lucros e, a terceira dizia respeito às manifestações dos empresários acerca das tentativas ou das firmes intervenções do Governo para regular as relações entre patrões e empregados. Nosso interesse nesse material específico deve-se ao fato de que nele há chances de acompanhar, em certa medida, o surgimento e o encaminhamento das questões que, afetando os interesses da

entidade, geravam debates e demandavam soluções. Como, aparentemente, algo do que era discutido era transcrito, é possível, inclusive, conhecer alguns de seus personagens mais atuantes, suas posturas e opiniões, bem como observar as tensões e os conflitos.

Os relatórios eram publicados anualmente e referiam-se à gestão do ano anterior. Eram apresentados sempre à mesma época, que girava em torno do mês de maio, e funcionavam como um meio de prestação de contas da equipe diretora, pois tinham o objetivo de registrar os assuntos debatidos e as decisões tomadas. Eram divididos em capítulos, e o número de páginas variava, tendo em média seiscentas páginas. Muitas vezes, eram publicados dois volumes referentes ao mesmo ano, como por exemplo, o relatório de 1929. Neles eram também registradas as visitas recebidas pela entidade e as suas participações nos diferentes fóruns de debates.

Iniciamos a análise a partir de 1890 e pesquisamos todos os volumes até 1943. Alguns problemas eram constantemente debatidos ao longo das reuniões ordinárias que aconteciam semanalmente e que reuniam membros da diretoria e representantes dos diversos setores que compunham o comércio da época. Nesta pesquisa, procuramos encontrar as dispersões dos discursos sobre o tempo do não-trabalho, bem como sobre as temáticas a ele relacionadas direta ou indiretamente, isto é, estávamos à procura de discursos sobre alcoolismo, jogos de azar, ociosidade, tempo de férias, tempo do não-trabalho, jornada diária de trabalho, dentre outros. Como já foi dito, nossa hipótese é que nessa dispersão encontraríamos em gérmen os princípios que nortearam a criação do SRO, na medida em que nesse órgão estão postas tanto as concepções patronais sobre as vivências do tempo do não-trabalho, quanto uma tentativa de acomodar algumas das reivindicações dos trabalhadores acerca da fruição desse tempo. Vamos a eles.









## 2.2. Os jogos de azar

No período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, tentar a sorte no jogo poderia ser uma alternativa às condições de vida e de trabalho que se apresentavam para os trabalhadores e habitantes pobres da cidade do Rio de Janeiro. Importa falar um pouco sobre quem eram esses, sobre quais eram as formas de trabalho que se apresentavam e sobre as condições desse trabalho. A classe trabalhadora nos fins do século XIX e início do XX era formada por brasileiros e imigrantes de diversas nacionalidades; homens, mulheres e crianças pobres; brancos, negros e mestiços em sua maioria analfabetos. Na visão do jornal de inspiração socialista *A Voz do Povo*, em 1890, eram “artistas, operários e trabalhadores” (GOMES, 2005). Artistas eram aqueles artesãos que tinham total domínio sobre seu ofício, isto é, sobre sua arte, e eram considerados mestres; operários eram os que trabalhavam na ainda muito incipiente indústria e em pequenas oficinas e trabalhadores eram todos os demais. Nessa multiplicidade, havia aqueles que poderíamos conceber como um pouco mais donos de seu tempo; os que driblavam a vigilância de seus patrões deixando assim de cumprir toda a jornada de trabalho; os que compunham o funcionalismo público; aqueles que estabeleciam com seus empregadores relações paternalistas que envolviam segurança e proteção; os que eram explorados nas fábricas e oficinas, e aqueles que não se submetiam às condições que estavam postas no momento e permaneciam à margem, sobrevivendo de pequenos expedientes.

Além disso, temos que observar que no cotidiano desses trabalhadores havia as disputas por postos de trabalho, marcadas por questões étnicas e de nacionalidade, que muitas vezes terminavam em morte (CHALHOUN, 2001). Trabalhavam muito, ganhavam pouco e a jornada durava de dez a doze horas por dia (às vezes, mais do que isso). Os que não moravam em seu local de trabalho, habitavam os cortiços, as casas de cômodos ou dividiam a moradia com amigos ou outros membros da família. As fábricas ou oficinas, em sua maioria, eram mal ventiladas, mal iluminadas, sujas, apertadas, não possuíam banheiros e vestiários

em número suficiente e era comum que mestres, contramestres ou encarregados batessem nas crianças operárias ou abusassem sexualmente das empregadas. Todas essas condições, somadas ao precário estado de muitas das máquinas e dos instrumentos utilizados, assim como à falta de habilidade de parte dos trabalhadores, causavam muitos acidentes. Não havia seguro contra acidentes, licença maternidade, controle sobre o trabalho de crianças e de mulheres, enfim, não havia nenhum tipo de proteção e de amparo ao trabalhador.

Na tentativa de ampliar a compreensão sobre o período, é possível lançar mão da literatura de ficção. A obra de Lima Barreto pode ser considerada como representação ficcional desse momento que abrange o final do século XIX e o início do século XX, marcado pela transição para a ordem capitalista. Negro, pobre e intelectual, seus escritos estavam profundamente relacionados às suas condições de vida em função, entre outros fatores, dessa posição de tripla marginalidade. Esse escritor sensível, inteligente e culto desenvolveu o que Machado (2002) chama de sensibilidade sociológica, dado que permite que se vislumbre através de sua produção aspectos importantes sobre as pessoas e o cotidiano de seu tempo. Nessa perspectiva, destacamos um pequeno trecho do romance *Clara dos Anjos*, para ilustrar as relações entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros e o lugar ocupado pelos primeiros nas escalas hierárquicas de poder nesse período. Vejamos as observações do personagem Joaquim dos Anjos:

[Joaquim] Chegou à repartição, assinou o ponto, cumprimentou os colegas e chefes; e, à hora certa, tomou a correspondência a distribuir e lá correu para escritórios, casas de comércio, entregando cartas e pacotes. Vinha tudo isto com nomes arrevesados: franceses, ingleses, alemães, italianos, etc; mas, como eram sempre os mesmos, acabara decorando-os e pronunciando-os mais ou menos corretamente. Gostava de lidar com aqueles homens louros, rubicundos, robustos, de olhos cor do mar, entre os quais ele não distinguia os chefes e os subalternos. Quando havia brasileiros, no meio deles; logo adivinhava que não eram chefes (LIMA BARRETO, 1997, p. 121).

Chalhoub (2001) analisa as relações entre trabalhadores brasileiros pobres e imigrantes de diversas nacionalidades. Estes se julgavam superiores racial e culturalmente àqueles, e as divisões econômicas, quando havia, somavam-se as diferenças raciais. Imigrantes, brasileiros brancos e brasileiros negros, se pobres, disputavam postos de trabalho com grandes desvantagens para os últimos. No interior dessas rivalidades, os imigrantes tinham alguns benefícios reais, pois os recém-chegados podiam contar com o auxílio de seus compatriotas para ocupar vagas em pequenas oficinas ou estabelecimentos comerciais, para encontrar um local para morar ou para obter empréstimos de baixo valor de modo a adquirir ferramentas ou outro material necessário para a atividade laborativa.

Retomando o debate, o Código Penal de 1890<sup>172</sup>, em seu Livro III considerava como contravenções as loterias, as rifas, os jogos e as apostas de qualquer espécie, prevendo penas para autores, empreendedores e agentes de jogo. O discurso sobre os jogos de azar emerge no relatório de 1922, apresentado em 1923 e prossegue nos mesmos termos nos relatórios de 1924, apresentado em 1925, e no de 1925, apresentado em 1926. Nesse período, eram quatro os alvos da preocupação dos comerciantes: os mafuás, as 'andorinhas', o jogo do bicho, e todos os outros tipos de jogos de azar que aconteciam em casas especializadas. A seguir, vamos ver como eram representados pelos associados da entidade.

---

<sup>172</sup> O Código Penal de 1890 continha quatrocentos e doze artigos e possuía quatro livros: o primeiro tratando dos crimes e das penas; o segundo, dos crimes em espécie; o terceiro, das contravenções em espécie, e o quarto, cuidando das disposições gerais. O que nos interessa mais especificamente é o Livro III que disciplinava as contravenções em espécie e contava com treze capítulos, a saber: (I) Da violação das leis de inumação e profanação dos túmulos e cemitérios, (II) Das loterias e rifas, (III) Do jogo e aposta, (IV) Das casas de empréstimo sobre penhoras, (V) Do fabrico e uso de armas, (VI) Das contravenções de perigo comum, (VII) Do uso de nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces, (VIII) Das sociedades secretas, (IX) Do uso ilegal de arte tipográfica, (X) Da omissão de declaração do registro civil, (XI) Do dano as cousas públicas, (XII) Dos mendigos e ébrios, e (XIII) Dos vadios e capoeiras. Ver em: [http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20020930/sup\\_dej\\_300902\\_59.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20020930/sup_dej_300902_59.htm), 22/01/2007 19h39min.

Em 1922, o representante da Sociedade União do Commercio Varejista de Seccos e Molhados, afiliada da ACRJ, reclamava de uma nova forma de “kermesse” (p. 358), designada na gíria por ‘mafuá’, que vinha causando prejuízos ao comércio “honesto” (p. 358). Referia-se a um tipo de feira na qual se vendia/apostava toda espécie de objetos e que, segundo ele, tinha um movimento maior do que o das feiras livres. Nesses locais, eram negociados produtos sem selo de identificação e sem as devidas precauções higiênicas, além disso, se jogava na roleta e em todo tipo de aposta. Esse protesto é um exemplo do esforço empreendido pelos comerciantes para criar e consolidar seu campo de atuação, pois, quando se referia aos prejuízos causados pelos mafuás aos negociantes honestos, pressupunha a existência dos desonestos que eram justamente aqueles que mercadejavam nestes lugares. A situação destes últimos piorava na medida em que seus produtos não possuíam os selos que identificavam os de boa qualidade e procedência e que atendiam às regras da higiene pública. Afora tudo isso, nesses ambientes, jogava-se à vontade, o que constituía um estímulo àquele que era considerado como o pior dos vícios.

Na queixa do representante da Sociedade estão presentes as operações de excluir, recortar e delimitar, todas elas destinadas a reforçar a identidade do comerciante. Identidade de negociantes confiáveis e atentos às importantes questões de higiene e de saúde pública da época, e que não deixavam, inclusive, de observar seu papel de protetores daqueles que não sabiam cuidar de si mesmos, isto é, os pobres. Excluindo aqueles que eram vistos como desonestos, recortando e delimitando o espaço no qual os honestos negociavam, era fortalecido o *status* dos comerciantes legalmente estabelecidos que respeitavam e criavam regras concernentes a uma boa, leal e confiável prática do comércio, e que, por isso, não seriam encontrados em mafuás.

Muitas vezes essas feiras eram montadas para arrecadar fundos para igrejas, mas, no entendimento da Sociedade União, espalhavam-se perigosamente pela cidade “corrompendo mulheres e crianças e desgraçando domésticos e operários” (Relatório de 1924, p. 632). Em crônica intitulada “No

‘mafuá’ dos padres”, publicada na revista *Careta*, em 11 de outubro de 1919, Lima Barreto fornece elementos para termos uma noção sobre o que seria um mafuá. Vejamos um trecho:

O meu amigo doutor João Ribeiro ainda não me pôde explicar o que quer dizer ‘mafuá’. Apesar disso, eu, pela boca do povo, sei que, mais ou menos, tal termo exprime uma barafunda de homens e mulheres de todas as condições. Não quero contribuir para o dicionário de brasileirismos da Academia; mas o que aprendo ensino. Ouvei esse termo ‘mafuá’ no Engenho de Dentro, para designar uma barraquinhas que os padres tinham lá feitas. Era, como lá diziam, o ‘mafuá’ dos padres. Eles fazem um leilão de prendas, por intermédio de moças mais ou menos decotadas (LIMA BARRETO, *apud* RESENDE e VALENÇA, 2004, p. 34).

O mafuá seria algo que era comum no subúrbio e poderia realmente reunir domésticos, operários, mulheres e crianças, já que atraía pessoas de todas as condições. Daí que, mesmo que alguns desses mafuás pudessem ter uma intenção caritativa, o fato de também estarem espalhados pela cidade representava mais uma possibilidade de ampliar o número de viciados no jogo e de aumentar os prejuízos dos comerciantes varejistas. O segundo grupo que era visto como um grande inimigo do comércio varejista era formado pelas chamadas ‘andorinhas’. Estas causavam apreensão ao negociar produtos de porta em porta, sem licença e sem pagar qualquer tipo de tributo, e por isso deveriam ser reprimidas. Entretanto, sobre elas não são tecidas grandes considerações.

Com relação ao jogo do bicho, em 1924, o mesmo conjunto de comerciantes ligado ao comércio de utilidades no varejo, reunido em torno da Sociedade União, se queixou dos prejuízos causados aos negócios por essa modalidade de aposta e se mobilizou enviando uma representação às instâncias competentes de poder. Para os sócios da Sociedade/ACRJ, esse jogo era o que de pior havia para os mais pobres, porque alastrava a pobreza em benefício de alguns exploradores sem escrúpulos. Aos olhos desses homens, seus lucros

diminuíam pelo fato de os clientes perderem o dinheiro das despesas da vida doméstica cotidiana na 'lista'. O documento mandado pela Sociedade ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com cópia para a ACRJ que a apoiou, continha basicamente duas alegações. A primeira ligada à responsabilidade de seus associados para com seu papel de protetores dos mais pobres e a segunda causada pela queda nas vendas. Vejamos um trecho desta representação:

Os commerciantes a varejo, gyrando com pequenos capitaes, sobrecarregados de impostos e em contacto directo com o consumidor, vêm soffrendo enormemente as conseqüências do desperdício das economias dos mais empobrecidos com as seducções do jogo e principalmente do 'jogo do bicho' o mais accessível pelo baixo preço de suas apostas e por ser feito por todos os recantos da cidade (Relatório de 1924, p. 631).

O fato de o jogo do bicho não exigir grandes estruturas para poder funcionar, ser de fácil compreensão e possibilitar apostas de pequenas quantias, tornava-o muito acessível e facilitava sua propagação e instalação em toda a cidade. Na visão dos comerciantes, essa facilidade o tornava perigoso para aqueles que se dispunham a gastar suas parcas economias arriscando a sorte. Para Velloso (2004), o jogo do bicho era uma prática integrada ao cotidiano da cidade e fazia parte da cultura da população carioca. Nas difíceis condições enfrentadas pelos pobres, os jogos de azar poderiam se configurar em uma alternativa à pobreza e a uma vida sem grandes perspectivas, criando uma falsa ilusão de riqueza ou, até mesmo, trazendo pequenas melhorias nos casos de uma 'boa estrela'. O conto "O número da sepultura", de Lima Barreto, pode ilustrar esse tipo de situação. Nessa narrativa, Zilda, jovem casada, moradora do subúrbio, sonha com a avó e incomodada com o sonho conversa com a cozinheira. Esse é o diálogo travado entre as duas:



- Nhãnhã: seu eu fosse a senhora arriscava alguma coisa no ‘bicho’.
- Que ‘bicho’ é?
- 24 é cabra; mas não se deve jogar só por um lado. Deve cercar por todos e fazer fé na dezena, na centena, até no milhar. Um sonho destes não é por aí coisa à-toa.
- Você sabe fazer a lista?
- Não, senhora. Quando jogo é o seu Manuel do botequim quem faz ‘ela’; mas a vizinha, D. Iracema, sabe bem e pode ajudar a senhora. (LIMA BARRETO, s/d, p. 180).

Lima Barreto nos ajuda a compreender que nos subúrbios, pessoas simples conheciam e aventuravam-se com habilidade no jogo. Era possível encontrar com facilidade uma banca e alguém que auxiliasse na montagem da aposta o que denota que o jogo fazia parte de seu cotidiano.

A Sociedade União solicitava a repressão aos jogos de uma maneira geral e ao jogo do bicho em particular, pois ele comprometia “ainda mais a crise por que vão passando as classes menos favorecidas” (p. 631). Essa preocupação com o destino dos mais pobres encobria a inquietação dos comerciantes com suas próprias finanças, pois viam seus lucros diminuírem. O consumidor, além de não saldar suas dívidas, reduzia a quantidade de produtos adquiridos nas lojas. Para reforçar seus argumentos, a Sociedade reativava a função de seus associados de protegerem os pobres e afirmava que a redução no consumo agravava ainda mais a situação da pobreza, porque a ela juntavam-se as moléstias pulmonares causadas pela má alimentação.

Também encontramos o debate sobre o mal causado pelos jogos de azar praticados em estabelecimentos especializados. No relatório de 1922, dando mostras de sua aliança com o patronato, a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (AECRJ) enviou uma representação à Câmara dos Deputados, com cópia para a ACRJ. A entidade representativa dos empregados reclamava contra o projeto que estava em andamento na Casa sobre a

legalização do jogo em cassinos e em clubes fechados. Para a AECRJ, a legalização do jogo o elevaria à condição de entretenimento o que significaria um estímulo ao vício, ao crime, à miséria e à desonra, além disso, seria praticar um desserviço à pátria e à sociedade.

A alegação era de que o jogo era o mais terrível dos vícios, que intoxicava o país, subvertia a ordem dos negócios públicos e particulares, e que havia assumido proporções “aterradoras”, pois em “todos os cantos se encontravam casas de tavolagem” (p. 359), de entrada gratuita. Ao que parece, essas casas de jogo exerciam grande atração, pois apresentavam um ambiente luxuoso, com bebida e música e a possibilidade de sexo. Vale a pena transcrever o trecho do documento:

Transposto o ambito desses antros, a ornamentação apparatusa, o som embalador da musica, a tontura provocada pelos licores espirituosos, o sorriso do amor mercenário, enfim, o conjunto de vícios e de arte, de volupia e de conforto, contrastando com a carência quasi absoluta de outras diversões na cidade, seduzem os inexperientes, ao jogo – o meio mais fácil que os espíritos fracos supõem o único capaz de lhes proporcionar quotidianamente, todos aquellos atractivos: vicio, volúpia e conforto (Relatório da ACRJ, 1922, p. 359).

É possível observar que, para os representantes dos empregados, uma das prováveis causas do envolvimento com o jogo era a carência das opções de diversão, contudo talvez esse não seja o ponto central do problema. Havia possibilidades de divertimento de outra ordem, tais como o circo, as festas populares e os piqueniques, todavia, poucas delas davam a chance de experimentar sensações ligadas ao vício, à volúpia e ao conforto.

O jogo era visto como um mal que atingia a todos, ricos e pobres, sendo que eram estes últimos os alvos da preocupação da Associação. Os primeiros, viciados em jogo, dilapidavam suas fortunas, e os pobres, porventura

empregados, eram levados a praticar crimes. Sobre isso, os patrões afirmavam: "os que, porém, nada têm de seu, mas são depositários dos bens alheios, em função de seus cargos, descem do vício ao crime e da miséria a deshonra, insensivelmente, ineluctavelmente" (Relatório de 1922, p. 359). A assertiva ratifica a idéia de que os empregados pobres eram, potencialmente, criminosos. Percebe-se que, para os patrões, a honradez do empregado poderia ser abalada pelo seu estado financeiro, isto é, quanto mais pobre maior a chance de ser corrompido. Se ele exercesse cargo de confiança, a preocupação com a possibilidade de se viciar aumentava. A grande inquietação dos patrões estava relacionada a golpes que, nas palavras de Cruz (1914), configuravam "delictos contra a propriedade, desde o furto até as ardilosas combinações do estellionato" (p. 123). Essa é uma temática que pode fornecer, ao menos, duas indicações. A primeira sobre o grande temor dos patrões com a possibilidade de serem furtados ou de caírem em um golpe e a segunda, como consequência direta da anterior, que isso poderia ser um acontecimento relativamente comum.

Na tentativa de combater o problema, dentre outras sugestões, propôs-se que o jogo fosse proibido para menores, para aqueles que não pudessem comprovar sua renda e para os que fossem responsáveis por bens alheios. Além disso, deveria ser mantido longe dos grandes centros, sendo transferido para estâncias hidrominerais, termais ou climáticas, o que dificultaria o deslocamento e acesso dos pobres. Essa última medida, vista como patriótica, pretendia torná-lo o mais inacessível para evitar que novas pessoas se viciassem. Havia, ainda, a possibilidade de serem inaugurados cassinos nas praias da cidade, bem como em clubes fechados. Apesar de considerar que deveria ser proibido, a ACRJ ressalta que nesses locais de turismo e descanso o jogo ficaria restrito ao entretenimento da "nossa alta sociedade" (p. 358). O que leva a pensar que os ricos, nesta perspectiva, estariam imunes ao mal, pois era a pobreza que compelia o sujeito ao jogo, ao vício e ao crime.

Sobre a 'fraqueza natural dos pobres' concepção que aparece nos discursos do patronato, Gomes (1979) afirma que nas sociedades pré-industriais a

pobreza era considerada como algo normal e necessário. Era ela que compelia os homens ao trabalho. O homem comum, que era visto como um ignorante, preguiçoso, sem ambição e com tendência ao vício, precisava da pobreza para se tornar disciplinado e morigerado. Daí advinha sua serventia, pois era ela que tornava alguém útil à sociedade. Devido a seus vícios e fraquezas, os pobres necessitavam de proteção e cabia àqueles mais bem posicionados o dever ético, político, religioso e moral de protegê-los. Em troca, eles seriam trabalhadores obedientes e leais. Esse tipo de concepção marca as relações de trabalho nas sociedades pré-industriais ocidentais, mas é possível encontrar seus sinais nos primórdios das relações capitalistas na cidade do Rio de Janeiro, como temos observado.

Outra noção que permeia os discursos é a que relaciona pobreza e criminalidade. Sobre esta, para uma maior compreensão, encontramos apoio em Chalhoub (1996). Para ele, as expressões classes pobres e classes perigosas possuem praticamente o mesmo significado. Tal relação começa a ser estabelecida no período posterior à abolição da escravidão, quando, em debates ocorridos na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, procurava-se encontrar uma saída para o problema criado pela abolição formal dos escravos com a discussão de um projeto de lei de repressão à ociosidade. Para os deputados imperiais, o bom cidadão era honesto, trabalhador, gastava com moderação e, por conseguinte, conseguia ter melhores condições de vida.

Aqueles que permaneciam na pobreza eram suspeitos de não terem comportamento adequado, terem vícios, de não quererem trabalhar ou de não serem bons trabalhadores. Nessa perspectiva, a ociosidade e a pobreza estavam, por suas próprias naturezas, inseparavelmente ligadas. Assim encontrávamos a seguinte concepção: “Os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1996, p. 22). Com base nessa premissa, os deputados concluem que as classes pobres eram as classes perigosas.

A opinião reinante era de que a ociosidade, vista como o maior dos vícios, exacerbava a condição da pobreza e levava o sujeito pobre à marginalidade. A pobreza gerava malfeitores e viciados o que era altamente perigoso para o conjunto da população. Começa a ser instituída nesse momento a relação entre ociosidade e criminalidade que tomou os negros como principais suspeitos, pois as classes pobres eram formadas, em sua maioria, por ex-escravos, por aqueles que já eram libertos à época e por seus descendentes. O autor ainda assevera que a concepção de que a pobreza estava diretamente relacionada a uma criminalidade em potencial teve, e tem, enormes conseqüências para a história de nosso país. É, por exemplo, um dos fundamentos básicos da atuação das forças policiais nas grandes cidades brasileiras. Esta ‘teoria da suspeição generalizada’ fundamentou a “invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva” (p. 24). E, em nossa opinião, também de uma política assistencialista de atuação voltada para jovens pobres, moradores em favelas e nas periferias das grandes cidades. Muitas das intervenções são calcadas em ações preventivas da marginalidade dessa camada da população. Nessa perspectiva, o somatório pobreza, tempo livre e ociosidade leva, necessariamente, à criminalidade.

A preocupação dos deputados na Corte Imperial estava ligada ao fato de não conseguirem vislumbrar uma relação de trabalho livre entre ex-escravos e proprietários/senhores/empregadores. A questão que se colocava e para a qual as respostas naquele momento não estavam claras era: ‘Como seria uma nova organização do trabalho estruturada de maneira diferente da escravidão?’ Se já não era possível acorrentar o trabalhador ao local de trabalho, a maneira de obrigar-lhe a trabalhar seria criando meios de ele não estar em outros lugares quando deveria estar ocupado trabalhando. A lei era, portanto, parte de uma política de controle do trabalhador, principalmente do ex-escravo. A manutenção da ordem passa a ser vista como algo a cargo de instituições públicas de repressão com suas estratégias de controle, tais como, a polícia, as carteiras de identificação e, mais tarde, a carteira de trabalho.

Além disso, os negros eram considerados por seus antigos senhores como cheios de vícios, privados de inteligência e de consciência e dominados pelos mais baixos instintos, logo, essa população deveria ser compelida ao trabalho. Pelo fato de seus vícios serem devidos à sua natureza, seus defeitos eram insuperáveis o que os tornava, naturalmente, perigosos. Em tal perspectiva, a ociosidade deveria ser reprimida com rigor.

Nesse sentido, pode-se compreender por que os jogos de azar, as loterias, as rifas e as apostas, bem como o alcoolismo, eram vistos como males sociais. Com a jogatina, havia a chance de os sujeitos obterem dinheiro sem trabalhar, isto é, quem apostava e quem bancava o jogo poderia sobreviver sem ter que se submeter às regras inerentes à atividade laborativa. Com o alcoolismo, o sujeito terminava por se tornar um ocioso e incapaz, na medida em que o vício o impedia de exercer suas atividades, como consequência se tornaria um perigo para a ordem pública.

No que diz respeito à ACRJ, é interessante perceber que, nos anos de 1922 até 1926, o discurso sobre os jogos de azar, em qualquer das suas modalidades, teve três grandes pontos de apoio, quais foram: os prejuízos causados ao comércio, ao indivíduo e à pátria. Claro está que não configuraram instâncias isoladas, pois estavam imbricados. É nesse contato que se forma um campo discursivo que, ao mesmo tempo em que remete aos limites do modo de pensar do patronato à época, expõe a singularidade desse discurso, isto é, naquelas condições históricas, era o modo possível de operar sobre os fatos.

Os debates que envolviam o problema do jogo versaram sobre as mesmas bases até 1935, quando então podemos observar uma descontinuidade expressa na mudança significativa dos argumentos utilizados. Nos relatórios de 1935 e 1938, os patrões, dando mostras da assimilação do ideário do Governo, passaram a deslocar o tema central da campanha contra o jogo. Esta deixou de ter como alvo principal a preocupação com os lucros, questão privada, essencial, voltada para interesses daquela categoria profissional e passou a ser um problema cuja resolução interessava ao país. Afinados com os discursos do Governo voltados

para a segurança nacional, emergem termos do tipo, “necessidade de defesa da sociedade carioca”, “zelar pela integridade e tranqüilidade da família brasileira” (Relatório de 1935, p. 164). Foi aventada, inclusive, a possibilidade de se instituírem impostos que seriam destinados a extinguir o jogo visto como “cancro social” (*ibid.*).

Nesse período, a repressão ao comunismo, a perseguição e prisão de líderes sindicais, o exílio de operários, a preocupação com a Segurança Nacional, as sucessivas decretações de estados de guerra, mudaram o contexto político. Segundo Araújo (2000), a ameaça representada pelo comunismo ao Governo Vargas foi real, o Levante Comunista<sup>173</sup> não foi apenas um pretexto para o golpe de Estado ocorrido em novembro de 1937. Se, anteriormente, a causa da preocupação com o prejuízo que o jogo causava ao comércio era claramente apresentada, no pós-30, os interesses tornados explícitos referiam-se a tomar conta da família, a respeitar a pátria e a trabalhar para seu progresso, o que denota aproximação, compreensão e assimilação por parte da ACRJ do discurso do Governo.

Nesse momento, ao menos publicamente, combater o jogo era prestar um serviço à nação e à família, pois suas conseqüências eram nefastas e levavam a dor aos lares. Alguns raciocínios eram baseados nos conhecimentos e nos dados obtidos junto aos delegados de polícia que informavam sobre o número de crimes cometidos, bem como sobre o considerado elevado número de suicídios entre os chefes de famílias viciados em jogo. Nessa perspectiva, extinguir o jogo, em todo e qualquer local em que ocorresse, era defender a família, o país e a moral, pois sua prática era um veículo de dissolução do caráter e um mal social. Nem mesmo a possibilidade de se atrair os turistas para a cidade através dos cassinos era vista como algo adequado. O jogo não seria o melhor meio de atração por ser uma “terrível praga” (Relatório de 1939, p. 249).

---

<sup>173</sup> O Levante Comunista ocorreu em novembro de 1935, em quartéis do Exército em três cidades, simultaneamente: Rio de Janeiro, Natal e Recife, liderado por comunistas reunidos basicamente, em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de esquerda comandada por Luis Carlos Prestes (ARAÚJO, 2000).

A defesa da pátria e da família tornou-se uma bandeira utilizada como mais uma justificativa para sua repressão. Os associados acreditavam que, nos cassinos e nas casas de tavolagem, os comunistas encontravam terreno fértil para a cooptação de novos membros, além disso, havia uma relação entre os lucros dessas casas e o custeio de hospitais e escolas, como se pode verificar nas palavras de um associado:

[...] era dentro desses centros de jogatina que os elementos communistas desenvolviam sua actividade mais productiva. Sob o pretexto do custeio de escolas e hospitaes, o jogo ia se alastrando assustadoramente. Os homens do trabalho e da producção receberiam, de melhor grado, um imposto destinado a esses fins altruísticos, em vez de assistirem à manutenção desse cancro social (Relatório de 1936, p. 211).

O temor era em relação aos comunistas e é claro que nenhum comerciante aceitaria sob pretexto algum o aumento de impostos, mas, a título de retórica, esse argumento poderia funcionar.

No Relatório de 1942, além das inquietações com os aspectos morais e financeiros do jogo, encontramos a preocupação com o combate aos inimigos, não apenas externos, mas principalmente internos. Era necessário fazer economias, desenvolver a produção e garantir a ordem interna, por isso “não se pode conceber que uma parte da população se entregue ao vício em contraste com todos os preceitos da moral” (Relatório de 1942, p. 155). Todos deveriam estar unidos na defesa e na manutenção da grandeza da nação e da ordem interna. Leia-se combate aos opositores do Regime, apoio à centralização administrativa e política imposta pela ditadura Vargas. Não seria admissível que alguns se negassem a participar deste esforço para entregar-se ao vício e, assim, dar as costas para os problemas que assolavam o país. Desse modo, moralidade e patriotismo estavam juntos nessa empreitada. A preocupação com os inimigos, principalmente os internos, estava referida à postura do Governo diante da



Segunda Guerra Mundial, pois nos anos de 1942 e 1943 teve início a crise que resultaria no fim do Estado Novo em 1945. Vargas, na sua tradicional fala das comemorações de Primeiro de Maio, afirmou em 1943 que:

O Govêrno não vos esquecerá, vigilante pela vossa situação e das vossas famílias. E, principalmente, vigilante para impedir que os espiões, sabotadores e quintacolonistas de várias espécies, abalem a nossa mútua confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes criminosos. O boato, a intriga, a calúnia e a maledicência, em épocas como a que atravessamos, são as máscaras freqüentemente usadas pelos traidores (Getúlio Vargas, Revista *Cultura Política*, v. 3, n. 28, jun, 1943, p. 13).

Espiões, sabotadores e quintacolonistas eram os termos usados por Vargas para designar seus opositores, em sua visão, traidores e inimigos internos da nação. A posição assumida pelo Governo brasileiro diante do conflito mundial detonou a crise interna. Por algum tempo, o Brasil mantivera-se em equilíbrio entre as forças em confronto procurando obter vantagens. Em 1940, conseguira financiamento e equipamentos dos Estados Unidos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e, na mesma época, obtivera crédito, também dos EUA, para aparelhar as Forças Armadas. Entretanto, o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941, determinou a entrada dos EUA no conflito e sua pressão para que outros países também entrassem na luta contra o Eixo.

Em uma demonstração de apoio aos países Aliados, o Governo brasileiro permitiu a instalação de bases aeronavais norte-americanas no Nordeste. Em janeiro de 1942, o Brasil cortou relações com a Alemanha, que, em resposta, torpedeou e afundou, em dois dias, cinco navios mercantes brasileiros, sendo que foi perdido um total de trinta e um navios da Marinha Mercante. A reação popular foi imediata e capitaneada por estudantes e intelectuais, que exigiam a entrada do Brasil na guerra e o envio de tropas à Europa. Aproveitando a conjuntura

internacional, a oposição ao Governo se agrupava e organizava passeatas e manifestações pela declaração de guerra, que terminou acontecendo em 31 de agosto de 1942.

Essa decisão estabeleceu uma contradição entre a posição do país diante da luta contra o nazi-fascismo e, internamente, a manutenção da ditadura. Entretanto, mesmo diante dessa evidência, o Governo investia contra as liberdades civis. A censura continuava a vigorar e era proibida a veiculação de notícias sobre as ações organizadas pela oposição, sobre o descontentamento com o racionamento de gêneros, alimentícios ou não, sobre as discussões acerca de salários e sobre as relações entre patrões e empregados. A insatisfação com o Regime aumentava, inclusive com a oposição velada de setores militares. O movimento estudantil, leia-se União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>174</sup>, agrupava a oposição formada por intelectuais, jornalistas, artistas e cientistas e, ao menos publicamente, afirmava que apoiava o Governo em sua luta contra os países do Eixo. O Partido Comunista clandestinamente se reorganizava e, obedecendo aos ditames do Comitê Central na União Soviética, adotava a mesma postura dos estudantes.

Entidades antifascistas foram criadas, tais como a Sociedade Amigos da América, estimulada por setores liberais e presidida pelo general Manoel Rabelo; o Conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil e a Liga de Defesa Nacional<sup>175</sup>. Em outubro de 1943, veio a público o Manifesto Mineiro, que, assinado por importantes políticos de Minas Gerais, defendia as liberdades democráticas e uma mudança nos rumos políticos do país no pós-guerra, pleiteando o início dos debates sobre o assunto.

---

<sup>174</sup> Órgão máximo de representação dos estudantes universitários brasileiros, a UNE foi criada por decisão do II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, em pleno Estado Novo, no Rio de Janeiro. Esse congresso contou com a presença de um representante do ministro da Educação, Gustavo Capanema, e de dezenas de delegados representando 80 centros acadêmicos de diversos pontos do país. Em 1942, pelo Decreto-Lei nº. 4.080, o presidente Vargas institucionalizou a UNE como entidade representativa dos universitários brasileiros. Ver: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_brnaguerra\\_une.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_brnaguerra_une.htm), 19/03/2007, 22h16min.

<sup>175</sup> A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 7 de setembro de 1916, por ilustres brasileiros, como o Marechal Caetano de Faria, então Ministro da Guerra, e o poeta Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar. Ver: <http://www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm>, 28/01/2007, 13h22min.

O afiliado da ACRJ, ao afirmar que era necessário defender a ordem interna contra os inimigos da nação, apoiava e fazia uso do discurso do Governo. Contudo, essa poderia não ser uma posição dominante, pois, segundo Paranhos (1999), João Daudt de Oliveira, presidente da ACRJ em 1942, em exposição proferida no 1º Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1943, elogiou o presidente Roosevelt e a democracia norte-americana e defendeu a “convivência harmônica entre a democracia política e a reforma social” (p. 127), o que também demonstra que o diretor da Associação estava atento às contradições do período.

Nessa conjuntura, não se podia tolerar que alguém pudesse viver na ociosidade ou ganhar sem trabalhar, daí todo o empenho da ACRJ ao debater a questão dos jogos de azar e das loterias. Em 1942, um associado afirmou em reunião que o jornal *Correio da Manhã* havia deflagrado uma nova campanha contra o jogo. O jornal conclamava a Associação Comercial, a Associação Bancária, o Sindicato dos Lojistas e outras entidades para fazerem parte dessa cruzada moralizadora e patriótica, com o objetivo de extinguir aquele que ainda era considerado o pior dos males. A ACRJ decidiu participar por acreditar que nesse momento lutar contra o jogo era obra de saneamento social, pois, além dos infortúnios que causava à família e à sociedade, trazia prejuízos à indústria e ao comércio, que vinham passando por maus momentos em virtude da guerra. O jogador e aquele que bancava o jogo eram vistos como praticantes de um ato contra o progresso do país, reputados como contraventores e, desse modo, sofreriam as penalidades previstas em lei. Essa noção encontrava apoio nas palavras de Vargas, que, na mesma comemoração de Primeiro de Maio de 1943, afirmou:

Hoje mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários nas máquinas, marinheiros nos navios, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores de indústria, almirantes nos mares ou generais de comando – todos estão sob o mesmo imperativo:

fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca (Getúlio Vargas, Revista *Cultura Política*, v. 3, n. 28, jun, 1943, p. 12).

Em sua fala, Vargas conclamou trabalhadores de todos os níveis para participar do esforço de guerra, a situação difícil pela qual passava o país não permitia vacilações. Se viver sem trabalhar sempre fora algo intensamente repudiado, naquela conjuntura era inaceitável e a ACRJ acatou a mensagem. Nessa mesma reunião, foram apresentadas as palavras de Rui Barbosa sobre o jogo. O associado da ACRJ que as repete assevera que, de tão sábias, têm sido freqüentemente reproduzidas. Vale a pena transcrever o trecho, pois sintetiza as idéias presentes nos debates e que, como vimos, eram postas a circular:

Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime, solapando no seu contágio como as invasões purulentas, corruptora de todos os estímulos morais como o álcool, o jogo zomba da decência, das leis e da polícia, abraça, no domínio das suas emanções a sociedade inteira, nivela, sob deprimente igualdade, todas as classes, mergulha, na sua promiscuidade... alcança no requinte de suas seduções as alturas mais aristocráticas da inteligência, da riqueza, da autoridade; inutiliza gênios; degrada príncipes; emudece oradores...a concorrência diurna, os naufragos das noites tempestuosas do azar... (Rui Barbosa *apud* Relatório de 1942, p. 154).

O jogo, vício corruptor que degradava gênios e príncipes, embora não fossem estes os alvos principais das preocupações da ACRJ, e suas conseqüências nefastas para a família e para a pátria compunham a base de um raciocínio bastante utilizado e que dizia respeito à relação pública que a ACRJ mantinha com o Governo.

Entretanto, no âmbito dos interesses particulares, a proibição do jogo ainda se referia aos desfalques dados por empregados do comércio. Na reunião de 16 de setembro de 1942, o presidente da ACRJ, Ferreira Guimarães, baseado no

texto de autoria do promotor da Terceira Vara Criminal do Rio de Janeiro, Dr. Frederico Muller, afirmou: “O jogo é causa direta ou indireta de outros possíveis crimes, especialmente o de apropriação indébita” (Relatório de 1942, p. 155). Os pontos de vista se interpenetravam denotando uma coesão nos interesses e nas propostas de ação. No final das contas, a desordem social – questão pública – e a apropriação indébita – questão privada –, convergiam para o mesmo ponto, qual fosse, a entrada em ação das forças jurídicas e policiais. Ambas as questões eram causas de sérios danos e era necessário reprimi-las. No entendimento do promotor, o empregado de confiança (tesoureiro ou cobrador, por exemplo) viciado no jogo, primeiro perdia o que lhe pertencia para depois lançar mão dos bens do patrão. Para agravar o quadro, havia casos nos quais o sujeito, enfraquecido pela desonra, cometia o suicídio, conclusão que tornava o jogo um mal completo. Em suas palavras: “Como se vê, o jogo é um mal que ao mesmo tempo desrespeita a lei, avilta e mata” (Relatório de 1942, p. 156). Isto é, trazendo a desordem, a desonra e a morte, o jogo atingia os sujeitos em suas dimensões físicas e morais, por isso era tão maléfico. Além disso, seus efeitos nocivos eram maiores para os mais pobres, que, como já visto, eram fracos e demandavam proteção e tutela (CHALHOUB, *op. cit.*).

O fato de os discursos médico e da jurisprudência permearem as ações e as falas dos associados da ACRJ indica o sucesso da medicina e do direito para fazê-los circular. A reapropriação efetuada a partir da experiência de cada um é utilizada como argumento de força, dá mostras da erudição de seus emissores e do lugar que ocupam na sociedade, fornecendo consistência, credibilidade e respeitabilidade às suas falas. Médicos, advogados e juristas vinham, há muito, lutando, nesse caso como aliados, por mudanças nos comportamentos e nos hábitos da vida individual, bem como no ordenamento da vida social. Exemplos dessa aliança podem ser encontrados em dois artigos publicados na revista *Cultura Política*, que relacionam alcoolismo, criminalidade e aspectos médicos/psiquiátricos/psicanalíticos.

Álvaro Ferraz e Gonçalves Fernandes, médicos do Gabinete de Antropologia de Pernambuco, redigiram um artigo<sup>176</sup> intitulado “A antropologia criminal em Pernambuco”, no qual afirmaram que a ameaça à ordem pública se ampliava na medida em que estudos de antropologia criminal incluíam em suas classificações de ações criminosas aquelas causadas, dentre outras, por: a) lesão ou supressão do *Ego* – considerados como processos tóxicos ou organopatológicos, em que o grau de participação do *Ego* baixa a zero, como nos casos de imbecis, dementes, maníacos, doentes mentais crônicos e alcoólatras; b) ações criminais não neuróticas em indivíduos normais com *Super-Ego* criminoso – considerados como aqueles adaptados a uma comunidade particular, na qual a moral padrão difere e onde toda a personalidade se encontra identificada com o ato, como nos casos de vagabundos, mendigos, chefes de bandos e criminosos profissionais. Em outro artigo<sup>177</sup>, intitulado “A doutrina da periculosidade criminal no novo Código Penal do Brasil”, escrito por João Pedro Muller, professor da Escola Técnica Secundária do Distrito Federal, encontramos uma ligação entre aspectos médicos, morais, econômicos e jurídicos que se repete em outros discursos emitidos em outras instâncias. De acordo com tal doutrina, os vagabundos, bêbados habituais, loucos, epiléticos, menores desocupados e sem família, deficientes ou atrasados mentais, apesar de ainda não terem delinqüido, se não houver cuidado, poderão delinqüir, pois são anormais e apresentam uma periculosidade social latente. Segundo o autor, em países civilizados, essa seria a causa de recolherem esses tipos de pessoas em locais adequados, tais como asilos, patronatos e reformatórios. Tais discursos, postos a circular, eram apropriados e repetidos, fortalecendo argumentos que reforçavam a noção de que pobres, mendigos e menores desamparados eram criminosos em potencial, constituíam uma ameaça à paz pública e, por isso, deveriam ser controlados.

Gondra (2004)<sup>178</sup> e Esteves (1989), respectivamente, auxiliam na compreensão acerca do papel e dos lugares ocupados pelos discursos médico e

<sup>176</sup> Revista *Cultura Política*, nº. 14, abril de 1942.

<sup>177</sup> Revista *Cultura Política*, nº. 18, agosto de 1942.

<sup>178</sup> Acerca do processo de normatização da vida cotidiana empreendido em outras áreas pela medicina, ver: Costa (1999) e Engel (1989).

da jurisprudência no processo de normatização da vida cotidiana. De acordo com Gondra (2004), a medicina, com a chegada da Corte Imperial no século XIX, encetou o processo de conformação de seu campo de ação. Atuando no sentido de fazer crer que o discurso científico era verdadeiro, criou organizações que paralelamente patrocinaram, divulgaram e fiscalizaram o exercício dessa crença. Assim, foi sendo construído e consolidado o poder de estabelecer normas acerca da vida social e individual, que, não se atendo ao campo médico, afetou as ciências humanas. Com base nas operações de ordenar, prescrever, certificar, avaliar, prometer e ameaçar, foram sendo formados os conceitos para que a medicina se legitimasse cientificamente como reguladora da vida do indivíduo e da sociedade. Mais tarde, aliando-se a outras instâncias do conjunto social, os médicos participaram ativamente do processo de construção da ordem burguesa na sociedade brasileira, como se pode observar, por exemplo, através dos debates na ACRJ.

Com relação ao direito, Esteves (1989) analisou o papel de juristas e advogados no processo de normatização da vida cotidiana e de organização da vida nos moldes higiênicos e burgueses, iniciado nos fins do século XIX e início do XX. Segundo a autora, o papel educativo da Justiça frente às camadas populares era efetivado nos julgamentos que envolviam casos de estupro e defloramento de mulheres pobres trabalhadoras ou de famílias operárias. Relacionada à expansão capitalista, estava em curso uma política do corpo e do comportamento empreendida por advogados e por juristas. Tornando públicos conflitos privados, as ações giravam em torno de três grandes objetivos: a) civilizar os hábitos; b) criar uma nova ordem moral baseada no modelo familiar higiênico; c) criar uma nova ética do trabalho. Desse modo, iam sendo transmitidos os valores burgueses necessários à formação social que vinha se estruturando. Tais valores eram referidos aos atributos morais, higiênicos e materiais, que o vício do jogo terminava por solapar, dificultando o avanço do processo.

É interessante perceber que a ACRJ sempre procurou lutar por aquilo que considerava como seus direitos e, por isso, estabelecia comunicações com as

instâncias de poder. Contudo, os níveis de autoridade dos destinatários vão se alterando ao longo do tempo. De reclamações e sugestões enviadas ao Conselho Municipal, à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na década de 1920, a entidade passou a tentar se comunicar diretamente com o presidente da República – Getúlio Vargas –, nas décadas de 1930 e 1940. Não havia intermediários nessa relação. Esse era, afinal, um dos objetivos de Vargas, ao forjar sua imagem como aquele que conhecia as necessidades e os problemas do povo brasileiro e que agia no sentido de solucioná-las.

O presidente, quando falava à população com vistas a legitimar o Regime, afirmava que não havia mais intermediários entre o povo e o Governo e, assim, sugeria o contato direto entre o chefe da nação e a população. Dessa forma, muitos, se reapropriando da mensagem e utilizando os argumentos estadonovistas a seu favor, escreviam diretamente à Vargas, com as mais diversas solicitações – empregos, passagens, promoções, dentre outras. Nas cartas, dando mostras de sua atitude em nada passiva diante do poder, as pessoas comuns buscavam defender seus interesses atuando nas brechas das regras autoritárias (FERREIRA, 1997).

Apesar de este autor referenciado acima se dedicar a analisar a correspondência enviada por pessoas comuns à Presidência da República, a atitude da ACRJ nesse período pode indicar que a reapropriação de mensagens também se dava em outros setores sociais. É claro que a Associação como uma instituição respeitada e partícipe da vida nacional ocupava outro lugar nas escalas de poder, mas, de todo modo, também buscava um contato sem intermediários com o chefe da nação. Todo esse esforço estava referido à defesa de seus interesses e, no caso da repressão ao jogo, a entidade buscava alterar costumes que considerava nocivos e prejudiciais à conformação do trabalhador ideal.

Nesse processo de normatização do comportamento, eram necessárias mudanças culturais de todo tipo. A ordem lúdica, fundamentalmente ligada ao tempo de repouso, também precisava ser transformada e, como temos visto, todos



os esforços foram empreendidos para que comportamentos e hábitos fossem alterados. Além da repressão aos jogos de azar, em qualquer das suas modalidades, outro problema que gerava intensos e acalorados debates nas reuniões da ACRJ era o do alcoolismo. É possível acompanhá-lo, em certa medida, no relatório de 1927. Vamos a ele.

### 2.3. O alcoolismo

No relatório de 1927, apresentado em 1928, encontramos o debate em torno da temática, pois o Conselho Municipal havia convidado a ACRJ para participar de reunião a fim de discutir soluções para o problema. O alcoolismo era considerado um dos grandes males que assolavam o povo brasileiro e definido à época como: “Abuso de bebidas alcoólicas; embriaguez habitual conducente à loucura, ao suicídio e ao crime, causa de muitas molestias transmissíveis mesmo por hereditariedade” (Relatório de 1927, p. 579). Combatê-lo era atuar em defesa do interesse nacional, contudo, a tomada de posição oficial não foi tranqüila, pois, para o presidente da Associação, Alfredo Mayrink Veiga, existia um choque entre “idéas philosophicas e humanas e idéas commerciaes” (p. 578). Isto é, havia um conflito entre as bem-intencionadas medidas de proibição e de repressão ao vício e os interesses financeiros que permeavam a questão. É interessante observar que na definição estão presentes as ordens médicas e jurídicas utilizadas como argumentos de força. Acreditava-se que o consumo excessivo de álcool causava doenças e levava ao crime, mas a pior característica era que seu poder não se manifestava apenas no presente. Por ser um vício que se transmitia por hereditariedade, sua periculosidade poderia atravessar gerações e trazer problemas no futuro.

Importa ressaltar que mesmo no interior de uma entidade patronal cujos interesses são, à primeira vista, análogos, não há uma unidade nas opiniões professadas. No caso do combate ao alcoolismo, é possível perceber divergências

e tensões que rompem com uma suposta homogeneidade. Ademais, não negamos que este fosse uma grave questão, inclusive porque também era objeto da preocupação do movimento operário<sup>179</sup>. Nossa intenção neste estudo é, apresentando as opiniões e as providências tomadas pelos diferentes setores da sociedade, fornecer elementos que ajudem a compreender a extensão do problema e o quanto ele mobilizava as diversas esferas sociais.

Dois associados foram encarregados de representar a Associação na reunião do Conselho, Costa Pires e Coronel Leite Ribeiro, sendo que cada um personificava a posição de grupos com opiniões diametralmente opostas. Em duas reuniões realizadas em novembro de 1927, os representantes tiveram a oportunidade de expor suas opiniões.

Costa Pires era ligado ao grupo que acreditava que se deveria dificultar a abertura de novos botequins, pois “o número de botequins abertos no Rio de Janeiro é cinco ou seis vezes superior ao ramo de negocio collocado em segundo lugar na estatística” (p. 578). Tal fato elevava o volume de capital empregado nesse ramo do comércio a mais de cinco mil contos de réis apenas em 1927 o que requeria, portanto, muito cuidado nas decisões que deveriam ser tomadas por parte da entidade. O associado aceitava a idéia de que o Estado poderia combater tal vício sem, no entanto, prejudicar os comerciantes do ramo de bebidas e, a esse respeito, afirmava que: “o Estado tem o dever de proteger o grosso da classe pobre, contra o abuso do alcool. Mas a situação das Associações Commerciaes não pode ser a mesma” (p. 579). Nessas palavras, se apresentam as instâncias relacionadas ao problema, isto é, na solução da questão deveriam ser considerados três aspectos, quais seriam: a ingerência do poder público, o problema de quem bebe e o problema de quem comercializa a bebida, pois havia grandes somas e interesses em jogo. Além disso, está presente, mais uma vez, a idéia de que os pobres são as principais vítimas do alcoolismo e precisam ser protegidos e tutelados pelas elites financeiras e intelectuais.

---

<sup>179</sup> Sobre esta temática ver: BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça permanente: o alcoolismo na imprensa operária São Paulo, início do século XX. *História Social: Revista da Pós-Graduação em História IFCH/UNICAMP*, São Paulo (Campinas), n. 1, p. 1-241, 1994. Anual. Disponível em: <http://br.geocities.com/historiasocial/downloads/hs1/bertucci/>, 23/08/2006, 13h35min,

Costa Pires declarou ainda que, na reunião do Conselho Municipal, não havia se manifestado por “sentir que a mentalidade dominante era pura e simplesmente científica” (p. 582). O termo ‘científica’ está relacionado a uma perspectiva pouco prática de entender o problema, e reclamando contra o Conselho, Costa Pires, afirmava que este pretendia legislar sobre matéria já regulamentada. Em seu entendimento, se a lei não vinha sendo cumprida é porque não atendia aos interesses gerais da cidade. Para ele, no Rio de Janeiro não existia o problema do alcoolismo e, por ser uma cidade que pretendia atrair o turista, não poderia ditar normas e comportamentos mais adequados a uma aldeia.

Sua fala abriu caminho para que o atuante representante da União do Comércio Varejista, J. de Souza, também assumisse uma posição contrária à do Conselho, pois não queria ser acusado de conivente com uma medida que iria prejudicar o comércio que representava. Na continuidade do debate, é utilizado outro argumento que questiona a validade de um decreto que pretendia legislar sobre um povo composto por setenta e cinco por cento de analfabetos e de quinze por cento de bacharéis. J. de Souza acreditava que a Campanha contra o Alcoolismo deveria ser debatida no Parlamento e não na Associação Comercial. Caso esta entidade apoiasse completamente a repressão ao alcoolismo traria prejuízos aos associados ligados ao comércio varejista de bebidas e aos proprietários de hotéis. Estes alegavam que o Rio de Janeiro era uma cidade que precisava estimular o turismo, já possuía leis na polícia e na saúde pública que visavam impedir o consumo abusivo do álcool e que somente a tais instituições caberia combater os males causados pelo álcool, nunca a Associação. Percebe-se nesta posição que esses associados contavam, mais uma vez, com as soluções dadas pela Lei e o pelo Remédio.

Personificando o outro grupo, o coronel Leite Ribeiro, em suas declarações, mostrava que preocupação com o alcoolismo vinha de longa data. Como havia sido intendente aproveitou a oportunidade para relatar suas experiências no combate ao problema. Declarou que em 1899 já se manifestara contra esse vício

e contra os quiosques que “inflamam as nossas melhores artérias e praças públicas” (p. 580). Dessa maneira, referia-se a alguns dos problemas que atingiam fortemente o comércio, pois os quiosques, localizados em ruas centrais, além de bebidas alcoólicas, também vendiam pequenos produtos que competiam com os negócios legalmente estabelecidos. Em sua opinião, o álcool, assim como era combatido em todo mundo civilizado, também deveria sê-lo no Brasil posto que era extremamente nocivo à saúde daqueles que o ingeriam, causando cirrose hepática, nefrites, epilepsia e outras doenças hereditárias, podendo levar ao desenvolvimento da loucura.

Leite Ribeiro argumentava com base em informações retiradas da *Revue Medicale*<sup>180</sup>, e seu juízo era de que o alcoolismo era causa de inúmeras enfermidades, além de ser o principal motivo para internações em hospitais de alienados<sup>181</sup>. Afirmou que conhecia profundamente os problemas causados pela ingestão do produto, tanto que em 1905, ainda ocupando o cargo de intendente municipal, apresentou projeto de lei que criava um sanatório-colônia para tuberculosos e apontava o alcoolismo como o grande causador da doença, principalmente entre os pobres e mal alimentados. Daí que, preocupado com a alimentação dos trabalhadores propôs a criação de “cosinhas econômicas” (*sic*) (p. 580) municipais ou apoiadas pelo município nas quais seria proibida a ingestão de álcool. Em 1914, em um projeto para a construção de vilas operárias, o intendente incluía “como medida de hygiene e de ordem pública, a proibição no perímetro dessas pequenas cidades, da venda do álcool a retalho, destinado à ingestão” (p. 580).

A norma dá o alcance da pretensão das elites de controlar a vida do trabalhador em todas as suas dimensões, pois, confinado em sua vila operária, não poderia sequer ingerir bebidas alcoólicas. Ainda de acordo com o coronel, em 1915, um projeto de repressão ao alcoolismo, de sua autoria, foi aprovado sem oposições. Este autorizava o prefeito a organizar, com o auxílio de autoridades

---

<sup>180</sup> Encontramos referências à publicação *Revue Medicale* em diversos países – Suíça, França, Canadá entre outros – e não tivemos condições de precisar sobre qual delas Leite Ribeiro poderia estar se referindo.

<sup>181</sup> Sobre esta temática, ver: Engel (2001).

sanitárias e científicas, uma lista com as bebidas que, por seu teor alcoólico, fossem consideradas nocivas, além disso, poderia adotar medidas de repressão ou de proibição total da venda.

A aversão de Leite Ribeiro ao alcoolismo era tanta que procurava atacar o problema por vários flancos, atuando nas perspectivas de repressão e de prevenção do problema. Propunha a criação de hospitais para internar alcoólatras, preocupava-se com a alimentação dos trabalhadores a fim de prevenir doenças, preocupava-se com a higiene de suas habitações e com diversas providências para a proibição ou repressão ao consumo exagerado de álcool. No entender desse representante, a ACRJ deveria aderir à campanha contra o alcoolismo. Na campanha, estavam engajadas a Liga Brasileira da Higiene Mental<sup>182</sup>, a Academia de Medicina<sup>183</sup>, a Sociedade de Cirurgia<sup>184</sup> e respeitados sociólogos, professores e médicos, tais como o Dr. Miguel Couto, que era adepto da lei seca norte-americana e acreditava que deveria ser decretada a proibição radical do consumo do álcool. É bastante provável que a posição do Dr. Miguel Couto fosse compartilhada por outros associados da entidade, mas essa e outras que porventura existiam não tiveram força suficiente para emergir nas reuniões e acirrar a divisão de opiniões.

Apesar do respeito ao modo de pensar de Couto, Leite Ribeiro acreditava que não deviam ser tomadas medidas coercitivas que resultariam em efeito contrário ao pretendido, pois fariam com que o povo se apegasse mais ao consumo do álcool. Para ele, o problema não se resolveria se fossem aplicadas somente medidas de repressão material; era necessário um conjunto de disposições que atingissem suas outras causas. Em suas palavras:

---

<sup>182</sup> Criada em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel.

<sup>183</sup> Fundada com o nome de Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1829, por Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Em 1835, passou a se chamar Academia Imperial de Medicina e, em 1889 seu nome mudou definitivamente para Academia Nacional de Medicina. Ver: <http://www.anm.org.br>, 24/03/2007, 13h:55min.

<sup>184</sup> Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fundada em 14 de fevereiro de 1886.

O problema tem de ser resolvido mais por uma obra de educação social e moral do que de simples repressão material; mais pela demonstração impressionante consciente, do mal em foco, do que pela violência; mais pela acção benéfica do ensino, a promover lenta mas solidamente, a abstinência visada, do que pela força das leis (Relatório de 1927, p. 581).

O simples consumo deveria ser tolerado e a repressão seria à ingestão abusiva. Em paralelo, deveriam ser deflagradas ações de cerceamento gradativo e de educação contínua, de modo a conscientizar a população sobre os males que o consumo de álcool causava, pois este seria o fator que levaria à suspensão do consumo. Nessa postura, emerge uma dimensão até então ausente do debate que era a da educação, todavia não são explicitadas quais seriam as possibilidades de intervenção pedagógica.

O fato de terem sido designados dois indivíduos com opiniões radicalmente opostas para representar a Associação Comercial do Rio de Janeiro nas reuniões do Conselho Municipal fornece, ao menos, duas indicações. A primeira é que havia uma grande divisão no seio da entidade, a segunda, que seu presidente não querendo se comprometer com nenhum dos dois grupos transferiu a disputa para outro foro.

Nesses debates, está presente um jogo de forças no qual os participantes buscam legitimar suas posições lançando mão de outras falas, consideradas científicas e, portanto, abalizadas, nas quais se deve confiar. Entram em cena médicos, juristas e cientistas de outras áreas. A relação com instituições da área médica e a utilização de argumentos baseados em conhecimentos especializados se relaciona ao esforço empreendido pela medicina para se inserir de modo diferenciado na ordem social (GONDRA, 2004). Por outro lado, ao pautarem seu raciocínio em assertivas médico-científicas, os associados atingem três objetivos: dão mostras de sua erudição, de sua capacidade de acompanhar o que é produzido nos meios acadêmicos específicos e, ainda, fazendo tais informações circularem, participam do empenho da medicina em consolidar seu lugar na

sociedade, como já tivemos oportunidade de observar<sup>185</sup>. Ao final, nesse período, a questão permaneceu em aberto, pois a entidade

não se pronunciou pró ou contra o projecto de repressão ao alcoolismo. Ella se limitou a estabelecer o debate em torno da questão, remetendo ao Conselho Municipal o relato dessa discussão, onde, de resto, as opiniões pendem claramente para uma solução em harmonia com os interesse das classes interessadas no commercio do álcool (Relatório de 1927, p. 583).

Em 1930, o debate se modificou e passaram a ser discutidos temas tais como a regulamentação da venda de bebidas alcoólicas e o aumento dos impostos municipais sobre sua comercialização. Havia um projeto em tramitação no Conselho Municipal que previa a proibição da venda desse tipo de bebidas e a regulamentação do álcool para fins industriais. A comissão encarregada pela ACRJ para estudar o problema sugeriu que tais temas fossem avaliados em separado. O alcoolismo era visto como um abuso do consumo e os alcoólatras deveriam ser exemplarmente punidos, pois perturbavam os interesses da comunidade, bem com sua ordem, harmonia e progresso. Pretendia-se que o alcoolismo deixasse de ser objeto de preocupação da entidade e passasse a ser uma questão de ordem pública, logo, um caso de polícia. Competia à Justiça cuidar do problema e não à Associação.

Para reforçar seus argumentos, a comissão apoiou-se em dois interessantes raciocínios. O primeiro referia-se à questão financeira. Argumentou que o país arrecadava muito dinheiro com o imposto sobre consumo de bebidas e se essa verba, somada às tarifas alfandegárias, deixasse de ser recolhida causaria grandes problemas ao Tesouro. O segundo era relativo a uma questão

---

<sup>185</sup> Muito do que era dito pode ser encontrado nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O alcoolismo e as suas conseqüências há tempos eram objeto de preocupação dos médicos, que buscavam apreendê-los em seus aspectos físicos, mentais e emocionais. Recomendamos que sejam analisadas com mais atenção em outros trabalhos.

muito cara para a época: a assistência aos mais necessitados e a caridade. Afirmavam que os comerciantes do ramo de bebidas, se descapitalizados, deixariam de contribuir para as obras sociais. A caridade, como já tivemos a oportunidade de observar, era considerada a rainha das virtudes, portanto, a ação caritativa estava de acordo com o que propunha a Encíclica *Rerum Novarum* e a doutrina da Igreja. Por conseguinte, era uma justificativa relevante. Nesses argumentos, está presente uma tentativa de cercar o problema em seus aspectos financeiros e afetivos, pois enquanto a primeira argumentação tocava os bolsos, a segunda pretendia atingir o coração.

A resistência de parte dos associados se manteve em 1931 e 1932 com o debate situado nos mesmos termos. O que era considerado prejudicial não era o simples consumo, mas sim o abuso na ingestão de bebidas. Foram apresentados diversos argumentos retirados de jornais internacionais não especificados que apresentavam informações sobre os efeitos desastrosos da lei seca nos EUA, com o aumento do número de internações e de mortes causadas pelo alcoolismo e resultantes dos confrontos da polícia com aqueles que desrespeitavam a lei.

De toda a maneira, a posição da ACRJ consistiu em apoiar as posições contra o consumo abusivo de álcool até o ponto em que seus associados não fossem prejudicados em seus interesses. Ao que parece, tal postura subsistiu, pois não há registros nos relatórios de outras discussões sobre a temática até 1944, período em que encerramos nossa pesquisa.

O alcoolismo e os jogos de azar configuram questões que envolvem aspectos morais e materiais que se relacionam, em grande medida, com a construção do perfil do trabalhador ideal e com as vivências do tempo de repouso. Entretanto, o processo de construção desse tempo foi marcado por inúmeros embates e, no que diz respeito à ACRJ, gerou enormes resistências como veremos a seguir.

#### 2.4. A jornada de trabalho



Acompanhar as reuniões da ACRJ nas quais são discutidos aspectos técnicos e jurídicos sobre o tempo de férias ou sobre o horário de funcionamento do comércio é uma chance de observar a tensão existente na relação Estado, patrões e empregados, possibilita seguir de perto o processo de construção da legislação social brasileira e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de acompanhar parte do processo que resultou na conformação do tempo de repouso no Brasil.

Em 1923, a Comissão de Legislação Social da Câmara Federal, presidida pelo deputado José Lobo solicitou a diferentes instituições propostas sobre a regulamentação das horas de trabalho. O projeto que regularia a duração do trabalho industrial e comercial foi publicado em Diário Oficial e o presidente da ACRJ designou o associado Otto Schilling para apresentá-lo para debate na Casa.

Em sua exposição, Schilling afirmou que muitas das disposições relativas ao trabalho no comércio estabeleciam medidas que já vinham sendo tomadas pelo setor e que o fato de os empregados trabalharem durante oito horas por dia não iria fazer com que exercessem melhor as suas atividades. Nesse argumento, está presente uma concepção paternalista da relação entre patrões e empregados, pois, contra a intervenção estatal, Schilling opunha a noção de que os empregadores sabiam o que era melhor para seus funcionários e, por isso, já vinham tomando as providências que julgavam necessárias.



Além disso, dá mostras da posição da ACRJ no que dizia respeito às interferências do Estado nas relações entre patrões e empregados em uma ordem liberal. A postura se coaduna com as afirmações de Gomes (1979) sobre o processo de construção de uma sociedade mercantil, quais sejam:

Este processo de transformação, porém, não é abrupto e nem se faz sem resistências. Ao contrário, ele é marcado por uma intensa luta entre as tradicionais concepções de proteção e dependência e as novas concepções liberais de um mercado livre de quaisquer regulamentações, inclusive e principalmente aquelas que atingissem a força de trabalho (p. 33).

O embate pode ser acompanhado nas reuniões semanais da Associação, nos debates, nos documentos que emitiam e nas decisões que tomavam na tentativa de barrar as mudanças que se anunciavam. Nas falas dos associados, emergiam concepções que marcavam as relações de trabalho, por um lado pela proteção, e por outro, pela dependência, pela obediência e pela lealdade, o que, segundo Challoub (2001), era bastante comum entre os imigrantes estrangeiros e seus compatriotas e no pequeno comércio e indústria.

Segundo o relator, a Comissão aceitou o princípio da semana de quarenta e oito horas para trabalhos comerciais e industriais e da semana de trinta e seis horas para serviços de escritório, além da obrigação do descanso semanal e de férias remuneradas de quinze dias anuais. Declarou que a regulamentação do contrato de trabalho era assunto grave que, na Europa, havia produzido efeitos negativos. Para fortalecer seus argumentos, lançou mão de estudos retirados do livro de Gustave Le Bon<sup>186</sup>, que asseverava que a jornada de oito horas diárias

---

<sup>186</sup> Gustave Le Bon, psicólogo social francês. Escreveu inúmeras obras tratando de temas como teoria do conhecimento, ideologia, religiões, superstições, comportamento das massas, propaganda e persuasão, dentre as quais: *A psicologia das multidões*, *A psicologia do socialismo*, *A psicologia das revoluções*, *As opiniões e as crenças*.

obtida pelos socialistas franceses havia sido desastrosa, pois seu resultado mais direto foi o aumento substancial do custo de vida. Em sua opinião, se na França isso havia acontecido, era possível imaginar o que aconteceria no Brasil com todas as dificuldades já enfrentadas pela indústria e pelo comércio.

Considerou boa a atitude da ACRJ em manter-se atenta a esse movimento e afirmou que deveria ser ouvida a opinião de outros interessados no debate, inclusive a do consultor jurídico da Casa, o então deputado federal, Nelson de Senna. O fato de o consultor jurídico da Associação ser um deputado federal reforça a presença da Instituição nas instâncias de poder e amplia suas chances de delimitar com sucesso sua área de atuação e de aumentar sua capacidade de intervenção.

Alguns associados afirmaram que certos pontos da lei eram inexecutáveis. Tomaram como exemplo a indústria de açúcar e afirmaram que, além de locais de trabalho, também eram locais de moradia dos operários. Como as acomodações mal chegavam para os que lá estavam, se houvesse um aumento do número de trabalhadores, as usinas não poderiam continuar funcionando. Esse tipo de argumento é rico por duas razões. A primeira é que nos informa acerca das condições enfrentadas pelos trabalhadores nas indústrias de cana, além de dar uma idéia sobre as condições de trabalho de um modo geral. A segunda é com relação ao limite do pensamento da época sobre o trabalho, pois não havia nenhuma preocupação com uma melhoria nas acomodações, nem mesmo nenhuma intenção de aprimorar as condições dos locais de trabalho. A única solução vista como possível seria fechar as fábricas.

O assunto gerou celeuma. Alguns afirmavam que o horário de trabalho não podia ser uma imposição, deveria ser resultado de um acordo que buscasse harmonizar os interesses entre as partes, pois havia sido um entendimento desse tipo o responsável pela alteração do horário de fechamento do comércio, quando as casas funcionavam até as vinte e duas horas. Outra alegação era de que a

---

redução das horas de trabalho em um escritório apresentaria grandes dificuldades, pois existiam problemas inadiáveis inerentes à própria característica do trabalho. Somado a isto havia a injustiça de equiparar “aqueles que trabalham ao sol daqueles que trabalham com conforto” (p. 361), apesar de não ficar claro o que é era considerado como trabalho confortável e muito menos é possível saber quem trabalha ao Sol. De todo modo, mais uma vez obtivemos informações sobre as condições de trabalho enfrentadas pelos empregados que auxiliam na compreensão do campo de lutas. O comércio fechava às vinte e duas horas e os trabalhadores eram diferenciados pelo tipo de atividade que exerciam, portanto, não poderiam receber os mesmos tratamentos das leis sociais.

Esse é um aspecto interessante da discussão. Segundo Carone (1977), a indústria no Distrito Federal até 1928 estava incorporada à ACRJ. Apesar de o Centro Industrial do Brasil ter sido criado em 1904, eram as Associações Comerciais que possuíam maior liderança e organização. Talvez pelo fato de a ACRJ reunir, em seu corpo de associados, industriais e comerciantes, nas reuniões apareciam as distinções que acreditavam existir entre os trabalhadores classificados em ‘com conforto’ e ‘sem conforto’. Alguns até poderiam merecer o benefício da redução da jornada, os ‘sem conforto’; outros não poderiam ter direito a ela, ‘os com conforto’. Por conta disso, a Sociedade União Commercial dos Varejistas de Seccos e Molhados enviou um ofício para a Câmara dos Deputados, com cópia para a ACRJ, no qual declarava discordar da equiparação entre o empregado do comércio e o operário, empregado na indústria, pois como suas tarefas possuíam naturezas diferentes, não poderiam ser enquadrados no mesmo regime. Em sua compreensão, estabelecer uma jornada de oito horas diárias para o comércio de varejo de líquidos e comestíveis seria desorganizar a vida comercial da cidade e levar prejuízos para os consumidores, principalmente aos pertencentes às classes menos favorecidas que tinham, nas primeiras horas do dia e nas últimas horas da noite, os momentos mais cômodos para fazerem suas compras. Segundo o documento, o Conselho Municipal já havia reconhecido a necessidade de dar ao comércio a varejo de líquidos e comestíveis um

tratamento de exceção e determinara que funcionassem das sete às dezenove horas, em um total de doze horas diárias de trabalho.

Para a Sociedade, tal Projeto, além de contrariar princípios constitucionais, interviria na relação entre patrões e empregados e provocaria uma luta desnecessária entre o capital e o trabalho. Caberia ao Estado cuidar das leis relativas à higiene, à polícia e à segurança, e não interpor a sua autoridade nas relações entre empregadores e seus funcionários. A pressão dos liberais se dava no sentido de impedir qualquer ação que pudesse interferir na formação de um mercado para a força de trabalho. A responsabilidade de solucionar as divergências entre as partes seria dos sindicatos profissionais, à semelhanças das *trade unions* norte-americanas. Além disso, o Projeto estabeleceria disposições coercitivas à liberdade do trabalho e à liberdade de contratar, e atentaria contra o direito de propriedade dispondo do patrimônio alheio; sobrecarregaria exclusivamente os patrões, com o ônus de um aparelhamento para fiscalização das medidas; prejudicaria os interesses dos jovens brasileiros que porventura fossem sorteados no serviço militares e agravaria a situação financeira do país.

Houve ainda reclamações acerca de outros aspectos. Eram contrários à obrigatoriedade do período de férias, e a prorrogação do horário seria admitida apenas em casos extremos e com direito à percepção das horas acrescidas. Entretanto, o que foi considerada a pior medida foi o fato de o projeto não permitir a renúncia dos empregados a qualquer um desses benefícios. Isso era visto como uma violência aos direitos individuais, ao trabalho livre e à liberdade de contratar. Tal aspecto dá mostras do grau de poder do empregador sobre o empregado, pois, caso houvesse alguma chance, este poderia ser pressionado a renunciar a seus direitos. Pelo Projeto, as despesas de fiscalização do regime de trabalho ficariam a cargo dos patrões o que foi mais um ponto considerado injusto, vexatório e extorsivo, pois disporia do patrimônio alheio com pesadas obrigações para, ao fim, favorecer apenas o empregado. Afirmaram, então, que todos os custos seriam repassados aos consumidores. Com relação ao sorteio para serviço militar, o empregado contemplado teria sua vaga garantida e o patrão deveria

pagar seu salário enquanto estivesse a serviço da pátria. Desse modo, a Sociedade previa que seriam contratados apenas trabalhadores estrangeiros ou aqueles que já tivessem cumprido com o alistamento. Outrossim, o relator alerta que no Brasil ainda não era tempo de regular-se o trabalho e que tal regulamentação deveria ser acompanhada de uma revisão constitucional e o comércio deveria sempre ficar de fora.

É óbvio que uma lei que pretendia regulamentar as relações entre patrões e empregados poderia não ser obedecida, pois sempre haveria aqueles que procurariam burlá-las, o que de fato terminou acontecendo. De todo modo, o Projeto representou um motivo de grande preocupação para os patrões que pretendiam continuar agindo de acordo com o que chamavam de “conquistas liberaes” (Relatório de 1923, p. 361).

O Conselho Superior de Commercio e Industria também se manifestou contra o Projeto e declarou que o momento era inoportuno para que fossem tomadas medidas tão avançadas de previdência social, posto que eram inadequadas ao meio econômico e financeiro. A partir dessa discussão, apresentou três grandes blocos de propostas e, dentre elas, destacamos: a) com relação à jornada de trabalho na indústria: as oito horas diárias deveriam servir apenas como base para o pagamento de salário; o operário adulto poderia trabalhar por mais horas mediante nova remuneração, obedecendo a determinadas condições; b) com relação à jornada de trabalho no comércio: o salário seria estabelecido sobre um total diário de dez horas; as horas extras seriam facultativas, com nova remuneração e sem exceder doze horas diárias; c) com relação ao descanso semanal – de domingo – deveriam ser abertas exceções, com as devidas compensações, quando se tratasse de serviços que por sua natureza exigissem continuidade e que por suas características fossem de difícil organização de turmas de reservas, como, por exemplo, nos serviços de viação urbana, telefone, força motriz e hidrelétrica, dentre outros.

Nos relatos das sessões da ACRJ, é possível acompanhar os debates sobre as mais variadas questões. No que diz respeito à jornada de trabalho, os

debates atêm-se aos aspectos técnicos do assunto, mas deixam à mostra a tensão existente na relação entre patrões e empregados. Os primeiros reagindo fortemente às reivindicações dos outros e às medidas do Governo de intervir no setor.

A tensão entre empregados e patrões podia chegar à agressão física. No relatório de 1939, são apresentadas várias situações nas quais, segundo os empregadores, patrões foram agredidos ou atacados a tiros. A tensão também era visível na interpretação das leis. Relatos apresentam a revolta e a indignação dos empregadores com relação à explanação da legislação que, no pós-30, a seu ver, estava sempre a favor dos trabalhadores. Um dos casos é tão extremo que podemos duvidar de sua veracidade. Conta-se que, certa vez, um comerciante foi atingido por tiros desferidos por seu empregado que, mesmo condenado pela justiça comum, não pôde ser demitido por justa causa por não ter cometido o ato no interior do local de trabalho ou fora do horário de trabalho.

A noção de que haveria necessidade da existência da harmonia na relação patrão-empregado estava presente nos discursos do Governo, na *Rerum Novarum* e nas falas dos afiliados à ACRJ. Era uma idéia tão repetida que nos leva a pensar que a tensão na relação chegava a níveis bastante altos. No relatório de 1938, a ACRJ afirmou: “As boas relações entre empregadores e empregados devem ser sempre a resultante de um systema de três forças conjugadas e de acção harmoniosa: a educação, a justiça e o espírito de solidariedade humana” (p. 210).

Com relação à educação, deveria ser encarada sob todos os aspectos, tanto escolar, em todos os níveis, quanto a que era dada no lar. Por isso, também, a importância da boa condição de moradia, pois a educação no lar estava ligada a aspectos morais e higiênicos. Não se poderia esquecer, entretanto, da educação intelectual, que precisaria ser difundida e, por ser a mais escassa, tudo deveria ser feito no sentido de melhorá-la. No que diz respeito à justiça, seus julgamentos deveriam considerar as individualidades e seus julgadores deveriam ser bem escolhidos, de modo que, baseados em princípios imutáveis, não fossem dadas razões sempre a apenas uma das partes.



Caberia ao empregador oferecer ao empregado toda a assistência, principalmente a educação higiênica e alimentar, de modo direto ou indireto, pois o empregado teria assim mais resistência e mais eficiência no trabalho e o empregador, tendo cumprido sua parte, poderia ser mais enérgico e exigir trabalho e cumprimento do dever sem descontentamento. Tais medidas resultarão em uma coletividade mais “sadia, physica e mentalmente, no sentido mais generalizado da melhor compreensão entre empregados e empregadores” (Relatório de 1938, p. 211).

## 2.5. Tempo de Férias

Em 1926, a ACRJ designou uma comissão formada pelos associados Vaz de Carvalho, Raul Villar e Costa Pinto para examinar a lei que concedia férias aos auxiliares do comércio e indústria. Mesmo abordando aspectos técnicos, podemos observar as tensões que existiam entre patrões e empregados, o que pensavam os empresários sobre o tempo de repouso do empregado e algo do cotidiano no comércio do Rio de Janeiro à época. Vaz de Carvalho, relator da Comissão, afirmou que se sentia à vontade para opinar sobre o assunto por ter sido autor de duas relevantes medidas, ambas destinadas a regular o comércio. A primeira relativa à abertura das lojas às oito horas e a segunda relacionada à sua abertura ao meio-dia da quarta-feira de cinzas. Também apresentara em um parecer, três anos atrás, outra norma disciplinadora na qual afirmara que o comércio deveria interromper suas atividades entre onze e treze horas para o almoço. Esta disposição também tinha o objetivo de preservar a saúde do funcionário.

A Comissão acreditava que se deveria atender às aspirações dos empregados, sem sacrificar, entretanto, os interesses da indústria e do comércio a fim de não desorganizar o equilíbrio entre o capital e o trabalho. Era esse equilíbrio que permitia, no Brasil, ao empregador tornar-se patrão. Em sua opinião, as férias eram necessárias e úteis, mas não poderiam ser compulsórias. Vale a pena reproduzir suas palavras:

As férias são de facto precisas e úteis, mas não seria menos útil que os empregados *fossem coagidos a aproveitar essa liberdade*. De que vale a concessão de férias para perderem esse tempo na nossa ou em quaesquer outras grandes cidades, centros de toda ordem de vícios e perdições? (Relatório ACRJ, 1926, p. 118).

Nesse trecho, encontramos dois importantes aspectos relativos à questão das férias. O primeiro era a forte rejeição do patronato à obrigatoriedade desse período, pois, em sua opinião, as férias deveriam ser um prêmio concedido aos mais aplicados ou, então, uma opção. Ninguém deveria ser forçado a tirá-las. Em segundo lugar, esse tempo era visto como um tempo de liberdade que o trabalhador urbano não saberia aproveitar por ser fraco e, por isso, facilmente atraído pelos vícios e perdições existentes nas grandes cidades. De nada valeria lhe conceder férias, pois não possuía as condições adequadas para aproveitá-las. Mais adiante, Vaz de Carvalho afirmou:

O empregado precisa de repouso mas de repouso no campo, fóra do ambiente que lhe é habitual. Precisa de novo ar, de alimentação differente, de uma vida, enfim, completamente diversa. Dê-lhe liberdade proveitosa e não contraproducente. Nós, homens encanecidos no labor honesto do comercio e cheios de experiência é que podemos com absoluto conhecimento de causa ensinar aos novos o que também aprendemos quando por lá passamos, nessa phase da mocidade, cheias de seducções e de despreocupações (Relatório ACRJ, 1926, p. 118).

O tempo de férias deveria ser um tempo de repouso no qual o trabalhador sairia de seu ambiente habitual indo para o campo de modo a apreciar um tipo de vida diferente. A liberdade poderia lhe ser dada, desde que fosse proveitosa. Os patrões, mais velhos e experientes, sabiam o que era melhor para seus

empregados e não se deixavam levar pelas seduções que facilmente atraíam os mais jovens. O ponto fundamental do problema não estava referido às férias, mas, sim, à liberdade. Era a liberdade que oferecia perigo. Vejamos o que disse Vaz de Carvalho: “A liberdade é como strychnina; dada em pequena dose é um remédio enérgico e salutar; fornecida em alta dose, mata” (Relatório ACRJ, 1926, p. 118).

O reconhecimento de que a liberdade era um perigo implicava no reconhecimento de que o tempo de repouso do trabalhador precisava ser controlado. Os vícios e as perdições, os jogos de azar, o alcoolismo e a vida desregrada da juventude eram fatores que poderiam levar à morte. Entretanto, como vimos, as preocupações com os jogos e com o consumo de álcool não estavam propriamente referidas à vida, mas sim aos lucros e aos aspectos morais ligados ao cotidiano dos trabalhadores que, em última instância, estão ligados ao seu controle e à formação de um novo trabalhador, mais adequado à ordem capitalista.

A postura assumida pelos patrões denota o tipo de relação que estava estabelecida com seus empregados, ao menos do ponto de vista dos primeiros. Estes se colocavam como pais, responsáveis pelos destinos de seus filhos, protetores dos jovens, inexperientes e pobres auxiliares. Vejamos como Vaz de Carvalho admitia tal posição: “Exerço, pois uma acção quasi paternal com aquelles que trabalham a meu lado e procurando apontar os erros dos moços do commercio sinto-me perfeitamente bem, consciente de que faço obra meritória.” (Relatório ACRJ, 1926, p. 119).

Estava posta uma relação de dependência e de proteção. Desse modo, os patrões acreditavam saber absolutamente o que era necessário e o que era melhor para seus empregados/filhos. Em troca, estes deveriam corresponder à altura acatando suas decisões, com lealdade e confiança em suas intenções. Os patrões esperavam que seus funcionários idolatrassem sua função e que vissem a si mesmos como comerciantes em formação. Vaz de Carvalho se indignava com a atitude de um empregado que saía feliz a comemorar e a comunicar aos outros as notícias sobre possíveis feriados. Agastava-se com o fato de os empregados

chegarem atrasados quinze ou trinta minutos, aguardarem com ansiedade a hora da saída e com as artimanhas utilizadas para poderem escapar do trabalho. As táticas usadas para driblar a vigilância patronal eram um costume generalizado que exasperava os patrões. Muitos funcionários, trabalhando mais de dez horas por dia, chegavam atrasados e saíam para tomar café ou para ir ao barbeiro, e Vaz de Carvalho não compreendia como podiam agir tão mecânica e mercenariamente. Sobre o problema, o relator fez questão de reproduzir as palavras de Heitor Beltrão, Secretário-Geral da ACRJ, em pronunciamento feito em um instituto de ensino comercial sobre a profissão:

Toda a gente sabe que, em nossa terra, o café é sagrado, mesmo quando já nas canequinhas para ser ingerido. *'Fulano foi tomar café'*. Esta phrase acoberta tudo, absolve tudo. É a grande bandeira salvadora. Nenhum chefe de serviço, teria a audácia de reprehender um subordinado – *que foi tomar café*. – E porque é assim, o café, sorvido a cada momento, custa, de cada vez, a ser sorvido. Passe-se uma hora tomando café etc... etc... (Relatório ACRJ, 1926, p.119).

Por essa declaração, fica claro que os empregados conseguiam criar situações nas quais escapavam do trabalho. Interessante é perceber que lançavam mão de um argumento irrefutável, que era tomar o sagrado café, um dos símbolos da riqueza nacional. Essa era uma das razões pelas quais os patrões achavam injusto conceder férias a todos sem distinção de função, cargo ou esforço. Consideravam justa a concessão, mas com ressalvas. O próprio Vaz de Carvalho afirmara que costumava conceder licenças mais longas e certas facilidades em caso de doenças de seus empregados e, para alguns, dava até vinte e dois dias de descanso. Outro ponto do projeto de Lei que rejeitava dizia respeito à possibilidade de parcelamento do período de férias. Declarava que, desse modo, os funcionários poderiam tirar férias “à pândega” (Relatório ACRJ,

1926, p. 120). E mais, asseverava que se esse período era necessário para a manutenção da saúde do funcionário, sua fragmentação prejudicaria o objetivo.

Acreditava, também, que não caberia ao empregado discutir se os domingos seriam contabilizados nos dias de férias, pois estes não poderiam ser aumentados já que os domingos eram mesmo destinados ao repouso. Afinal, os quinze dias poderiam facilmente virar dezessete ou mais, dependendo se antecedessem ou se sucedessem a feriados ou a domingos. Tal discussão foi considerada pela Comissão como uma humilhação para o empregado, que passava a tratar a Lei, boa e justa para ele, como um negócio. Nesses termos, o debate seria pautado pela mesquinha e, daí, o patrão poderia igualar seu empregado ao operário, que contabiliza seus dias, ao motorneiro<sup>187</sup> ou ao condutor de bonde, que trabalham por hora. Além do mais, se esse fosse o critério utilizado, deveriam ser descontadas as horas que os empregados diminuía de seus deveres, tais como, dias enforcados, feriados adventícios, sábados ingleses e atrasos. Ao reclamar destes últimos, Vaz de Carvalho apresenta mais algumas das brechas encontradas pelos empregados para ludibriar os patrões e escapar de seu controle. Os atrasos ocorriam, basicamente, por três motivos causados: a) pelo próprio empregado ou pessoa da família ter passado mal na noite anterior; b) por culpa do trem ou do bonde; c) por doença “nem sempre lealmente justificada” (Relatório ACRJ, 1926, p. 121). Ademais, os funcionários também pediam para sair mais cedo para comemorar aniversários.

Mais um ponto do projeto mereceu comentários do relator da Comissão, e teve a ver com o percentual sobre o salário que os empregados tinham direito a receber. Para Vaz de Carvalho, esse valor deveria ser recebido quinze dias antes do período de férias, pois eles poderiam querer organizar suas viagens com antecedência. É interessante observar em todos esses conjuntos de considerações as percepções dos empregadores acerca de seus funcionários. Estes por um lado eram fracos, necessitavam de proteção, se entregavam aos vícios, não sabiam lidar com a liberdade, ganhavam pouco, precisavam morar nos

---

<sup>187</sup> Encarregado do motor do bonde.

subúrbios, mas, por outro lado, reuniam condições de viajar nas férias. Nessas impressões, podemos perceber que se misturam elementos ligados à imagem que os patrões tinham de seus empregados e outros realmente ligados à sua vida cotidiana, mas igualmente estão presentes elementos mais próximos do contexto de vida patronal, o que pode denotar que seus argumentos eram construídos a partir das necessidades postas pelo embate no momento em que ocorria. Para reforçar essa idéia, também não era incomum encontrar argumentações baseadas nos costumes ou nas práticas antigas consideradas como critérios decisórios, pois os patrões acreditavam que os legisladores opinavam sobre aquilo que desconheciam. Alegavam que eram sua experiência, seu conhecimento e seus costumes que deveriam ser apreciados no momento da elaboração das leis.

Em vista de todas essas reflexões, a Comissão considerou toda a Lei de difícil regulamentação por sua “quase impossibilidade de harmonizar perfeitamente os interesses em choque” (Relatório de 1926, p. 121).

Demonstrando que a ACRJ não compunha um conjunto homogêneo, os trabalhos da Comissão suscitaram polêmicas e as reações não tardaram a aparecer. Um associado chamado Victorino Moreira representou um grupo que discordava das conclusões apresentadas por Vaz de Carvalho. Este era considerado pelo grupo opositor como um progressista ou modernista, que assumia posições muito avançadas. O grupo discordava do fato de a Lei prever um mesmo período de férias para um jovem de quinze ou vinte anos, recém-admitido no estabelecimento comercial, e para um homem de quarenta anos que trabalhava há doze ou mais no mesmo local. Isto é, além do tipo de serviço executado e do número de horas trabalhadas, mais um fator interveniente era apresentado, qual fosse, o tempo total que o pretendente às férias já tinha na labuta. Victorino Moreira ponderou que Vaz de Carvalho era um homem generoso e que se essa fosse uma virtude generalizada não haveria necessidade da Lei. Acreditava que as conquistas dos últimos vinte anos foram obtidas de modo independente da Lei, mas já que nesse momento se entendia ser necessária sua existência, deveria obrigar àqueles mais arraigados a tempos idos, que se

conservavam alheios ao “espírito liberal da nossa época” (Relatório de 1926, p. 122), e que não eram tão bondosos quanto o relator da Comissão. É interessante perceber que o ‘espírito liberal da época’ já aceitava a intervenção do Estado nas relações entre patrões e empregados.

As discussões continuaram em outras instâncias. Em junho de 1926, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, atendendo a uma solicitação do Conselho Nacional do Trabalho<sup>188</sup> (CNT), presidido pelo desembargador Ataulpho de Paiva, formou uma comissão composta por Victorino Moreira, Vaz de Carvalho e Raul Villar para debater a Lei de Férias no que dizia respeito às questões do comércio. Esse processo de debate que culminou com a aprovação da Lei foi permeado por muitos conflitos. Houve aqueles entre os próprios associados e, outros entre representantes da ACRJ e da Associação dos Empregados do Comércio que também foram chamados a participar.

Não satisfeita a diretoria da ACRJ solicitou um parecer jurídico ao advogado João Martins Carvalho Mourão sobre o regulamento de férias no comércio. Em seu parecer, o advogado entende que o Decreto-Lei nº. 4982, de 24 de dezembro de 1925, assegura o direito às férias, mas “não impoz-lhe a obrigação de usar taes férias” (Relatório de 1925, p. 151). Em alguns pontos, a Lei de Férias chega a ser inconstitucional por ser contrária à Constituição de 1891, compreendida como expressão máxima do liberalismo. O jurista afirmou que, pela letra da Lei, o empregado teria direito a férias, mas não era obrigado a tirá-las. A Lei rompia com o princípio da liberdade individual, estimulava ódios de classe que não existiam e, ainda, colocava os patrões sob suspeição na medida em que presumia que coagiriam os empregados a renunciar ao seu direito ao descanso.

Finalmente, na reunião do CNT, a Associação Comercial do Rio de Janeiro foi voto vencido em muitos pontos do projeto, mas fez questão de assegurar que sempre acataria as decisões estabelecidas. O regulamento da Lei de Férias foi

---

<sup>188</sup> Criado em 1923, pelo presidente Artur Bernardes, como primeira iniciativa de conciliação de conflitos entre patrões e empregados em âmbito federal.

Ver: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_justica\\_trabalho.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_justica_trabalho.htm), 20/03/2007, 1h23min.

assinado pelo presidente Arthur Bernardes, como parte dos festejos do Dia do Empregado do Comércio. Nessa comemoração, houve uma partida de futebol no estádio do Fluminense e um festival no teatro João Caetano, com a presença de autoridades.

## 2.6. O horário de fechamento do comércio

Em 1927, a União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (UECRJ), presidida por Clóvis da Rocha Salgado, enviou ao Conselho Municipal, com cópia para a ACRJ, um memorial solicitando a modificação do Decreto-Lei nº. 2753, de 26 de outubro de 1922, no que dizia respeito ao horário de fechamento do comércio. A UECRJ declarava que as firmas no Distrito Federal encerravam o expediente, costumeiramente, às vinte horas, quando poderiam fazê-lo às dezoito, pois o movimento diminuía depois das dezessete horas e ainda seria possível economizar energia. Alguns comerciantes do varejo – calçados, fazendas, armarinhos, chapéus, jóias e papelarias – já adotavam tais medidas e suas casas funcionavam das oito, oito e trinta até as dezoito horas. As casas atacadistas encerravam seu expediente às dezessete ou dezessete e trinta; os bancos cerravam suas portas às dezesseis e a maioria dos escritórios de consignações e comissões fechava às dezessete ou dezessete e trinta. Percebe-se que não havia uma unidade no período de funcionamento das casas de negócios e o objetivo da UECRJ era normatizá-lo de modo a proteger seus afiliados, cerca de dezoito mil pessoas, segundo o documento.

Em seu raciocínio, a União expõe o modo pelo qual funcionava o comércio e os sacrifícios pelos quais passavam os funcionários no que dizia respeito à habitação, à transporte e à remuneração, além de apresentar a composição do proletariado à época: funcionários públicos federais e municipais, auxiliares de comércio e operários. Um dos argumentos utilizados pela União estava relacionado à mudança dos hábitos e costumes da cidade, pois, com o rápido



progresso e com o aumento do número de trabalhadores, os subúrbios se expandiam. Como esses trabalhadores não percebiam salários muito altos, não possuíam condições de morar em locais próximos dos grandes centros comerciais, pois os aluguéis não eram baratos. A única alternativa era fixar moradia em bairros distantes e mal servidos de transportes. Os bondes eram mais baratos, mas tornavam-se insuficientes para o grande número de pessoas que deixavam o trabalho às dezenove horas. Alegava, ainda, que a esse pessoal somavam-se aqueles que iam ao cinema e a casas de chá antes de voltar para casa. Os auxiliares de comércio, especificamente, eram prejudicados no que dizia respeito à sua saúde e à sua educação. Vejamos um trecho do documento:

A maioria apenas póde jantar ás 9 ou 10 horas da noite, depois de um dia de lutas depauperantes. Durante o inverno, maiores são as torturas nessa existência sem encantos, porque os contratempos se avultam á noite durante a viagem de retorno, sob as intempéries (Relatório de 1927, p. 112).

A viagem de retorno ao lar, além de cansativa, estava sujeita aos caprichos do clima. Depois de um dia inteiro de trabalho puxado, o auxiliar só se alimentaria tarde da noite, pois demorava a chegar em casa. O documento continuava a narrar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores:

Mas outra razão muito mais forte sobreleva as demais, ligando-se á educação ao aperfeiçoamento intellectual dos auxiliares do comércio. Deixando o trabalho ás 19 horas, elle não pode freqüentar os estabelecimentos de ensino nocturno, porquanto mal lhes resta o tempo para a segunda alimentação diária (Relatório de 1927, p. 112).

O objetivo da União dos Empregados era apresentar um quadro crítico do cotidiano dos auxiliares de modo a sensibilizar os intendentess e os patrões. Nesse sentido, utilizaram a seu favor elementos caros ao discurso do patronato na construção de sua argumentação. Sair do trabalho às dezenove horas era prejudicar-se enormemente, pois era ser impedido de se alimentar bem e de se aperfeiçoar intelectual e moralmente. Isso configuraria um contra-senso, já que a ACRJ fazia questão de afirmar sua preocupação com a saúde, a educação e a moral do trabalhador. A União apresentava, inclusive, um argumento em defesa da proteção do trabalho da mulher. Sustentava que cerca de trinta mil mulheres, segundo seus cálculos, estavam sujeitas ao horário das oito às dezenove horas. Jovens, em sua maioria, obrigadas a trabalhar por serem pobres e honestas, expostas a uma jornada desse tipo tinham sua saúde abalada, e assim poderiam comprometer, inclusive, a saúde da nação, já que eram as futuras mães do povo brasileiro.

No conjunto da exposição, a União dos Empregados se apropriava dos temas comumente debatidos na ACRJ para fortalecer seus argumentos. Sua tática era partir do que os empregadores diziam ser suas preocupações e utilizar a seu favor os elementos dos discursos que envolviam questões ligadas à saúde, à elevação do nível intelectual, à saúde da mulher e da família. Com este último, aumentava a carga emocional do argumento, na medida em que afirmava que as futuras mães da nação trariam, inconscientemente, prejuízos ao aperfeiçoamento da raça, pois estariam organicamente comprometidas.

A reação não tardou. Affonso Vizeu, presidente da Associação Comercial no período, recebeu em seu gabinete um grupo formado por comerciantes varejistas para conversarem sobre a emenda em andamento na Comissão de Orçamento do Conselho Municipal, que tratava do fechamento do comércio às dezoito horas. Os comerciantes afirmaram que compreendiam o pleito de seus auxiliares, mas achavam que a emenda só deveria ser votada após um entendimento conciliatório entre patrões e empregados.

Propuseram uma posição alternativa, que seria a de combinarem dois horários, um para o inverno e outro para o verão, uma sugestão presente na *Rerum Novarum*, de modo que pudessem reduzir o sacrifício da hora da tarde que era vista como a mais proveitosa para seus negócios. A ACRJ pretendia solicitar ao Conselho Municipal o adiamento ou a incorporação da sugestão. A Associação Comercial alegava que, se todo o comércio varejista fechasse em bloco às dezoito horas e todas as companhias e bancos fechassem às dezessete e trinta ou dezoito horas, seus funcionários ficariam impedidos de fazerem suas compras. Com isso perderiam os comerciantes do centro da cidade, que sofreriam uma queda nas vendas, e seus auxiliares, que perderiam suas comissões. Ademais, se todo o comércio cerrasse suas portas às dezoito horas, não haveria bondes e nem ônibus para todos e muitos teriam que utilizar táxis, o que diminuiria ainda mais a renda dos trabalhadores. Movimentando-se com argúcia, a ACRJ contra-argumentava utilizando um raciocínio dos mais capciosos, na medida em que, se o pleito da União fosse vitorioso, os trabalhadores seriam os maiores prejudicados.

Na opinião de Vizeu, essa alteração do horário causaria prejuízos incalculáveis para o comércio, também, porque ao menos trinta minutos antes seriam iniciados os preparativos para a retirada, além disso, nesse tempo perdido, milhares de auxiliares deixariam de produzir, o que tornaria a vida ainda mais cara. Affonso Vizeu acreditava que ocupava uma posição de vanguarda em relação às iniciativas liberais, pois dizia que nunca havia precisado de leis para dar aos seus empregados o que lhes era de direito. Sua casa comercial fechava às dezessete horas e trinta minutos, dava férias a quem solicitasse, fechava durante uma hora e trinta minutos para almoço, havia dado cinquenta por cento de seus lucros a seus auxiliares em ordenados e gratificações e, ainda, garantia seus lugares quando adoeciam, concedendo-lhes licenças por prazo indeterminado. Portanto, sentia-se no direito de achar as leis um inconveniente. Além disso, havia sido auxiliar em 1883, quando o comércio abria às seis horas e fechava às vinte e

duas horas, e, portanto, conhecia a fundo a vida e o sofrimento dos comerciários. Sobre isso, afirmou:

Sou do ano de 1883, quando o horário do commercio era de 6 ás 10 horas da noite, ao toque dos sinos mestres das Igrejas, quando trabalhávamos, como fiz, semanas inteiras até de madrugada e aos domingos, só nos era permittido sahirmos depois do almoço, quando, como geralmente acontecia, só sahiamos depois do,jantar, ás três horas da tarde! (Relatório ACRJ, 1927, p.115).

Em sua fala, dá mostras do regime de trabalho e da exploração a que estavam submetidos os empregados do comércio nos fins do século XIX. Trabalhavam dezesseis horas por dia, sem descansos semanais, tendo tempo liberado apenas na tarde de domingo. Argumentava que esse sofrimento fazia parte da vida dos trabalhadores, pois, assim, ao final da carreira teriam se esforçado para obter sua independência pessoal. Continuava seu raciocínio reiterando a diferença entre operários, que tinham direito apenas ao ordenado, e comerciários que tinham, a seu ver, algumas regalias. Além disso, assinalava que havendo boa vontade por parte dos empregados, talvez fosse obtido o direito de parar para almoçar, por uma hora ou por uma hora e meia, o que lhes traria benefícios financeiros e higiênicos, pois em suas residências teriam uma alimentação mais saudável.

Seguiu afirmando que seria muito bom que essa emenda fosse adiada e que pudesse haver um entendimento na direção dos dois horários – inverno e verão, o que também facilitaria a obtenção do horário de uma hora e meia para almoço, idéia lançada pela ACRJ. Por fim, aconselhava que não se deveria perder de vista o princípio da boa praxe da sucessão.

A União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, tomando conhecimento da posição da ACRJ, respondeu-lhe, em meio a numerosos elogios acerca de sua importância e da hombridade de seus associados, bem como do

respeito que lhes devia. Contudo, afirmou que não poderia deixar de defender os interesses de seus associados e mantinha a opinião a favor do funcionamento do comércio das oito às dezoito horas.

Ao final da contenda, a ACRJ encaminhou ofício ao Conselho Municipal solicitando o adiamento da matéria da emenda para que pudesse haver mais tempo para o debate entre as partes, de maneira que fosse encontrada uma posição conciliatória entre os interesses de patrões e de empregados.

## 2.7. O analfabetismo

A alfabetização de todos era considerada fator fundamental para o progresso do país. O analfabetismo era uma preocupação da ACRJ, que vez por outra apoiava iniciativas no combate a esse que era considerado “o cancro de que está minado o organismo da nação, impedindo o progresso cultural, moral e material de nossa pátria.” (Relatório de 1935, p. 162). Dentre as ações nas quais se envolveram, estiveram a organização da Cruzada contra o Analfabetismo, em 1930, juntamente com a Federação das Associações Comerciais e o Rotary Club; e o apoio ao curso especial, gratuito, organizado pela Associação dos Empregados do Comércio, em 1932.

Em 1936, o médico paulista Gustavo Armbrust solicitou o apoio da ACRJ para a iniciativa denominada Cruzada Nacional de Educação (CNE), que visava resolver o problema do analfabetismo contando com o apoio dos Governos, dos empresários e do público em geral. Pelo exposto no documento que solicitava o apoio da Associação, a Cruzada já havia fundado cinquenta escolas no Distrito Federal e em vários estados e tinha um plano de arrecadação de recursos para o qual contava com a colaboração das casas comerciais. Por seus cálculos, havia trinta milhões de analfabetos no país que eram vistos como parasitas da nação. A entidade já havia solicitado e obtido o apoio de sindicatos e associações de classe para as escolas e agora chegara a vez da ACRJ. A confiarmos nos dados do relatório de 1936, a CNE já havia criado cento e trinta escolas e sua intenção era abrir duas escolas em cada município do Brasil. De acordo com o relatório, na

cidade do Rio de Janeiro, a Associação Comercial patrocinou uma escola da CNE no bairro de Anchieta, na qual os alunos receberam material didático, uniformes, calçados e assistência médica. Entretanto, o movimento da CNE não se constituiu em uma unanimidade, pois causou reações dos intelectuais paulistas que se opunham ao Governo Vargas e acusavam a Cruzada de propor uma educação em moldes fascistas.

Nosso interesse neste trabalho é apresentar as iniciativas apoiadas pela ACRJ, no que diz respeito ao analfabetismo. Na medida em que se faz referência ao analfabeto como um parasita da nação, importa perceber os movimentos da Associação Comercial com relação ao problema. De todo modo, no período compreendido entre 1930-1940, a questão do analfabetismo era discutida e a entidade procurava apoiar as iniciativas que objetivavam erradicá-lo. Referências explícitas a escolas criadas para crianças foram feitas na reunião de 15 de maio de 1940, quando se apresentou o plano de arrecadação de recursos da CNE e referências à alfabetização de adultos foram feitas na sessão de 30 de março de 1932, ao se discutir o 'curso especial' de alfabetização da Associação dos Empregados do Comércio. Contudo, apesar de debater e apoiar, inclusive financeiramente, as intervenções destinadas a erradicar o analfabetismo, a ACRJ não assumia para si a responsabilidade de desenvolver nenhuma iniciativa, pois estava distante de seu universo de preocupações. Empreendimentos do tipo eram implantados por outros órgãos, tais como o SRO, cujo relatório analisaremos a seguir.

### Capítulo 3

#### “Trabalho e Recreação: fundamentos, organização e realizações do Serviço de Recreação Operária” – apresentação e análise do relatório de Arnaldo Lopes Sússekind

Uma importante fonte sobre o Serviço de Recreação Operária é uma publicação elaborada com base no relatório sobre seus primeiros dezenove meses de atividade entregue, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho, em março de 1946. A exposição compreende as atividades desenvolvidas pelo Serviço, de 23 de maio de 1944 até 31 de dezembro de 1945, e foi redigida por Arnaldo Lopes Sússekind, um dos idealizadores do SRO e seu primeiro presidente. No documento, encontramos justificativas teóricas e informações sobre as ações desenvolvidas, além disso, é possível perceber o esforço do órgão de conformar sua atuação ao que era divulgado com relação ao projeto político do Estado Novo. Ao final, Sússekind faz um sutil apelo à continuidade do trabalho, solicitando, inclusive, o aumento das verbas destinadas ao Serviço.

Antes de analisarmos o relatório, convém fazermos alguns comentários sobre seu autor. O trabalho de Gomes, Pessanha e Morel (2004) constitui fonte excelente sobre a vida pessoal e profissional de Arnaldo Lopes Sússekind, que nasceu, no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1917. A obra, fruto de cerca de quarenta horas de entrevista com Dr. Arnaldo, buscou “recuperar a história de vida do depoente em suas diversas dimensões, pessoal, profissional, de âmbito público e político – tanto no Brasil, quanto no exterior” (Apresentação, s/n). Interessante personagem da construção do direito do trabalho no país, foi escrivão e assistente jurídico do Conselho Nacional do Trabalho. Integrou o grupo de

procuradores da Justiça do Trabalho, em 1941, e a Comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), anunciada em 1943. Foi assessor do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho e participou da elaboração e da implantação do Serviço de Recreação Operária, do qual foi o primeiro diretor. No segundo governo Vargas, voltou a atuar como procurador e, em 1961, foi nomeado procurador geral do Trabalho, por Jânio Quadros. Durante o governo Juscelino Kubitschek, atuou como diretor de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho e foi ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Castelo Branco, no período compreendido entre 4 de abril de 1964 e 7 de dezembro de 1965. Também foi ministro e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, órgão no qual se aposentou. Além dessas atribuições, produziu extensa bibliografia<sup>189</sup> sobre o direito do trabalho, representou o Brasil em inúmeros eventos internacionais da área e atuou na Organização Internacional do Trabalho.

Analisar esse documento implica refletir sobre o papel do autor. Ao redigir um texto desse tipo, Sússekind opera com as ações de recortar, excluir, delimitar, incluir e destinar, o que significa atribuir-se um poder. Isto é, o autor decide o que será veiculado e, ainda, define o destinatário de seu discurso (CERTEAU, 2006; FOUCAULT, 2004; GONDRA, 2004) Dessa maneira, cria uma verdade sobre o órgão, definindo o que ficará porane sobre tal iniciativa e identificando a existência do Serviço à sua própria existência. Nessas operações, Sússekind criou uma verdade sobre o Serviço de Recreação Operária que reflete a sua visão, mas que, obviamente não é a reprodução fiel da realidade. Ademais, mesmo tendo sido redigido por Arnaldo Sússekind, nele estão presentes os sujeitos que participaram do trabalho desenvolvido nos primeiros meses de atividades, além daqueles intelectuais de diferentes áreas com os quais dialogou em seu texto. Há que ser considerada sua posição de destaque, por sua própria formação e pelo lugar que

---

<sup>189</sup> Dentre elas: SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Manual da Justiça do Trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942; \_\_\_\_\_. *Duração do Trabalho e Repouso Remunerados*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1950; \_\_\_\_\_. *Previdência Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1955; \_\_\_\_\_. *Conflitos de Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979; \_\_\_\_\_. *Direito Internacional do Trabalho*. Rio de Janeiro: LTr, 1983; \_\_\_\_\_. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.



ocupava na hierarquia do MTIC, pois, além de presidente do órgão, era assessor do ministro Marcondes Filho. Portanto, o documento não pode ser visto como uma produção individual ou desligada de um contexto mais amplo. Nessa perspectiva, vale apresentar os intelectuais citados pelo autor ao longo de sua obra:

- Sobre questões ligadas ao direito social e trabalhista: João Daudt de Oliveira<sup>190</sup>, Orlando Gomes<sup>191</sup>, Mario de La Cueva<sup>192</sup>, Louis Phillipe, Louis Blanc<sup>193</sup>, Leroy-Beaulieu<sup>194</sup>, Leônidas de Rezende, Dorval de Lacerda<sup>195</sup>, Segadas Viana, Arnaldo Sússekkind, Hirosê Pimpão, Garcia Oviedo<sup>196</sup>, Saavedra Lamas<sup>197</sup>, Leon Salther,

<sup>190</sup> Industrial nascido no Rio Grande do Sul faleceu em 1965.

<sup>191</sup> Orlando Gomes, nasceu em Salvador (BA), em 1908, e faleceu em 1988. Advogado, jurista e professor universitário. Foi *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Coimbra, em 1982, e escreveu diversas obras na área do direito civil trabalhista e da sociologia jurídica. Dentre elas: "O papel do Estado brasileiro nas regulamentações do trabalho" (1958), "Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro" (1958), "Curso de Direito do Trabalho" (com Elson Gottschalk) (1991). Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Orlando\\_Gomes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Orlando_Gomes), 27/03/07, 13h:15min.

<sup>192</sup> Mario de La Cueva y de La rosa nasceu na Cidade do México em 11 de julho de 1901 e faleceu, na mesma cidade, em 6 de março de 1981. Advogado, professor universitário e jurista de renome internacional na área do direito do trabalho. Foi professor honorário da Universidade Autônoma de El Salvador, recebeu a Medalha de Instrução Pública da Venezuela, pertenceu à Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no Brasil, foi *Doutor Honoris Causa* y Professor Emérito da Universidade Nacional Autônoma do México e recebeu o Prêmio Nacional de Ciências e Artes em História, Ciências Sociais e Filosofia de 1978. Entre suas obras mais importantes estão: "El derecho mexicano del trabajo", "El nuevo derecho mexicano del trabajo", "La síntesis del derecho del trabajo" e "La idea del Estado". Ver: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/mexico/cueva.htm>, 24/03/07, 13h:33min.

<sup>193</sup> Jean-Joseph Charles Louis Blanc nasceu em 29 de outubro de 1811, em Madrid, na Espanha e faleceu em 06 de dezembro de 1882, em Cannes, na França. Escritor político de origem francesa fundou a revista socialista "*Revue du Progrès*" (1839). Defendeu a revolução como a única forma de resolver os problemas dos trabalhadores e lutou pela liberdade de pensamento. Ver: <http://paginas.terra.com.br/educacao/projetovip/1029.htm>, 27/03/07, 13h:41min.

<sup>194</sup> Pierre Paul Leroy-Beaulieu nasceu em 1843 e faleceu em 1916, na França. Economista, considerado um representante da economia política ortodoxa francesa, foi professor desta disciplina no *College de France*. Ver: [http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre\\_Paul\\_Leroy-Beaulieu](http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Paul_Leroy-Beaulieu), 27/03/07, 14h:00.

<sup>195</sup> Dorval de Lacerda integrou a comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho, juntamente com Arnaldo Lopes Sússekkind e José de Segadas Viana. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Consolida%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_Leis\\_do\\_Trabalho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Consolida%C3%A7%C3%A3o_das_Leis_do_Trabalho), 30/03/06, 12h:45min.

<sup>196</sup> Carlos García Oviedo, Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Sevilla. Foi decano e reitor da mesma instituição. Ver: <http://institutogarciaoviedo.com/php/instituto.php?PHPSESSID=97ba631e147f85ac434d2ddf8d330b66>, 30/03/07, 13h:35min.

<sup>197</sup> Carlos Saavedra Lamas nasceu em 1 de novembro de 1878 e faleceu em 5 de maio de 1959, na Argentina. Advogado, foi deputado e Ministro da Justiça e da Instrução Pública (1915) e das Relações Exteriores (1932 - 1938) e recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1936 pelos esforços para por fim à Guerra do Chaco (1932 - 1935). Como Ministro das Relações Exteriores presidiu a Conferência de Paz Del Chaco, na qual participaram Brasil, Chile, Perú, Uruguai e os Estados

Oliveira Vianna, Alfredo Palácios<sup>198</sup>, Henry Wallace<sup>199</sup>, Alexandre Marcondes Filho, Evaristo de Moraes Filho<sup>200</sup>, Herbert Hoover<sup>201</sup>, Henry George<sup>202</sup>,

- Sobre questões ligadas à Medicina, Filosofia, Pedagogia, Sociologia, Psicologia, Educação Física e Igreja Católica: Leão XIII<sup>203</sup>, Miguel Couto, Rui Barbosa, Alex Carrel<sup>204</sup>, William Ogburn<sup>205</sup>, Arthur Ramos<sup>206</sup>, Bertrand Russel <sup>207</sup>, Lourenço

---

Unidos. Foi presidente da XI Conferência Internacional do Trabalho, celebrada em Genebra em 1928, da Conferência Panamericana de 1936 e da Assembleia da Sociedade das Nações em 1936. Para além disso, foi Reitor da Universidade de Buenos Aires entre 1941 e 1946 e professor de la mesma até 1946. Presidiu a Academia de Direito e Ciências Sociais da Argentina. Era membro das Fraternidades Leigas de São Domingos, da Ordem dos Pregadores. Dentre suas obras estão: “El derecho de asilo”, “Por la paz de las Américas” e “Vida internacional. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Saavedra\\_Lamas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Saavedra_Lamas), 24/03/07, 14h:45min.

<sup>198</sup> Alfredo Lorenzo Palacios nasceu em Buenos Aires em agosto de 1880 ou de 1878. Advogado socialista, intelectual, legislador, escritor, foi professor e autor de várias obras ligadas ao direito do trabalho. Fundador do Partido Socialista Argentino e primeiro deputado socialista da América do Sul foi eleito senador em 1935 e em 1960. Faleceu em Buenos Aires em 20 de abril de 1965. Ver: <http://www.psa.org.ar/Palacios/inicio.htm>, 24/03/07, 14h:57min.

<sup>199</sup> Henry Agard Wallace nasceu em 7 de outubro de 1888, no Iowa e, faleceu em 18 novembro de 1965, em Connecticut. Advogado, foi o trigésimo terceiro vice-presidente dos Estados Unidos da América, entre 1941 e 1945, pelo partido democrático tendo como presidente Franklin D. Roosevelt. Foi Secretário de Agricultura entre 1933 e 1940 e Secretário de Comércio entre 1945 e 1946. Ver: [http://en.wikipedia.org/wiki/Henry\\_A.\\_Wallace](http://en.wikipedia.org/wiki/Henry_A._Wallace), 30/03/07, 13h:50min.

<sup>200</sup> Evaristo de Moraes Filho nasceu no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1914. É professor emérito da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Letras. Integrou diversas instituições relacionadas com o direito do trabalho, foi procurador da Justiça do Trabalho, lecionou Direito do Trabalho no Instituto de Iniciação Profissional, Sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia, Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade Nacional de Direito. Faz parte de diversas instituições culturais brasileiras e estrangeiras. Possui, entre outras, as medalhas Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Mérito do Trabalho, Teixeira de Freitas e do Mérito da Magistratura. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/evaristodemoraes.htm>. 03/08/2005, 17h34min.

<sup>201</sup> Herbert Hoover, nasceu no Iowa, em 10 de agosto de 1874 e faleceu em 20 de outubro de 1964 em Nova Iorque (EUA). Engenheiro e administrador republicano foi presidente dos Estados Unidos da América no período de 1929 a 1933. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Herbert\\_Hoover](http://pt.wikipedia.org/wiki/Herbert_Hoover), 24/03/07, 15h:10min.

<sup>202</sup> Henri George nasceu em 2 de setembro de 1839, na Filadélfia (EUA) e, faleceu em 29 de outubro de 1897. Economista e político defensor do imposto único, escreveu “*Progress and Poverty*”, que o tornou internacionalmente conhecido, em 1879. Outras de suas obras são: “*The Land Question*” (1881), “*Social Problems*” (1883) e “*Protection or Free Trade*” (1886). Ver: [http://en.wikipedia.org/wiki/Henry\\_george](http://en.wikipedia.org/wiki/Henry_george), 27/03/07, 13h:25min.

<sup>203</sup> Papa Leão XIII - Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci - nasceu no Carpineto Romano, a 2 de março de 1810 e faleceu em Roma a 20 de julho de 1903. Foi Papa de 20 de Fevereiro de 1878 até a data da sua morte. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa\\_Le%C3%A3o\\_XIII](http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Le%C3%A3o_XIII), 31/03/2007, 18h 36min.

<sup>204</sup> Alex Carrel nasceu em Lyons, na França, em 28 de junho de 1873. Médico, recebeu o Prêmio Nobel de Medicina, em 1912. Morreu em Paris em 5 de novembro de 1944. Ver: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/medicine/laureates/1912/carrel-bio.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/medicine/laureates/1912/carrel-bio.html), 30/03/07, 13h:58min.

Filho<sup>208</sup>, Carneiro Leão<sup>209</sup>, João Lyra Filho<sup>210</sup>, Conselho Nacional de Desportos<sup>211</sup>, Baden Powell<sup>212</sup>, Monsenhor Bruno de Solages.

<sup>205</sup> William Fielding Ogburn nasceu na Geórgia, em 29 de junho de 1886 e faleceu na Flórida em 1959. Sociólogo, professor da Universidade de Chicago, escreveu várias obras, dentre elas: 'American Marriage and Family Relationships' (with Groves) 1928, 'The Social Effects of Aviation' 1946, 'Social Characteristics of Cities' 1937. Ver: <http://www.oginet.com/Chronicles/fwogburn.htm>, 30/03/07, 14h:10min

<sup>206</sup> Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu em Pilar (AL) em 7 de julho de 1903 e faleceu em Paris, em 31 de outubro de 1949. Médico psiquiatra, psicólogo social, indigenista, etnólogo, folclorista e antropólogo. Morreu na capital francesa, quando era diretor da UNESCO, onde construiu um Plano de Paz para o Mundo, ao lado de Bertrand Russel, Jean Piaget, Maria Montessori e Julien Huxley. Dentre suas mais de seiscentas obras estão: "Primitivo e Loucura" (1926), "Estudos de Psychanalyse" (1931), "O Negro Brasileiro" (1934), "A Higiene Mental nas Escolas: Esquema de Organização" (1935), "O Folk-lore Negro do Brasil" (1935), "A Mentira Infantil" (1937). Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur\\_Ramos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_Ramos), 30/03/07, 14h:15min.

<sup>207</sup> Bertrand Arthur William Russell nasceu em 18 de maio de 1872, em Trellek, no País de Gales e faleceu em 02 de fevereiro de 1970, em Penthyndendrach, também no País de Gales. Filósofo, matemático e ensaísta, pioneiro no domínio da lógica, escreveu "Principia Mathematica" (1903) e mais de 40 obras. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1950. Ver: <http://paginas.terra.com.br/educacao/projetovip/0518.htm>, 27/03/07, 13h:55min.

<sup>208</sup> Manoel Bergström Lourenço Filho, nascido em Porto Ferreira, interior paulista, a 10 de março de 1897, é uma das figuras eminentes da Escola Nova brasileira. Em 1922, a convite do governo cearense, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública e lecionou na Escola Normal de Fortaleza. As reformas por ele empreendidas no Ceará repercutiram no país e podem ser entendidas como germe dos conhecidos movimentos nacionais de renovação pedagógica das primeiras décadas do século. Foi um dos atores mais importantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. No campo da educação, sua contribuição abrange temas como educação pré-primária, alfabetização infantil e de adultos, ensino secundário, ensino técnico rural, universidade, didática, metodologia de ensino, administração escolar, avaliação educacional, orientação educacional, formação de professores, educação física e literatura infanto-juvenil. Apesar de ter exercido cargos na administração pública federal – como diretor de gabinete de Francisco Campos (1931), como diretor geral do Departamento Nacional de Educação (nomeado por Gustavo Capanema, em 1937) e como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-46) –, foi, sobretudo um professor e um estudioso de assuntos didático-pedagógicos. Viveu os últimos anos no Rio de Janeiro e, vítima de colapso cardíaco, faleceu em 3 de agosto de 1970, aos 73 anos. Ver: <http://www.centrorefeducacional.com.br/lourefil.htm>, 01/03/2007, 18h38min.

<sup>209</sup> Antonio Carneiro Leão, educador, professor, administrador e ensaísta, nasceu em Recife, em 2 de julho de 1887 e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1966. Eleito em 30 de novembro de 1944 para a Cadeira nº 14 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Clóvis Beviláqua, foi recebido em 1º de setembro de 1945, pelo acadêmico Barbosa Lima Sobrinho. Lecionou na Universidade do Recife, na Faculdade Nacional de Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, no Instituto de Educação do Distrito Federal e no Curso Técnico do Exército. Foi professor visitante e conferencista em universidades dos Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina e professor emérito da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Autor da Reforma da Educação no Estado de Pernambuco em 1928 foi Secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação do Estado de Pernambuco (1929-1930), diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais (1934), criador e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas da Universidade do Brasil. *Doutor honoris causa* pela Universidade de Paris e pela Universidade Autônoma do México; membro *honoris causa* de universidades argentinas e de várias instituições latino-americanas; oficial da Legião de Honra da França e da Ordem do Leão Branco da Tchecoslováquia, era membro do Instituto Histórico e Geográfico

A escolha destes interlocutores também fornece pistas sobre a força intelectual de Sússekind. Figuras de peso nos cenários brasileiro e mundial, com obras e atuações que marcaram suas respectivas áreas de conhecimento e de intervenção, estes personagens dão suporte à argumentação do autor, fortalecendo sua posição, o exercício de sua atividade e a importância do SRO.

O relatório elaborado por Sússekind é uma publicação com encadernação simples, de aproximadamente 15cm de largura e 21cm de altura, com 47 páginas, 28 fotografias ilustrativas e dividida em dez itens, quais sejam: 1) História do trabalho humano; A mecanização do trabalho; A fadiga e suas conseqüências sociais; 2) O repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer do operário; 3) A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os sindicatos; 4) A elevação do nível intelectual do trabalhador; Realizações da Divisão Cultural do SRO; Alfabetização e Educação de Adultos; Bibliotecas; Cinema; Teatro; Música; Cênor e Discotecas; 5) A educação física e os desportos na sociedade contemporânea; Realizações da Divisão de Educação Física e Escotismo; O campeonato intersindical de futebol e outros torneios desportivos; Ginástica; A barraca de Ramos e os desportos de praias; Excursões de operários; Controle e assistência médica; 6) O escotismo como educação extra-escolar; A pedagogia escoteira; O escotismo e os regimes totalitários; Realizações do SRO no Setor de Escotismo; 7) Outras realizações do SRO: inquérito entre operários; Serviço de ampliação de som; A primeira

---

Brasileiro, do Instituto de França, da Real Academia Espanhola, da Academia das Ciências de Lisboa e de inúmeras outras associações acadêmicas internacionais. Dentre suas obras estão: "Educação" (1909); "O Brasil e a educação popular" (1917); "Problemas de educação" (1919); "São Paulo em 1920" (1920); "Os deveres das novas gerações brasileiras" (1923); "O ensino na capital do Brasil" (1926); "Palavras de fé" (1928). Ver: <http://www.biblio.com.br/>, 24/03/2007, 12h:35min.

<sup>210</sup> João Lyra Filho: ex-reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio e ex-secretário das Finanças do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, do Rio, quando da construção do estádio do Maracanã para a Copa de 1950. [www.amauta.inf.br](http://www.amauta.inf.br), 12/06/2006, 23h36min.

<sup>211</sup> Conselho Nacional de Desportos criado em abril de 1941 pelo Decreto-lei nº 3.199. Ver: <http://www.direitodesportivo.kit.net/artigo9.htm>, 24/03/07, 14h:05min.

<sup>212</sup> Robert Stephenson Smyth Baden-Powell nasceu em 22 de fevereiro de 1857 em Londres, na Inglaterra e faleceu em 08 de janeiro de 1941, em Nairóbi, no Quênia. General e Lord, fundou o Escotismo em 1909. Ver: <http://paginas.terra.com.br/educacao/projetovip/0222.htm>, 27/03/07, 13h:57min

exposição de atividades e as impressões do público; 8) O Fundo Social Sindical e o financiamento dos encargos do SRO; Orçamentos e balanços; A CTOS e o controle financeiro do SRO; 9) Planos do SRO para 1946; Necessidade de ser o SRO estendido aos Estados; 10) Agradecimentos e elogios.

Interessa-nos analisar cada um desses itens, pois apresentam informações sobre o funcionamento do SRO que são vistas como representações do modo como o Regime compreendia e atuava na esfera do tempo do não-trabalho, mesmo que de maneira experimental ou pouco abrangente no que diz respeito ao número de operários participantes.

No que diz respeito a este relatório, iniciamos sua análise discutindo a figura do autor. Apesar de a obra ter sido assinada por Sússekind, não a tomamos como resultado de uma autoria individual. Para nós, apoiados em Foucault (2003), o autor é aquele que agrupa um discurso, que congrega uma série de significações e que, a partir de um lugar privilegiado, assume o poder de falar sobre uma dada temática. O SRO, entendido como um órgão para o qual confluíram expectativas acerca de mudanças de ordem lúdica e moral, estava intimamente relacionado à ideologia do Estado Novo, o que é atestado pela presença do ministro Marcondes Filho em alguns de seus eventos.

De uma maneira geral, existiam inúmeros discursos circulando sobre a redução da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias, sobre o bem-estar do trabalhador, sobre a importância da vivência moralmente adequada do tempo do não-trabalho e todos eles, de certo modo, estão presentes no texto de Sússekind. O lugar de poder que o autor ocupa se configura na compreensão de que Sússekind, postado como aquele que redigiu o texto, operou com procedimentos de recorte, exclusão, inclusão, delimitação e destinação. O que significa que, diante de tudo o que poderia ser redigido, recortou o que acreditou ser mais relevante e, portanto, excluiu elementos, incluiu outros, delimitou alguns aspectos, definindo, assim, a quem se destinava seu texto. Deste modo, entendemos o relatório como mais uma fonte para a compreensão acerca do SRO, produzida pelas mãos e pelas lentes de seu primeiro presidente, na qual estão colocados os

limites históricos acerca da compreensão dos usos do tempo do não-trabalho no período.

Em seu relatório, Süsserkind se atém a apresentar questões mais diretamente ligadas à temática do trabalho e, partindo de aspectos mais gerais, discute a importância do aproveitamento das horas de repouso e expõe o modo como o SRO desenvolveu suas atividades bem como seus eixos norteadores. Vejamos como o relator desenvolveu a tarefa. Serão reproduzidos os títulos dados por Arnaldo Süsserkind para cada item, entretanto, na medida do possível, também anunciaremos aspectos de nossa análise.



### 3.1. “História do trabalho humano. A mecanização do trabalho. A fadiga e suas conseqüências sociais” – a justificativa para a criação do SRO

Nesse item, o autor fez uma apresentação sobre o que denominou História do Trabalho, abordando, de uma maneira geral e esquemática, o trabalho na Antigüidade Romana, na Idade Média e no Feudalismo. Apontou a Revolução Francesa como um marco para as relações trabalhistas, por determinar a igualdade jurídica entre patrões e empregados e por proclamar a liberdade de trabalho. Destacou, ainda, que o advento da máquina colocou os trabalhadores em uma situação de opressão por parte dos patrões, cuja principal conseqüência se constituía na fadiga decorrente das longas jornadas de trabalho. Segundo ele, a fadiga “abalava o sistema nervoso do operário, embrutecendo-lhe o espírito e enfraquecendo-lhe o corpo”, além do mais, trabalhadores não tinham direito ao “gozo dos prazeres espirituais e materiais” (fls.2)<sup>213</sup>.

Reconheceu que foram as reivindicações dos trabalhadores que fizeram com que os governantes intervissem nas relações de trabalho e assegurou que a intervenção foi fundamental de modo a “compensar a desigualdade econômica” (fls.2). No Brasil, nesse período, a ação estatal remetia aos princípios do corporativismo, doutrina que orientava o ideário estadonovista, como já vimos no capítulo 1 desta tese. Entretanto, para Süsserkind, a ação do Estado não deveria se resumir à satisfação dos interesses materiais do operário, leiam-se licenças, aposentadorias e pensões, por exemplo. Deveria haver um cuidado com as “horas de alheamento” (fl. 3) de modo que o operário pudesse “refazer o organismo debilitado através de atividades recreativas e, só assim, sentir a beleza e compreender a razão” (fl. 3). Vemos que a perspectiva que orientava a preocupação com o tempo do não-trabalho era a da ‘recuperação da força de trabalho’, isto é, o empregado precisava descansar para poder estar pronto no dia seguinte para outra jornada.

---

<sup>213</sup> Relatório do SRO.



Outro aspecto presente está ligado à educação das sensibilidades, isto é, o tempo do não-trabalho era o tempo de se tornar mais sensível às coisas intangíveis, era o tempo de se deixar levar pela sedução estética, compreendida no sentido das emoções e dos sentimentos que suscitaria nos sujeitos. Nessa perspectiva, vejamos as palavras de Süsserkind:

É sabido que, não obstante as exigências de repouso operário e de higiene e segurança do trabalho, a máquina impõe ao operário um emprego desproporcional entre a atividade muscular e a nervosa, daí advindo a fadiga, que o leva a procurar distrações com prazeres que lhe são monetariamente baratos. A excessiva divisão do trabalho e a mecanização dos respectivos serviços fazem com que a função do operário se resuma na monótona repetição de atos sempre iguais, tornando-se, destarte, imprescindível que ele se entregue à prática de atividades diferentes, culturais ou desportivas, a fim de evitar o embrutecimento de sua personalidade, o que viria exterminar seu interesse pela vida (fls 3).

Nessa citação, estão presentes três elementos que permearão todos os discursos de gestação e de justificativa para a criação do SRO. O primeiro tem relação com a presença da ordem médica. Süsserkind se preocupava com a higiene do trabalho e, ao apresentar um conhecimento específico sobre a relação entre a atividade muscular e a atividade nervosa que, desequilibrada, resultaria na fadiga, apropriava-se e fazia circular saberes médico-científicos da época. O segundo está ligado aos aspectos mais técnicos da organização da linha de produção, pois se refere a uma excessiva divisão do trabalho e a uma mecanização dos serviços.

A terceira é a preocupação com o modo pelo qual o trabalhador vivia seu tempo liberado do trabalho. É certo que os prazeres presentes na vida dos operários eram rejeitados pela nova formatação que se queria imprimir. Desse modo, um dos objetivos do SRO seria apresentar atividades diferentes daquelas

às quais estavam acostumados de maneira a educá-los para as 'coisas sensíveis', pois, na perspectiva estatal, nelas estariam situados os interesses pela vida. Serestas, bailes familiares, mafuás, bares e passeios, exemplos de formas de sociabilidade lúdica dos operários, não eram considerados educadores de sensibilidades e, portanto, deveriam ser substituídos por outros mais adequados aos objetivos que se queria atingir.

Em conjunto, esses três aspectos se relacionam às representações do operário que se buscava consolidar junto ao empregador e à nação. Um trabalhador fatigado produzia menos e uma menor produção gerava poucos lucros para o empregador e trazia obstáculos para o desenvolvimento do país. Daí ser um dever do Estado intervir nas relações de trabalho e, além disso, intervir nos momentos do não-trabalho. Era necessário garantir que o trabalhador estivesse sempre sob o olhar estatal, de modo a assegurar que sua trajetória de vida fosse pautada por ações adequadas à moral que se pretendia consolidar e aos deveres para com a construção da nação na perspectiva estabelecida pela ideologia do Estado Novo.

Nesse sentido, o Estado deveria garantir que o operário não passasse suas horas de não-trabalho entediado e/ou buscando distrações com prazeres baratos, atividades consideradas perniciosas ou supostamente prejudiciais, ao alcance de seu 'bolso'. O reconhecimento do valor pago ao trabalho não era suficiente para possibilitar o acesso a outro tipo de experiência cultural. Tratava-se, portanto, da defesa de uma ação compensatória e preventiva do Estado, de modo a proteger o trabalhador (e seu empregador) dos 'desvios' que poderiam ocorrer no uso 'inadequado' do tempo livre. O repouso concedido por lei deveria ser mais um momento no qual a ação do Estado se faria sentir, ao proporcionar uma recreação sadia e gratuita aos trabalhadores. Só assim o repouso alcançaria sua real finalidade social e biológica, isto é, trabalhadores enquadrados em uma nova moral lúdica, fisicamente saudáveis e produtivos, em correspondência com os interesses do Regime.

Mais uma vez, justificava-se a iniciativa do SRO aliando-se aspectos técnicos, morais e médicos, tendo como pano de fundo o aumento da produtividade compreendida como uma condição para o progresso da nação. Na sustentação desse raciocínio, a ordem médica, mais uma vez, adquiria visibilidade, sinal de sua presença como argumento de autoridade:

Porque somente com o alimento do espírito e o retemperamento das energias físicas poderá o operário reabilitar os seus músculos e revigorar seu sistema nervoso. Do contrário, os fenômenos patológicos produzidos pela fadiga concorrerão para destruir seu organismo, torná-lo um eterno exaltado<sup>214</sup>, exterminar-lhe a alegria de viver e de trabalhar, aumentar o número de acidentes, prejudicar a execução do serviço, reduzir o rendimento do trabalho, criando, enfim, uma série de males sociais que tanto afligem àqueles que crêem no surgimento de um mundo melhor (fl.3).

Mundo melhor, cujo alcance estava associado ao rendimento máximo da força de trabalho. Para tanto, se procurou prever a jornada de trabalho máxima, e o tempo de descanso, diário e semanal, mas não qualquer descanso. Era fundamental que se buscasse ordenar o tempo de repouso do operário, pois se acreditava que condições de trabalho nocivas o levariam a buscar distrações perniciosas. A relação estabelecida entre trabalho nocivo e não-trabalho pernicioso era direta e João Lyra Filho, na condição de jurista, várias vezes citado por Arnaldo Süssekind, procurava normatizar/legislar o trabalho ancorado nos saberes médicos. Dupla força que, agregada, imprime tom científico à normalização em curso no que se refere às formas de distribuir e usar o tempo do trabalhador:

---

<sup>214</sup> Nota da autora: no sentido de irritadiço e de humor instável.

O acúmulo de atenção compromete a índole, esteriliza o sentimento, desperta inclinações para o vício, arrasta a vontade de abeberar-se o homem das fontes de recreio aviltadas pela prostituição. Quanto mais intensamente trabalha, maior necessidade de evasão necessita o homem para corrigir os males biológicos inerentes ao trabalho (LYRA FILHO *apud* SÜSSEKIND, 1946, fl. 3).

Nessa perspectiva, o dever do Estado para com o trabalhador constituía-se em um direito do operário ligado à dignidade do ser humano.

Na busca de ampliar o leque dos argumentos, Sússekink cita a *Carta da Filadélfia*, de 1944, resultante da Conferência Internacional do Trabalho<sup>215</sup>, para confirmar sua crença no surgimento de um novo tempo para o trabalho e para o trabalhador. Se aquele se torna progressivamente mais higiênico e estruturado por conhecimentos técnicos, este, em contrapartida, deveria ter o direito de estar bem material e espiritualmente, o que significa que deveriam ser garantidos pela ação estatal uma “alimentação adequada, habitação, recreio e cultura”<sup>216</sup>. Cabe observar, entretanto, que, em entrevista já citada, afirmou que o Brasil não cumpria muitas das resoluções que assinava nessas Conferências.

3.2. “O repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer do operário” – a importância do tempo de repouso

Nesse item, Sússekink reconheceu que a redução da jornada de trabalho foi uma conquista dos trabalhadores e teceu críticas ao liberalismo por levá-los à “escravização social e econômica” (fl. 4).

<sup>215</sup> A Organização Internacional do Trabalho foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foro internacional de discussão de temas trabalhistas congrega em estrutura tripartite, governos, empregadores e trabalhadores. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes do qual o Brasil é signatário. Ver: [www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br), em 25/09/2006, 17h48min.

<sup>216</sup> *Carta da Filadélfia*, item III, alínea I *apud* SÜSSEKIND, 1946, fl. 4.

Podemos encontrar exemplos de jornadas excessivas de trabalho em indústrias nos documentos selecionados por Pinheiro e Hall (1981). Na fábrica de fósforos situada na Rua Eugênia, no subúrbio do Engenho de Dentro, no Distrito Federal, segundo o jornal *A Vanguarda*, em 1911, os operários entravam às seis horas da manhã e saíam às seis horas da tarde (p. 58). Nas fábricas de tecido das cidades de São Paulo e de Santos, de acordo com o relatório do chefe da seção de informações do Departamento Estadual do Trabalho, do governo de São Paulo, em 1912, a jornada diária de trabalho variava entre oito e doze horas, começando às cinco e meia ou seis horas da manhã e terminando às cinco ou seis da tarde (p. 60).

Em seu relatório, Süsserkind refutou teses liberais, lançou mão de argumentos retirados da Encíclica *Rerum Novarum*<sup>217</sup> e trouxe a força da ordem religiosa para sua argumentação. Com relação à autoridade da Igreja, Segadas Vianna, no depoimento já citado, asseverou que era uma instituição de muita força à época, sendo bastante respeitadas as suas orientações<sup>218</sup>. O relator deu sinais de acreditar realmente que as condições de trabalho e de vida do operário se constituíam em aspectos fundamentais para o progresso da nação – falava em “justos reclamos” e que

A jornada de oito horas é justa, porque garante aos fracos e aos fortes o direito à vida, porque com a maquinaria moderna o trabalho é mais árduo e mais penoso; porque oito horas são bastante para enriquecer os patrões; porque, finalmente os operários têm, como estes últimos, o direito à saúde e à alegria de viver (fl. 4).

<sup>217</sup> *Rerum Novarum*, encíclica do Papa Leão XIII "sobre a condição dos operários", defendeu o dever do Estado em garantir os direitos dos operários. Ver: [www.montfort.org.br](http://www.montfort.org.br), 25/09/2006, 18h.

<sup>218</sup> Vianna (1999) faz uma excelente análise das Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1921), sobre o poder indireto da Igreja no Brasil na Primeira República e Schwartzman (2000) discute relações da Igreja Católica com o Governo Vargas, especialmente no que tange a posse de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde.

Vê-se que Süsserkind se colocava a favor de relações de trabalho que considerava mais justas e mais humanas e que atuava no sentido de garantir sua existência. Afirmou que a preocupação com o repouso do operário vinha sendo estudada sob três aspectos, que eram: a redução da jornada de trabalho, a obrigatoriedade do descanso semanal e a instituição das férias anuais. Ao abordar a questão do descanso, utilizou como suporte uma bibliografia em língua portuguesa e nos idiomas espanhol, francês e inglês, o que denota, ao menos, duas possibilidades. A primeira ligada ao acesso de obras referidas ao direito do trabalho produzidas em outros países e a segunda, relativa ao fato de que os direitos do trabalhador eram assunto em pauta em outros fóruns. Importa ressaltar que o relatório também recorria às referências internacionais para demonstrar a necessidade de uma humanização da relação capital-trabalho, mediada pelo Estado, inscrevendo a questão do tempo como item necessário no debate.

De modo geral, os argumentos em favor do repouso do operário estão ligados a aspectos materiais da produção, quais sejam: redução do índice de acidentes, redução do número de doenças causadas pelo esgotamento físico e mental, aumento do rendimento do trabalho e preservação da capacidade produtiva do operário. Entretanto, também estão presentes os chamados aspectos espirituais. Estes estavam ligados à dignidade do ser humano, isto é, ao nível cultural do trabalhador e a valores tais como alegria de viver, alegria no trabalho, solidariedade e coletividade, que o relator fazia questão de ressaltar como imprescindíveis, pois “não existem nem super-homens nem sub-homens, mas apenas indivíduos que formam uma coletividade. Sem o sentimento de solidariedade não é possível que a felicidade e o progresso marchem irmanados numa Nação” (fl. 5).

Como se pode observar, havia um cuidado com aspectos emocionais e afetivos que davam suporte aos valores e sentimentos caros ao ideário do Regime, tais como solidariedade e harmonia, que podem ser lidos como marcas da presença da Encíclica *Rerum Novarum*.

O combate à fadiga – termo que designava a “desintegração fisiológica do homem” (fl. 5) ou, ainda, o desgaste do organismo – não poderia ser atribuído apenas ao fato de ela diminuir o rendimento do trabalho, mas sim, porque “é fonte de exaltação, extermina a alegria, aumenta os acidentes, enche os hospitais e os hospícios, embrutece a inteligência, estimula o alcoolismo, destrói o organismo e eleva o índice de mortalidade, como resultante dos males sociais que gera” (fl.5).

Em uma relação linear, são postos a irritabilidade, a tristeza, os acidentes, as doenças mentais, os vícios e, por fim, a destruição. A fadiga era considerada o grande mal e, como dela decorriam os outros, muitos argumentos eram utilizados para justificar seu combate. Tanto os aspectos materiais quanto os espirituais eram erigidos com base em conhecimentos e estudos da medicina e suas áreas – fisiologia, neurologia e anatomia, dentre outras. Vejamos como o discurso proveniente da ordem médica é mantido nestes argumentos:

Na questão do trabalho intelectual, a energia humana se desgasta no sistema nervoso; é uma questão de neurologia, ou melhor, neuro-muscular (considerando as terminações e conexões neuro-musculares), como, no trabalhador manual é uma questão músculo-nervosa, com predominância do fenômeno de usura ou desgaste na célula muscular. Em ambos os casos, é um fenômeno bio-químico, pois a queima de elementos energéticos, na intimidade dos tecidos, gera uma superabundância de anidrido carbônico e outros produtos secundários, que produzem a fadiga, o sono, e, antes deles, a diminuição do rendimento útil ao trabalho (fls.5).

A utilização de termos técnicos, bem como a descrição minuciosa do processo físico-químico do desgaste celular pode indicar o acesso de Süsskind a fontes específicas e o sucesso da medicina em se inserir e em consolidar seu discurso e sua importância no debate sobre o trabalho. Acreditava-se que uma das consequências de tamanho desgaste se constituiria na busca do operário por bebidas alcoólicas para suportar o trabalho intenso, o que tinha como resultado a

geração de filhos fracos e deprimidos. Para o trabalhador intelectual, o desgaste nervoso era considerado ainda mais alto do que o muscular. Se, para a recomposição do organismo ao nível da musculatura, bastavam o sono e o alimento, para o intelectual, o sono era insuficiente, pois, muitas vezes, o indivíduo continuava a trabalhar em sonhos. A fadiga era, então, um grande mal porque trazia graves conseqüências para o trabalhador, para o setor produtivo e para o progresso da Nação.

É possível perceber que vinha sendo construída uma categoria denominada tempo de repouso que possuía duas utilidades: servia para recuperar energias visando à produção, pretendendo, também, assegurar a dignidade humana. Havia um aspecto ligado à gestão precisa desse tempo que remeteria, inclusive, à dignidade do trabalhador. Nas justificativas sobre a positividade desse tempo estavam presentes valores caros à ideologia do Estado Novo – coletividade, solidariedade, igualdade perante a lei e a garantia da proteção do Estado, relacionados à construção do mito Vargas (GOMES, 1988) e, do mesmo modo, com as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, pois estas ressoavam no Estado, que buscava respondê-las.

Como se faz perceptível, ‘o tempo de repouso’ vinha sendo construído a partir dos discursos da medicina, da religião, do direito e de elementos relativos a uma moral que se pretendia incutir nos meios operários, valorizada pelas elites da época, especialmente no que dizia respeito às vivências lúdicas.

A resolução das questões relativas à produção de riquezas era descrita como medida urgente e a fadiga do operário era apontada como um dos principais problemas. Tornava-se necessário eliminar os produtos resultantes das reações físico-químicas que ocorriam no organismo fatigado, de modo a evitar seu acúmulo. É aí que emerge o discurso que ressalta a importância das horas de repouso administradas de maneiras moral e fisicamente saudáveis. Nas palavras de Süsskind: “Trabalho, recreação e repouso – eis a fórmula ideal para a existência feliz do homem que produz” (fls.6).



Os argumentos baseados nos conhecimentos científicos eram apresentados como irrefutáveis posto que eram técnicos e compreendidos como neutros. A questão operária – condições de trabalho e relações entre patrões e empregados – se reduzia a uma questão técnica e como tal deveria ser analisada e resolvida. Em paralelo, se situava a dignidade do trabalhador, que também poderia ser alcançada a partir da disposição do Estado de criar as condições de conforto espiritual para o operariado, o que, mesmo envolvendo valores morais, em última instância, era também uma questão técnica. Vejamos tais aspectos nas palavras de Süsserkind:

O que a ciência ensina e a experiência comprova é que os desportos ou os exercícios musculares são tão necessários para eliminar a fadiga dos que exercem suas funções com grande atividade cerebral ou em serviços de natureza sedentária, de mero controle de mecanismos, ou, ainda, de monótona e continuada atenção, quanto os sistemas de recreação cultural ou artística são indispensáveis para pôr termo à fadiga dos que empregam suas horas de trabalho em atividades que extenuam os músculos e mantêm impassíveis as funções cerebrais. À recreação cientificamente empregada caberá restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo. (...) Eis porque ao Estado moderno incumbe o dever de estimular e facilitar o sadio aproveitamento das horas de repouso dos operários, concedendo-lhes meios para que possam beneficiar-se com as atividades recreativas que lhes são indispensáveis afim de que se sintam, assim, realmente integrados na coletividade cujo progresso desenvolvem nas horas de lazer (fls.6).

O debate sobre o trabalho impunha a utilização de argumentos considerados técnicos e cientificamente consistentes e o discurso da medicina cumpria bem esse papel. Ao Estado caberia assegurar a materialização das melhores condições de trabalho com base nos discursos médicos e, como sua

função era a de proteger o empregado nas diferentes dimensões de sua vida, cabia-lhe garantir, inclusive, que o desgaste sofrido no trabalho fosse compensado nas horas de lazer. A ciência, o poder da razão, se presta como argumento para a produção de um dado ordenamento da sociedade. Um poder que ancora estratégias para se legitimar, legitimando, igualmente, seus porta-vozes e representantes.

Outro aspecto que também se pretendeu desenvolver envolveu o operário e sua integração ao “organismo social” (fls.6). Para isso, era necessário que ele compreendesse seu papel na coletividade e os esforços do Estado, de modo que, reconhecendo-os, tomasse parte na nova civilização que se desejava ver implementada.

3.3. “A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os sindicatos” – instalação, estrutura e administração do SRO

O relator afirmou que o SRO foi criado a partir da visita de uma tropa de escoteiros, filhos de operários pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em fins de 1943. Acompanhados do major Inácio Rolim, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, era a primeira tropa mantida por um sindicato e tinha o objetivo de “elevar a cultura física e mental dos filhos dos operários”. O ministro Marcondes Filho ficou impressionado com o sistema de educação extra-escolar e ordenou que fossem estudadas as possibilidades de criação de um órgão com os mesmos objetivos, de modo a “estimular e desenvolver o escotismo no meio sindical” (fls. 7). Das conversas entre Sússekind e Rolim sobre o assunto, ficou estabelecido que o órgão a ser criado deveria ter objetivos mais amplos e não se limitar apenas ao escotismo. Deveria difundir e estimular a prática de

atividades físicas e culturais dos trabalhadores adultos, com vistas ao melhor aproveitamento de suas horas de lazer.

O ministro acatou a idéia e publicou a Portaria nº. 52, de 21 de setembro de 1943, que designava a comissão que elaboraria o projeto de criação de um serviço especial, ligado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), com o intuito de difundir as atividades físicas e morais do operariado, facilitando-lhe os meios de recreação. A comissão foi formada pelos assistentes técnicos de seu Gabinete, Arnaldo Lopes Süsseskind, Evaristo de Moraes Filho e Antonio Almeida Manhães e, como representante dos empregados, Jelmirez Belo da Conceição. O projeto elaborado pela Comissão foi entregue em 21 de outubro do mesmo ano e destacava que

Vêm de longe as observações, que acumulam os especialistas das mais variadas ciências, em torno dos efeitos benéficos da recreação em geral sobre o organismo e o espírito do homem. É preciso dar ao ser humano, que trabalha e produz, desenvolvendo a fortuna pública, algo que o entretenha e o faça esquecer por instantes o ambiente de sua oficina. E a recreação operária realiza bem o outro lado, também coletivo, para o qual foi criada: aproxima os trabalhadores; estimula-os; faz com que se divirtam em conjunto, com alegria e prazer (fls. 7).

A recreação era representada como um fator que completaria a obra do Governo no que dizia respeito à proteção e à valorização do trabalhador. Sua função seria fazer com que ele esquecesse as condições de trabalho e pudesse recuperar as energias desenvolvendo, ao mesmo tempo, o espírito associativo, tão caro ao Regime.

Em 6 de dezembro de 1943, foi instituído o Serviço de Recreação Operária pela Portaria nº. 68, publicada no *Diário Oficial* de 23 de dezembro do mesmo ano. O órgão ficaria ligado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), seria

superintendido por um Conselho Central, composto por três membros, desenvolveria suas atividades nos setores cultural, esportivo e de escotismo e iniciaria sua atuação, a título de experiência, no Rio de Janeiro, com pretensões de ampliar suas ações em todo o território nacional. O Conselho foi formado por Arnaldo Lopes Sússekind, pelo procurador Evaristo de Moraes Filho e pelo presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais Jelmirez Belo da Conceição. O Setor Cultural ficou sob a responsabilidade de Francisco Gomes Maciel Pinheiro e os setores Desportivo e de Escotismo ficaram a cargo, respectivamente, de Nilo Alves de Moraes e Antonio Piedade Pinto. Para a Seção de Seleção Biológica, foi designado o capitão-médico Hermílio Ferreira e, para chefe de Secretaria, a sr<sup>a</sup>. Ivonette Gomes Hermeto de Almeida.

No que diz respeito ao SRO, sua fase de instalação se concretizou com a criação do Centro de Recreação da Gávea, a 23 de maio de 1944, data na qual iniciou suas atividades. Importa ressaltar que o Serviço foi criado no Distrito Federal, mas havia a intenção de expandir suas ações por todo o país. Arnaldo Sússekind afirma que o ministro Marcondes Filho declarara que haveria um período inicial de implantação que serviria para a correção de erros e para que fossem feitas as modificações devidas.

De fato, houve modificações e o órgão passou a desenvolver suas atividades através de duas Divisões: a Divisão Cultural (DC) e a Divisão de Educação Física (DEFE). A primeira era constituída pelas seções de Biblioteca e Educação de Adultos, de Música e Discoteca e de Cinema e Teatro. A segunda era composta pelas seções de Ginástica e Desportos, de Biologia e de Escotismo. O SRO atuava sob a coordenação de um presidente (Arnaldo Sússekind), junto ao qual funcionavam uma Secretaria e o Conselho Central. Este era o responsável por orientar e aprovar os planos de recreação e era constituído pelo “Presidente do Serviço, por dois Diretores de Divisão, de um Chefe de Seção e de um representante dos trabalhadores indicado pelas federações sindicais da categoria profissional” (fls. 9). As atividades eram desenvolvidas principalmente nos Centros

de Recreação Operária, nas associações de escotismo para filhos de trabalhadores e nas sedes dos sindicatos profissionais.

Cabe destacar que o SRO foi criado em uma conjuntura na qual não havia mais espaço político para ações coercitivas, e podemos ver ressaltada a dimensão cooperativa entre Estado e sindicatos. Nessa linha, Sússekind afirma que:

[...] êste órgão não interfere na vida dos sindicatos, para a realização dos seus fins, como acontece em alguns paízes, porquanto apenas coordena os meios de recreação, possibilitando a todos os associados de sindicatos o gozo dos prazeres culturais e desportivos e prestando, com êste objetivo, às entidades profissionais sua colaboração e assistência técnica. O Serviço de Recreação Operária não é, portanto, um órgão para cercear a liberdade dos sindicatos, mas para com eles colaborar (fls.9).

Nessa fala Sússekind explicita a função do SRO junto aos sindicatos. Seu papel era o de colaborar com as entidades, propiciando as condições necessárias para a vivência dos prazeres culturais e desportivos. Além disso, nas palavras do relator, também encontramos mais uma indicação de que os responsáveis pela gerência do órgão conheciam as iniciativas levadas a cabo em outros países.

Dando mostras da importância do órgão para o Governo, o ministro Marcondes Filho presidiu as solenidades de inauguração dos dois Centros de Recreação (CR), da Gávea e o do Méier, bairros de grande densidade operária à época.

O CR da Gávea, instalado na Rua Jardim Botânico, número 638, funcionava às terças e quintas-feiras, das 19h30min às 23h e aos domingos pela manhã. O do Méier funcionava às quartas e sextas-feiras, das 19h30min às 23h e, aos domingos, das 12h às 19h. Fora instalado inicialmente na Rua Dias da Cruz, número 561 e, posteriormente, transferido para a antiga sede de um clube alemão situado na Rua Aquidaban, número 88.

Segundo o relator, era possível encontrar, gratuitamente, “exibições cinematográficas, biblioteca, discoteca, aulas de canto, jogos de salão, sessões de ginástica, campos de futebol, quadras de voleibol, basquetebol etc.” (fl.9).

Embora no relatório não haja nenhum tipo de indicação sobre como as atividades eram organizadas, caso os operários e seus familiares tivessem, efetivamente, acesso a todas elas, os CRs poderiam se constituir em interessantes centros culturais. Entretanto, vale observar seus horários de funcionamento, pois ambos abriam ao público apenas duas vezes por semana, em noites alternadas e em parte do domingo, o que nos leva a supor que poderia haver somente uma equipe de profissionais a atuar diretamente com a clientela. O oferecimento de serviços segundo a distribuição do tempo parece estar sustentado no princípio de uma oferta no horário posterior ao da jornada diária e no dia reservado ao descanso semanal. No entanto, se a intenção era preencher o tempo do não-trabalho, de possibilitar o acesso a atividades saudáveis, o que justificaria a oferta em dois turnos da semana? Não haveria condições para uma oferta contínua dos serviços do SRO nas outras noites da semana? Esse tipo de organização restringiria uma participação mais ampliada o que nos leva a refletir sobre quatro aspectos: 1) em um universo de cerca de cento e trinta mil trabalhadores sindicalizados<sup>219</sup>, qual seria a verdadeira intenção de atendê-los em um horário tão reduzido? 2) haveria, mesmo, tal intenção?; 3) quem seriam, efetivamente, os freqüentadores? 3) qual teria sido a efetiva participação e em que tipo de atividade?

Em nossa opinião, a criação do Serviço de Recreação Operária estava ligada mais à demonstração de uma **política de atendimento** do trabalhador do que propriamente a um verdadeiro atendimento. Os horários de funcionamento dos Centros fornecem pistas nessa direção. Talvez sua função não fosse, **mesmo**, atender a todos os operários e a suas famílias. Quem sabe, fosse oferecer parcialmente algumas atividades a seus filhos e, mais, talvez a intenção fosse gerar a idéia de que algo estava sendo feito pelo Estado no âmbito do tempo

---

<sup>219</sup> Vianna (1999).

do não-trabalho. Os Centros teriam, então, mais uma dimensão política e pedagógica do que propriamente uma efetividade real e verdadeira, que buscasse acolher a todos os trabalhadores. Política, porque estaria representando para os operários os esforços do governo em suas intervenções no tempo do não-trabalho, e pedagógica, porque estaria contribuindo para lhes apresentar e a suas famílias, novas e variadas possibilidades de vivências desse tempo.

3.4. “A elevação do nível intelectual do trabalhador. Realizações da Divisão Cultural do SRO; Alfabetização e Educação de Adultos; Bibliotecas; Cinema, Teatro, Música, Cênos e Discotecas” – atividades, eventos, doações e concursos realizados pelo SRO

O Homem do trabalho já se acha hoje protegido contra os imprevistos da existência e os seus efeitos mais imediatos. Resta ampliar agora a organização dos serviços de assistência e educação (VARGAS *apud* SÜSSEKIND, fls.11).

Como podemos observar nas palavras de Vargas, o governo acreditava que os problemas relativos à assistência social e ao amparo do trabalhador estavam sanados. Portanto, seria o momento para que fossem cuidadas outras facetas de sua vida, relacionadas à habitação, à alimentação, ao lazer e à elevação do nível intelectual, sendo possível perceber que o último recobria três aspectos. O primeiro estava ligado à fadiga e vinha acompanhado da constatação de que as condições econômicas dos trabalhadores não lhes permitiam alcançar um nível de cultura mais elevado, o que, justamente, compunha um dos objetivos do Serviço de Recreação Operária. A intenção estava se constituindo em uma exigência premente, pois se alegava que o desequilíbrio entre a necessidade de conhecimento de novas técnicas da produção e a capacidade de compreensão do operário trazia graves problemas tanto para o indivíduo quanto para a indústria.

Novamente, a interferência da ordem médica se torna visível nas palavras do advogado Evaristo de Moraes Filho: “da incapacidade de adaptação do organismo às novas condições sociais resultam doenças nervosas de toda espécie, neurastenias, psicastenias<sup>220</sup>, neuroses as mais variadas” (fls. 11).

Nessa fala, é interessante observar a combinatória de saberes médicos e jurídicos e atentar para a circularidade do discurso médico, que, em função de sua força, é apropriado por outras áreas e termina sendo emitido por um advogado com o objetivo de corroborar sua posição. O segundo aspecto se relacionava à capacidade que o trabalhador moderno deveria ter de compreender os fenômenos científicos, sociais, econômicos, políticos e artísticos, de modo que pudesse ser integrado ao novo mundo que se pretendia construir. Uma maior eficiência no trabalho somente era possível com operários mais cultos e mais motivados, o que de certo modo remete aos títulos dos livros doados aos sindicatos, como veremos mais adiante.

Para ilustrar esse aspecto, Sússekind se apóia nas falas de vários intelectuais, dentre eles o médico e professor Miguel Couto, que afirmou que “o orçamento de uma Nação é a imagem da cultura do povo. Não está na razão direta das massas, mas das inteligências, e reflete a capacidade de trabalho e de eficiência no trabalho, que só possuem os cultos” (fls. 12).

Miguel Couto destacou a importância da cultura do operário para o progresso da nação. Em sua opinião, apenas os mais cultos apresentariam plena capacidade de trabalho, portanto, a elevação do nível intelectual do trabalhador era necessidade urgente.

O terceiro aspecto estava intimamente ligado ao segundo e dizia respeito ao desenvolvimento de novos gestos, à descoberta e à fruição de novos “prazeres subjetivos” (fls. 11), que só poderiam ser plenamente vivenciados por pessoas de certo nível cultural. Para Sússekind:

---

<sup>220</sup> Segundo o dicionário Novo Aurélio: Fraqueza intelectual.

Definição obsoleta da Psiquiatria : Afecção mental caracterizada por depressão, ansiedade, tendência a manias e obsessões, e perda do sentido da realidade.



De nada valerá o direito ao trabalho e ao descanso para o operário analfabeto, ou simplesmente alfabetizado, porque não terá oportunidade de progredir no seu emprego, obtendo melhores salários, nem poderá utilizar suas horas de repouso com proveito para o seu espírito, visto que as formas mais sadias de recreação estarão sempre situadas num plano que não pode ser alcançado pela sua inteligência restrita e ignorante. De conseguinte, a recreação pressupõe a educação, pelo menos primária, daquele que pretende com ela se beneficiar (fls. 11).

Na citação, o diagnóstico do operariado, representado como de inteligência restrita e ignorante, vem acompanhado de duas disposições. Uma, de longo prazo, e que consiste na instrução primária para os trabalhadores, com vistas a reduzir o analfabetismo e elevar o grau de cultura nos meios operários. Outra, mais imediata, por meio das ações compensatórias do SRO. Vejamos como foram as ações empreendidas para combater o analfabetismo.

#### 3.4.1. “O combate ao analfabetismo” – analfabetismo de adultos, concurso para a criação da Cartilha do Trabalhador e chamada para atividade no Voluntariado da Alfabetização Operária

A preocupação com a elevação do nível cultural do operariado fez com que o Conselho Central decidisse oferecer nos Centros de Recreação, cursos de alfabetização e de conhecimentos gerais ou de cultura popular, além de estimular, orientar e assistir materialmente as iniciativas instaladas nos sindicatos. Também foi feita uma convocação para que professores e leigos se apresentassem para atuar voluntariamente alfabetizando os adultos. Tal convite chamou-se Voluntariado da Alfabetização Operária<sup>221</sup>. Acreditava-se que a educação do povo,

---

<sup>221</sup> BMTIC – nº. 117 - maio de 1944. Portaria nº. 19, de 19 de abril de 1944 – D.O. de 24 de abril de 1944 - Abre o voluntariado da alfabetização operária.

adultos e crianças, poderia alterar a condição econômica do país, acelerando seu progresso, não apenas em termos de riqueza material, mas também no que diz respeito ao bem-estar da população. O analfabetismo constituía-se em um mal a ser combatido, pois:

O organismo não terá saúde, a inteligência não terá luz, nem o físico terá higiene, senão quando os mais rudimentares princípios de medicina, de cultura e de educação física forem compreendidos pelo homem liberto da mais cruel das doenças: - o analfabetismo (fls. 12).

Isso significava dizer que um povo alfabetizado seria um povo que possuiria condições de compreender o funcionamento de seu organismo, poderia ser mais esclarecido acerca dos fatos do mundo e estaria liberto do terror da ignorância.

Para que os cursos de alfabetização pudessem ter início, era necessário que fosse construído um instrumento adequado. Adultos trabalhadores não poderiam ser alfabetizados do mesmo modo que crianças, por isso, o professor Osvaldo de Araújo Góes<sup>222</sup> desenvolveu para o SRO um plano de orientação pedagógica para a educação de adultos. De acordo com o plano, foi instituído um concurso para a elaboração de uma cartilha que “explorasse temas apropriados, seus hábitos, seus meios, suas atividade, sua história” (fls. 12)<sup>223</sup>.

Participaram 49 trabalhos e o vencedor foi o de autoria das professoras Maria da Glória Celestino e Ruth Barbosa Monteiro<sup>224</sup>. A comissão julgadora foi composta por Brígido Tinoco<sup>225</sup>, representante do SRO; Maria Junqueira Schimdt,

---

<sup>222</sup> Osvaldo Colatino de Araújo Góes, diretor da Divisão Cultural do SRO. Aparece citado como aquele que elaborou o plano de orientação pedagógica do Serviço; entretanto, não encontramos maiores informações sobre ele.

<sup>223</sup> O concurso foi instituído pela Portaria nº. 18, de 19 de abril de 1944 – dia do aniversário de Getúlio Vargas.

<sup>224</sup> Publicada na Portaria nº. 71, de 19 de dezembro de 1944.

<sup>225</sup> Brígido Fernandes Tinoco nasceu em 28 de setembro de 1910 em Niterói, RJ e faleceu em 22 de outubro de 1982. Advogado-funcionário público e professor universitário. Formado pela

representante da Comissão do Livro Didático, do Ministério da Educação e Saúde; Henrique Baptista Pereira<sup>226</sup>, representante da Prefeitura do Distrito Federal; Lafaiete Côrtes, representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro, e Vladimir Villard, representante do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

Segundo Süssekind, milhares de exemplares foram impressos e enviados aos sindicatos e foi inaugurado o primeiro Curso de Alfabetização do Serviço de Recreação Operária, no segundo andar do prédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Além disso, o Serviço dava suporte material e financeiro às iniciativas sindicais e encetava campanha pela rádio Mauá, objetivando atingir maior número de inscitos. Ainda segundo nosso relator, em 31 de dezembro de 1945, estavam funcionando os cursos abaixo designados:

Cursos	Número de alunos
Modelo do SRO	123
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	50
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Curtimento de Couros	20
Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias - curso 1	50
Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias - curso 2	30

---

Faculdade de Direito de Niterói, RJ (1933), foi professor de Direito Constitucional e de Economia, e Diretor da Faculdade Fluminense de Comércio. Durante o Estado Novo, foi procurador da Justiça do Trabalho em São Paulo, SP (1941) e deputado Constituinte em 1946. *In*: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/QFQv2.pdf> 03/10/2006, 9h37min.

<sup>226</sup> Henrique Baptista Pereira, filho de João Baptista da Silva Pereira, que, por sua vez, foi professor e inspetor de ensino em 1894, por um período, foi coordenador de escolas da cidade do Rio de Janeiro e atuou no sentido de ampliar a rede, abrindo escolas na região do Andaraí. (Informações obtidas junto à diretora-adjunta da Escola Municipal Baptista Pereira, professora Carmem Paranhos).

Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias - curso 3	26
Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias - curso 4	20
Total de cursos	7
Total de operários inscritos	319

A crermos nas informações de Sússekind, 319 alunos se inscreveram nos cursos, entretanto, não há informações sobre seu tempo de duração, sobre o percentual de permanência e sobre sua eficácia. Também não há notícias sobre o modo pelo qual os sindicatos foram escolhidos ou, ao menos, sobre por que o Sindicato dos Ferroviários oferecia quatro dos seis cursos.

Através do relatório, somos informados de que o professor Góes ressaltava que o problema da educação de adultos no Brasil não poderia ser olhado apenas sob o ponto de vista técnico. Para ele, era necessária uma formação mais ampla que abrangesse o conhecimento das áreas chamadas de humanidades e, por esse motivo, foi criado o curso de conhecimentos gerais, do SRO, no qual eram ministradas aulas de português, aritmética, história, geografia do Brasil e noções de ciências naturais. Tinha a intenção de “educar as massas e difundir as idéias” (fls. 14), funcionando no segundo andar do prédio do MTIC, às segundas e quartas-feiras, das 20h30min às 22h. Foi iniciado com 11 operários inscritos e, no momento de elaboração do relatório, contava com 72 alunos. Como se pode observar, a tentativa de expansão dos conhecimentos no campo das humanidades se dava por meio de três horas de aulas semanais, alcançando menos de 100 trabalhadores.

### 3.4.2. “A literatura e a doação de bibliotecas” – a importância da literatura e os livros doados

Outro passo na direção da educação dos jovens e adultos foi a doação de bibliotecas aos sindicatos e o empréstimo de livros nos Centros de Recreação do Méier e da Gávea e, ainda, na sede do Serviço. A ação era justificada por Sússekind, com as seguintes palavras:

É indiscutível que, incentivando o hábito da leitura, estamos concorrendo para a elevação do nível moral e da eficiência técnica do operário, incrementando-lhe o cultivo de virtudes cada vez mais nobres, o que redundará no benefício de cada trabalhador e no da própria coletividade (fls. 15).

Os argumentos sobre as virtudes resultantes do hábito da leitura também podem ser encontrados em outras fontes, o que indica que eram reproduzidos, reapropriados e postos a circular. Vejamos, por exemplo, um artigo veiculado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*<sup>227</sup>. Esse texto foi publicado pelo Departamento de Cooperação Intelectual da União Pan-Americana e constituiu-se na versão condensada para a língua portuguesa de um relatório sobre o valor dos estudos literários em uma sociedade democrática, preparado por um grupo de educadores da Universidade de Princeton e editado pela Associação de Professores Norte-americanos de Línguas Vivas (Modern Language Association of America) sob o título original “Literature in American Education”.

Em nota introdutória, o editor do *Boletim* afirmou que, devido ao fato de a educação no Brasil se constituir em um problema singular, a publicação revestia-

---

<sup>227</sup> BMTIC, nº. 118, junho 1944.

se de uma especial importância, pois concorreria para a elucidação de vários de seus aspectos. Fazendo uma crítica ao lugar secundário que os estudos literários vinham ocupando nas escolas da época, o artigo estadunidense procurava valorizá-los fornecendo importantes indicações da forma pela qual a literatura deveria ser considerada, não apenas nas escolas, mas também na vida social como um todo. Toda argumentação se deu no sentido de demonstrar a importância da literatura para o indivíduo, para a sociedade e para o trabalho.

De acordo com o texto, a literatura ocuparia um lugar destacado na educação de todo o indivíduo, que, no drama, na poesia, no romance ou em outras formas literárias, encontraria instrução, inspiração e prazer. Apoiando-se em Matthew Arnold<sup>228</sup>, o artigo afirmou que a literatura teria a capacidade de relacionar as quatro faculdades que contribuiriam para a composição da vida humana, que seriam a conduta, o intelecto, o saber e a beleza. A obra literária seria, portanto, uma “verdadeira obra social” (p. 316), a verdadeira cultura que destruiria barreiras sociais e estabeleceria a verdadeira igualdade entre os homens, enriquecendo também a vida da sociedade. A literatura e as ciências seriam como sócios, pois promoveriam o melhoramento da vida humana ainda que os meios e os resultados alcançados fossem diferentes. Entretanto, não se deveria privilegiar a ciência em detrimento da obra literária, pois essa era uma idéia dos estados fascistas e totalitários. Em uma democracia, os homens e mulheres deveriam ter experiências que ampliassem seus horizontes intelectuais e que engrandecessem seus corações, afim de que pudessem dar o valor devido à beleza, à bondade, à compaixão, à tolerância, e que pudessem valorizar a si mesmos e aos outros.

A literatura, continuavam asseverando os autores, enriqueceria a vida, ampliando seu acervo de experiências e conhecimentos sobre a vida em geral, sobre outras terras e outros povos, a respeito da valorização da vida e a respeito do passado. Seus efeitos seriam diferenciados daqueles obtidos através do cinema, do teatro e do rádio. Estes eram fugazes. A verdadeira educação

---

<sup>228</sup> Matthew Arnold, escritor e poeta inglês, nascido a 24 de dezembro de 1822 e falecido em 15 de abril de 1888. Ver: [http://pt.wikiquote.org/wiki/Matthew\\_Arnold](http://pt.wikiquote.org/wiki/Matthew_Arnold), 03/02/2007, 8h49min.

configurava-se no refinamento da reflexão crítica que a literatura poderia proporcionar. A obra literária não seria apenas “um meio de embelezamento da vida, mas antes como uma revelação da vida mesma, e como a melhor interpretação do homem e do seu pensamento” (p. 318). Os estudos literários também ampliariam o ambiente social limitado em que vivia o ser humano, pois favoreceriam o exercício da imaginação e desenvolveriam a tolerância verdadeira, qualidades que interessavam sobremaneira à indústria e ao comércio. A literatura criaria bons cidadãos, pessoas “mais generosas e socialmente mais conscientes” (p. 320), capazes de compreender seu semelhante, de colaborar na “unidade de nossa civilização” e de distinguir o bem do mal, isto é, de refinar seu sistema de valores.

Todavia, todas essas qualidades não estavam referidas apenas à literatura mais erudita. A chamada “literatura de evasão ou recreativa” também poderia ser uma importante aliada, tudo dependeria do que fosse escolhido para tal fuga. Relatos sentimentais, contos policiais, histórias de *cow-boys*, histórias de aventuras, de fantasias ou de humor tornavam-se nocivos se oprimissem os indivíduos pela repetição do vulgar, do baixo e do prosaico. Nessa perspectiva, as obras literárias e a educação ocupariam um alto plano que se relacionava à verdadeira liberdade, participando do enriquecimento da existência do homem e melhorando a vida social.

Esse programa de formação de bibliotecas nos sindicatos também foi veiculado no *Jornal do Brasil*<sup>229</sup>, entretanto, a matéria noticiava que seriam criadas bibliotecas ambulantes. O artigo louvava a iniciativa, mas recomendava cuidado na escolha dos livros reforçando o caráter funcionalista da medida. Vale a pena transcrever parte do artigo:

---

<sup>229</sup> *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 23 de março de 1944, coluna situada na página 5, com o título “Os livros e o operariado”.

O Serviço de Recreação Operaria do Ministério do Trabalho estabeleceu, entre os números do seu programa de ação social, o da formação de bibliotecas ambulantes para os centros fabris que ainda não possuem as fixas. Essa iniciativa serve, aliás, de remate ao plano, que se vai executar, em benefício do enriquecimento das estantes existentes nos sindicatos a fim de que o raio de todas se amplie pela aquisição de novos livros ofertados por intermédio daquela pasta. Nesse sentido se está procedendo ao arrolamento dos exemplares com que contam as diferentes bibliotecas daqueles sindicatos, o que vale por dizer que as suas faltas mais sensíveis serão supridas, da mesma sorte que aos centros operários sem biblioteca o serviço das ambulantes favorecerá o recreio e instrução preciosa da leitura. É bem de se imaginar que se trace de antemão um certo critério na distribuição e escolha dos livros, não tanto no propósito de impedir a maior vulgarização de certas obras, como no intuito de se facultar até o máximo a consulta ou estudo de uns tantos livros da maior utilidade para o operário, como são, especialmente, os que dizem com as noções de higiene, com o combate a umas tantas enfermidades e com os processos acessíveis de profilaxia individual e de família. Não é, portanto, o caso de se questionar sobre a necessidade de se dar recreio de espírito ao operário, e sim de fazer com que não lhe falem livros que, além de recrearem, possam atrair como soma de conhecimentos úteis, e de cuja aplicação muito terão a lucrar a higiene e a saúde das classes trabalhadoras.

Na opinião do articulista, a escolha dos livros a serem ofertados deveria ser pautada pela soma de conhecimentos úteis que o trabalhador poderia adquirir. Portanto, deveriam ser privilegiadas as obras que auxiliassem na conformação do operário a um modelo adequado ao progresso da nação, isto é, higiênico, saudável, apegado à família e aos valores morais.

A doação de bibliotecas aos sindicatos também pode indicar que Süsskind acreditava no valor da literatura e que agia no sentido de ampliar seu acesso aos trabalhadores. Conforme o relatório, no período de junho de 1944 a dezembro de 1945, foram entregues 29 bibliotecas a sindicatos, perfazendo o total de 5.500 volumes. Nesse intervalo, 1.962 adultos e 1.930 crianças fizeram empréstimos de



livros nos Centros de Recreação do Méier e da Gávea e na sede do SRO, sendo que foram emprestadas 3.298 obras, com raros casos de extravio (fls. 16).

A relação dos sindicatos agraciados com as bibliotecas pode nos fornecer algumas pistas sobre seu alinhamento ao Governo, bem como sobre as relações de seus diretores com os técnicos do MTIC, pois não são relatados os critérios utilizados para a escolha de quem receberia os livros. Segadas Viana, em depoimento já citado, chamou de ‘pelegos’ muitos dirigentes sindicais que se mantinham próximos do Governo a fim de obter poder e privilégios, tais como participar de comissões remuneradas. O próprio Sússekind, em Gomes, Pessanha e Morel (2004), afirma que os sindicatos que mais colaboravam eram os dos Ferroviários, da Construção Civil, dos Comerciários e dos Marítimos. De todo modo, a lista de sindicatos que receberam as doações nos remete a outro tipo de benefício decorrente dessa proximidade. Vejamos quais foram as entidades:

- Sindicato dos Conferentes de Cargas e Descargas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro; Sindicato dos Empregados no Comércio de Recife; Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Salvador; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro; Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, Campinas, São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores Alfaiates, Costureiros e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e Chapéus de Senhoras do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Fortaleza; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e de Luvas, Bolsas e Peles de

Resguardo do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Lavandaria e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore e Granitos do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, do Milho, da Mandioca, de Massas Alimentícias e Biscoitos do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Curtimento de Couro do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Campinas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Juiz de Fora; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Produtos de Cacau e Balas do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo.

Nessa relação, constam sindicatos do Rio de Janeiro e de outros Estados e, se confrontarmos algumas informações, encontraremos indicações interessantes. Segundo Sússekind, e conforme já comentamos, foi a tropa de escoteiros do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, a cargo de seu diretor Antonio Piedade Pinto, que inspirou a criação do SRO. Os Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro e nas Indústrias de Curtimento de Couro do Rio de Janeiro promoviam cursos de alfabetização em suas sedes. Como veremos mais adiante, os sindicatos que venceram torneios de futebol foram os dos Estivadores do Rio de Janeiro e o dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção do Rio de Janeiro. Os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro e de São Paulo também eram ativos participantes dos torneios de futebol do SRO, assim como os dos Trabalhadores na Indústria de Cerveja e Bebidas em Geral e o dos Trabalhadores nas Indústrias

de Lavandaria e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro. O Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo havia feito à CTOS uma proposta, que foi devidamente aprovada, para a construção de uma colônia de férias na cidade de Santos com o financiamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Nas listas daqueles que receberam bibliotecas e discotecas, daqueles que promoviam cursos de alfabetização e daqueles que participavam dos eventos organizados pelo Serviço, algumas entidades aparecem repetidas vezes o que dá indicação sobre sua proximidade do MTIC e pistas sobre as negociações e os diálogos estabelecidos entre os sindicatos e o Estado.

Em Gomes, Flaksman e Stotz (1988), encontramos depoimentos de antigos militantes sindicais que nos auxiliam a compreender a relação firmada entre os sindicatos, os sindicalistas e o Estado nesse período. Um desses é o de João Lopes, militante comunista, que declarou que no interior dos sindicatos havia embates explícitos contra a orientação do Ministério do Trabalho, e que as rusgas com aqueles que eram considerados pelegos eram comuns e abertas. Afirmou, inclusive, que aqueles trabalhadores que desejavam ter uma vida melhor e ganhar mais “passavam para pelego” (*op. cit.*, p. 114). Em seu entendimento, o pelego era: “o camarada que está servindo, mas no interesse próprio. Ele vai lá para o sindicato e arranja um bom emprego para servir à orientação do Ministério do Trabalho. Era isso que nós combatíamos” (*op. cit.*, p. 114). O depoimento é interessante por mostrar que, ao contrário do que as fontes do Governo queriam fazer crer, no interior dos sindicatos havia resistência aos ditames estadonovistas.

De toda maneira, a partir da análise do relatório de Sússekind, de suas palavras na entrevista dada a Gomes, Pessanha e Morel (2004) e também do depoimento de Segadas Viana, é possível perceber que havia uma preocupação com a elevação do nível cultural dos trabalhadores e diversas atividades foram implementadas para que se alcançasse tal objetivo. Nas palavras de Sússekind, “somente com a educação do povo poderemos acelerar a evolução econômica e social do Brasil, fazendo com que 45 milhões de habitantes produzam, realmente, a riqueza nacional” (fls. 11).

Educar o povo significaria imprimir maior velocidade ao processo de modernização do país, o que remete aos títulos dos livros doados a algumas entidades sindicais, como poderemos verificar mais adiante.

No livro de Gomes, Pessanha e Morel (*op. cit.*), o entrevistado, ao rever sua trajetória profissional, rememora sua experiência como presidente do SRO. Muitas são as fotos publicadas e, dentre elas, algumas são referidas à experiência. Uma nos interessa mais de perto, por mostrar várias pilhas de livros doados pelo Serviço aos sindicatos, sendo possível vislumbrar alguns títulos que denotam a preocupação com a diversidade e com a qualidade da oferta, quais sejam: *Dom Quixote*, traduzido por Monteiro Lobato; *A viagem de Sindbab*; *Luz e sombra*; *Hanibal*<sup>230</sup>; *A canção de Bernadette*; *O guia materno*; *Carlos Magno e seus cavaleiros*; *Cem melhores sonetos brasileiros*; *História geral*; *Como fazer amigos*; *Manual da Justiça do Trabalho e História do Brasil*. Destes foram encontrados três exemplares na Biblioteca Nacional. Cremos que seja importante descrevê-los para melhor compreender o tipo de saber que o Estado considerava necessário e importante para os trabalhadores, as mulheres e as crianças, vamos a eles:

#### 1) *O guia materno em casos de doença e emergência*

Não cremos que esse tenha sido o livro doado, por duas razões. A primeira é que as ilustrações das capas são diferentes, apesar de não ser uma indicação segura, pois poderíamos ter encontrado outra edição. A segunda razão é que, na capa do livro mostrado na foto, está escrito apenas *Guia materno*, não há subtítulos e há o desenho de uma mulher cercada de crianças, indicando que seria destinado a fornecer noções mais gerais de educação de crianças pequenas. Entretanto, decidimos apresentar e descrever o exemplar encontrado por acreditarmos que segue a mesma linha editorial e que preencheria requisitos

<sup>230</sup> Chefe cartaginês Haníbal (247 a.C. -183 a.C.), que, em 216 a.C., tendo atravessado os Alpes, e invadido a Itália com o seu exército, derrotou um exército romano em Cannae. Morreram 50.000 legionários, um cônsul, 29 tribunos e 80 senadores, naquele que foi o maior desastre militar da história de Roma. *In*: <http://www.arqnet.pt/portal/calendario/agosto.html> , 14/04/2006, 10h29min.

semelhantes de por à disposição conhecimentos vistos como necessários à mudança do comportamento de mulheres e de mães de família.

Segundo informações de funcionária da Biblioteca Nacional, o livro foi encadernado com capa dura, de cor escura para proteger a capa original. Possui 14cm de largura, 19,5cm de altura e 128 páginas.

Na capa original, há o desenho de uma mulher que enfaixa o pé de um menino. Estão sentados de frente um para o outro e o pé machucado descansa sobre o colo da mulher. Ao fundo, há uma janela. A mulher usa um vestido de modelo austero, de mangas compridas e de cor clara e sapatos de salto alto. O menino usa calça comprida de cor escura que foi dobrada até a altura do joelho da perna machucada; usa uma gravata e sua camisa, de cor clara, também possui mangas compridas (gravura abaixo).



Capa:

*O guia materno em casos de doenças e emergência.*

Acervo Biblioteca Nacional.

No verso encontramos a propaganda de outro livro, publicado pela Casa Publicadora de Santo André, SP, do mesmo gênero, cujo título é: *Enfermidades infecciosas – sua prevenção e cura*. Não há identificação sobre seus autores. Em destaque, com letras maiores em negrito, encontramos a frase: “A Ignorância é de Efeitos mais Destruidores do que a Guerra”. Abaixo, há um pequeno texto que apresenta seu conteúdo que, de modo geral, versa sobre o tratamento caseiro de enfermidades tais como, “resfriados, influenzas, pneumonias e outras doenças contagiosas” (gravura abaixo).



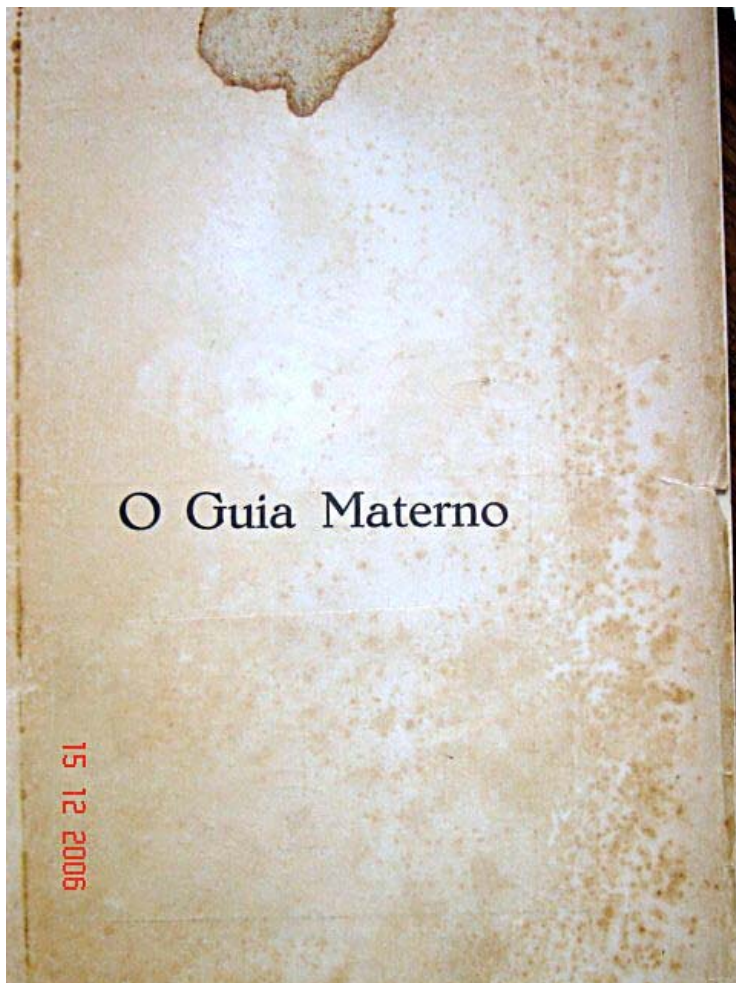
Verso da capa:

*Guia materno em casos de doenças e emergência.*

Acervo Biblioteca Nacional.



Na página seguinte, chamada de falsa folha de rosto, está escrito *O guia materno* (gravura abaixo).



Falsa folha de rosto:

*O guia materno em  
casos de doenças e  
emergência.*

Acervo Biblioteca  
Nacional.

No verso, há duas ilustrações em preto e branco. Na primeira, há uma pessoa, aparentando estar doente, deitada sobre uma cama de solteiro; parece uma criança, mas não é possível identificar o sexo. De pé, ao seu lado, curvada sobre o ele está uma mulher, de vestido de mangas curtas com o cabelo preso por uma touca. Ao lado da cama, sobre uma cadeira, estão uma bacia com um líquido e uma saboneteira com sabonete. A mulher segura o braço do suposto doente, parecendo lavá-lo.

Na segunda, vemos o mesmo doente, na mesma cama, sendo cuidado pela mesma mulher. Esta, agora, está sentada em uma cadeira segurando um prato de comida e levando à boca do suposto doente uma colher cheia do conteúdo do prato. Na outra cadeira, posta ao lado da cama, em frente à mulher, estão um bule, uma xícara, uma colher, algo que parece ser um copo e algo que parece ser um saleiro. Abaixo das ilustrações, está escrito em itálico: *Banho e alimentação de um doente* (gravura abaixo).



Ilustrações do verso: da  
falsa folha de rosto.

*O guia materno em casos de  
doenças e emergências.*

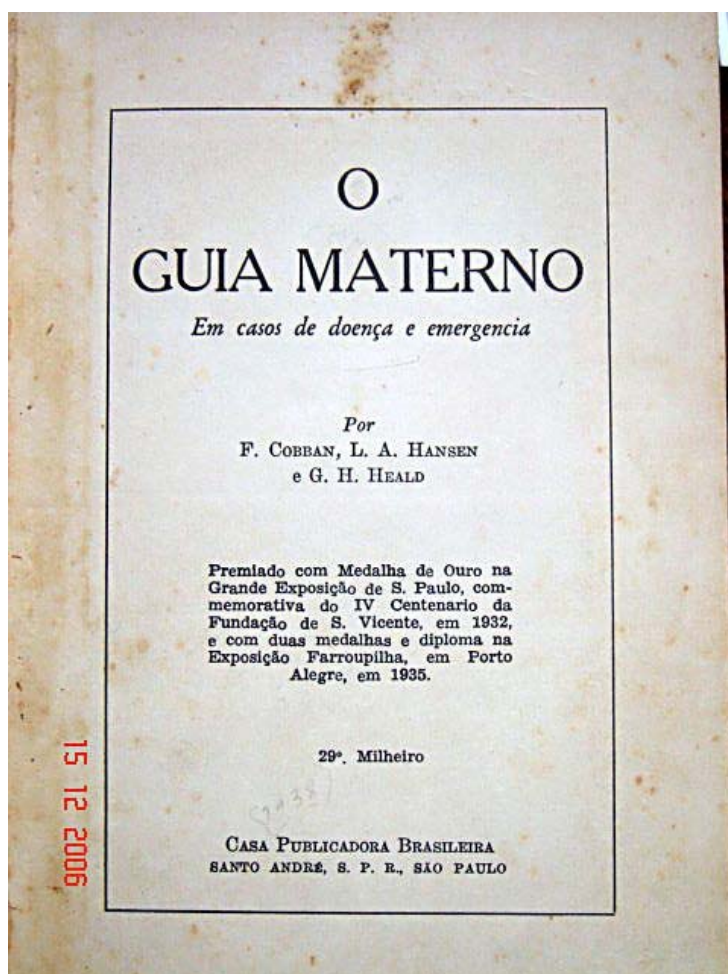
Acervo Biblioteca Nacional.



Na folha de rosto, todas as informações estão centralizadas e seguem as normas ainda em vigor. Em caixa alta e no alto da página está escrito: *O GUIA MATERNO* e, na outra linha, vemos o complemento do título: *em casos de doença e emergência*. Mais abaixo, encontramos os nomes dos autores anteceditos pela preposição “por”, são eles: F. Cobban, L.A. Hansen e G.H. Heald. Pouco mais abaixo, está o pequeno texto:

Premiado com Medalha de Ouro na Grande Exposição de São Paulo, comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Vicente, em 1932, e com duas medalhas e diploma na Exposição Farroupilha, em Porto Alegre, em 1935.

A seguir encontramos: “29º milheiro” e abaixo: “Casa Publicadora Brasileira - Santo André, S.P.R., São Paulo”; feita à mão e à lápis está a seguinte anotação: “1938” (gravura abaixo). No verso dessa página, há o carimbo da Biblioteca Nacional e algumas anotações feitas à mão referentes à localização e ao número de registro feitas por antigos funcionários.



Folha de rosto:

*O guia materno em casos de doenças e emergência.*

“Premiado com Medalha de Ouro na Grande Exposição de S. Paulo, comemorativa do IV Centenário da Fundação de S. Vicente, em 1932, e com duas medalhas e diploma na Exposição Farroupilha, em Porto Alegre, em 1935”.

Acervo Biblioteca Nacional.

Na página seguinte, está o índice dos capítulos, quais sejam:

Índice dos Capítulos	Página
Prefácio	7
A Prevenção das Doenças	9
A Hygiene	17
Noções de Hydrotherapia	26
Os Symptomas das Doenças	48

As Camas e como Fazer-as	58
O Quarto e o Cuidado do Doente	64
A Alimentação	77
O Cuidado do Bebê	90
Doenças Communs	99
Doenças das Crianças	109
Accidentes e Emergencias	117

No verso dessa página, encontramos o índice das gravuras, apresentado na tabela abaixo:

<b>Índice das Gravuras</b>	<b>Página</b>
Banho e alimentação de um doente	2
Necessidade de ar puro	9
Pé normal e pé chato	16
Micróbios da tuberculose	17
Como usar a escova de dentes	21
Posição correta	24
Preparo e applicação de fomentações	28, 29
Banho de pés na cama	34
Esponjamento na cama	40
O banho de assento caseiro	43

Significado dos symptomas	50
Como se deve tomar o pulso	57
Disposição dos travesseiros	60
Como fazer uma cama estando o doente nella	62
Encosto e mesinha de cama	69
Mudança do paciente de uma cama para outra	75
Bandeja modelo	87
Criança sadia, criança alegre	98
Tenda para o doente de crupe	111
Charpa bem feita	118
Torniquete	119
Encanamento	124
Ligadura em espiral	125
Vista diagrammatica da orelha	126

Na página seguinte, encontramos o prefácio assinado pelos editores. O texto de quatro parágrafos refere-se ao livro como “obrinha” ou “livrinho” e esclarece que é especialmente dedicado às mães, que, muitas vezes, fazem o papel de enfermeiras. Seu objetivo é prepará-las para resolver problemas emergenciais e facilitar seu trabalho e, apesar de não se tratar de um manual de enfermagem profissional, apresenta conhecimentos úteis a esses profissionais. Sua publicação original foi com o título de Manual de enfermagem doméstica, mas a presente é uma edição resumida da qual foram retirados os aspectos meramente técnicos. Supõe-se que sua leitura traria benefícios não apenas para

as mães, mas para toda a família e que deveria ser lido por todos, esperando-se que sua divulgação pudesse aliviar sofrimentos e impedir a “má saúde”.

Na penúltima página, encontramos a divulgação de outro livro de mesmo teor intitulado *Guia prático da saúde*, na quinta edição e no septuagésimo milheiro. O texto ilustrativo afirma que ele também foi preparado para o uso das famílias, pois possui linguagem adequada, sem termos médicos e de fácil compreensão. Trata, dentre outros assuntos, da higiene, da alimentação e do cuidado que se deve ter com crianças, além de tratamentos caseiros para “incomodos leves”. Na última página, há uma gravura da deusa romana Minerva, cuja capa abriga duas crianças pequenas e um cesto no qual dorme um bebê.

## 2) *Os cem melhores sonetos brasileiros*

Esse exemplar também recebeu uma encadernação de capa dura de modo a proteger sua capa original que é exatamente igual à que aparece na foto do livro de Gomes, Pessanha e Morel (2004), já citado. O volume possui 12cm de largura e 18,5cm de altura. Apresenta capa amarela, com letras pretas e um retângulo verde colocado à esquerda sobre o qual está escrito parte do título, além disso, a composição com duas cores da bandeira nacional reforça o caráter de brasilidade de seu conteúdo. No canto superior esquerdo, consta o nome do autor – Alberto Oliveira – e no centro inferior estão o nome e o endereço da editora – Livraria Editora Freitas Bastos, Rua Treze de Maio, nº. 74, Rio de Janeiro; bem como o ano da edição – 1933 (gravura abaixo).



Capa:

*Os cem melhores sonetos  
brasileiros.*

Acervo Biblioteca Nacional

Na falsa folha de rosto, está o título do livro, centralizado e em caixa alta. Na folha de rosto, constam as informações de praxe, isto é, título, autor, livraria e ano de publicação (gravura abaixo). Em seu verso, estão as anotações referentes à sua localização e a seu registro na Biblioteca Nacional.



Folha de rosto:

*Os cem melhores sonetos  
brasileiros.*

Acervo Biblioteca Nacional.

Na página seguinte, está a apresentação do autor, datada de novembro de 1931, que esclarece o critério de seleção dos sonetos e comenta que não poderia seguir suas predileções, pois caso isso acontecesse seriam apenas sete os autores escolhidos: Gonçalves Crespo<sup>231</sup>, Luiz Guimarães Junior<sup>232</sup>, Luiz

<sup>231</sup> Antônio Cândido Gonçalves Crespo (1846-1883). Advogado e poeta parnasiano carioca naturalizado português. Para maiores informações, ver: [http://members.tripod.com/arlindo\\_correia/061201.html](http://members.tripod.com/arlindo_correia/061201.html), 29/08/2006, 08h00min.

<sup>232</sup> Luís Caetano Guimarães Júnior. Diplomata, poeta, romancista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 17 de fevereiro de 1845, e faleceu em Lisboa, Portugal, em 20 de maio de 1898. Foi um dos dez membros eleitos para se completar o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/LuisGuimaraesJunior/LuisGuimaraesJunior.htm>, 29/08/2006, 08h05min.

Delfino<sup>233</sup>, Machado de Assis<sup>234</sup>, Arthur Azevedo<sup>235</sup>, Raymundo Corrêa<sup>236</sup> e Olavo Bilac<sup>237</sup>. Outros não participaram da obra porque, apesar de serem poetas, não produziram sonetos, foram eles: Gonçalves Dias<sup>238</sup>, Casimiro de Abreu<sup>239</sup>, Fagundes Varela<sup>240</sup> e Junqueira Freire<sup>241</sup>, Guimarães Passos<sup>242</sup>, Luiz Murat<sup>243</sup>, Annibal Theophilo<sup>244</sup>,

<sup>233</sup> Luiz Delfino dos Santos (Desterro [Florianópolis] SC, 1834 - Rio de Janeiro RJ, 1910). Médico e literato, foi eleito o maior poeta vivo do Brasil em 1885. Para maiores informações, ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD\\_Verbete=570](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD_Verbete=570). 29/08/2006, 10h00min.

<sup>234</sup> Joaquim Maria Machado de Assis. Jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 21 de junho de 1839, e faleceu também no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908 é um dos fundadores da ABL. Ver: <http://www.machadodeassis.org.br/2005/biografia4.htm>, 29/08/2006, 10h21min.

<sup>235</sup> Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo nasceu em São Luís, MA, em 7 de julho de 1855 e faleceu no dia 22 de outubro de 1908. Foi jornalista, poeta, contista, teatrólogo e um dos fundadores da ABL. Para maiores informações, ver:

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Bilontra/artur.htm>, 29/08/2006, 10h02min.

<sup>236</sup> Raimundo da Mota de Azevedo Correa. Magistrado, professor, diplomata e poeta, nasceu em 13 de maio de 1859, a bordo do navio brasileiro São Luís, ancorado na baía de Mogúncia, MA, e faleceu em Paris, França, em 13 de setembro de 1911. Ver:

[http://www.antoniomiranda.com.br/Brasilsempre/raymundo\\_correa.html](http://www.antoniomiranda.com.br/Brasilsempre/raymundo_correa.html), 29/08/2006, 10h08min.

<sup>237</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac. Jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, é considerado o mais típico dos parnasianos brasileiros. Ver:

<http://www.biblio.com.br/conteudo/OlavoBilac/OlavoBilac.htm>, 29/08/2006, 10h15min.

<sup>238</sup> Antônio Gonçalves Dias. Poeta. Professor, crítico de história, etnólogo, nasceu em Caxias, MA, em 10 de agosto de 1823, e faleceu em naufrágio, no baixio dos Atins, MA, em 3 de novembro de 1864. É o patrono da Cadeira n. 15 da Academia Brasileira de Letras. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/GoncalvesDias/GoncalvesDias.htm>, 29/08/2006, 10h33min.

<sup>239</sup> Casimiro José Marques de Abreu. Poeta, nasceu em Barra de São João, RJ, em 4 de janeiro de 1839, e faleceu em Nova Friburgo, RJ, em 18 de outubro de 1860. É o patrono da Cadeira n. 6 da Academia Brasileira de Letras. Ver:

<http://www.biblio.com.br/conteudo/CasimirodeAbreu/CasimirodeAbreu.htm>, 29/08/2006, 10h42min.

<sup>240</sup> Luís Nicolau Fagundes Varela. Poeta, nasceu em Rio Claro, RJ, em 18 de agosto de 1841, e faleceu em Niterói, RJ, em 17 de fevereiro de 1875. É o patrono da Cadeira n. 11 da ABL. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/FagundesVarela/fagundesvarela.htm>, 29/08/2006, 10h45min.

<sup>241</sup> Luís José Junqueira Freire. Monge beneditino, sacerdote e poeta, nasceu em Salvador, BA, em 31 de dezembro de 1832, e faleceu na mesma cidade, em 24 de junho de 1855. É o patrono da Cadeira n. 25 da ABL. Ver:

<http://www.biblio.com.br/conteudo/JunqueiraFreire/JunqueiraFreire.htm>, 29/08/2006, 10h50min.

<sup>242</sup> Sebastião Cícero Guimarães Passos. Jornalista e poeta, nasceu em Maceió, AL, em 22 de março de 1867, e faleceu em Paris, França, em 9 de setembro de 1909. Compareceu às reuniões de instalação da Academia Brasileira de Letras, onde criou a Cadeira n. 26. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/GuimaraesPassos/GuimaraesPassos.htm>, 29/08/2006, 10h55min.

<sup>243</sup> Luís Morton Barreto Murat. Jornalista, poeta e político, nasceu em Resende, RJ, em 4 de maio de 1861, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 3 de julho de 1920. É o fundador da Cadeira n. 1 da Academia Brasileira de Letras. Ver:

<http://www.biblio.com.br/conteudo/LuisMurat/luismurat.htm>, 29/08/2006, 10h58min.



Amadeu Amaral<sup>245</sup> e Hermes Fontes<sup>246</sup>. Foram escolhidos sonetistas já falecidos e selecionadas as obras mais características de cada autor e que tiveram maior aceitação em seu tempo.

Na página seguinte explica o que é soneto, esclarece suas origens históricas e suas rigorosas regras. Em seguida, são apresentados os sonetos escolhidos. O nome completo do autor é seguido pelo ano e local de nascimento e morte e por uma breve síntese de suas obras. Abaixo, apresentamos os autores selecionados e os respectivos sonetos presentes na publicação. É possível perceber que os autores preferidos do organizador possuem o maior número de obras publicadas.

Autores	Obras
Gregório de Matos	- A Jesus Cristo Nosso Senhor - Tempestade
Cláudio Manoel da Costa	- Nize? Nize? onde estás - Destes penhascos fez a natureza - Não se passa, meu bem, na noite e dia
José Basílio da Gama	- Já, Marfiza, cruel - A uma senhora
Alvarenga Peixoto	- Estela e Nize
Tenreiro Aranha	- À mameluca Maria Bárbara
Frei Santa Rita Bastos	- Socorrei-me, Senhor! Quebrai piedoso
Moniz Barreto	- Cristo no Gólgota

<sup>244</sup> Autor da letra da Canção Ângelus. Ver:

<http://www.grude.ufmg.br/musica/cancaobrasileira.nsf>, 29/08/2006, 11h37min.

<sup>245</sup> Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado. Poeta, folclorista, filólogo e ensaísta, nasceu em Capivari, SP, em 6 de novembro de 1875, e faleceu em São Paulo, SP, em 24 de outubro de 1929. Foi membro da ABL. Ver:

<http://www.biblio.com.br/conteudo/AmadeuAmaral/AmadeuAmaral.htm>, 29/08/2006, 11h07min.

<sup>246</sup> Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo. Compositor, poeta, filho de lavradores, nasceu em 28/8/1888, em Buquim, SE. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro e foi oficial de gabinete do Ministério da Viação durante o governo de Washington Luiz. Suicidou-se em 25/12/1930 no Rio de Janeiro, RJ. Ver: <http://www.dicionariompb.com.br/>, 29/08/2006, 11h13min.

Maciel Monteiro	- Formosa, qual pincel em tela fina
José Maria do Amaral	- Uma por uma existência as flores
Francisco Otaviano	- Morrer...dormir...
Laurindo Rabelo	- Leandro e Hero
José Bonifácio	- Aspirações
Álvares de Azevedo	- Pálida à luz da lâmpada sombria
Luiz Delfino	- Jesús ao colo da Madalena - Gaivotas - Moritura - Non scordare - O enterro - Pendant - Cadáver de virgem - Altar sem Deus
Machado de Assis	- Círculo vicioso - À Carolina - Epinosa - Soneto de Natal
Tobias Barreto	- Ignorabimus
Luiz Guimarães Junior	- Noite tropical - O filho - Visita à casa paterna

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fora da barra</li> <li>- Metamorfose</li> <li>- O sono de um anjo</li> <li>- O beijo da morta</li> <li>- O coração</li> <li>- Hora de amor</li> </ul>
Gonçalves Crespo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suas mãos</li> <li>- Na roça</li> <li>- Odor di femina</li> <li>- A confessada</li> <li>- Mater dolorosa</li> <li>- Fervet amor</li> <li>- Ad agros</li> </ul>
Castro Alves	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ester</li> <li>- Barbora</li> </ul>
Carlos de Laet	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Triste filosofia</li> </ul>
Lúcio de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O rebelde</li> </ul>
Artur Azevedo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não morras</li> <li>- Vem</li> <li>- Eterna dor</li> <li>- Arrufos</li> <li>- Transeat</li> <li>- As estatuas</li> </ul>
José Mariano de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elvira e Heloisa</li> </ul>

Fontoura Xavier	- Estudo anatômico
B. Lopes	- Berço
Alberto de Oliveira ( <b>autor do livro</b> )	- Vaso chinês - Enfim - Podia agora - Floresta convulsa - Horas mortas
Adelino Fontoura	- Atração e repulsão - Celeste
Raimundo Corrêa	- Vesper - Poema da noite - Citera - Beijos do Céu - Mal secreto - Fascinação - A cavalgada - Anoitecer - Saudade - As pombas - O monge - Soror pálida - Pelago invisível - * * *
Cruz e Souza	- Caminho da glória

Olavo Bilac	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assombração</li> <li>- Perfeição</li> <li>- Defesa</li> <li>- Sinfonia</li> <li>- Maldição</li> <li>- Velhas árvores</li> <li>- Vila-Rica</li> <li>- Música brasileira</li> <li>- Língua portuguesa</li> <li>- Inania verba</li> <li>- Aos sinos</li> <li>- Pátria</li> <li>- Ouvir estrelas</li> <li>- Virgens mortas</li> <li>- Diálogo</li> </ul>
Vicente de Carvalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Velho tema</li> <li>- Alma serena e casta que eu persigo</li> </ul>
Emilio de Menezes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noites de insônia</li> <li>- O. L.</li> <li>- S. B.</li> </ul>
Augusto dos Anjos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A meu pai morto</li> </ul>
Raul de Leoni	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No meu grande otimismo de inocente</li> </ul>
Alceu Wamosy	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Duas almas</li> </ul>
Moacir de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eis a teus pés o oceano</li> </ul>

### 3) *Carlos Magno e seus cavaleiros*

O exemplar encontrado na Biblioteca Nacional possui 13cm de largura e 19cm de altura e recebeu uma encadernação com capa dura, mas manteve-se a capa original, com o desenho colorido de um cavaleiro usando coroa e montado sobre um cavalo. Em uma das mãos, segura uma espada e, na outra, um escudo, em alusão ao rei Carlos Magno. A figura está sobre um fundo preto que realça suas cores verde, vermelho, branco e telha. Sobre o desenho, está escrito *Carlos Magno*, em letras grandes e brancas, e *Seus Cavaleiros*, em letras verdes, menores e postas entre o *Carlos* e o *Magno*. No lado direito da página, está escrito: *História compilada por Pepita de Leão* e, mais abaixo, no canto inferior esquerdo: “Coleção Catavento - Texto Integral - Tradução fiel” (gravura abaixo).



Capa:

*Carlos Magno e seus Cavaleiros.*

Acervo Biblioteca Nacional.

Na página seguinte, há uma pequena biografia da autora, escrita em itálico, da qual transcrevemos as informações mais significativas:

PEPITA DE LEÃO filha mais velha de José Salomão de Leão, professor e jornalista, e de sua esposa D. Belmira da Costa Leão, nasceu em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, a 15 de dezembro de 1875. Cedo revelou vocação para o magistério e, quando se mudou com a família para Porto Alegre capital do Estado, matriculou-se na Escola Normal, recebendo o diploma de professora em 1901. Depois de ensinar particularmente, submeteu-se, em 1904, a concurso de provas para ingresso no magistério público. (...) Faleceu em 10 de outubro de 1945.

A par de sua atividade docente, Pepita de Leão cultivou a literatura, tendo publicado vários livros traduzidos e alguns originais, além de trabalhos esparsos em jornais e revistas, sobre educação e especialmente literatura infantil. Entre os livros que traduziu, figuram obras de autores mundialmente conhecidos: Kingsley, Lewis Carrol, Joana Spyri, David Wyss, Robert Louis Stevenson Charles Dickens, Hans Christian Andersen. Carlos Magno e seus Cavaleiros é um trabalho de compilação e tradução de lendas anônimas seculares.

Na folha de rosto no centro superior, está o nome do livro: *Carlos Magno e seus cavaleiros*. Mais abaixo, a informação seguinte: *história compilada por Pepita de Leão* (ao lado, escrito a lápis: 1875-1945). Bem abaixo, no centro da página, está o desenho de um globo, abaixo deste, está escrito EDITÔRA GLOBO<sup>247</sup> e mais abaixo: Pôrto Alegre (gravura abaixo). No verso desta página, estão as anotações a lápis, feitas por funcionários da Biblioteca Nacional, relativas à

<sup>247</sup> Foi a Globo que apresentou o Brasil aos maiores escritores modernos, tais como, Thomas Mann, Virginia Woolf, Aldous Huxley, Graham Greene, Somerset Maugham, Roger Martin du Gard, William Faulkner; além dos escritores regionais como Augusto Meyer, Moysés Vellinho, Dyonélio Machado, Mário Quintana, Érico Veríssimo. Durante pelo menos 30 anos, entre a década de 30 e o final dos anos 50, foi a segunda mais importante casa editorial brasileira, ficando atrás apenas da Companhia Editora Nacional. Ver: <http://www.traca.com.br/revistadoglobo.cgi?tema=padrao&pag=GLOBOpaula&mod=inicial>, 06/09/2006, 19h30min.

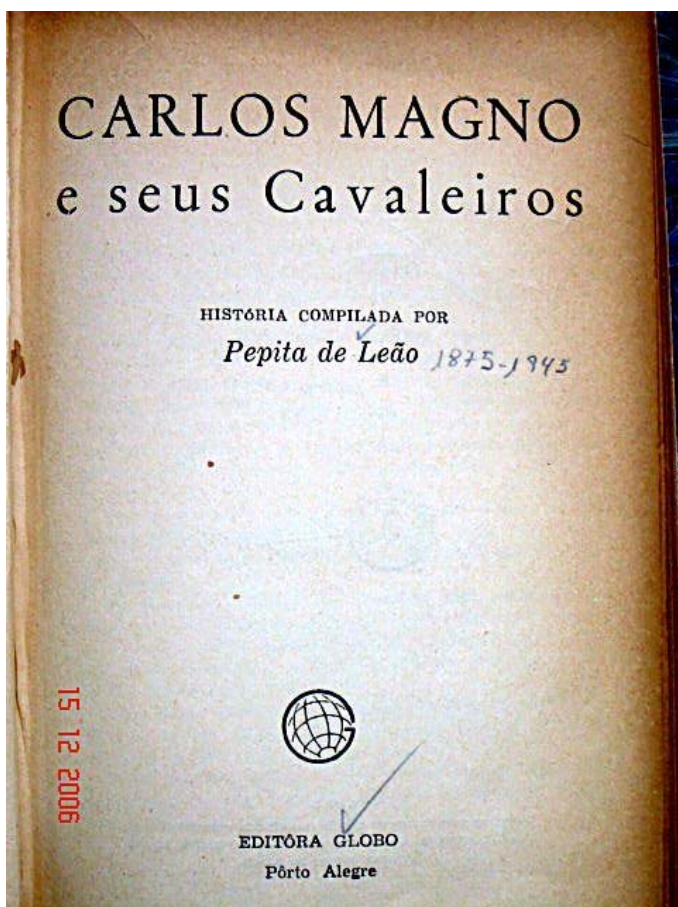
localização e ao registro do livro. No centro e no meio da página, está: Capa de EDGAR KOETZ<sup>248</sup>. No centro inferior da página: 1967, seguido por: “Direitos exclusivos de edição, em língua portuguesa, da Editôra Globo S.A. - Pôrto Alegre - Rio Grande do Sul - Estados Unidos do Brasil”.

---

<sup>248</sup> Edgar Koetz (Porto Alegre, 06/08/1913 – Porto Alegre, 1969) foi um artista característico do primeiro momento da modernidade gaúcha. Sempre ligado às artes gráficas, sua obra evoluiu dentro do figurativismo moderno, e a temática dos tempos do *Clube de Gravura* foi ligada aos trabalhadores pobres e rurais da periferia gaúcha. Começou trabalhando na Livraria do Globo, sob orientação de Ernest Zeuner, e, em 1938, participou junto com outros artistas da fundação da Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa. Em 1945, foi para Buenos Aires, onde permaneceu por cinco anos, trabalhando em várias editoras. Recebeu o Grande Prêmio da Câmara Argentina do Livro e a Medalha de Ouro da Associação Francisco Lisboa pelo conjunto de sua obra (pintura, desenho, gravura e artes gráficas). Em 1950, funda com Carlos Scliar, Glauco Rodrigues e outros o *Clube de Gravura de Porto Alegre*. Ver: <http://www.mac.usp.br/projetos/seculox/modulo2/modernidade/espraiamento/riograndedosul/sul.html#>, 06/09/2006, 19h10min.

Ver também: <http://www.celpcyro.org.br/Alienados.htm>, sobre a obra de Edgar Koetz durante seu período de internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em 1964, em Porto Alegre. 06/09/2006, 19h15 min.





Folha de rosto:

*Carlos Magno e seus Cavaleiros.*

Acervo Biblioteca Nacional.

Na página seguinte, há um pequeno texto explicativo sobre a obra, cujo título é *NOTA*. Trata-se de um esclarecimento a respeito das histórias sobre Carlos Magno e as diferenças encontradas entre elas que se devem aos períodos em que foram compiladas e àqueles que as elaboraram. Ficamos sabendo que a autora da obra procurou corrigir algumas discordâncias, mas algumas histórias foram deixadas como encontradas nas diversas tradições. Na página seguinte intitulada de: *PREFÁCIO*, a autora esclarece quem foi Carlos Magno, fala sobre seus feitos e seus cavaleiros, nomeando-os. Na página seguinte, está o *ÍNDICE*, que veremos adiante:

	Nota	Página I
	Prefácio	III
Capítulo I	O anel mágico de Fastrada	3
Capítulo II	A história de Rolando	8
Capítulo III	Para um Rolando - Um Olivério	16
Capítulo I V	Ogier, o cavaleiro encantado	23
Capítulo V	A fidelidade de Ogier	29
Capítulo VI	Reinaldo e o Baiardo	38
Capítulo VII	Os príncipes do Catai	45
Capítulo VIII	A justa	52
Capítulo IX	Angélica e Reinaldo	63
Capítulo XI	O Sítio de Albraca	73
Capítulo XII	Os jardins de Falerina	89
Capítulo XIII	Rogério, do castelo encantado	99
Capítulo XIV	Rogério e Bradamante	105
Capítulo XV	A história de Mandricardo	113
Capítulo XVI	A gruta de Merlin	121
Capítulo XVII	A libertação de Rogério	127
Capítulo XVIII	A feiticeira	132
Capítulo XIX	A Orca	141
Capítulo XX	Astolfo liberta Rogério e Bradamante	150
Capítulo XXI	Rolando perde a razão	157
Capítulo XXII	Vai a Durindana parar às mãos de Gradasso	165
Capítulo XXIII	Astolfo chega à Abissínia	173

Capítulo XXIV	O ataque a Biserta	184
Capítulo XXV	Rolando recupera a razão	192
Capítulo XXVI	Rogério rei da Bulgária	200
Capítulo XXVII	A felonia de Ganelão	210
Capítulo XXVIII	A Batalha de Roncesvales	222
Capítulo XXIX	O Castigo de Ganelão	232
Capítulo XXX	A revolta de Ogier	238
Capítulo XXXI	A morte de Reinaldo	246
Capítulo XXXII	Huon de Bordeaux	255
Capítulo XXXIII	Huon no Oriente	268
Capítulo XXIV	A volta de Ogier	274

Trata-se de uma obra de literatura infanto-juvenil que narra as aventuras de bravos e fiéis guerreiros capazes de qualquer ato para protegerem seu rei e seu povo e essa talvez seja uma justificativa para que tenha constado da lista de livros doados aos sindicatos. A edição analisada foi a de 1967, mas, apesar de o exemplar que aparece na fotografia do livro de Gomes, Pessanha e Morel (2004) ter capa diferente da descrita, acreditamos que seja a mesma obra. Nossa crença se baseia no fato de a Editora Globo, segundo Ramos <sup>249</sup>, ter sido uma importante aliada de Getúlio Vargas. Prova disso é que, em janeiro de 1931, foi publicada uma edição especial comemorativa da *Revista do Globo* sobre a Revolução de

<sup>249</sup> Paula Ramos, “Sobre a capa: da província para o mundo – as capas da Revista do Globo (1929 - 1939)”.

In: <http://www.traca.com.br/revistadoglobo.cgi?tema=padrao&pag=GLOBOpaula&mod=inicial>, 06/09/2006, 21h41min.

1930. Trazia uma foto de Vargas na capa e tinha quatrocentos e oitenta e três páginas ilustradas e textos que saudavam o novo Governo. Podemos supor que a compra de uma grande quantidade de livros destinados à montagem de bibliotecas para doação poderia se tornar uma boa oportunidade para fortalecer alianças.

### 3.4.3. O cinema

É possível depreender que as iniciativas do SRO tinham uma forte perspectiva funcionalista. Apesar de haver a preocupação com o bem-estar do operário, a apresentação e a vivência das diferentes linguagens artísticas não eram norteadas por sua pura e simples fruição, mas, sim, por um objetivo subjacente, qual seja, o aumento da produção causado pela diminuição da fadiga e do índice de acidentes de trabalho. Além disso, poderia haver outro motivo para que fosse incluído o cinema no conjunto de atividades ofertadas, Duarte (1999) informa que o Decreto-Lei nº. 21.240, de 1932, determinava a exibição de documentários que exaltassem as realizações do Governo e mostrassem as festas e as comemorações cívicas propagandeando os atos oficiais.

Segundo Sússekind, o SRO possuía dois projetores e realizava exibições semanais nos Centros de Recreação e, quando solicitado, também nas sedes dos sindicatos. Nos subúrbios, eram feitas exibições nos cinemas de propriedade da empresa D.V. Caruso e Filhos, que cedia as instalações. Os filmes, em sua maioria, eram emprestados pela Coordenação de Assuntos Inter-Americanos e pela Prefeitura do Distrito Federal. O Serviço possuía uma filmoteca pequena, pois não havia verba suficiente para tal. No período abrangido pelo relatório, foram realizadas cento e doze (112) sessões de cinema no CR da Gávea; oitenta e quatro (84) no CR do Méier; vinte e sete (27) nos sindicatos e três nos subúrbios, tendo sido exibido um total de setecentos e doze (712) filmes. Não há notícias sobre o conteúdo dos filmes exibidos. Entretanto, se considerarmos as

informações publicadas no *Jornal do Brasil*<sup>250</sup>, poderemos ter alguma noção sobre o que o Regime julgava importante veicular.

A matéria se refere ao trabalho desenvolvido por Roquete-Pinto<sup>251</sup>, no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), criado em 1936 e ligado ao Ministério da Educação. O órgão se destinava a produzir filmes “educativos de documentação e pesquisas” e, segundo o articulista, nesse período, havia editado mais de “10.089 metros de filmes escolares e 10.917 metros de filmes educação popular”, além daqueles sobre “documentação científica, técnica e artística”. Roquete-Pinto declarara que esses filmes eram passados nas escolas de todo o Brasil e que o INCE possuía em arquivo, dentre outros, os seguintes filmes – “Pesquisas de Cardoso Fontes<sup>252</sup> sobre morfogênese das bactérias”; “de Vital Brasil<sup>253</sup> sobre ofidismo”; “de Evandro Chagas<sup>254</sup> sobre Leishmaniose americana”;

---

<sup>250</sup> *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1944, coluna situada no canto inferior esquerdo da página 5, com o título: “Cinema e rádio educativos”.

<sup>251</sup> Edgar Roquete-Pinto, nasceu no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1884, filho de Manuel Menelio Pinto e Josefina Roquette Carneiro de Mendonça. Médico, antropólogo e ensaísta, participou da expedição indianista do Marechal Rondon em 1912. Foi eleito para a Academia de Ciências e Academia Brasileira de Letras em 1927 e ocupou a Cadeira 17. Fundou a *Sociedade Rádio do Rio de Janeiro* em 1923, que depois passou a se chamar *Rádio Roquette-Pinto* e atualmente se chama *Rádio MEC*. É considerado o “Pai da Radiodifusão” no Brasil.

Ver: <http://paginas.terra.com.br/educacao/projetovip/0925.htm>, 09/03/2007, 14h32min.

<sup>252</sup> Antonio Cardoso Fontes (1879 – 1943) foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, entre 1934 e 1942, sucedendo a Carlos Chagas. Ver: [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br), 24/03/2007, 13h 50min.

<sup>253</sup> Vital Brasil nasceu em Campanha (MG), em 28 de abril de 1865, e faleceu em 8 de maio de 1950. Médico imunologista ficou internacionalmente conhecido por sua descoberta do soro antiofídico polivalente. Também foi o primeiro a desenvolver o soro contra picadas de escorpiões e de aranhas. Fundou o Instituto Butantan, centro de pesquisas localizado em São Paulo, primeiro no mundo a se dedicar exclusivamente à pesquisa básica e aplicada em toxicologia. [http://en.wikipedia.org/wiki/Vital\\_Brasil](http://en.wikipedia.org/wiki/Vital_Brasil), 31/03/2007, 20h56min.

<sup>254</sup> Evandro Serafim Lobo Chagas, filho mais velho de Carlos Chagas, nasceu no dia 10 de agosto de 1905 na cidade do Rio de Janeiro. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1926, foi contratado para o Serviço de Radiologia e Eletrocardiografia do Hospital Oswaldo Cruz. Foi professor livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, além dos trabalhos sobre as alterações cardíacas provocadas pelo *Trypanosoma cruzi*, desenvolveu estudos sobre a febre amarela, a malária, a ancilostomose e a *leishmaniose visceral americana*. Faleceu, em 8 de novembro de 1940, aos trinta e cinco anos, vítima de acidente aéreo no Rio de Janeiro. Ver: <http://www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/evandro.html>, 24/03/07, 13h:45min

“de Miguel Osório<sup>255</sup> sobre fisiologia nervosa”; “de Carlos Chagas Filho<sup>256</sup> sobre o peixe elétrico e sobre a cultura de tecidos *in vitro*” e “de Mauricio Gudin<sup>257</sup> sobre cirurgia asséptica”. Segundo a mesma fonte, o Instituto “pôs na tela também uma deliciosa fantasia de Machado de Assis, com vigoroso resumo de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Os músicos estão representados por Carlos Gomes<sup>258</sup>, Henrique Oswald<sup>259</sup>, Francisco Braga<sup>260</sup> e outros nomes de destaque”.

<sup>255</sup> Miguel Osório de Almeida, médico fisiologista, cientista, professor, autor de obra especializada e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, em setembro de 1890, e faleceu na mesma cidade em dezembro de 1953. Eleito em 5 de setembro de 1935 para a Cadeira n. 22, na sucessão de Medeiros e Albuquerque, foi recebido em 23 de novembro de 1935, pelo acadêmico Roquette-Pinto. Foi diretor do laboratório do Instituto Oswaldo Cruz, diretor do Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura, diretor-geral da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, professor e reitor da Universidade do Distrito Federal. Dentre suas obras podemos citar: *Homens e coisas de ciência* (1925), *A vulgarização do saber* (1931) e *Almas sem abrigo* (1933). Ver: <http://www.biblio.com.br/>, 24/03/2007, 12h:30min.

<sup>256</sup> Carlos Chagas Filho, médico, professor, cientista e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 12 de setembro de 1910. Eleito em 3 de janeiro de 1974 para a Cadeira n. 9, na sucessão de Marques Rebelo, foi recebido em 23 de abril de 1974, pelo acadêmico Francisco de Assis Barbosa. Foi diretor da Divisão de Pesquisas Biológicas do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), de 1951 a 1954, e presidente da Academia Brasileira de Ciências, de 1964 a 1966. Chefiou organismos internacionais de pesquisa, como o Centro Nuclear de Porto Rico; foi secretário-geral da Conferência sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, em 1962-63; e presidente do Comitê Científico para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, de 1966 a 1970, ambos da Organização das Nações Unidas. É membro titular ou correspondente de várias academias, entre as quais a Academia Brasileira de Ciências, Academia Pontifícia de Ciências, Academia das Ciências de Lisboa, Institut de France, American Academy of Arts and Sciences, American Philosophical Academy, Academia Nacional de Medicina da França, Academia Real da Bélgica, Academia de Ciências da Romênia e Academia Internacional de História das Ciências. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/carloschagasfilho.htm>, 31/03/2007, 21h08min.

<sup>257</sup> Mauricio Gudin nasceu no Rio de Janeiro em 1883 e faleceu na mesma cidade em 1959. Formou-se e lecionou na Faculdade Nacional de Medicina e foi Catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade Fluminense de Medicina. Atuou na I Guerra Mundial como coronel-médico do Exército Brasileiro, atuando no Hospital Franco-Brasileiro de Paris. Inventou um aparelho para extração de projéteis, o *localizador-guide*, que passaria a ter larga utilização em outros hospitais de sangue da Europa. Ver: <http://www.afm.org.br/cadeira31.htm>, 24/03/07, 13h:47min.

<sup>258</sup> Antônio Carlos Gomes nasceu em Campinas, em 11 de julho de 1836 e faleceu em Belém do Pará, em 16 de setembro de 1896. Considerado o mais importante operista brasileiro, com carreira de destaque principalmente na Europa. Foi o primeiro compositor brasileiro a ter suas obras apresentadas no Teatro Scalla de Milão. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Gomes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Gomes), 31/03/2004, 21h13min.

<sup>259</sup> Henrique Oswald foi um dos compositores mais importantes de sua geração. Nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1852. Em 1900 é nomeado pelo presidente Campos Sales chanceler do Brasil no Consulado do Havre. Em maio de 1903, Henrique é nomeado para o lugar de Diretor do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro pelo Barão do Rio Branco. Permaneceria neste cargo até 1906. Ver: <http://www.oswald.com.br/>, 31/03/2007, 21h23min.

O aspecto pedagógico não era esquecido e a matéria ainda relatava uma pesquisa realizada nos EUA, na qual eram comparados os métodos de educar pelo livro e pelo cinema, com grandes vantagens para este último. Segundo o articulista:

Para patentear a importância comparada da educação pública pelo livro e pelo cinema o Sr. Roquete citou o "test" feito nos Estados Unidos da América do Norte pelo professor *Seasholy*, de Cleveland, sobre milhões de almas. Segundo as observações citadas, para 39 fatos aprendidos no cinema, cada aluno ganhou em média 23 aprendidos nos livros. Com o livro cada fato aprendido custou um centavo; com o cinema cada centavo pagou a aprendizagem de quatro fatos... Pelo cinema o tempo necessário à aprendizagem foi 4 vezes menor do que o exigido pelo uso do livro. A experiência mostrou que no ensino os processos devem ser assim seriados, pela ordem decrescente de valor didático: 1 - Filme comentado pelo mestre; 2 - Filme sonoro; 3 - Lição oral; 4 - Livro texto. E como o livro é afinal, apesar de tudo, a mesma velha urna sempre solícita onde o pensamento das gerações repousa à espera de poder servir aos novos, os testes ainda provaram que os alunos acostumados ao ensino pelo cinema... São os que mais procuram os livros.

Como é possível observar, os chamados 'filmes educativos' referiam-se aos trabalhos desenvolvidos por renomados cientistas brasileiros. Essas vitórias intelectuais precisavam ser registradas e divulgadas e o cinema era um excelente veículo de aprendizagem, como mostrara a pesquisa norte-americana. O fato não passou despercebido pelos dirigentes do SRO, que também acreditavam no cinema como um instrumento de educação do trabalhador e de suas famílias.

---

<sup>260</sup> Francisco Braga nasceu no Largo da Glória (RJ), em 15 de abril de 1868. Maestro, compositor e professor. Em 1890, recebeu uma bolsa com duração de dois anos para completar e aperfeiçoar seus estudos musicais na Europa. Estabelecendo-se de novo no Rio de Janeiro, tornou-se professor de contraponto, fuga e composição do Instituto Nacional de Música. Compôs o Hino à Bandeira, em 1905, com versos de Olavo Bilac e faleceu em março de 1945, Ver: <http://www.bn.br/fbn/musica/fbraga/hinos.htm>, 31/03/2007, 21h31min

#### 3.4.4. "O teatro e o concurso de Romance e Comédia" – entre operários e artistas

O teatro do Serviço de Recreação Operária também se configurava em uma oportunidade para reafirmar valores caros ao Regime. Nesse sentido, os argumentos de Süsskind, bem como as atividades desenvolvidas apresentam semelhanças com as discussões empreendidas em dois artigos publicados na Revista *Cultura Política* e formam um conjunto no qual a figura central, como não poderia deixar de ser, é a de Getúlio Vargas. Além disso, todo o raciocínio encaminha o leitor à conclusão de que o teatro é um excelente instrumento de educação. A imagem de Vargas como chefe da nação preocupado com todos os aspectos da vida do povo brasileiro, inclusive os culturais, é exposta por Rosário Fusco<sup>261</sup> e por Júlio Pires<sup>262</sup>.

O primeiro, em artigo intitulado "A cultura e a vida", dedicou-se a comentar um trecho retirado de um discurso de Vargas, entretanto, não forneceu informações sobre o contexto no qual estas palavras estavam inseridas. Para o autor, o Presidente não desdenhava a cultura e, muito menos, depreciava a ilustração<sup>263</sup>, daí que lutava para que a cultura não permanecesse um privilégio. Fusco defendia a aquisição de um sentido estético para a vida, mas para isso não bastava o conhecimento das ciências, pois a chave para sua compreensão não estava presente nos tratados e nem nos manuais. Em sua opinião, era preciso elevar a condição humana de modo a tornar a existência mais digna pela melhoria conjunta do corpo e do espírito. Contudo, o reconhecimento desse postulado cristão não excluía o realismo da questão, pois era sabido que, se nem só de pão vivia o homem, também somente de espírito ele não poderia viver. De acordo com

---

<sup>261</sup> Escritor, poeta e crítico literário nascido em Minas Gerais. Artigo publicado na Revista *Cultura Política*, nº. 2, abril de 1941.

<sup>262</sup> Jornalista ligado ao teatro. Artigo publicado na Revista *Cultura Política*, nº. 5, julho de 1941.

<sup>263</sup> Termo utilizado no sentido atual de conhecimento e/ou erudição.



o autor, a apreço pela cultura e pela ilustração sempre foram estimulados por Vargas, desde que orientadas por sua utilidade social e destinadas ao proveito individual para o benefício de todos.

O artigo de Júlio Pires, intitulado “Getúlio Vargas e o teatro”, reforça a argumentação de Sússekkind para justificar as iniciativas do SRO relacionadas à implantação do teatro no rol das atividades oferecidas aos trabalhadores. Fazendo questão de reafirmar a presteza e a sabedoria de Vargas, que, em sua opinião, não se descuidou de teatro, dando-lhe todo apoio moral e material, Pires construiu seu texto de modo a comprovar essa assertiva. Traçou um panorama sobre o teatro no Brasil, desde o que considerou como sua fundação em 1565, até o Governo Vargas. Com relação a esse período, afirmou que, em 1936, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, havia nomeado uma comissão para buscar soluções para os problemas enfrentados pelo teatro no país. Os estudos desse grupo, composto por Múcio Leão<sup>264</sup>, Oduvaldo Vianna<sup>265</sup>, Francisco Mignone<sup>266</sup>,

---

<sup>264</sup> Múcio Carneiro Leão jornalista, poeta, contista, crítico, romancista, ensaísta e orador, nasceu em Recife, PE, em 17 de fevereiro de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de agosto de 1969. Eleito em 19 de setembro de 1935, para a Cadeira n. 20, na sucessão de Humberto de Campos. Em 1941, fundou, com Cassiano Ricardo e Ribeiro Couto, o matutino *A Manhã*, onde criou o suplemento literário *Autores e Livros*, que dirigiu desde então, e que se transformou numa vasta história da literatura brasileira (11 volumes de 1941 a 1950). Múcio Leão exerceu os seguintes cargos públicos ou comissões: oficial de gabinete do Ministro da Fazenda (1925); fiscal geral das Loterias (1926); agente fiscal do Imposto de Consumo (1926); presidente da Comissão do Teatro do Ministério da Educação (1939); professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Ver: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/mucioleao.htm>, 01/03/2007, 17h56min.

<sup>265</sup> Oduvaldo Vianna (São Paulo, SP, 1892 - Rio de Janeiro, RJ, 1972). Autor, diretor, produtor. Um dos autores de maior prestígio dos anos 1920 e 1930, dirigiu espetáculos e companhias. Ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=866&cd\\_idioma=28555](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=866&cd_idioma=28555), em 01/03/2007, 13h18min.

<sup>266</sup> Oscar Lorenzo Fernandez e Francisco Mignone nasceu em São Paulo em 3 de setembro de 1897, filho de pais italianos recém-chegados ao Brasil. A partir dos 13 anos, começou a apresentar-se como flautista e pianista em pequenas orquestras. Seus estudos acadêmicos em São Paulo foram continuados em Milão, para onde viajou em 1920. Retornou definitivamente ao Brasil em 1929, fixando-se a princípio em São Paulo e a partir de 1933, no Rio de Janeiro, sucedendo a Walter Burtel Marx na cátedra de Regência do então Instituto Nacional de Música. As décadas de 1930/40 vêem surgir algumas de suas mais representativas obras: a *Sinfonia do trabalho*, o *Maracatu do Chico-Rei*, *Festa das Igrejas*, *Leilão*. Especiais destaques têm suas inúmeras valsas para piano, que levaram seu amigo Manuel Bandeira a chamá-lo de “o rei da valsa”. Fundamental é sua obra vocal, das para canto e piano às para coro, com ou sem instrumentos, como o atestam suas seis *Missas* e *O oratório alegrias de Nossa Senhora*, com texto de Cecília Meireles. Compôs, ainda, várias obras para trios, quartetos e outros conjuntos

Sérgio Buarque de Hollanda<sup>267</sup>, Olavo de Barros, Benjamin Lima e Celso Kelly<sup>268</sup> serviram de apoio para a criação do Serviço Nacional do Teatro<sup>269</sup>.

Para o grupo, o teatro poderia ser um valioso instrumento educativo. Como suas finalidades eram a elevação e a edificação espiritual do povo, seus resultados eram visíveis na formação artística e na formação da personalidade. Por isso, deveria ser estimulada e orientada a criação de grupos amadores nas escolas, nas fábricas e em outros centros de trabalho, nos clubes e em outras associações.

O Serviço de Recreação Operária criou o Teatro do Trabalhador Brasileiro, que se apresentava para os trabalhadores, cujos componentes eram selecionados e ensaiados pelo SRO. No relatório, não há informações sobre quem dirigia, produzia, ensaiava e selecionava peças e atores e quais eram os critérios utilizados para tais ações, entretanto, em Gomes, Pessanha e Morel (2004), Sússekind fornece dois esclarecimentos. Afirma que as atividades teatrais eram coordenadas por Jerusa Camões<sup>270</sup>, amiga de Paschoal Carlos Magno<sup>271</sup> e que as

---

instrumentais variados. Ver: [http://www.vivabrazil.com/francisco\\_mignone.htm](http://www.vivabrazil.com/francisco_mignone.htm), 01/03/2007, 18h06min.

<sup>267</sup> Sérgio Buarque de Hollanda nasceu em São Paulo a 11 de julho de 1902. Em 1921, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Participou do movimento Modernista de 22, tendo sido nomeado por Mário e Oswald de Andrade representante da revista *Klaxon* no Rio de Janeiro. Viajou para a Europa, em 1929, como correspondente dos Diários Associados e fixou residência em Berlim, onde entrou em contato com a obra de Max Weber e assistiu aos seminários de Friedrich Meinecke. Em 1936, lançou seu livro *Raízes do Brasil*, considerado por muitos, um dos livros mais importantes já produzidos no Brasil. Em 1969, requereu sua aposentaria do cargo de catedrático da USP em solidariedade aos colegas afastados de suas funções pelo AI-5. Recebeu o prêmio Governador do Estado, em 1967, na seção de literatura. Em 1979, recebeu, como o intelectual do ano, o prêmio *Juca Pato*. Foi membro-fundador do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Morreu em São Paulo, a 24 de abril de 1982. Entre suas obras mais famosas estão: *Raízes do Brasil* (1936), *Cobra de vidro* (1944), *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959). Ver: <http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm>, 03/07/2006, 18h13min.

<sup>268</sup> Celso Kelly foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa entre 1964-1966 e diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação em 1966. Ver: [www.abi.com.br](http://www.abi.com.br), 15/03/2007, 14h45min

<sup>269</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 92, de 21/12/37. Ver: [academica.extralibris.info/bibliotecas/para\\_onde\\_vao\\_as\\_bibliotecas\\_p.html](http://academica.extralibris.info/bibliotecas/para_onde_vao_as_bibliotecas_p.html), 31/03/2007.

<sup>270</sup> Jerusa Camões, atriz e diretora teatral, fez parte do Teatro Universitário, que integrou o movimento de teatro estudantil e amador nos anos 1940. Escreveu: CAMÕES, Jerusa. O Teatro Universitário. *Dionysos*. Rio de Janeiro, n. 23, 1978. Ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=cias\\_biografia&cd\\_verbete=654](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=654), 15/03/2007, 14h51min.

peças eram encenadas gratuitamente, sempre às segundas-feiras, no teatro Ginástico.

A perspectiva funcionalista permeava as iniciativas relativas ao teatro, visto como um instrumento de recreio e educação. Nas palavras de Sússekind: “o teatro é uma arte eminentemente popular e que o palco é uma tribuna que diverte e semeia, a um só tempo, fecundos conceitos e lições necessários à compreensão dos mais variados problemas sociais” (fls. 18).

O Teatro do Trabalhador Brasileiro apresentou-se, até 31 de dezembro de 1945, nos seguintes locais, em um total de doze apresentações:

<b>Local</b>	<b>Número de apresentações</b>
Teatro Ginástico	3
Teatro Fênix	2
Cinema de Ramos	2
Cinema da Penha	1
Fábrica de Bangú	2
Sindicato dos Alfaiates	1
Penha Clube – cedido ao Sind. Trab. Ind. Curtimento de Couro do Rio de Janeiro	1

---

<sup>271</sup> Paschoal Carlos Magno nasceu no Rio de Janeiro em 1906. Animador, produtor, crítico, autor e diretor teatral. É considerado personalidade fundamental na dinamização e renovação da cena brasileira. Fundou o Teatro do Estudante do Brasil e o Teatro Duse. Nomeado Secretário Geral do Conselho Nacional de Cultura, em 1962, realizou a Caravana da Cultura, reunindo 256 jovens artistas que percorrem os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, apresentando espetáculos de teatro, dança e música e realizando exposições de artes plásticas e distribuição de livros e discos. Em 1970, realizou iniciativa semelhante denominada *a Barca de Cultura*, que desceu pelo Rio São Francisco de Pirapora a Juazeiro. Faleceu em 1980. Ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=823](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=823), 15/03/2007, 15h21min.

Os artistas pertenciam às seguintes categorias: comerciários – 7; barbeiros – 2; alfaiates – 2 (sendo que um é proprietário de alfaiataria); linotipista – 1; motorista – 1; industriário – 1; costureira – 1; doméstica – 1.

É interessante observar que dessa relação os que poderiam ter o horário de trabalho mais pesado, com poucas possibilidades de manipulá-lo, são os industriários e os comerciários. Os demais de algum modo têm maior chance de ser donos de seu tempo de trabalho o que pode nos levar a refletir sobre quem realmente tinha oportunidade de participar de atividades desse tipo e sobre a maneira pela qual ela se organizava em termos de horários.

Em 1942, o Ministério do Trabalho havia instituído um concurso de Romance e Comédia que, segundo Marcondes Filho, despertara muito interesse. Na categoria romance, venceu o texto: *Pedro maneta*, de autoria de Paulo Lício Rizzo. Quanto à peça, chamou-se: *Julho, 10!*, e as autoras foram: Maria Luísa Castelo Branco e Leda Maria de Albuquerque. A abertura de concursos não era uma prática incomum, principalmente na área da cultura. Em 1941, por exemplo, o *Semanário Dom Casmurro* havia aberto um concurso de teatro em combinação com as empresas teatrais de Procópio Ferreira e de Dulcina – Odilon. O objetivo era estimular o aparecimento de novos autores e fomentar a produção teatral brasileira<sup>272</sup>.

Em 1944, o SRO promoveu um concurso de Romance e Comédia<sup>273</sup> com o objetivo explícito de ampliar a participação da população escolarizada no esforço de educação dos trabalhadores. As inscrições estavam abertas a todos os escritores nacionais, que, desse modo, “foram convidados a colaborar diretamente na reforma espiritual do Brasil, no sentido de trazer às nossas classes trabalhadoras a sua mensagem de luz e de beleza”<sup>274</sup>. A Portaria estabeleceu que seriam selecionados romances, inclusive biografias romanceadas, e peças de teatro inéditas que tratassem de temas que acentuassem as “qualidades do trabalhador brasileiro, a sua ação e suas possibilidades dentro da realidade

<sup>272</sup> Revista *Cultura Política*, nº. 8, outubro de 1941.

<sup>273</sup> Instituído pela Portaria nº. 1, de 15 de janeiro de 1944, publicada no *Diário Oficial* de 19 de janeiro de 1944. Publicada no *BMTIC*, nº. 114, fevereiro de 1944, p. 62.

<sup>274</sup> *BMTIC*, nº. 114, fevereiro de 1944, p. 62.

nacional” <sup>275</sup>. A linguagem deveria ser de fácil compreensão, sem deixar de ser correta e apurada, e os temas deveriam ser construtivos e de valorização das virtudes humanas.

Os autores que participaram do concurso de 1942 poderiam se inscrever, em ambos os gêneros, desde que com trabalhos inéditos. Deveriam ser apresentados, sob pseudônimo, quatro exemplares datilografados de cada obra e encaminhados ao secretário do concurso, com carta declarando a que prêmio estaria concorrendo. Em outro envelope fechado, identificado pelo pseudônimo, deveria ser encaminhado o nome verdadeiro do autor. O certame ficou aberto de quinze de janeiro a quinze de junho e os resultados estavam previstos para serem divulgados três meses após seu encerramento. Os prêmios deveriam ser entregues até o final de 1944. As obras vencedoras seriam publicadas em edição popular, em um só volume, e seriam distribuídas aos trabalhadores nacionais. A peça de teatro seria representada, se possível, às vésperas do Natal de 1944, a critério do MTIC.

A Portaria determinou ainda que, para cada modalidade do concurso, haveria seis prêmios: o primeiro seria de vinte mil cruzeiros; os dois segundos de cinco mil cruzeiros e os três terceiros de dois mil cruzeiros. Na categoria Romance, o primeiro prêmio designou-se “Getúlio Vargas”, os dois segundos “Lindolfo Collor e Salgado Filho” e os terceiros “Instituto dos Bancários, Instituto dos Comerciários e Instituto da Estiva”. Na categoria Teatro, o primeiro prêmio seria designado “Darci Vargas”, os segundos “Agamenon Magalhães e Valdemar Falcão” e os terceiros “Instituto dos Industriários, Instituto dos Marítimos e Instituto de Transportes e Cargas”.

Por intermédio da Portaria<sup>276</sup> que dispôs sobre o funcionamento da comissão julgadora do Concurso de Romance e Comédia, obtivemos informações sobre os componentes das comissões julgadoras e sobre quais foram os trabalhos inscritos em ambas as categorias. A comissão da categoria Romance foi

---

<sup>275</sup> *idem*.

<sup>276</sup> Portaria nº. 42, de 31 de julho de 1944, publicada no *Diário Oficial* de 7 de agosto de 1944. Publicada no *BMTIC* nº. 114, de fevereiro de 1944, p. 62.

composta por André Carrazoni<sup>277</sup>, Dinah Silveira de Queiroz<sup>278</sup>, Elói Pontes<sup>279</sup>, Genolino Amado<sup>280</sup>, Noveli Junior<sup>281</sup> e Roberto Lira. A da categoria Teatro foi integrada por Geisa Boscoli, Israel Souto, Joraci Camargo<sup>282</sup>, Luiz Peixoto<sup>283</sup>, Maria Jacinta de Campos<sup>284</sup> e Santa Rosa<sup>285</sup>. É possível observar que os selecionados para compor ambas

<sup>277</sup> André Gonçalves Carrazoni, nasceu em 15 de outubro de 1896, em Santana do Livramento (RS). Jornalista, novelista, poeta, biógrafo e secretário de Getúlio Vargas, autor de uma de suas biografias. In: <http://www.usinadeletras.com.br>. Ver também: Alvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto. In: [www.mp.rs.gov.br/areas/memorial/anexos\\_noticias/gvargas\\_promotor.pdf](http://www.mp.rs.gov.br/areas/memorial/anexos_noticias/gvargas_promotor.pdf). 04/10/2006, 24h27min.

<sup>278</sup> Dinah Silveira de Queiroz Romancista, contista e cronista, nasceu em São Paulo (SP), em 9 de novembro de 1911, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 27 de novembro de 1982. Segunda mulher a ser eleita membro da Academia Brasileira de Letras. Ver <http://www.academia.org.br/>. 04/10/2006. 24h54 min.

<sup>279</sup> Elói Pontes. Jornalista que, a partir dos anos de 1930, publicou várias biografias literárias de títulos bem chamativos: *A vida inquieta de Raul Pompéia* (1935), *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), *A vida contraditória de Machado de Assis* (1939), *A vida exuberante de Olavo Bilac* (1944). Ver: [www.iea.usp.br/iea/revista/coletaneas/historia/galvaorev55.html](http://www.iea.usp.br/iea/revista/coletaneas/historia/galvaorev55.html), 04/10/2006, 01h00min

<sup>280</sup> Genolino Amado. Escritor, teatrólogo, jornalista, professor, radialista, considerado um dos grandes cronistas brasileiros, nasceu em Itaporanga (SE) em 3 de agosto de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 4 de março de 1989. Primo de Jorge Amado e irmão de Gilberto Amado, de 1934 até quase o final da década de 1950 produziu diariamente a “Crônica da Cidade Maravilhosa”, lida todas as manhãs por César Ladeira, da Rádio Mayrink Veiga. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Ver: <http://www.academia.org.br/>, 04/10/2006, 8h56min.

<sup>281</sup> Luís Gonzaga Novelli Júnior, nasceu em Itu (SP), em 22 de janeiro de 1906. Médico, advogado e professor, foi Deputado Constituinte em 1946, pelo Partido Social Democrático. Após a Constituinte de 1946, foi secretário de Educação e Saúde de São Paulo, na gestão do governador eleito Ademar de Barros, afastando-se do cargo logo após a posse em razão de divergências com o governador (1947); em seguida, elegeu-se vice-governador de São Paulo pelo PSD (1947). Ver: [www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/QFQ.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/QFQ.pdf), em 04/10/2006, 9h40min.

<sup>282</sup> Joracy Schafflor Camargo. Jornalista, cronista, professor e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 18 de outubro de 1898, e faleceu na mesma cidade em 11 de março de 1973. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Ver: <http://www.academia.org.br/>, 04/10/2006., 8h56min.

<sup>283</sup> Luiz Carlos Peixoto de Castro, nasceu em Niterói (RJ), no dia 2 de fevereiro de 1889, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 14 de novembro de 1973. Foi letrista, teatrólogo, poeta, pintor, caricaturista e escultor. Teve várias atividades paralelas ao teatro, trabalhando em jornais e revistas, como redator e caricaturista. Ver: [http://www.releituras.com/luizpeixoto\\_menu.asp](http://www.releituras.com/luizpeixoto_menu.asp), 04/10/2006, 19h30min

<sup>284</sup> Maria Jacintha Trovão da Costa Campos, nasceu em Cantagalo (RJ) em 1906, e faleceu em Niterói (RJ), em 1994. Autora, crítica, ensaísta, tradutora e diretora. Artista que participou do período de modernização do teatro, trabalhando no Teatro do Estudante do Brasil e fundadora do Teatro de Arte do Rio de Janeiro e do Teatro Fluminense de Arte. Sua tradução de *As três irmãs*, de Anton Tchekhov, em 1953, ganhou a medalha do Serviço Nacional de Teatro, SNT. Ver: [http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidad\\_es\\_biografia&cd\\_verbete=798](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidad_es_biografia&cd_verbete=798), 04/10/2006, 19h22min.

<sup>285</sup> Tomás Santa Rosa nasceu em João Pessoa (PB), em 1909 e faleceu em Nova Délhi (Índia), em 1956. Cenógrafo. Integrante fundador das companhias Os Comediantes e Teatro Experimental do Negro, é o primeiro cenógrafo moderno brasileiro. Fez a cenografia de *Vestido de noiva*, de Nelson

as comissões eram pessoas ligadas às artes, o que dá indicações de que a diretoria do SRO tinha a intenção de marcar o certame pela seriedade e pela credibilidade. Foram os seguintes os trabalhos inscritos:

a) Romance: *Formação de uma personalidade*, de Sérgio Arista; *A fábrica Brasil*, de Brasil e Castro; *Restauração*, de Honório de Sales; *Depois do almoço*, de Otoris; *Libertação*, de João Cortês; *Trabalho, amor, felicidade*, de Hugo Aurélio; *Segredo do meu barraco*, de G. Daloti; *João Alfredo*, de Presbítero; *Onde verdejam os canaviais*, de Araken Abaeté; *A vida não tem legendas*, de Zeferina Guabiraba; *Fundição*, de Samambaia; *Redenção*, de Jukamaj; *A última surpresa*, de Zepim; *O direito de viver...*, de Loredana Damasceno; *...e o ideal continua!*, de Flávio Ramiro; *A cigarra morreu*, de Nicodemus; *No bom caminho*, de Ocefe; *Helena e o touro*, de Scottless; *Romance que a vida escreve*, de Brasileirinha de Antanho; *Soberania*, de Arnolfo Fernando; *A caminho de uma vida...*, de Jaci Osório; *Juvêncio*, de Dalakina; *Plínio e Geni*, de Pedro Ziegler; *Pão, terra e liberdade*, de Monforte; *Quando desperta o coração*, de Lisarb.

b) Teatro: *Clarinda*, de Fausto Cardoso; *Jangadeiros*, de Araken Tabajara; *Vila humilde*, de Oto Pedro; *A que soube esperar*, de Baependi; *A proteção da lei*, de Altamirando Luiz; *O monge de Ipanema*, de Aéfegé; *Pai*, de Erasto; *O incrível P. de Barro*, de Valdo; *Redenção*, de Fernão de Magalhães; *Melhor é amar que ser amado*, de Petronius; *Soldado da Retaguarda*, de Tupi e Guarani; *Nosso Brasil, nosso futuro*, de Máximo Jubilus; *A casa é sua*, de Maria Arreliada; *Varinha de condão*, de Fabrucus; *Caminho para a vitória*, de Ceres; *Vidas singelas*, de Ma-Lou; *O largo dos vadios*, de Tabajara; *Eu também fui um operário*, de Raldace; *Forja*, de Bob Nelson; *Certa vez, um vagabundo...*, de Labor; *Quem ri por último*, de IBM Batouta; *Trabalho, caminho da felicidade*, de Alexandre Kipnis; *A cruz escarlate*, de Tono Favo; *Quem manda na casa*, de Edna; *Brinde ao futuro*, de

---

Rodrigues, 1943, espetáculo que marcou o surgimento do teatro brasileiro moderno na década de 40. Ver:

[http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=854&lst\\_palavras=&cd\\_idioma=28555](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=854&lst_palavras=&cd_idioma=28555), 04/10/2006, 19h31min.

Bayard; *Ronda proletária*, de Anhanguera; *Geração que surge*, de Ata; *Ediberto fraga*, de F. Gênio; *Havemos de amanhecer*, de Andrade e Silva.

É interessante observar que os títulos dados às obras e alguns dos pseudônimos adotados já remetem o leitor ao universo bastante específico dos valores que se desejava transmitir. Relacionam-se a uma vida simples, de trabalho, de valorização da família e do esforço, ao mesmo tempo em que condenam a ociosidade. Não encontramos informações sobre o vencedor do concurso na categoria Teatro, todavia, na categoria Romance, o vencedor foi Leão Machado<sup>286</sup>, advogado e membro da Academia Paulista de Letras, que, sob o pseudônimo “Samambaia”, escreveu a obra intitulada *Fundição*.

A Portaria nº. 42 também determinou que cada uma das comissões fosse dividida em duas subcomissões que avaliariam os trabalhos com notas de zero a dez. Os que ficassem com notas acima de seis em cada subcomissão seriam examinados pela outra e a decisão final seria estabelecida pela comissão originalmente constituída em reunião plenária. Ao fim do julgamento, as obras classificadas em primeiro lugar seriam publicadas em um só volume e distribuídas aos trabalhadores através dos respectivos sindicatos. A peça seria encenada, se possível, antes do Natal de 1944, sendo que os critérios deveriam ser estabelecidos pelo MTIC, contudo não encontramos informações acerca dessas apresentações teatrais. Com relação ao romance vencedor, descobrimos um exemplar no acervo da biblioteca do Ministério da Justiça, editado pela Imprensa Nacional, em 1944 e, ao contrário do que determinava a Portaria, é composto apenas pelo romance *Fundição*.

---

<sup>286</sup> Leão de Salles Machado nasceu em Itápolis (SP), em 06 de maio de 1904, e ocupou a cadeira de número 38 da Academia Paulista de Letras. Publicou inúmeras obras, dentre elas: *Espigão da samambaia*, romance premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1937 e editada pela Livraria Martins, de São Paulo; *Uma revolução em marcha*, publicado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1942; *Cecília*, livro de contos, publicado pela Editora Simão, Lucchesi e Del Picchia, em 1935; *Iperoig*, romance premiado pela Academia Paulista de Letras, em 1947, e publicado pela Editora Clássico Científica, s/d; *Tempo, gente e ação*, livro de memórias, publicado em 1971. Ver:

[http://www.academiapaulistadeletras.org.br/pg\\_ant\\_academicos.htm](http://www.academiapaulistadeletras.org.br/pg_ant_academicos.htm), 04/10/2006, 16h58min



O exemplar que integra o acervo da biblioteca do Supremo Tribunal Federal foi editado pela Imprensa Nacional, possui 18cm de altura e 11cm de largura e 256 páginas (gravuras abaixo). Uma nota na página três informa que:

A singeleza da análise psicológica e a simplicidade da linguagem são propositais neste livro, pois, nos termos do item 2 da Portaria Ministerial que instituiu o concurso, o romance deve ser “ser escrito em linguagem simples e acessível aos meios proletários.



Capa:

*Fundição.*

“Obra premiada pelo  
Ministério do Trabalho,  
Indústria e Comércio”.

Acervo Biblioteca Nacional



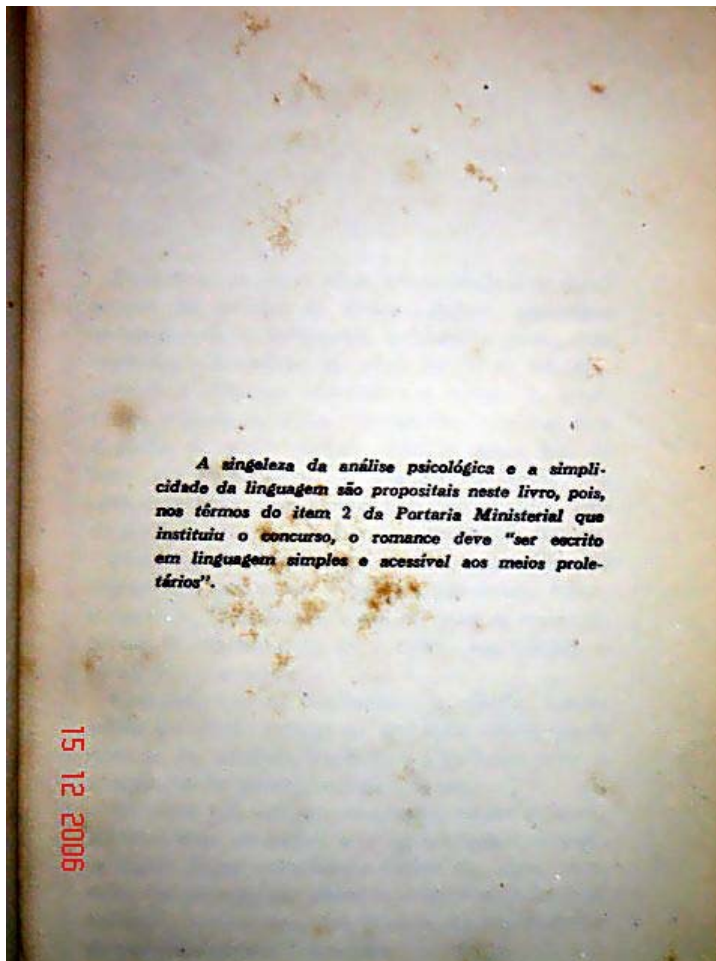
### *Fundição*

"A presente obra obteve o primeiro lugar, no corrente ano – Prêmio Getúlio Vargas – no Concurso de Romance e Comédia instituído pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em homenagem ao trabalhador brasileiro, pela portaria S.C. 794, de 12 de fevereiro de 1942".

Acervo Biblioteca Nacional

Nesse romance, os personagens foram construídos com base em modelos psicológicos consagrados. A história se passa em um bairro operário de São Paulo e gira em torno da vida de Francisco, jovem que trabalha em uma fundição com o tio Vicente, irmão de seu pai Bernardo. Francisco e seu pai moram de favor em casa de Vicente, que é casado há trinta anos com Margarida e não tem filhos.

Francisco é bom empregado, bom filho e cuida com desvelo do pai, velho e doente. Namora a operária Teresinha, loura, bonita e ambiciosa filha do motorneiro do bonde do subúrbio e irmã de um outro jovem que também trabalha na fundição e brilha nos campos de futebol.



#### *Fundição.*

"A singeleza da análise psicológica e a simplicidade da linguagem são propositais neste livro, pois, nos termos do item 2 da Portaria Ministerial que instituiu o concurso, o romance deve *ser escrito em linguagem simples e acessível aos meios proletários*". Acervo Biblioteca Nacional

Ao lado da casa de Vicente, vive uma família cuja filha Cristina é operária, prendada, educada, tranqüila e generosa. Apaixonada por Francisco, mantém seu amor em segredo.

Vicente é um trabalhador hábil e respeitado que inventa, aperfeiçoa peças e não se desliga da fundição nem mesmo em seu período de férias, que, por sinal, reluta em tirar. A satisfação em ter seu esforço reconhecido pelos chefes e engenheiros da firma é sua recompensa, mais do que qualquer gratificação ou aumento de salário. Francisco vive com grandes dificuldades, pois seu pai, após ter trabalhado por toda a vida, não tem como se sustentar e depende do filho, que, mesmo ganhando pouco, dedica-lhe toda atenção e carinho. O romance se desenrola mostrando a luta dos operários para se manterem sem apoio ou proteção do Governo, isto é, sem aposentadorias, seguros contra acidentes de trabalho, pensões e demais componentes do direito social.

Em paralelo à ação na fábrica, há os anúncios de que os tempos irão mudar com Vargas no poder. Francisco, quando sai para passear no centro da cidade com a namorada Teresinha, sempre interrompe a caminhada para ouvir um homem calvo, de óculos, que, do alto de um caixote, fala ao povo sobre as medidas que Vargas vem adotando para a proteção e o amparo do trabalhador. Obviamente que tais mensagens encham o jovem operário de confiança e de esperança que melhores dias virão.

A história tem momentos de tensão, traições, assassinato de mulher bonita e dadivosa por marido ciumento, acidente de trabalho, patrões compreensivos e generosos, operários estrangeiros, jardins de infância para filhos de trabalhador, falecimentos de empregados doentes e desamparados. E, para completar, Leão Machado ainda a tempera com toques de sensualidade, como podemos observar, por exemplo, quando descreve Teresinha, a namorada de Francisco:

Era loura, de um louro quente; tinha o rosto oval e claro, os olhos azuis e os lábios pintados. Os seios redondos, tremiam perturbadoramente dentro da blusa. Os quadris cheios, ondulavam graciosamente ao andar. E as pernas, sem meias, eram brancas, roliças e bem torneadas, terminando em pés alvos,

calçados em um par de sapatos abertos, com correias azuis (MACHADO, 1944, p. 32).

A trajetória dessa personagem é exemplo do que poderia acontecer com moças pobres, bonitas, ambiciosas e inconformadas com sua condição de operárias. Seu intenso desejo de ascender socialmente a leva a abandonar a fábrica, sair do subúrbio e empregar-se em uma loja de departamentos, porta aberta para a sonhada liberdade que a conduz à prostituição. Seu irmão, igualmente ambicioso e inconformado, abandona a fábrica para se aventurar no futebol. Seu pai desolado comenta:

Com o rapaz, foi a mesma coisa. Êle ia indo tão bem na Fundição! [...] Entretanto, êsses vagabundos do futebol o tiraram de lá... Eu compreendo que o futebol é mais bonito e atraente do que trabalhar numa oficina, sujo de pó de ferro, de carvão e de graxa. Mas jogar futebol é então meio de vida? E quando êle estiver velho e cansado, que não possa mais correr atrás de bolas? [...] O operário hoje tem garantias. O Instituto de Aposentadoria lhe paga uma pensão quando não puder mais trabalhar. E o futebol? (MACHADO, 1944, p. 228).

A opinião do pai do personagem ao lamentar a atitude do filho é significativa, pois apresenta os preconceitos sofridos pelos jogadores na época<sup>287</sup>, indica que o esporte era visto como coisa de desocupados e, como não era considerado profissão, estava fora do alcance das medidas de proteção e de amparo empreendidas por Vargas. O comentário também se aproxima das

---

<sup>287</sup> Sobre esta temática, ver: PRONI, 1996; JESUS, 1998; RIBEIRO, 2000; SOARES, 1996 e SOARES, 1998.

opiniões veiculadas em artigos redigidos por Otto Prazeres<sup>288</sup> e Hélio Silva<sup>289</sup> e publicados no *Jornal do Brasil*<sup>290</sup> sobre o futebol e outras práticas desportivas

De maneira presumível, Francisco descobre o verdadeiro amor nos braços da meiga e conformada operária Cristina e passa a viver em um mundo melhor e mais seguro, evidentemente, com Getúlio Vargas como Chefe da Nação.

#### 3.4.5. A música e a *Canção do Trabalhador Brasileiro*

As atividades ligadas à música eram desenvolvidas pela Seção de Música e Discoteca do SRO e, para seus responsáveis, a música produzia efeitos benéficos ao organismo do trabalhador, mormente ao sistema nervoso. Em vista disso, quando utilizada em locais de trabalho, auxiliava no combate à fadiga e, em consequência, elevava o nível da produção.

Com esses benefícios no horizonte, o SRO tomou três medidas principais, que foram: a) a criação dos coros orfeônicos formados por trabalhadores e seus dependentes; b) a doação para os sindicatos de várias discotecas compostas por diferentes gêneros musicais; c) a promoção do concurso para a escolha da *Canção do Trabalhador Brasileiro*<sup>291</sup>.

A criação de coros orfeônicos estaria relacionada ao trabalho que vinha sendo desenvolvido por Villa-Lobos<sup>292</sup> e outros músicos (SCHWARTZMAN, 2000),

<sup>288</sup> Secretário-membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Ministério da Justiça e colaborador da revista *Cultura Política*.

<sup>289</sup> Historiador e colaborador da revista *Cultura Política*.

<sup>290</sup> Ver em Brêtas (2006) a análise dos artigos de autoria de Otto Prazeres: 1) "A degradação dos esportivos", publicado em 20 de setembro de 1944; 2) "Educação esportiva", publicado em 23 de setembro de 1944; 3) "A culpa é do football?", publicado em 27 de setembro de 1944; 4) "O football e a educação física", publicado em 13 de outubro de 1944; 5) "Educação física e boas maneiras", publicado em 24 de outubro de 1944. De autoria de Hélio Silva: "Falemos de foot-ball", publicado em 28 de setembro de 1944.

<sup>291</sup> Instituído pela Portaria nº. 15, de 22 de março de 1944, publicada em *Diário Oficial* de 24 de março de 1944, com retificações a 31 do mesmo mês. Publicada no *BMTIC*, nº. 116, abril de 1944, p. 113.

<sup>292</sup> Heitor Villa-Lobos nasceu no Rio de Janeiro em 5 de março de 1887 e faleceu em 17 de novembro de 1959, no Rio de Janeiro. Filho de um modesto funcionário público, letrado e melômano, que tocava violoncelo. Fundou em 1945 a Academia Brasileira de Música, da qual é nomeado presidente. Em 1937, é feito membro honorário da Academia de Sta. Cecília de Roma, é

para os quais, a música, juntamente com o rádio e o cinema, era partícipe do esforço de educar e mobilizar a população. O canto orfeônico seria o canto coral popular que poderia ser utilizado como meio para desenvolver a educação musical, os sentidos cívicos, a disciplina social e a devoção à pátria. Em meio a inúmeras tentativas de divulgação e de ensino da música, foi criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, subordinado ao Departamento Nacional de Educação, para funcionar junto à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Seus objetivos seriam pesquisar obras patrióticas que houvessem sido perdidas no passado, recolher expressões consideradas legítimas de cantos populares e realizar a gravação de discos de canto orfeônico dos hinos da nação, a fim de que fossem corretamente cantados em todo o país (SCHWARTZMAN, *op. cit.*).

Ao que parece, Süssekind não esteve alheio a tais iniciativas e, apesar de não tecer extensos comentários sobre a temática em seu Relatório, apresentou uma tabela com as seguintes informações:

Coros orfeônicos organizados	2
Cantores ensaiados para o coro misto	147
Cantores selecionados para o coro misto	88
Integrantes do sexo feminino	35
Integrantes do sexo masculino	53
Cantores do Sind. Trab. Empr. Telefônicas	19
Cantores do Sind. Trab. Ind. Lavandaria e Tinturaria do	5

---

homenageado na Colômbia e na Argentina e, em 1943, recebe em o título de *Doutor Honoris Causa* em Musica pela Universidade de Los Angeles. Em 1948, sua ópera *Malazarte* estréia nos Estados Unidos e, em 1954, visita Israel, a convite do governo do país. Ver: <http://www.luteranos.com.br/101/coral/artigos7.htm>, 09/03/2007, 13h34min.

Vestuário	
Cantores Sind. Trab. Ind. Const. Civil	4
Cantores do Sind. Trab. Emp. Energia Elétrica e Produção de Gás	4
Cantores do Sind. Oficiais Alfaiates	3
Cantores de outros sindicatos ou não sindicalizados	53
Menores integrantes do coro infantil	112
Exibição dos coros	11
Seleção de solistas vocais	12
Seleção de solistas instrumentais	40
Seleção de conjuntos regionais	3
Doações de partituras da Canção do Trabalhador Brasileiro	2023
Doações de discotecas a sindicatos	32
Total de discotecas doadas	800

Não há dados acerca de como se deu o processo de organização dos coros, sobre os ensaios, a seleção de artistas e as exibições. Entretanto, podemos fazer cinco observações sobre a tabela: a) há mais homens do que mulheres participando como integrantes do coro; b) aparecem novamente os Sindicatos dos Trabalhadores na Construção Civil, nas Empresas Telefônicas e dos Oficiais Alfaiates; c) foi permitida a participação de cantores não sindicalizados; d) o coro infantil conta com um número expressivo de crianças; e) foram doadas 2.023



partituras da *Canção do Trabalhador Brasileiro*, embora não seja possível precisar os sindicatos que as receberam<sup>293</sup>.

De acordo com Sússekind, algumas das justificativas para o trabalho desenvolvido com música junto aos operários baseavam-se em experiências realizadas nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Rússia. Entretanto, houve contribuições por parte da intelectualidade nacional, como podemos ver a seguir.

Em um artigo publicado na revista *Cultura Política*<sup>294</sup>, na coluna sobre o rádio, assinada por Martins Castelo<sup>295</sup>, encontramos elementos que reforçam a legitimidade da utilização da música no conjunto de linguagens que compõem o acervo oferecido aos operários pelo SRO. Em seu texto, o autor discutiu a importância e o valor educativo da música e das transmissões radiofônicas. Afirmou que a música atuaria “sobre os cinco sentidos do indivíduo, indo além de sua sensibilidade auditiva” (p. 362). Também poderia alterar a pressão arterial, agindo como um estimulante ou como um sedativo, assim teria condições de afastar o tédio, o cansaço, o mau humor e as idéias tristes. O autor relatou alguns casos acontecidos nos Estados Unidos, nos quais pessoas foram curadas de depressão ouvindo certos tipos de música durante um determinado período de tempo.

Por acreditar nisso, Castelo participou da organização, junto à Prefeitura do Distrito Federal, de uma discoteca composta de 100 “records” (p. 363). Foram selecionadas músicas de caráter cívico, como *Meu Brasil*, de autoria de Alberto Ribeiro<sup>296</sup> e Ernani da Silva; músicas destinadas à “educação rítmica”, como *O*

<sup>293</sup> A partitura do hino compõe o acervo do Museu da Imagem e do Som na cidade do Rio de Janeiro e uma cópia encontra-se anexada a esta tese.

<sup>294</sup> Revista *Cultura Política*, nº. 7, setembro de 1941.

<sup>295</sup> Martins Castelo. Jornalista e crítico de rádio.

<sup>296</sup> Alberto Ribeiro da Vinha. Cantor e compositor, nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1902, no bairro da Cidade Nova, onde iniciou sua carreira fazendo músicas para o bloco carnavalesco Só de Tanga, do qual participava. Sua primeira composição editada foi o samba *Água de coco* (com Antônio Vertulo), em 1923. Em parceria com Nássara, em 1934, fez a marchinha *Tipo sete*, cujo tema era o mercado do café, que, gravada por Francisco Alves na Odeon, obteve o primeiro lugar no concurso da prefeitura naquele ano. Em 1935, conheceu João de Barro, através do editor Mangione, que os convidou para musicar o filme carnavalesco *Alô, alô, Brasil*, do norte-americano Wallace Downey. Em 1937, compôs *Cachorro vira-lata*, samba-choro gravado por Carmen Miranda. Em 1938, compôs *Yes! nós temos bananas...* (com João de Barro), gravada por Almirante, na Odeon (regravada em 1967 por Caetano Veloso, na Philips); do outro

*canto do Pagé*, de C. Paula Barros<sup>297</sup> e Villa Lobos; demonstrações de canto orfeônico, como *Contrabaixo*, de Silvio Salema<sup>298</sup> e músicas de caráter recreativo, tais como *Os sapinhos*, de Celeste Jaguaribe de Matos<sup>299</sup>. O autor reafirmando sua preocupação com o folclore nacional incluiu uma melodia chamada *Nozani-Ná*, “um canto autóctone dos ameríndios da tribo dos Parecis, recolhido pelo professor Roquete-Pinto, nas pesquisas étnicas e folclóricas da Comissão Rondon”<sup>300</sup> (p. 363). Foi inserida uma produção mameluca, cuja melodia é uma mistura do “ameríndio, holandês, espanhol, francês e negro africano” (p. 363) chamada *Nigues-Ninhas* e da tribo dos Tamoios foi incluído o canto *Canide-Lounge*. As composições clássicas também fizeram parte da discoteca, e entraram

---

lado desse mesmo disco, Almirante interpretou sua marcha *Touradas em Madrid* (com João de Barro), e ambas foram grande sucesso no carnaval de 1938. Em 1946, o cantor estreante Dick Farney lançou, pela Continental, o samba-canção *Copacabana*, um dos maiores sucessos da dupla. Em 1948, a marcha *Tem gato na tuba* (com João de Barro) obteve grande êxito, na voz de Nuno Roland, e, no ano seguinte, *Chiquita bacana*, da mesma dupla, gravada por Emilinha Borba, foi uma das músicas mais cantadas do carnaval. Por problemas cardíacos, em 1959 aposentou-se como médico, profissão que exercia em caráter humanitário, cobrando preços simbólicos pelas consultas. Em janeiro de 1967, prestou depoimento sobre sua vida ao Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro. Faleceu em 10 de novembro de 1971. Ver: <http://www.collectors.com.br/CS07/cs07a04a.shtml>, 09/03/2007, 12h50min.

<sup>297</sup> C. Paula Barros, compositor, biógrafo e parceiro de Villa-Lobos. Juntos compuseram clássicos como *O canto do pajé*. Ver: <http://www.brasileirinho.mus.br/artigos/bachvilla.htm>, 09/03/2007, 14h10min.

<sup>298</sup> Silvio Salema, cantor e compositor, nasceu em 30 de outubro de 1901 e faleceu em 29 de outubro de 1976. Iniciou a carreira como crooner da Orquestra do Hotel Itajubá e, em 1928, ingressou na gravadora Parlophon e lançou seu primeiro disco com acompanhamento da Hotel Itajubá Orquestra, interpretando os tangos *Quando me beijas*, de Pedro Cabral e *Benzinho do coração*, de Ari Kerner. Gravou ainda com a Hotel Itajubá Orquestra os tangos *Alma de boêmio* e *Por um beijo teu*, de Pedro Cabral, a toada *Velho pinho*, de P. Nimac; as valsas *Olhar de fogo*, de Plínio Brito e *Morrer de amor*, de Pedro Cabral e o samba *Morena cor de canela*, de Ari Kerner, a canção *Tristeza de rolinha*, de Pedro e Sá Pereira e a *Modinha brasileira*, de De Chocolat. Gravou um total de 32 discos pelas gravadoras Parlophon e Victor com um total de 27 músicas. Ver: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADlvio\\_Salema](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADlvio_Salema), 09/03/2007, 14h40min.

<sup>299</sup> Celeste Jaguaribe de Matos Faria, nasceu no Rio de Janeiro em 5 de abril de 1873 e faleceu na mesma cidade em 9 de setembro de 1938. Compôs, dentre outras, as seguintes canções: *Aquele amor*; *Canção da velhinha*; *Formiguinhas*; *Covardia*; *Interrogação*; *O jasmineiro*; *O menino curioso*; *A morte da boneca*; *Minha vida é assim, assim*. Ver: <http://www.grude.ufmg.br/musica/cancaobrasileira.nsf/vwDocsAtivos/A5AA91751741CA7683256DA5002D414F?OpenDocument>, 09/03/2007, 15h01min.

<sup>300</sup> Grupo liderado por Cândido Mariano da Silva Rondon, um dos principais personagens do indigenismo brasileiro, em 1907, para instalar linhas telegráficas para comunicação do Centro-Oeste com o Norte do País. Ver: <http://www.overmundo.com.br/blogs/expedicao-rondon-conheca-a-historia-dos-primeiros-povos-do-cerrado>, 14/03/2007, 19h46min.

na lista a *Sexta Sinfonia*, de Beethoven<sup>301</sup>, *O momento musical*, de Schubert<sup>302</sup>, e o *Danúbio Azul*, de Strauss<sup>303</sup>.

O autor destacou outras experiências norte-americanas no que dizia respeito à educação musical de crianças. Relatou que diversos compositores criaram peças para conhecidas histórias infantis, tais como *A roupa nova do Imperador*, de Hans Christian Andersen<sup>304</sup>, e que havia programas de rádio destinados ao público infantil que vinham popularizando personagens e educando as crianças. O potencial educativo do rádio também era aproveitado nos Estados Unidos para cultivar o patriotismo de seu povo. Asseverou que o rádio não poderia ser usado apenas como instrumento de diversão e, ao contrário daquele país do Norte, aqui o Governo acertadamente manteria o controle e a vigilância sobre o que seria propagado.

De acordo com Sússekind, em Gomes, Pessanha e Morel (2004), os discos doados aos sindicatos pelo SRO eram de cantores populares, tais como Silvío Caldas. Entretanto, somente essas obras não preencheriam os requisitos ideológicos que se pretendia difundir e que eram valorizados pelo Regime. Portanto, apesar de não termos mais informações acerca desses discos, podemos buscar dados em iniciativas semelhantes. Sendo assim, a listagem dos discos que

<sup>301</sup> Ludwig van Beethoven nasceu em 16 de dezembro de 1770, em Bonn, Alemanha. Ver: <http://www.recantodasletras.com.br/biografias/68549>, 08/03/07, 16h20min.

<sup>302</sup> Franz Peter Schubert nasceu em Liechtental, subúrbio de Viena, em 1797, décimo-segundo filho de uma família humilde. Em 1818, contraiu sífilis. Seus últimos anos de vida foram passados em solidão. Conta-se que, perto de morrer, manifestou seu último desejo: queria ouvir, na cama, o *Quarteto n.º 14*, de Beethoven. O pedido foi atendido. Morreu cinco dias depois, em 19 de novembro de 1828, com apenas 31 anos. Ver: <http://musicaclassica.folha.com.br/cds/06/biografia.html>, 08/03/2007, 16h40min.

<sup>303</sup> Richard Strauss nasceu em Munique, em 1864, filho de Franz Strauss, um dos principais trompetistas do século XIX. Com menos de cinco anos, aprendeu a tocar piano. Aos seis, compôs as primeiras peças: *Schneiderpolka* e *Weihnachtslied* - a mãe escreveu o texto e coube ao menino fazer a música. Além de compositor, Strauss foi por vários anos diretor da Ópera Real de Berlim, diretor da Ópera de Viena e um dos criadores do Festival de Salzburgo, além de organizar um sindicato para a categoria. Na primeira metade do século XX, já sob o regime nazista, Strauss aceitou a presidência do Reichsmusikkammer, espécie de Ministério da Música alemão. No entanto, após uma série de divergências ideológicas, e pelo fato de a nora e os netos serem judeus, Strauss logo foi desligado da função. Morreu no dia 8 de setembro de 1949, aos 85 anos. <http://musicaclassica.folha.com.br/cds/18/biografia.html>, 08/03/2007, 16h43min.

<sup>304</sup> Hans Christian Andersen, nasceu em 2 de abril de 1805 e faleceu em 1875. Considerado o maior escritor de contos infantis da literatura mundial. Ver: <http://www.americanas.com.br/cgi-bin/WebObjects/AcomHome.woa/wa/materia?mat=4235&chave=revista,08/03/2007>, 16h17min.

compuseram o programa organizado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1941, observada anteriormente, fornece uma idéia do tipo de música que o Governo objetivava levar à população e o tipo de valor que deveria ser veiculado. Ademais, estava em jogo a reafirmação do rádio como instrumento de educação, isto é, rádio, literatura, teatro e outras linguagens eram para serem fruídos, mas também não se poderia desconsiderar seus usos como instrumentos de doutrinação ou como veículos de educação para uma determinada ideologia.

Dessa maneira, não soam estranhas as considerações da Portaria de instituição do concurso para a escolha da *Canção do Trabalhador Brasileiro*<sup>305</sup>. Estas informam que a *Canção* deveria servir como fonte de patriotismo, como um instrumento para que o trabalhador se sentisse valorizado em sua função de produtor de riquezas e, também, como estímulo e meio de uma expressão subjetiva para o trabalho. O concurso ficou aberto por trinta dias contados a partir da data de sua publicação em *Diário Oficial*. A canção deveria ser adaptada à execução por orquestra, banda, solo instrumental, orfeão, conjunto coral e solo vocal. Os autores, sob pseudônimos, deveriam entregar letra e música em envelope fechado na secretaria do Serviço, no oitavo andar do Palácio do Trabalho e, em outro envelope, também lacrado, deveriam ser entregues seus verdadeiros nomes.

Concorreram quarenta e três (43) composições inéditas, de acordo com o relatório de Sússekind, e quarenta e sete (47), segundo Marcondes Filho, em palestra proferida na “Hora do Brasil”<sup>306</sup>, que foram julgadas por uma comissão instituída pelo SRO e formada por Ruth Stamile Gonçalves, representante do Serviço; A.G. de Miranda Neto, representante do gabinete do Ministro; maestro Eleazar de Carvalho<sup>307</sup>, representante do Sindicato dos Músicos Profissionais do

<sup>305</sup> Vide nota de rodapé de nº. 291..

<sup>306</sup> *BMTIC*, nº. 120, agosto de 1944, p. 343.

<sup>307</sup> Eleazar de Carvalho. Cearense de Iguatu nasceu em 28 de julho de 1912 e transferiu-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, tocando tuba na Banda do Batalhão Naval. Teve sua primeira ópera, *O descobrimento do Brasil*, estreada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1939, recebendo, no ano seguinte, o diploma de maestro. Foi para os EUA em 1946, tendo estudado regência com Serge Koussevitzky (1874-1951). Regeu orquestras internacionais e no Brasil atuou longamente como regente titular da Orquestra Sinfônica Brasileira, no Rio de Janeiro, antes de se transferir

Rio de Janeiro; Otávio Brandão, representante do Conservatório Nacional do Canto Orfeônico<sup>308</sup>. Foram declarados vencedores os compositores Abdon Lyra<sup>309</sup> e Léa Lyra da Silva e receberam quatro mil cruzeiros de prêmio. A *Canção* foi gravada em 1945, por Orlando Silva<sup>310</sup>, pela gravadora Odeon, e o áudio e partitura encontram-se anexados a esta tese<sup>311</sup>. Segundo o relatório, também foi cantada na “Hora do Brasil”, no sábado, dia 15 de julho, com orquestra e coral regidos pelo maestro Eleazar de Carvalho.

Marcondes Filho, no mesmo pronunciamento, afirmou que:

“A *Canção do Trabalhador*” repete as inspirações do Hino Nacional porque é um canto de brasileiros, mas traduz, em acordes novos, as influências específicas da nação operária no seu labor pelo engrandecimento de nossa terra. Nela está o Brasil do Direito Social, o Brasil Trabalhista, a sadia agitação das usinas e das fábricas, a viração que ondula as searas, o ruído festivo dos transportes. Nela se reconhece a alegria das conquistas alcançadas, sem as crises sangrentas que os irmãos de outros mundos suportaram. Ela é o Brasil sentido e louvado pelo coração

---

para São Paulo, nos anos 70, quando dirigiu a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo por 24 anos, até sua morte, em 1996. Foi membro da Academia Brasileira de Música. Ver: <http://www.tvcultura.com.br/radiofm/radiofm0609/guia-eleazardecarvalho.htm>

<sup>308</sup> O Conservatório Nacional de Canto Orfeônico foi criado pelo maestro Villa-Lobos em 1942 e tinha o objetivo de formar candidatos ao magistério orfeônico nas escolas primárias e secundárias, estudar e elaborar diretrizes para o ensino do Canto Orfeônico no Brasil, promover trabalhos de musicologia brasileira, realizar gravações de discos, dentre outros. Ver: <http://www.museuvillalobos.org.br/mvl1.htm>, 04/10/2006, 22h33min.

<sup>309</sup> Foram encontradas referências sobre 23 obras de Abdon Lyra no arquivo de partituras da Biblioteca Nacional, o que indica que ele era um músico atuante. Dentre estas há valsas, maxixes, canções de temáticas sertanejas, hinos e manuais para o ensino da técnica para tocar violão e cavaquinho. Ele também foi o autor da melodia do hino de Rio Bonito (RJ).

<sup>310</sup> Orlando Garcia da Silva nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 03 de Outubro de 1915 e faleceu no Rio de Janeiro em 07 de Agosto de 1978. Fez muito sucesso entre 1934 e 1941 e era chamado de “O Cantor das Multidões”.

Ver: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/orlando.silva/index.html>, 04/10/2006 11h34min

<sup>311</sup> O áudio que anexamos a esta tese possui as seguintes especificações: Gênero: Canção marcha; Intérprete: Orlando Silva; Acompanhamento: Orquestra da Rádio Nacional sob a direção de Romeu Ghipsman; Gravadora: Odeon; Número do Disco: 12.569-a; Número da Matriz: 7765; Data de gravação: 21/02/45; Data de Lançamento: abril de 1945.

A partitura integra o acervo da Fundação Museu da Imagem e do Som – FMIS (cfr. Art. 24, II, da Lei Federal nº. 9.610/98).

e pela voz da multidão solitária, que, à fôrça do seu fecundo transpirar cotidiano constrói o progresso do país. Ela estava dispersa no borborinho das grandes concentrações comemorativas, no convívio pacífico dos nossos obreiros sob os tetos amigos das entidades sindicais (p. 344).

Na fala do ministro e na letra da *Canção*, estão condensadas representações caras ao Estado Novo, quais sejam, essa é uma nação na qual impera a harmonia entre as classes sociais, na qual o trabalho é respeitado e o trabalhador, produtor de riquezas, protegido e amparado pelas leis, será capaz de qualquer esforço para fazê-la progredir. É a seguinte a letra vitoriosa:

Nosso anseio constante, em verdade,  
 É fazer-te, Brasil, progredir.  
 Ver-te, ao toque da nossa vontade,  
 A criar, a crescer, a subir.  
 Na cidade, no campo, na serra,  
 Trabalhando a riqueza da terra  
 Nós daremos vigor,  
 Fôrça, idéia, valor,  
 Ao triunfo que teu nome encerra.

Trabalhar é nossa glória,  
 Com esforço varonil  
 Trabalhar sempre pela vitória  
 E pela grandeza do nosso Brasil.

II

Em qualquer dos rincões que estejamos,  
 Quer no centro, no sul ou no norte,

Pelo mesmo ideal pelejamos,  
Que é forjar um Brasil rico e forte  
E cercar de respeito profundo  
O pendão auri-verde no mundo.  
Grande povo viril!  
Portentoso Brasil!  
Vocação de um porvir fecundo.

Trabalhar é nossa glória,  
Com esforço varonil  
Trabalhar sempre pela vitória  
E pela grandeza do nosso Brasil.

Como não podia deixar de ser, essa é uma canção de louvor à ideologia trabalhista, com toda a sua carga emocional e simbólica. O povo é representado como forte e viril e seu esforço fará do Brasil uma grande nação. Estão presentes os valores ligados à ascensão, à produção de riquezas, à vitória e à glória como resultado da mobilização das forças de todos aqueles que amam a pátria.

3.5. “A Educação Física e os desportos na sociedade contemporânea” – as atividades físicas nos Centros de Recreação, a praia, os passeios, o futebol e os demais esportes

A educação física era vista como a solução para os problemas causados pela industrialização, em especial, a fadiga física e/ou mental. Era compreendida como atividade compensadora e adequada para levar o operariado à evasão de modo a refazer-se orgânica e psiquicamente. As justificativas eram baseadas nos

conhecimentos científicos, da fisiologia, da sociologia e da psicologia, e João Lyra Filho e o professor Arthur Ramos foram as principais fontes utilizadas. Nas palavras de Süsserkind:

A fisiologia e a psicologia atestam que o desgaste dos músculos e do sistema nervoso são resolvidos e compensados, não com o repouso inativo, - também necessário – mas com a atividade diversa, praticada segundo a preferência, a habilidade e o biotipo de cada um. Essa prática é que restaura o equilíbrio biológico (fls. 21).

O autor ainda expõe a organização do trabalho industrial no período, pois afirma que era sedentário, mecânico, exigia uma atenção monótona e contínua que abalava profundamente o sistema nervoso do operário.

A recreação e o desporto eram vistos como centrais na supressão de um problema que suscitava preocupações de especialistas de diferentes áreas. Nesse sentido, vale a pena apresentar os argumentos de Süsserkind e de João Lyra Filho:

Se a recreação o consiste em levar o homem à uma atividade diversa da que está obrigado no ambiente cotidiano, e cuja prática desperte o seu interesse, requeira sua habilidade e satisfaça seus instintos – é óbvio que os desportos reúnem, no meio trabalhista brasileiro, os requisitos essenciais à difusão. Porque, como assinalou João Lyra Filho, *‘se a ginástica realiza o verdadeiro objetivo fisiológico e ontomórfico de desenvolver, com amplitude, a caixa torácica, os desportos assumem relevo na ordem psicológica e completam o intercâmbio entre a vida do instinto, a vida da alma e a vida do espírito’* (fls. 21).



O trecho é muito rico pelo uso dos termos, pois apresenta as expectativas acerca dos efeitos da ginástica, da recreação e dos desportos. A primeira está ligada à saúde física, enquanto que a segunda reúne interesses, habilidades e instintos, o que a aproxima dos desportos. Estes, por sua vez, estão relacionados à alma e ao espírito e possuem importância não apenas para o físico, mas para as questões da mente, da moral e àquelas relativas à vida em sociedade.

A educação física, muitas vezes é usada como sinônimo de ginástica e, nesse caso, Süsskind assegura que a “ginástica, seja educativa ou de correção, não deve ser colocada em segundo plano. Ela, porém, constitui o meio, o caminho; os desportos representam o fim”. Para reforçar seus argumentos, cita João Lyra Filho:

A Educação Física persegue o método de preparação para a prática do desporto. Êsse é o resultado, a conclusão; interessa não apenas ao físico, mas à mente, a moral, à moralidade e à sociedade dos indivíduos. A Educação Física individualiza. O desporto socializa. A ginástica sózinha, entorpece o ânimo, predispõe o educando ao enfado. A Educação Física em função do desporto, adapta, anima, congrega os educandos para a comunhão sócio-desportiva (*apud* SÜSSEKIND, fls. 22).

Acreditava-se que um operário, mental e fisicamente preparado, era fundamental para a produção das riquezas da nação e esta harmonia mente-corpo era obtida nas práticas desportivas, pois a associação estabelecida entre o desporto e o trabalho era direta. Os desportos preparavam não apenas o indivíduo para o trabalho, mas também traziam benefícios para a atividade dos grupos e das equipes nas oficinas.

A preocupação não se limitava aos aspectos físicos e mentais do trabalhador. A educação física também era vista como educação moral e cívica, por sua capacidade de abrir espaços para a vivência de sentimentos de

solidariedade e de lealdade, de compreensão do valor do grupo, do respeito às regras e à disciplina, de valorização da coragem, da iniciativa, da modéstia e da tolerância, que eram princípios caros à sociedade do período.

Entretanto, não podemos perder de vista a inquietação com os aspectos econômicos que permeava todas as ações desenvolvidas pelo SRO e que também estava presente no que dizia respeito às atividades físicas, fossem elas quais fossem. No horizonte das iniciativas, estavam situados o aumento da produção e a geração de riquezas para construção de uma nação forte.

O jogo e a educação física muitas vezes eram utilizados como sinônimos e, nesse caso, poderiam ser usados como recursos para diversas aprendizagens. Vejamos como isso de dava nas palavras do professor Lourenço Filho:

O jogo constitui excepcional motivação que a moderna pedagogia deve lançar mão para o êxito da educação plena ou integral. E isto porque? Porque a aprendizagem se opera quando haja atividade interessada, isto é, que se produza de dentro para fora, como expansão de tendências e impulsos naturais. O jogo suscita todas as condições para essa aprendizagem real (*apud* SÜSSEKIND, fls. 22).

Nessas palavras, encontramos três dos princípios centrais da pedagogia nova, quais sejam: a utilização do jogo como instrumento de aprendizagem, a preocupação com uma educação integral e a importância do interesse em aprender. A educação física também era analisada como instrumento de uma educação total pelo professor Carneiro Leão, em suas palavras:

A função primordial da educação na sociedade de hoje é antes ajustar, unir, que diferenciar. E a educação física é tomada no sentido da educação total, na qual o físico, o fisiológico, o

psíquico sintonizam numa atitude harmoniosa de crescimento e de expansão. (*apud* SÜSSEKIND, fls. 23).

Nessa perspectiva, a educação física assumia um lugar especial porque não se voltava apenas para os aspectos físicos, mas também para os aspectos mentais, morais e sociais. Buscando atingir globalmente o indivíduo, firmava-se como uma grande e valiosa ferramenta de educação. Rui Barbosa inclusive, enxergava no exercício físico adequado qualidades que transpunham os limites corporais chegando a afirmar que “era uma influência tão moralizadora quanto higiênica, tão intelectual quanto física, tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito, quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos” (*apud* SÜSSEKIND, fls. 23).

Todas essas contribuições fortaleciam os argumentos de Sússekina acerca da importância do SRO para os operários e para a grandeza da nação, por isso ele lamentava as restrições orçamentárias do órgão, que não podiam ser comparadas com aquelas de organismos semelhantes de outros países, tais como EUA, Rússia, Inglaterra, Suécia e Alemanha. Contudo, apesar de todas as dificuldades, o Serviço vinha implementando inúmeras atividades voltadas para o bem-estar do trabalhador brasileiro e, dando mostras de seu reconhecimento, o Conselho Nacional dos Desportos determinou que fossem apoiadas suas iniciativas na área.

É interessante refletir sobre os argumentos utilizados por Sússekina na elaboração do relatório. Ele foi produzido para apresentar ao ministro Marcondes Filho uma síntese das realizações do SRO e podemos interpretá-lo de duas maneiras, sendo que uma delas se desdobra em três outras. A primeira está ligada ao fato de que falar sobre essas realizações é também falar de seu empenho em cumprir com sua responsabilidade, além de indicar sua posição favorável ao Regime Vargas. Por isso, relatar o sucesso do órgão é também falar de seu próprio sucesso como idealizador, administrador, coordenador e

empreendedor, pois foi seu primeiro presidente e responsável por sua implantação.

A segunda forma de interpretação contém em si três outros elementos relevantes. Suas argumentações baseadas nos pensamentos e nas obras de figuras consideradas ilustres, brasileiros ou não, de diferentes áreas do conhecimento, tais como sociologia, direito, filosofia e educação física fornecem três indicações, quais sejam: a) de sua própria erudição; b) do acerto da iniciativa que se coaduna com os discursos de ilustres intelectuais; c) da importância do órgão, que, portanto, não pode ser desconsiderado com uma redução da verba para sua manutenção.

Analisaremos com mais atenção as contribuições de Rui Barbosa ao relatório de Süsskind, pelo fato de o intelectual ser considerado um dos grandes personagens da história do Brasil. Rui Barbosa (1946), ao propor a reforma do ensino primário, no trecho em que discute a educação física, baseia seus argumentos em textos de autores de variadas nacionalidades para abordar a importância da ginástica através dos tempos, a começar da Grécia. Em seu entendimento, para os gregos, a educação deveria objetivar o equilíbrio das forças físicas e espirituais para alcançar um desenvolvimento harmônico das faculdades e dos impulsos naturais. Daí que os gregos preconizavam uma educação na qual a arte da ginástica, a arte da música, o cultivo intelectual e a acuidade do juízo deveriam estar entrelaçados para formar gerações sadias no corpo e na alma.

Esse intelectual acreditava na indissolubilidade do espírito e do corpo na formação da inteligência e dos costumes humanos e afirmava que o modo de pensar a educação nos países da Europa devia tributos aos gregos. A fim de fortalecer seus argumentos, buscou auxílio de fisiologistas que estudaram a relação corpo-cérebro e concluiu que esta é direta. Isto é, a um cérebro perfeito corresponderia um corpo no qual todos os órgãos funcionariam harmonicamente e seriam apropriadamente exercitados. As obras de filósofos e educadores, tais como Baudrillard, Rousseau, Montaigne, Platão e Herbert Spencer, dentre outros, também compuseram seu raciocínio. Afirmou, ainda, que a educação deveria

desenvolver no indivíduo suas naturezas morais, intelectuais e físicas, sendo que, para muitos, o desenvolvimento das faculdades físicas era a base do sistema educacional. A educação do corpo deveria, portanto, estar presente obrigatoriamente na escola.

Em sua compreensão, a ginástica também teria efeitos terapêuticos sobre o organismo, tal como a medicina se esforçava para assegurar. Na abordagem médica, os exercícios ginásticos trariam melhorias para o funcionamento do organismo. Acreditava-se que insônias, paralisias e estados de melancolia seriam curados com a prática regular da ginástica. O exercício físico renovaria a energia intelectual e seus benefícios se estenderiam às faculdades morais e intelectuais dos indivíduos. Por tudo isso, a ginástica se tornaria indispensável na escola. Segundo Rui Barbosa, a ginástica para as meninas, no mundo civilizado (cita, por exemplo, Suécia, Áustria, Hungria, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Itália, França, Suíça, Estados Unidos, Inglaterra), era associada ao canto e ao ritmo, o que era visto como uma combinação perfeita e útil para a pedagogia. Com relação aos meninos, a ginástica era utilizada como exercício militar e considerada como um instrumento de educação do caráter viril, desenvolvendo o espírito da disciplina e da ordem, o hábito de asseio e o valor do patriotismo, base da defesa nacional. Como é possível observar, o que o intelectual preconizava para a educação física na reforma do ensino fundamental encaixava-se perfeitamente no ideário do Estado Novo e servia para fortalecer os argumentos de Süsserkind com relação às atividades de educação física, ginástica e esporte do Serviço de Recreação Operária.

A música e o canto também faziam parte do rol de atividades oferecidas pelo SRO e sobre elas Rui Barbosa também se pronunciara. No projeto de reforma intelectual, afirmava que as experiências de música e de canto nas escolas eram insuficientes, incipientes e desorganizadas, portanto, inúteis. Em outros países considerados mais elevados, tais atividades compunham o currículo do ensino primário e as crianças eram obrigadas a aprender a tocar órgão ou violino. Os pedagogos desses países acreditavam que a música e o canto

proporcionavam expressões aos sentimentos, formando e eternizando bons hábitos. Além disso, havia efeitos na moral, na saúde, na inteligência, na disciplina geral e nos procedimentos dos alunos.

O fato de Arnaldo Sússekkind apoiar seu raciocínio nas obras de um intelectual do porte de Rui Barbosa ratifica nosso argumento sobre as expectativas que depositara no relatório, sobre os fins que desejava atingir e sobre o espaço político que ocupava e que pretendia consolidar.

As atividades de educação física, esportes e ginástica foram postas em prática ao longo de 1944 e 1945 e, segundo o relatório de Sússekkind, tiveram grande afluência. No período analisado, foram promovidos campeonatos de futebol, atividades nos Centros de Recreação (CR) e na praia de Ramos, como veremos a seguir:

#### 3.5.1. O futebol

Segundo o Relatório, foram organizados, em 1944:

a) o Primeiro Campeonato Intersindical de Futebol, no qual se inscreveram doze sindicatos. De acordo com Sússekkind, todos os jogadores foram avaliados e aprovados pela Seção de Biologia do Serviço. Os jogos foram realizados com o apoio da Federação Metropolitana de Futebol, aos domingos pela manhã. O vencedor do Torneio Início que recebeu a Taça SRO, foi o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários. O vencedor do Campeonato que fez jus à Taça Ministro Marcondes Filho, foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção, e o vice-campeão foi o Sindicato dos Estivadores. Todas essas entidades eram do Rio de Janeiro. Houve um total de doze equipes inscritas e de cento e cinquenta e seis jogos realizados;

b) jogo “amistoso” entre as equipes dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro e de São Paulo, como parte das comemorações do dia Primeiro de Maio, no estádio do Pacaembu – os paulistas venceram;

c) jogo “amistoso” entre o vencedor do Primeiro Campeonato e a equipe do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de São Paulo, como jogo preliminar do embate entre cariocas e paulistas – os cariocas venceram.

De acordo com o Relatório, foram organizados, em 1945:

a) o Segundo Campeonato Intersindical de Futebol, com dezessete equipes inscritas e dividido em duas séries, batizadas de Série João Lyra Filho e Série Manoel Vargas Netto. Cabe destacar que antes do início do campeonato o ministro Marcondes Filho ofereceu um almoço a todos os operários inscritos, ocasião na qual foram homenageados os patronos das séries. A presença do ministro em um almoço de operários pode indicar, ao menos, duas possibilidades: o prestígio do SRO e o esforço do Governo em firmar uma relação de outro tipo com os trabalhadores.

Na Série João Lyra Filho, o vencedor do torneio início e campeão da série foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Lavanderia e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro. O vice-campeão foi o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerveja e Bebidas em Geral do Rio de Janeiro. Na Série Manoel Vargas Netto, o vencedor do torneio início e campeão da série foi o Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro e o vice-campeão foi o Sindicato dos Conferentes e Concertadores de Cargas e Descargas do Rio de Janeiro.

O campeão intersindical foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Lavanderia e Tinturaria do Vestuário do Rio de Janeiro. De acordo com o Relatório, foram realizados cento e cinquenta e dois jogos e foram avaliados e

aprovados pela Seção de Biologia setecentos e vinte e um jogadores. Não há nenhuma indicação sobre como era feita a organização das equipes para que fossem realizados os exames e, muito menos, o tipo de exame efetuado pela Seção de Biologia do SRO.

b) jogo “amistoso”, no Estádio do Bonsucesso, entre as equipes dos Sindicatos dos Ensacadores de Café do Rio de Janeiro e da cidade de Santos que terminou empatado;

c) jogo “amistoso”, entre as equipes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Cerâmica para Construção do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Estivadores que venceu o jogo. O embate foi realizado no estádio do São Januário, como parte das comemorações do Primeiro de Maio.

Contudo, se retomarmos a entrevista de Segadas Viana, concedida aos pesquisadores do CPDOC, anteriormente citada, encontramos informações diferentes. Para Viana, diretor da CTOS no período, as iniciativas do SRO tiveram “muita significação. Foi muito bom, muito interessante... Atuou em vários Estados. Nós fizemos, inclusive, campeonato interestadual, campeonato nacional. Abarcando futebol e natação. E entusiasmos os trabalhadores” (p. 223). O entrevistado seguiu afirmando que a CTOS promovia as atividades nos demais Estados através das Delegacias Regionais do Trabalho e que essa área de atuação havia ficado a cargo de Süsskind. Entretanto, não fornece nenhuma indicação sobre eventos de lazer de responsabilidade estatal realizados fora da alçada do SRO e, muito menos, sobre eventos em outros estados, exceto as comemorações do Primeiro de Maio de 1944 no ginásio do Pacaembu, em São Paulo, conforme já relatamos.



### 3.5.2. Os Centros de Recreação

De acordo com o Relatório, havia atividades desportivas e culturais, três vezes por semana, em cada Centro de Recreação. Eram ministradas aulas de ginástica “preparatória para jovens e de compensação para operários adultos” (fls. 26). No ano de 1945, no CR da Gávea foram inscritos cento e dezesseis adultos, duzentos e vinte crianças e houve vinte e cinco jogos de futebol, novena e seis jogos de basquetebol e cinqüenta e oito jogos de voleibol. No CR do Méier, foram inscritos setenta e dois adultos, noventa e cinco crianças e houve cinqüenta e seis jogos desportivos, não sendo possível especificar de que modalidades. Também não há informações sobre quem ministrava as aulas, qual era a freqüência a cada uma delas e como era dividido o tempo.

### 3.5.3. A praia de Ramos

Essa praia foi escolhida por ser considerada a preferida dos operários cariocas. A crermos nas informações fornecidas por Sússekind em seu Relatório, nesse local o SRO montou uma barraca de sessenta e quatro metros quadrados, com quatro cabines para troca de roupas e que ainda contava com livros, revistas e jornais do dia, serviços de socorros de urgência e algumas cadeiras. Foram instaladas quadras de voleibol, peteca, medicinebol<sup>312</sup> e de arco e flecha, dentre outras modalidades. Um professor de educação física orientava as atividades de jogos e de ginástica e qualquer trabalhador sindicalizado podia pegar material esportivo emprestado apenas apresentando a carteira do sindicato. Entretanto, não há dados sobre o número de freqüentadores da barraca, quantidade ou tipo de material emprestado.

---

<sup>312</sup> Bola de couro, com peso em seu interior, utilizada em treinamentos físicos.

#### 3.5.4. As excursões e os piqueniques

Süssekind afirmou no relatório que as excursões e os piqueniques eram as atividades preferidas da maioria dos trabalhadores, principalmente os passeios pela Baía de Guanabara. Foram organizados oito passeios e piqueniques à Ilha de Brocoió, Ilha das Flores, Volta Redonda e Centro de Recreação do Méier, que movimentaram mais de sete mil operários e suas famílias. Pelo exemplo da programação de um passeio à Ilha das Flores, observamos que eram organizados jogos de voleibol, futebol, peteca, medicinebol, banhos de mar, jogos sociais e recreativos, corridas “extravagantes” e programas radiofônicos de calouros e “radio-sketchs”. Havia espaço para passeios livres, eram distribuídos brindes, sorvetes, refrescos e cachorro quente, e o almoço era de responsabilidade do Serviço. No passeio, o embarque se deu às sete horas da manhã na Praça Mauá em cinco rebocadores e lanchas que levaram oitocentos operários e suas famílias. Às dezoito horas e trinta minutos, houve o desembarque no mesmo local. Não há informações sobre os processos de inscrição ou dos critérios de seleção dos participantes e nem detalhes sobre a produção de eventos desse porte.

Süssekind afirmou que, devido às restrições orçamentárias, os passeios não eram mensais, mas não informou sobre sua periodicidade. Também indicou que havia demandas nesse sentido procedentes dos sindicatos e que também eram realizadas pesquisas entre os operários sobre suas atividades preferidas.

#### 3.5.5. O controle biológico

Segundo o relatório, foram feitos exames médicos em todos os participantes das competições desportivas, escoteiros e trabalhadores inscritos nos Centros de Recreação. Para tal, foi utilizada uma sala localizada no 3º andar

do prédio do MTIC, cedida pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho. Esse procedimento chamado de controle biológico tinha o objetivo de realizar o denominado controle biométrico e prestar assistência médica aos escoteiros e aos participantes dos eventos promovidos pelo SRO. Estavam cadastrados setecentos e vinte e um desportistas e trezentos e cinqüenta e oito escoteiros.

No que diz respeito às atividades físicas desenvolvidas, os dirigentes do SRO acreditavam que era

possível restaurar ou manter em perfeita sincronia o físico, o espírito e o moral do homem que trabalha, que deve ser forte, confiante, entusiasta, alegre, verdadeiro, justiceiro, respeitoso, corajoso e altruísta – qualidades que facilmente advêm da educação pelos jogos desportivos (fls. 30).

Tal crença nos efeitos da educação física sobre os indivíduos denota que ela seria um meio fundamental da educação dos adultos trabalhadores, pois os atingia em suas dimensões morais, intelectuais e físicas.

3.6. O escotismo como educação extra-escolar. Pedagogia escoteira. O escotismo e os regimes totalitários. Realizações do Serviço de Recreação Operária no setor do escotismo

Julgava-se que o escotismo se configurava como o melhor sistema de educação extra-escolar, pois seus ensinamentos geravam efeitos naqueles que eram considerados os homens do amanhã. Para os dirigentes do SRO, as horas de descanso ou de recreio devem ser ocupadas com atividades que levassem o aluno a realizar aprendizagens nos aspectos físico, intelectual e moral. Todos os

jogos do escotismo produziam tais resultados, além de possibilitarem o desenvolvimento de bons hábitos e afastarem os jovens de poucos recursos dos ambientes moralmente condenáveis durante suas horas de folga. Nessa perspectiva, está presente a idéia de que a pobreza está diretamente ligada à marginalidade. Os jovens pobres deveriam estar permanentemente ocupados para não se deixarem levar pelos vícios. O escotismo era visto como mais um instrumento de formação em uma perspectiva funcionalista na qual o que importava eram as aprendizagens físicas, intelectuais e morais e a ocupação do tempo com experiências moralmente saudáveis.

Para garantir essa atitude preventiva, o SRO criou e apoiou associações de escotismo nos sindicatos e assinou um convênio com as entidades, segundo o qual, durante dois anos, subvencionaria a compra do material necessário. Após esse período, as associações passariam a ser mantidas diretamente pelo SRO. Instaladas nas diferentes sedes sindicais, podiam receber filhos de operários de quaisquer categorias profissionais que nada pagavam, inclusive pelo uniforme. Esses meninos e jovens eram controlados biometricamente pela Seção de Biologia do SRO, que também lhes prestava assistência médica.

As associações eram filiadas à União dos Escoteiros do Brasil e, além dos programas estabelecidos pela entidade, os escoteiros participavam de excursões, acampamentos, competições, visitas instrutivas, e aqueles que mais se destacavam recebiam medalhas. Todas as iniciativas eram organizadas pela Seção de Escotismo do Serviço, que mantinha oito associações com trezentos e cinquenta e oito escoteiros, assim distribuídos:

Nome da Associação	Sindicato de Trabalhadores	Número de escoteiros
Floriano Peixoto	Indústrias de Fiação e Tecelagem	44

Lindolfo Collor	Empresas de Carris Urbanos	51
Olavo Bilac	Indústrias de Calçados e de Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo	45
Machado de Assis	Indústrias Gráficas	46
Siqueira Campos	Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos	40
Turíbio Garcia	Empregados no Comércio	45
Visconde Cairú	Nacional dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos	39
Getúlio Vargas Filho	Centro de Recreação do Méier	48

Süssekind informou, ainda, que as tropas realizaram as seguintes atividades:

Reuniões de sede	1.672
Acampamentos conjuntos	2
Acampamentos de tropa	45

Acantonamentos	32
Bivaches (tipo de acampamento em que a tropa só dispõe de abrigos naturais, especialmente árvores)	53
Excursões, passeios e visitas	182
Desfiles	11
Competições	21

Dentre essas, houve três atividades marcantes. De acordo com o Relatório, a primeira foi um acampamento conjunto na Ilha de Brocoió, que durante cinco dias reuniu as oito tropas e mais duas associações de filhos de trabalhadores, em um total superior a quatrocentos escoteiros. Os jovens ficaram alojados em cem barracas, prepararam a própria alimentação e realizaram programas técnicos, desportivos e recreativos. O barco doado pelo SRO aos escoteiros foi batizado de “Henrique Lage”<sup>313</sup> e a esta solenidade compareceu o presidente da União dos Escoteiros do Brasil, general Heitor Borges, que também procedeu a entrega de medalhas àqueles que se destacaram.

Em outro acampamento conjunto, cerca de trezentos jovens passaram três dias em Volta Redonda e a atividade principal foi a visita à Siderúrgica Nacional. O terceiro evento marcante foi a competição escoteira realizada em 1945. As tropas disputaram o troféu Caio Martins<sup>314</sup>. Essa competição anual, da qual participaram todas as associações de escotismo vinculadas à Federação Carioca de Escoteiros, foi vencida pela Tropa Machado de Assis, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro. Para Sússekind, o fato comprova a eficiência da educação escoteira, capaz de superar obstáculos de

<sup>313</sup> Henrique Lage – industrial armador do Rio de Janeiro, que trabalhava com navegação marítima e construção e reparos de navios.

*In:* [http://www.fab.mil.br/imprensa/aerovisao/206/Aero206\\_fabricaasas.pdf](http://www.fab.mil.br/imprensa/aerovisao/206/Aero206_fabricaasas.pdf)

<sup>314</sup> Caio Viana Martins – considerado o escoteiro símbolo do Brasil, morto em um desastre de trem em 1938. *In:* <http://www.escoteiro.org/curiosidades/caioviana.asp>

ordem econômica, pois competiram tropas compostas por jovens de classes sociais abastadas. Nas palavras do relator:

Este fato comprova, assim, de forma irrefutável, que qualquer que seja o jovem, rico ou pobre, filho de dono de indústria ou de simples operário braçal, atingirá ele a um apreciável nível de instrução física, mental ou moral desde que idêntico seja o método de aprendizagem. Não quero com isto advogar a superioridade da tropa operária. Ressalto, contudo, que tanto ela, como a equipe constituída de jovens de superiores condições econômicas, revelaram o mesmo adextramento, porque ambas foram instruídas à luz de uma só pedagogia (fls. 38).

Süssekind procurou demonstrar que o escotismo era um sistema tão completo de educação que superava as diferenças entre as classes sociais. A conclusão a que chegou reforçava a crença no potencial educativo do escotismo e da 'boa pedagogia', ao mesmo tempo em que ratificava seu acerto em oferecê-la às crianças oriundas de famílias operárias.

3.7. Outras realizações do SRO; Inquérito entre operários; Serviço de ampliação de som; A primeira exposição de atividades e as impressões do público

O Serviço de Recreação Operária realizou outras atividades que não se enquadraram nos tópicos anteriormente analisados e compuseram outro conjunto que será analisado a seguir.

### 1) Pesquisa entre os operários

De acordo com Süssekind, a fim de planejar as ações do Serviço para os próximos anos, foram distribuídos aos operários, através dos sindicatos, 60 mil questionários, com o objetivo de conhecer as preferências relativas às atividades culturais e desportivas. Nem todos foram devolvidos, mas esse número fornece indicações do quantitativo de operários sindicalizados no período ou, ao menos, do quanto se esperava atingir. Em um levantamento inicial, foram apontadas como atividades preferidas as excursões, o futebol, a música popular e o teatro, e a Divisão de Educação Física e Desporto do SRO ficou encarregada de classificar, apurar e elaborar um relatório sobre esse levantamento.

### 2) Natal do filho do trabalhador em 1944

De acordo o relator, o Serviço distribuiu em quarenta e seis sindicatos e nos dois Centros de Recreação, dezesseis mil sacos, contendo, cada um, um brinquedo e um corte de tecido. Também foram distribuídos cupons para o sorteio de vinte cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal, que totalizaram dois mil cruzeiros<sup>315</sup>.

### 3) Natal do filho do trabalhador em 1945

Foi festejado no CR do Méier, com um piquenique que reuniu três mil trabalhadores e suas famílias. Foram distribuídos brinquedos, sorvetes, sanduíches e refrescos e organizadas competições desportivas e sociais, com distribuição de prêmios aos vencedores.

---

<sup>315</sup> Em 1944, o valor do salário mínimo era de 380 cruzeiros. Ver: <http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>. 02/03/2007, 18h23min.



#### 4) O serviço de amplificação de som

O SRO possuía uma aparelhagem de amplificação de som para lugares abertos, outra para ambientes fechados e uma vitrola com discos de dança que foram cedidas e instaladas, pelos técnicos do Serviço, a pedido dos sindicatos, por cinquenta e três vezes, apenas em 1945.

#### 5) Primeira exposição de atividades do SRO

Ao final de 1945, o SRO considerou encerrada sua fase experimental de atuação e observou que houve ampla aceitação e grande colaboração dos sindicatos. Para apresentar suas realizações, foi montada uma exposição que contou com oito painéis com fotografias das atividades desenvolvidas por seus diferentes setores – cultura, desporto e escotismo, acompanhados por dados estatísticos sobre o órgão desde a sua criação.

No livro de presença, há declarações dos presidentes dos sindicatos dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Rio de Janeiro; dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem; dos Trabalhadores na Construção Civil do Rio de Janeiro; dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Peles de Resguardo do Rio de Janeiro; do Diretor do Departamento Social do Sindicato dos Ferroviários; representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Rio de Janeiro. Há também declarações de um membro do Conselho Nacional do Trabalho e de um diretor da Associação Cristã de Moços. Sússekind afirmou que todas as impressões deixadas no livro de presença foram elogiosas e apresentou algumas, das quais selecionamos três:

O Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anéxos do Rio de Janeiro, que mantém um Departamento escoteiro – Tropa Siqueira Campos – sob o patrocínio do Serviço de Recreação Operária, vem atestar a boa orientação, colaboração, apoio e eficiência que tem recebido desse Serviço. (Mario Lopes de Oliveira Junior, Presidente)

Depois de observar cuidadosamente esta exposição, devo afirmar ser esta uma das grandes realizações do Governo Vargas, e que muito tem beneficiado os filhos e os próprios trabalhadores. (José Soares Sampaio, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Rio de Janeiro)

O Serviço de Recreação Operária sempre demonstrou o maior interesse em promover programações de acordo com a natureza do serviço que lhe foi confiado. Este Sindicato foi agraciado com uma biblioteca de livros interessantes, uma finíssima discoteca que têm tido grande aceitação e movimento. Nossos associados tiveram oportunidade de fazer passeios, excursões organizados pelo SRO, assistir a competições, jogos desportivos, teatros e demais realizações que em tão breve espaço de tempo o SRO teve oportunidade de oferecer (Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, Roberto Vaz da Costa, Presidente).

Süssekind assegurou que durante os vinte dias que durou a exposição que foi montada na entrada do Palácio do Trabalho, a média de livros emprestados duplicou, bem como houve um aumento no número de inscrições nos cursos de alfabetização e de conhecimentos gerais.

3.8. O “Fundo Social Sindical” e o financiamento dos encargos do SRO; Orçamentos e balanços; A Comissão Técnica de Orientação Sindical e o controle financeiro do Serviço de Recreação Operária

O Serviço de Recreação Operária era fiscalizado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS). A Comissão recebia vinte e cinco por cento do

montante arrecadado pelo Fundo Social Sindical (FSS), valor que significava cinco por cento de todo o imposto sindical arrecadado por ano. Parte da quantia era enviada ao SRO pela CTOS, que aprovava o quadro de pessoal e fiscalizava a aplicação das verbas e as propostas de orçamento.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo SRO, segundo o artigo 592 da Consolidação das Leis do Trabalho, os sindicatos podiam aplicar parte do imposto sindical que lhes cabia em escolas de alfabetização, bibliotecas e finalidades desportivas. O artigo 594 dessa Consolidação afirmava que o FSS deveria ser “gerido e aplicado pela Comissão do Imposto Sindical, em objetivos que atendam aos interesses da organização sindical nacional” (fls. 42). Daí que, parte do percentual destinado aos sindicatos quando empregado em atividades culturais e desportivas deveria ser estimulado e assistido tecnicamente pelo SRO, que também assumiria os encargos relativos à organização, à assistência e ao controle das atividades.

Para o ano de 1944 o Serviço recebeu quatrocentos e oitenta e três mil cruzeiros e sessenta e seis centavos e para 1945, a verba de quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinqüenta cruzeiros, para todas as despesas.

Havia uma complexa rede pela qual a verba designada para o SRO chegava a seu destino. Seu orçamento era aprovado pela CTOS, a Comissão do Imposto Sindical (CIS) autorizava o depósito mensal, em sua tesouraria, de um duodécimo da verba aprovada. Os encargos do SRO somente eram pagos na tesouraria da CIS após a autorização, caso a caso, do presidente do Serviço. Os comprovantes e recibos eram retidos pela CIS, que os enviava à Contadoria da CTOS para exame, classificação e arquivamento. Sússekind fez questão de ressaltar que o SRO não movimentava verba alguma, apenas autorizava os pagamentos das despesas pela tesouraria da CIS.

Havia a pretensão de se expandir a ação do Serviço em outros estados (RJ, ES, MG, SP) e tais atividades também seriam financiadas pelo FSS.

### 3.9. Planos do Serviço de Recreação Operária para 1946

Os planos do SRO para 1946 foram prejudicados devido à prorrogação orçamentária de 1945. Por conta disso, seus funcionários não puderam ter reajustes salariais.

Segundo Süsskind, a pretendida expansão seria prejudicada se fossem mantidos os níveis orçamentários de 1945, pois as atividades deveriam ser modificadas para que se adequassem ao estado financeiro do órgão. O autor considerou uma regressão paradoxal, pois aconteceria no momento em que o Governo prometeu que iria melhorar a raça e o bem-estar social da população. O relator afirma que esse não seria o momento adequado para reduções no orçamento, pois tanto os trabalhadores quanto os patrões vinham se manifestando a favor da divulgação da cultura e da recreação nos ambientes operários. Comenta os últimos congressos realizados, mas não detalha quais poderiam ter sido e também se apóia no que as Conferências Internacionais do Trabalho têm discutido sobre o dever dos Estados no que tange à recreação dos trabalhadores.

Destacou outros dois problemas causados pela prorrogação do orçamento de 1945. O primeiro estava relacionado às providências que já haviam sido tomadas com vistas à ampliação das atividades do SRO nos Estados já citados. O segundo estava relacionado ao Centro de Recreação do Méier, que necessitava de verbas para cumprir os compromissos firmados com instituições parceiras. O Centro funcionava em um antigo clube alemão e, para ser mantido, o SRO estabeleceu convênio com a União dos Escoteiros do Brasil, a quem fora dada a posse do clube citado.

Para 1946, se houvesse reforço das verbas, o Serviço pretendia adquirir uma caminhonete e nela instalar uma biblioteca ambulante que poderia percorrer os locais de trabalho; instalaria um novo Centro de Recreação em Madureira ou em Olaria; faria adaptações no CR do Méier, de modo a abrigar uma grande biblioteca, um departamento médico, um curso de alfabetização e, ainda, organizaria piqueniques semanais; criaria mais seis cursos de alfabetização e

distribuiria mais de quarenta bibliotecas; adquiriria uma filmoteca especializada para projeção nos Centros de Recreação e nos sindicatos; adquiriria um cenário móvel para o Teatro do Trabalhador; formaria uma orquestra de operários; doaria mais vinte e cinco bibliotecas; realizaria campeonatos intersindicais de atletismo, basquetebol e voleibol; promoveria excursões mensais de trabalhadores a ilhas da Guanabara; criaria mais duas associações de escotismo e estenderia o Serviço aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Esse ambicioso projeto de expansão, se implementado, faria da região Sudeste um pólo de lazer operário e consolidaria esse modelo de aproveitamento das horas de repouso do trabalhador gerenciado pelo Estado. Além disso, fortaleceria a posição de Arnaldo Sússekkind à frente do órgão e reforçaria a imagem de Vargas como o chefe de nação que se preocupa com todos os aspectos da vida do operário, inclusive aqueles que estão situados fora do tempo de trabalho. Afora isso, poderia efetivamente alcançar os objetivos de reduzir o índice de acidentes de trabalho, bem como o de aumentar o número de operários sindicalizados.

### 3.10. Agradecimentos e elogios

Nesse item, Sússekkind agradeceu e citou aqueles que colaboraram para que as atividades do Serviço apresentassem resultados positivos e pudessem agradar a todos. Foram lembrados: o coronel Edmundo Macedo Soares de Silva<sup>316</sup> – ministro da Viação e Obras Públicas, que, quando foi dirigente da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, apoiou as excursões de trabalhadores até este o local; o presidente da Associação dos Escoteiros do Brasil – general Heitor

---

<sup>316</sup> Engenheiro e professor de metalurgia, atuou na idealização, no projeto, na implantação e na negociação de financiamentos dos EUA para a construção da Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. *In*: <http://www.resenet.com.br/edmundomacedo.htm>. Ministro da Viação e Obras Públicas de 31 de janeiro de 1946 a 16 de outubro de 1946. *In*: <http://www.transportes.gov.br>, em 20/07/2006.

Borges, que apoiou as iniciativas do SRO com os escoteiros filhos dos operários; o presidente do Conselho Nacional dos Desportos – João Lyra Filho, que reconheceu e estimulou as atividades desportivas do Serviço; o presidente da Associação Metropolitana de Futebol – Manoel Nascimento Vargas Netto, que auxiliou com a cessão de campos e de árbitros de futebol; o chefe da empresa D.V. Caruso e Filhos – Domingos Vassalo Caruso, que cedia salas de cinema nos subúrbios para o SRO; a Coordenação de Assuntos Inter-Americanos e a Prefeitura do Distrito Federal<sup>317</sup> – que emprestavam filmes para as exhibições do Serviço, e a Organização Henrique Lage – que fornecia gratuitamente os barcos para os passeios pela Baía de Guanabara e, inclusive, doou uma pequena embarcação.

Agradeceu também a todos os funcionários do SRO, em especial aos que exerciam cargos de direção como o de Yvonete Gomes Hermeto de Almeida – chefe de Secretaria; Nilo Alves de Moraes – diretor da Divisão de Educação Física e Escotismo e Raymundo Álvaro Wanderley – diretor da Divisão Cultural.

Süssekind concluiu seu relatório reiterando os comentários sobre a aceitação do SRO, bem como sua importância para a nação. Entretanto, a fim de completar a análise desse documento, é necessário tratar das fotografias que o compõem. Como já havíamos assinalado, fazem parte de sua composição vinte e oito fotografias em preto e branco, sem qualquer tipo de identificação. Logo, não é possível determinar quem foram os fotógrafos, quando foram tiradas e nem quem são as pessoas retratadas, exceto o ministro Marcondes Filho e Arnaldo Lopes Süssekind. Apesar de as legendas que as acompanham serem pouco esclarecedores, o material não pode ser desprezado como fonte histórica e nem deve ser visto como simples ilustrações.

---

<sup>317</sup> O prefeito do Distrito Federal nessa época era Henrique de Toledo Dodsworth. Nascido no Rio de Janeiro em 1895 e falecido em 1975, foi interventor da mesma cidade, no período de 11 de novembro de 1937 até 3 de novembro de 1945.

Segundo Andrade (1994)<sup>318</sup>, a utilização da fotografia como fonte inscreve-se no movimento de renovação historiográfica, que, não se contentando com as fontes tradicionais, busca trabalhar com outros tipos de documentos. O historiador que se ocupa de imagens fotográficas enfrenta os desafios de alcançar o que o olhar fotográfico não revelou, assim como o de trabalhar com conceitos de outras disciplinas, tais como a antropologia, a sociologia e a semiótica. A fotografia é considerada como o vestígio do real e cabe ao pesquisador analisar o que a autora denomina “uma intrincada rede de significações” (ANDRADE, 1990, Introdução), cujos elementos, homens e signos, interagindo dialeticamente compõem a realidade. Nesta, os homens são entendidos como produtores e consumidores de signos e há que se considerar os lugares sociais ocupados tanto por uns quanto por outros. Além disso, há que se considerar o que a mesma autora chama de circuito social da fotografia, isto é, o processo de produção da foto com um todo, que envolve as ações de fotografar, apreciar e consumir as imagens realizadas.

Na perspectiva estudada, método histórico-semiótico, a fotografia é considerada como imagem/documento e como imagem/monumento. Na primeira abordagem, a foto pode revelar elementos da vida material, por exemplo, aspectos da arquitetura urbana, aspectos de vestimentas e de meios de transportes, do trabalho e da vida cotidiana. Na segunda, a fotografia é analisada como uma representação, como algo que se pretendia eternizar. Desse modo, pode ser interpretada de acordo com quatro variáveis: o texto, sua produção, sua circulação e seu consumo (MAUAD, 2001). A fotografia também é considerada como uma mensagem visual composta por unidades culturais que portam sentidos e se organizam em campos semânticos que podem ser interpretados na perspectiva da produção de sentido social – na comunicação, na linguagem e no uso de símbolos. A noção de espaço estrutura os campos semânticos e a análise se

---

<sup>318</sup> Trabalhamos basicamente com três obras produzidas pela professora Ana Maria Mauad. Duas delas são assinadas como Ana Maria Mauad Andrade e a terceira como Ana Maria Mauad. Portanto, os sobrenomes Mauad e Andrade são referidos à mesma autora em momentos diferentes de sua produção intelectual.

organiza sobre cinco categorias espaciais, quais sejam: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência.

- espaço fotográfico: “compreende o recorte espacial processado pela fotografia, incluindo a natureza deste espaço, como se organiza, que tipo de controle pode ser exercido na sua composição e a quem este espaço está vinculado – fotógrafo amador ou profissional-, bem como os recursos técnicos colocados à sua disposição. Nesta categoria estão sendo consideradas as informações relativas à história da técnica fotográfica e os itens contidos no plano da expressão – tamanho, enquadramento, nitidez e produtor – que consubstanciam a forma da expressão fotográfica” (MAUAD, 1996, p. 13);

-espaço geográfico: “compreende o espaço físico representado na fotografia, caracterizados pelos lugares fotografados e a trajetória de mudanças ao longo do período que a série cobre. Tal espaço não é homogêneo, mas marcado por oposições como campo/cidade, fundo artificial/natural, espaço interno/externo, público/privado etc. Nesta categoria estão incluídos os seguintes itens: local retratado, atributos da paisagem, objetos, tamanho, enquadramento, nitidez e produtor” (*idem*, p. 13);

- espaço do objeto: “compreende os objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica. Analisa-se a partir desta categoria a lógica existente na representação dos objetos, sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído. Neste sentido, estabeleceu-se uma tipologia básica constituída por três elementos: objetos interiores, objetos exteriores e objetos pessoais. Na composição do espaço do objeto estão incluídos os itens tema, objetos, atributos das pessoas, atributo da paisagem tamanho e enquadramento” (*idem*, p. 14);



-espaço da figuração: “compreende as pessoas e animais retratados, a natureza do espaço (feminino/masculino, infantil/adulto), a hierarquia das figuras e seus atributos, incluindo-se aí o gesto. Tal categoria é formada pelos itens: pessoas retratadas, atributos da figuração, tamanho, enquadramento e nitidez” (*idem*, p. 14);

- espaço da vivência: “nela estão circunscritas as atividades, vivências e eventos que se tornam objeto do ato fotográfico. O espaço da vivência é concebido como uma categoria sintética, por incluir todos os espaços anteriores e por ser estruturada a partir de todas as unidades culturais” (*idem*, p. 14);

Vejamos como as fotografias que compõem o relatório do SRO podem ser analisadas a partir dessa contribuição.

#### 4. Análise histórico-semiótica das fotografias do primeiro relatório do Serviço de Recreação Operária

##### a) Espaço fotográfico:

- Dimensão: todas as fotos são retangulares, sendo que vinte e quatro (24) delas possuem dimensões que variam entre treze centímetros de largura e dez centímetros de altura (13x10cm) a treze centímetros de largura e quatro centímetros de altura (13x4cm); e, quatro (4) unidades possuem dimensões variando entre doze centímetros de largura e oito centímetros de altura (12x8cm) até doze centímetros de largura e sete centímetros de altura (12x7cm);

- Lugar ocupado na página: as páginas foram divididas horizontalmente em três áreas, superior, central e inferior. Do total de vinte e oito fotos, seis ocupam a área central; oito ocupam o centro superior, sete ocupam o centro inferior e oito ocupam o terço inferior;
- Formato e suporte: Não há informações sobre quem foram os fotógrafos, quais foram os locais ou quem foram as pessoas fotografadas. As legendas apenas reforçam a imagem, não a explicam;
- Tipo de fotografia: Das vinte e oito fotos, quinze foram posadas; dentre as treze instantâneas, em três, algumas das pessoas fotografadas notaram a presença do fotógrafo e olharam para a câmera na hora do click.
- Sentido das fotos: horizontal
- Direção em que foram tiradas, isto é, posicionamento do fotógrafo:
  - De cima para baixo e da direita para esquerda: 2
  - De cima para baixo e frontal: 2
  - Nivelada e frontal: 13
  - De cima para baixo e frontal: 4
  - Nivelada e da esquerda para a direita: 6
  - Nivelada e da direita para a esquerda: 1
- Distribuição de planos (profundidade de campo):
  - Plano único: 3
  - Dois planos: 9
  - Três planos ou mais: 16
- Objeto central:
  - Conjunto de pessoas: 24

#### Pessoas em destaque no grupo: 4

- Arranjo e equilíbrio: todas as fotos tiveram uma distribuição equilibrada dos elementos fotografados;
- Iluminação: luz artificial: 13; luz do Sol: 15
- Impressão visual: todas as fotos possuíam linhas bem definidas.

A partir dessas informações, podemos observar que:

1) o fato de todas as imagens serem retangulares e estarem horizontalmente dispostas pode indicar uma preocupação com uma composição mais harmoniosa do conjunto;

2) a disposição dos retratos nas páginas também é variada, o que pode demonstrar a preocupação com uma mobilidade do olhar de maneira a proporcionar uma leitura mais ágil e menos monótona;

3) a idéia de controle do trabalhador e da harmonia social necessária ao progresso da Nação presente naquele contexto histórico pode ser observada na preocupação com o arranjo das pessoas e objetos nas fotos, pois a maioria delas foi posada;

4) a predominância de imagens com três planos ou mais, bem como a escolha por conjunto de pessoas como objetos centrais das fotos também pode indicar que o SRO privilegiava a coletividade em detrimento do indivíduo;

5) o equilíbrio entre fotos realizadas com iluminação artificial e natural, parece demonstrar que as atividades oferecidas pelo SRO eram independentes dos espaços e das condições climáticas, conclusão que reforça aquelas do próximo item.

#### b) Espaço geográfico:

- Local retratado: espaço interno: 15; espaço ao ar livre: 13

Nesse nível, estão postos os locais que foram fotografados cuja identificação pode apenas ser suposta, por isso, optamos por classificá-los em internos e externos. Duas das quinze imagens classificadas como espaço interno são de eventos no ginásio de São Januário, que era um local fechado, mas exposto ao tempo. A divisão indica um equilíbrio no que se pretende mostrar. Podemos presumir que esse conjunto de imagens pretendia enunciar que as atividades do SRO poderiam acontecer em qualquer ocasião e sob qualquer condição climática, isto é, a gama de opções era tamanha que sempre haveria algo a ser oferecido ao trabalhador e à sua família. As fotos tiradas em ambientes externos sempre foram diurnas e nas imagens feitas em ambientes internos não é possível determinar o horário no qual foram batidas;

c) Espaço do objeto:

Mauad (1996) classifica os objetos em interiores, pessoais e exteriores, entretanto, no caso do SRO, os objetos que aparecem nas imagens estão relacionados às atividades desenvolvidas pelo Serviço, funcionam, portanto, como suportes para as vivências. Como todos foram doados pelo órgão, ou estão sob a sua responsabilidade, podemos inferir que o SRO é também um provedor de suportes para vivências lúdicas dos trabalhadores e de suas famílias. Suportes que fornecem apoio, inclusive, para outros objetivos do Serviço, como por exemplo, a felicidade, a segurança e a moralidade.

Com relação aos objetos, as fotos podem ser divididas em:

- Objetos que estão sendo utilizados pelas pessoas – livros, presentes, raquete de ping-pong, corda, bolas, rede: 16 fotografias;
- Objetos que compõem a imagem e dão idéia do contexto retratado: bandeiras, quadros, fotos da exposição, cenário de peça teatral: 9 fotografias;
- Objeto situado fora da foto: 1 fotografia;

- Objeto inexistente: 2 fotografias.

Na grande maioria dos retratos, os objetos que aparecem estão sendo utilizados pelas pessoas, o que reforça a imagem de um Estado provedor que, mais uma vez, remete à imagem do presidente Vargas.

#### d) Espaço da figuração:

Refere-se ao modo como as pessoas se apresentam e as relações estabelecidas em termos de gênero e de idade.

- Dinâmica da narrativa: quem aparece na foto
  - Grupos de homens adultos: 9 fotos; Grupos de mulheres adultas: 1 foto; Grupos mistos com crianças: 8 fotos; Grupos mistos sem crianças: 1 foto; Grupos de homens adultos e meninos: 3 fotos; Grupos de meninos: 6 fotos;
  - Não há fotografias em que apareçam apenas meninas;

Na quase totalidade das fotos, há grupos de pessoas, o que indica a pretensão de se transmitir as idéias de cooperação, solidariedade, espírito associativo, segurança, confiança, fraternidade e harmonia entre classes, muito de acordo com o discurso que sustentou a criação do SRO. Na única foto em que há um menino como objeto central, ele está participando de uma brincadeira chamada 'cabo de guerra', que é uma atividade coletiva na qual uma equipe, para vencer a outra, precisa se unir e conjugar forças. Quando os meninos aparecem sozinhos, estão lendo, isto é, não há riscos com relação à sua segurança.

Outro aspecto que se destaca é a indicação de que o Serviço era destinado aos homens/meninos. Eles aparecem abrindo solenidades, lendo, fazendo discursos, praticando esportes, fazendo força, fazendo ginástica, assistindo a uma

exibição de cine-teatro, fazendo exhibições de ginástica acrobática, representando o serviço médico, acampando e condecorando o presidente Vargas. As mulheres/meninas são retratadas sentadas, passeando de barco (ao longe), fazendo piqueniques, assistindo à exibição de cine-teatro, visitando exposições, dando e recebendo presentes. Fica muito claro qual é o lugar da mulher naquela sociedade. Enquanto ao homem era possível envolver-se ativamente em uma ampla gama de atividades, à mulher estavam reservadas atividades de baixo dispêndio de energia ou de espectadoras da ação principal que era desenvolvida pelos homens. As imagens, inclusive, reforçam seus papéis de mãe e de filha, ao registrarem as ações de cuidar, dar e receber presentes. Desse modo, a narrativa fotográfica do Relatório fortalece e mantém o papel secundário que se esperava da mulher e revigora e consolida o papel ativo do homem.

- As roupas utilizadas também fornecem pistas sobre o Serviço:

Este item envolve uma discussão interessante, na medida em que não podemos classificar as roupas e as situações as quais estão referidas, de modo estanque. Em fotos que retratam situações solenes todos estão solenemente trajados (cinco fotos), entretanto, em situações que poderíamos considerar como mais informais, por exemplo, passeios de barco, piqueniques, exibição de filmes, leitura de livros e, até mesmo, em uma partida de ping-pong, encontramos as pessoas – adultos e crianças, vestidas de uma maneira tal que indica, se não solenidade, ao menos, muito cuidado (treze fotos). Os trajes dessas ocasiões são simples, mas não dão a idéia de relaxamento, descuido ou sujeira. Meninos estão com as camisas de mangas curtas abotoadas até o pescoço; homens estão de terno e de chapéus; mulheres usam colares e cabelos bem penteados. Mesmo quando envolvidos em práticas desportivas ou relativas ao escotismo, os sujeitos

aparecem de uniformes, isto é, há uma norma a ser seguida, não há desvios, tudo está sob controle (11 fotos).

- Atributo das pessoas: o que realizam quando são fotografadas

Solenidades: 5 fotos

Atividades intelectuais: 3 fotos

Atividades físicas: 11 fotos

Atividades de cinema, teatro, coro e passeio: 10 fotos

Se pensarmos o Relatório como um produto a ser consumido, inferimos que sua narrativa fotográfica poderia atingir os consumidores em, pelo menos, dois níveis. Esse documento foi elaborado para ser entregue ao ministro Marcondes Filho, mas a intenção do autor de fazer circular as informações referentes ao SRO foi garantida com a publicação do livro baseado no Relatório ao qual tivemos acesso. Logo, podemos imaginar que a seleção das fotos deve ter tido o objetivo de afetar o ministro e os leitores, muito provavelmente trabalhadores sindicalizados e líderes sindicais. Nesse sentido, a narrativa fotográfica evidencia alguns elementos valiosos para a compreensão do Serviço de Recreação Operária:

- o SRO era um órgão importante, pois o presidente Vargas e o ministro Marcondes Filho prestigiavam seus eventos;
- o SRO era um órgão importante, pois os trabalhadores e suas famílias tinham a chance de fruir seus momentos de não-trabalho com atividades das mais diversificadas e adequadas moralmente;
- o SRO era um órgão importante, pois se alinhava ao Governo em seu esforço de desenvolver o espírito associativo que acreditava faltar aos trabalhadores brasileiros;

- o SRO era um órgão importante, pois suas atividades, embora destinadas aos momentos de recreio, eram sempre seguras, orientadas, diurnas, ordeiras, limpas, harmoniosas e agregativas. O Serviço, como uma extensão do Regime, era um espaço do acolhimento, do cuidado, da atenção e da orientação, noções que remetem à figura do presidente Vargas.

Além de tudo isso, a narrativa fotográfica fala também do autor do relatório. Arnaldo Sússekkind era competente porque conseguia fazer os trabalhadores mais felizes e, também, por conseguir convencer as mais altas autoridades do país a despenderem parte de seu valioso e ocupado tempo em solenidades promovidas pelo órgão. Desse modo, em sua atuação, configurava-se como um hábil mediador das relações entre o Estado e os trabalhadores, no que dizia respeito à fruição do tempo de repouso.

#### e) Espaço da vivência:

À primeira vista, as imagens retratam pessoas em ocasiões formais e informais, entretanto, há elementos nas fotos que matizam essa classificação tornando-a insuficiente por excluir aspectos importantes da narrativa fotográfica que se pretende transmitir. Por isso, é necessário somar, a essa classificação inicial, outras possibilidades de análise. Optamos por pensar, então, em sete termos: atividades solenes com a presença de autoridades, atividades solenes sem a presença de autoridades, atividades desportivas com a presença de autoridades, atividades desportivas sem a presença de autoridades, atividades culturais e formais, atividades culturais informais/formais, atividades formais. Senão vejamos:

1) três fotos são de ocasiões formais e solenes, pois contaram com a presença de autoridades, tais como a inauguração do SRO, a doação das bibliotecas e a condecoração do próprio presidente Vargas;



2) duas fotos são de ocasiões formais e solenes, mas autoridades não são retratadas, como no caso das fotos da primeira exposição de atividades do SRO;

3) duas fotos são de atividades desportivas realizadas na praia de Ramos, ocasiões que poderiam ser consideradas informais, contudo, é possível perceber que havia autoridades presentes, o que dá à imagem a possibilidade de ampliar a mensagem a ser transmitida;

4) quatro são retratos de atividades desportivas sem a presença de autoridades, como: o close do menino puxando a corda no cabo de guerra, a ginástica das crianças e o jogo de futebol. Mesmo nessas é possível observar a presença de noção de controle, pois todos estão uniformizados;

5) nove fotos de atividades culturais que, da mesma maneira que as anteriores poderiam ser analisadas como ocasiões informais, entretanto, são vivenciadas pelos participantes como situações formais, por exemplo, a leitura de livros na biblioteca, a assistência do cine-teatro, o jogo de ping-pong, o passeio à ilha de Brocoió, a distribuição de presentes e o piquenique;

6) duas fotografias são de situações formais de apresentações culturais, mostram o grupo de teatro do trabalhador em cena e o coro orfeônico provavelmente durante uma exibição;

7) duas fotos são de situações formais: a que mostra o exame médico e a que mostra duas mulheres escrevendo em um quadro negro;

8) quatro fotos retratam os escoteiros envolvidos em suas atividades. Apenas uma os retrata um pouco mais descontraídos, nas outras três, sérios, estão cumprindo seus deveres.

É interessante perceber que mesmo as atividades que poderiam ser consideradas como informais foram vivenciadas como atividades formais, pela postura e pelas vestimentas dos participantes. Poucas foram as pessoas retratadas que estavam descontraídas nos momentos dos clicks. A maioria das

fotografias mostra pessoas enquadradas e comportadas, como se estivessem incorporado perfeitamente o que se esperava delas.

Vejamos, a seguir, algumas dessas imagens que nos foram gentilmente cedidas pela professora Christianne Werneck (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais).

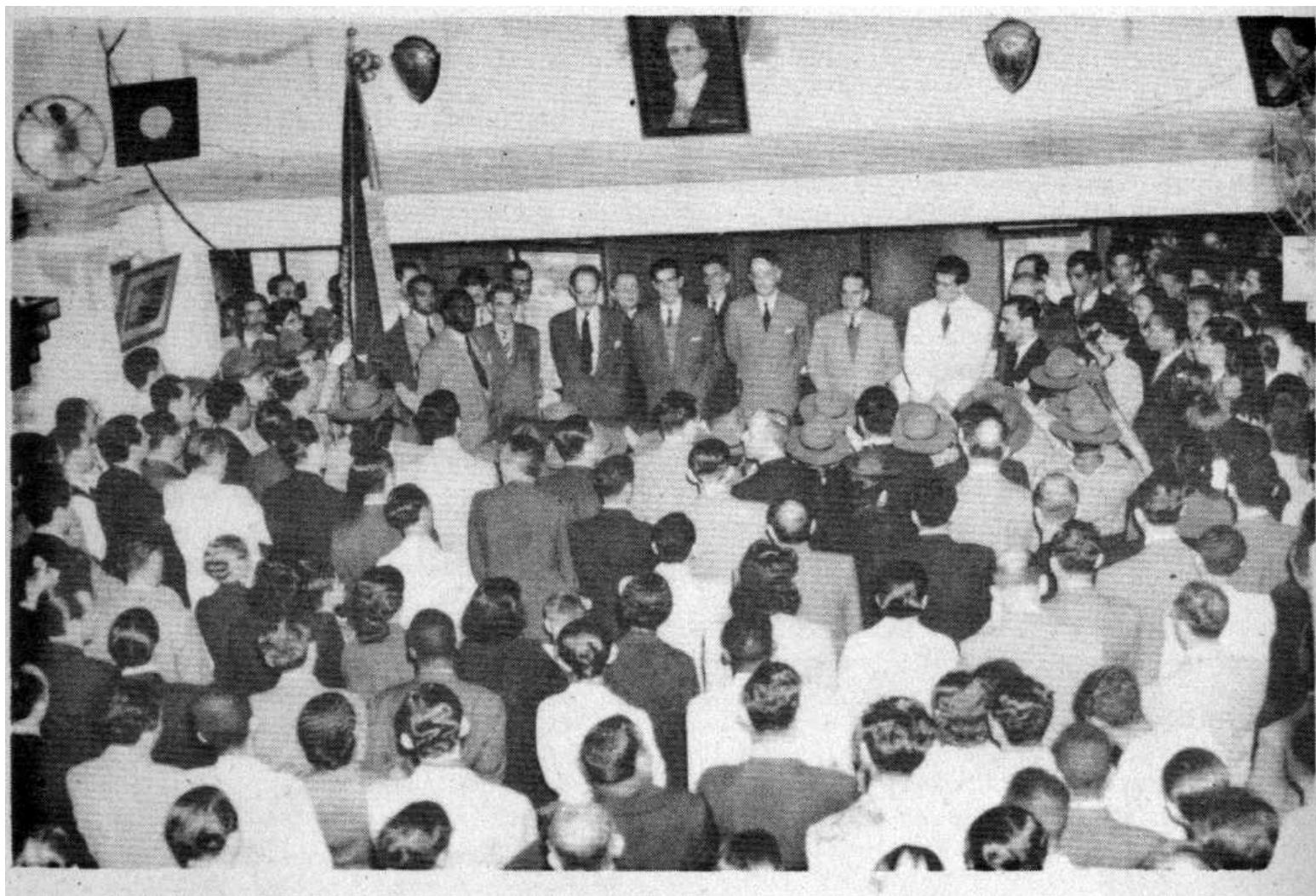


Foto 1

Instalação da sede do Serviço de Recreação Operária na Gávea, 1944.

(Arnaldo Sússekind – Arquivo pessoal)



Foto 2

Público presente em apresentação cinematográfica do Serviço de Recreação  
Operária [s.d.]

(Arnaldo Süssekind – Arquivo pessoal)

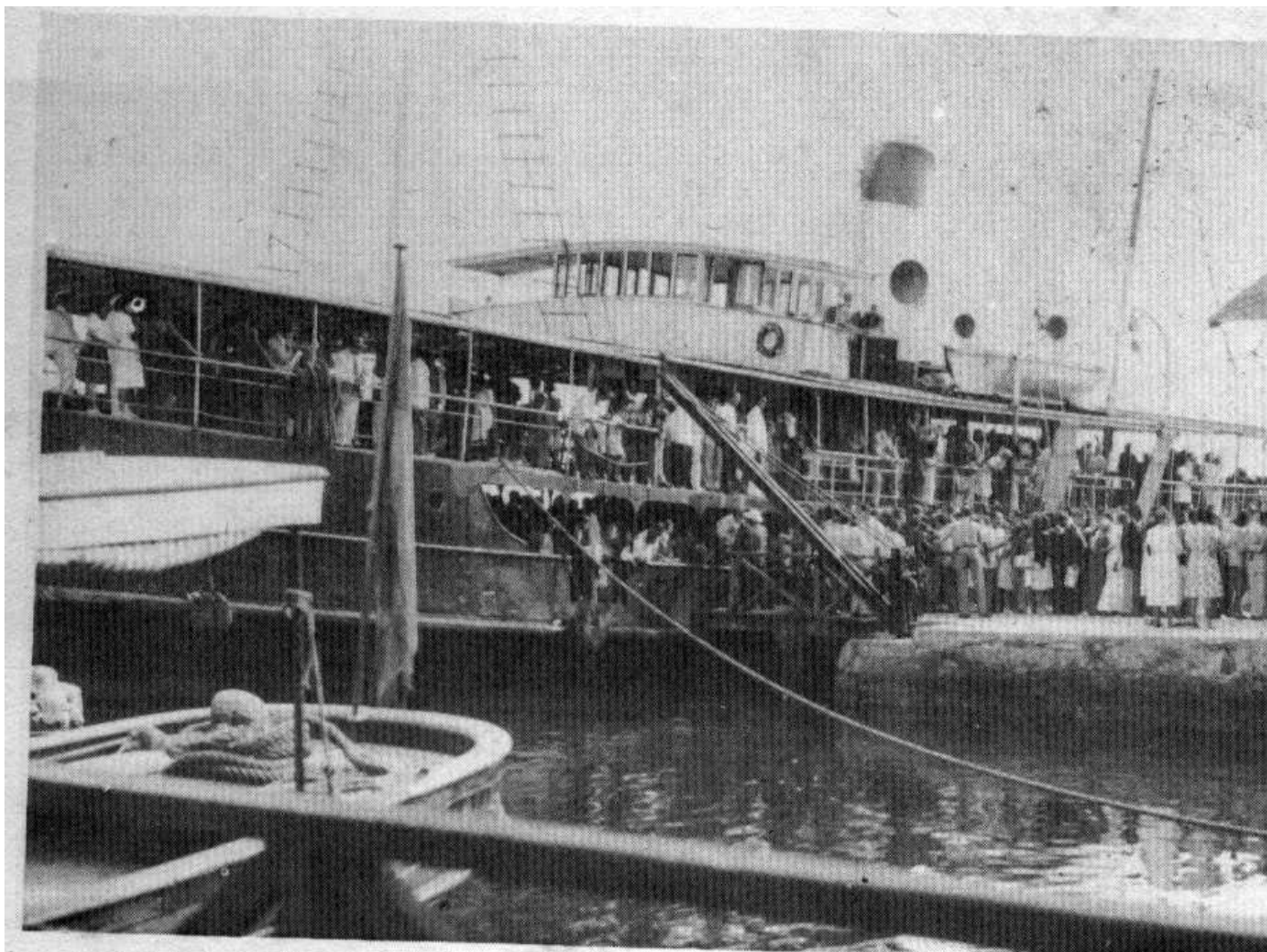


Foto 3

Excursão do Serviço de Recreação Operária à ilha das Flores e ilha de Brocoió,  
[s.d.]

(Arnaldo Sússekínd – Arquivo pessoal)



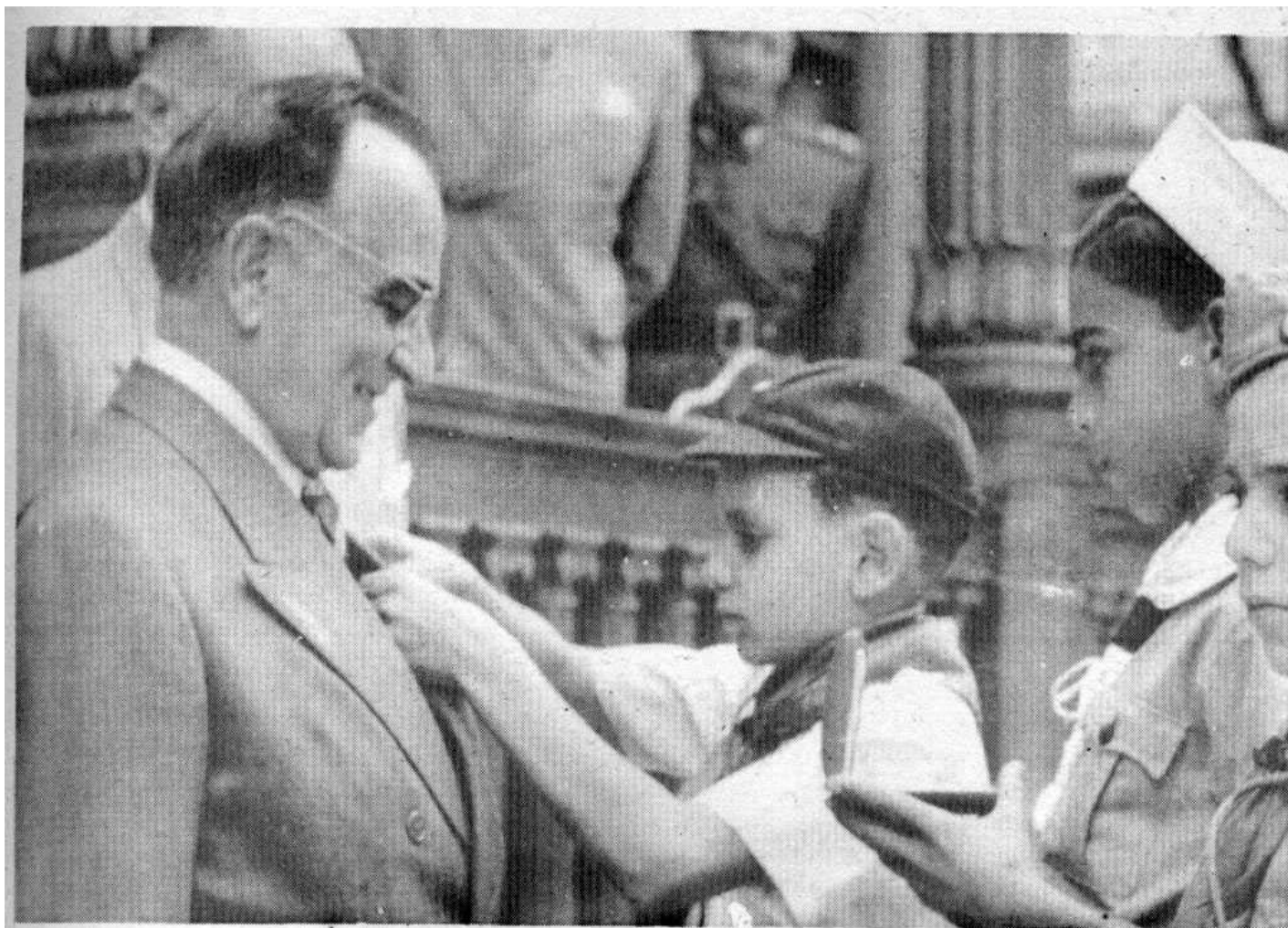


Foto 4

Presidente Getúlio Vargas entre escoteiros do Serviço de Recreação Operária no  
estádio do Pacaembu, 1944

(Arnaldo Sussekind – Arquivo pessoal)



Foto 5: Solenidade de Abertura da Exposição Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.]. (Arnaldo Sússekind - Arquivo pessoal)



Foto 6: Exposição Fotográfica das atividades realizadas pelo Serviço de Recreação Operária, [s.d.]. (Arnaldo Sússekind - Arquivo pessoal)

Os roteiros seguidos, tanto pelo texto de Sússekind, quanto pelas fotografias escolhidas apresentam propostas que se complementam. Ambas as narrativas se referem a um modelo de vida e de comportamento que não permite desvios, desordens, sujeira, promiscuidade, desregramentos e excessos. As idéias presentes reforçam aspectos valiosos para o Regime, quais sejam, a importância da família, o papel destinado à mulher, a importância de uma educação física dirigida por técnicos e acompanhada de perto por autoridades, a formação das crianças para servir à nação, a importância da saúde, da vida em grupo e da fraternidade e a importância da ordem para o progresso. Nesse sentido, o relatório de Sússekind, ao apresentar as atividades desenvolvidas pelo



Serviço de Recreação Operária, pode ser considerado não somente como mais um instrumento de propaganda das realizações do Regime, mas também como uma chave para a entrada em um mundo melhor, na medida em que aponta com esperança para o futuro da nação nas mãos de Getúlio Vargas.

Finalizando a escrita, mas continuando a pesquisar...

Nesta tese, investigamos a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária, durante o período 1943 e 1945, no qual foi mais intensa sua atuação. Cinco inquietações nos mobilizaram e serviram de estopim para a escolha da temática. Em primeiro lugar, não acreditávamos que o SRO, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pudesse ter sido concebido pelo gênio criador de uma única pessoa, seu primeiro presidente - Arnaldo Lopes Sússekind –, assim como não conseguíamos ver sua concepção fora de uma perspectiva multideterminada nem desconectada de um contexto mais amplo. Em nosso entendimento, sua criação e seu funcionamento respondiam a diferentes demandas, nacionais e internacionais e estavam referidos, portanto, àquelas condições históricas. Em segundo lugar, observáramos que muito do que Sússekind afirmava em seu relatório estava presente em outros discursos emitidos em outras instâncias. Víamos, então, o SRO como um exemplo muito claro da existência de discursos que circulavam, eram modificados, substituídos, reinterpretados, repetidos e utilizados do modo que mais conviesse ao emissor, servindo de base para novos argumentos e novas construções.

Em terceiro lugar, não conseguíamos perceber o SRO como uma questão relativa apenas e, tão somente, ao Governo Vargas. Acreditamos que a originalidade de sua emergência está referida a esse período específico, mas o Serviço foi sendo gestado no interior de discursos dispersos emitidos há tempos, que, circulando, se interligaram formando o campo de presença que possibilitou sua criação naquele momento especial – 1943. Em quarto lugar, nos incomodava o fato de os operários serem vistos como massa passiva e manipulável frente ao poder do Regime. Em nosso entendimento, tais modelos explicativos são insuficientes para elucidar a complexidade da relação estabelecida entre Vargas e o povo brasileiro. Acreditávamos na possibilidade de que as pessoas a quem se destinavam as atividades organizadas pelo SRO – operários e suas famílias – as

resignificassem, dando-lhes um sentido próprio, de acordo com seus desejos, saberes e experiências de vida. Em quinto e último lugar, acreditávamos que esse órgão, pelo fato de responder a diferentes demandas, não poderia ter apenas um objetivo, como o estabelecido pelo MTIC na Portaria de sua criação.

Nesse sentido, diante de tantas inquietações, nos pusemos a trabalhar para, a partir delas, iniciar a construção das hipóteses de pesquisa que norteariam essa empreitada. Portanto, em nossa compreensão, o Serviço de Recreação Operária integra o conjunto de iniciativas governamentais implementadas no campo das políticas culturais do Estado Novo que visaram legitimar os arranjos institucionais do Regime, bem como a figura do personagem central do período – o presidente Getúlio Vargas. Ademais, sua criação respondeu a antigas demandas postas pelo patronato brasileiro – nesta tese analisado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro –, pelo movimento operário organizado, pela Organização Internacional do Trabalho e pela Encíclica *Rerum Novarum*. Logo, afora os objetivos claramente explicitados pelo MTIC, há aqueles que estão referidos a tais demandas em seu conjunto.

Desse modo, nesta tese, investigar a criação do SRO é operar com uma dispersão de enunciados emitidos nas instâncias normativas citadas acima. Cada uma delas possuía um modelo no qual pretendia enquadrar o novo trabalhador mais adaptado à nova ordem e é nesse arranjo que os enunciados circulam, se aproximam e, muitas vezes se complementam. Para comprovarmos nossa hipótese, reunimos um amplo conjunto documental dos quais foram analisados enunciados referidos aos seguintes temas: tempo de trabalho, tempo de recreio, enquadramento moral, manutenção de hierarquias sociais, proteção e valorização da família, proteção e educação da criança pobre, do trabalho e do trabalhador, excesso de trabalho, os efeitos da fadiga no organismo, aumento da produtividade, redução do número de acidentes de trabalho, nocividade dos jogos de azar, do alcoolismo e do analfabetismo, prevenção de greves, necessidade de paz e harmonia entre as classes sociais, que, ligados entre si e referidos a um mesmo grupo de idéias e de valores, formaram uma trama cujo centro foi o SRO.

É interessante retomar a discussão sobre as questões acerca do tempo de trabalho e do tempo do não-trabalho a fim de apresentar algumas inquietações nascidas dessa investigação e que serão aprofundadas com mais cuidado e vagar em um futuro próximo.

Como já vimos, os sentidos do trabalho eram diferentes para patrões<sup>319</sup> e empregados. Enquanto que, para os primeiros, ao trabalho estavam referidas as concepções de recuperação, de reabilitação e de ocupação, para os operários socialistas, ao menos durante a Primeira República, o trabalho era sinônimo de dignidade e de integridade de caráter. Para os empregadores a fruição desse tempo estava vinculada por uma perspectiva funcionalista, pois seu valor estava situado fora dele. A compreensão acerca do tempo do não-trabalho, portanto, será marcada também por esses sentidos. Para o patronato, o tempo do não-trabalho será sinônimo de alheamento e de recuperação da energia consumida no trabalho, isto é, um tempo que deverá ser usado pra o ‘esquecimento’, para a distração, para o recreio, para a evasão, para o afastamento das pesadas condições impostas pelo labor cotidiano e, por isso, configura um período a ser vigiado. Esse é um tempo sobre o qual se deverá exercer vigilância e controle e os termos utilizados refletem estas preocupações.

Se lembrarmos do relatório de Süsserkind e refletirmos sobre aqueles com quem dialogou durante a elaboração de seu texto, podemos considerá-lo uma boa fonte para observar como estas marcas emergem, pois seu autor estava muito bem informado acerca do que vinha sendo produzido em outros países sobre o direito social e sobre a questão social de uma maneira ampla. Em seu texto encontramos, dentre outras, as seguintes frases e expressões e que, também, qualificam esse tempo: “horas para se eliminar os resíduos tóxicos provenientes da fadiga” (fls.6), “recreação cientificamente empregada” (fls.6), “horas de descanso” (fls.6), “necessidade de evasão” (fls.3), “fazer o esquecer o trabalho na oficina” (fls.7), “horas de recreio” (fls.6), e aquela que pode funcionar como a

---

<sup>319</sup> Quando falamos em ‘patrões’ ou em ‘empregadores’ estamos pensando naqueles para os quais era fundamental conformar o sujeito à nova ordem liberal-capitalista, isto é, tais designações se referem aos representantes das elites financeiras e culturais.

síntese do debate: “Trabalho, recreação e repouso, eis a fórmula ideal para a existência feliz do homem que produz” (fls.6).

Para os operários socialistas, ao contrário, o tempo do não-trabalho possuía um outro sentido ligado ao valor do trabalho. Como este era visto como algo digno e dignificador, o tempo do não-trabalho seria um espaço para o aprimoramento do operário. Um tempo para se dedicar para o estudo, à busca de seu bem estar, para experiências coletivas de reafirmação da identidade operária e para a elevação do nível intelectual voltadas para engrandecimento do sujeito. Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que também havia uma perspectiva funcionalista permeando o discurso. Esse tempo, igualmente poderia ser utilizado para o combate ao alcoolismo e para a propaganda política, dimensões que vão ganhando mais espaço com a sucessão dos anos e com a complexificação da luta operária. Trabalhadores ligados a correntes políticas comunistas, anarquistas e outras, procuraram aproveitar esse tempo em todas as possibilidades que ele oferece. Enfim, nesse debate/embate, importa destacar, que o tempo do não-trabalho era visto como algo muito valioso seja por sua funcionalidade, seja pela liberdade que poderia representar.

Devido a essas percepções diferenciadas acerca da fruição do tempo do não-trabalho é que utilizamos com parcimônia o termo lazer. Além de serem relativamente poucas suas ocorrências nos documentos pesquisados, atualmente ele se refere a um corpo de conhecimentos, de normas disciplinares e de práticas muito mais complexos do que aquele de então. Atentos a esse fato, tivemos muito cuidado para não nos deixar levar pela armadilha de querer encontrar no passado as questões que estão postas no presente.

Em seu conjunto, os discursos analisados nesta tese, emitidos pelas instâncias de poder cujas demandas resultaram na criação do SRO, formaram um regime de verdade sobre o trabalho e o trabalhador. O objetivo maior de formar o operário ideal produziu discursos que, postos a circular foram repetidos, reapropriados e aceitos como verdadeiros. Na criação do SRO, conseqüentemente, não falamos sobre um poder referido a uma única instância,

ou melhor, um poder cuja posse esteja com uma única pessoa ou instituição, pois à proporção que estes discursos circulavam sua força também ia sendo distribuída. Nessa perspectiva, a força desses discursos está em cada um que o repete. No processo de conformação do trabalhador e de valorização do trabalho, foram produzidos conhecimentos ligados a muitas áreas: medicina, direito, sociologia, educação física e pedagogia, dentre outras, o que reforça a concepção foucaultiana de que o poder não possui apenas uma face negativa, isto é, na tentativa de disciplinar o operário muito se aprendeu sobre o homem e suas relações. (FOUCAULT, 1988)

Colocar um ponto final em um texto como este é uma necessidade imperiosa, entretanto, mais do que a certeza de que a investigação foi concluída, o que fica claro é a consciência de que esta tese possui lacunas e questões não resolvidas que impulsionam a continuidade da pesquisa. Interessante é pensá-la como ponto de partida de mais uma caminhada na qual serão maiores as responsabilidades e mais amplas as possibilidades de abrir novos trajetos de maneira a criar novos laços. Muito há ainda a perguntar e inúmeras podem ser as respostas, especialmente no âmbito da história da educação física, e é reconfortante pensar que esta tese poderá ser discutida, questionada ou valorizada como inspiração para outros pesquisadores. cremos que essa é a função de uma produção desse tipo: contribuir para o aprofundamento do debate na área levantando novos questionamentos.

## Bibliografia

### 1) Jornais

*Jornal do Brasil*, RJ, 1942 - 1945.

### 2) Revistas

*Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro* – Edição comemorativa dos 100 anos da ACRJ.

*Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro* - Edição comemorativa dos 150 anos da ACRJ.

*Cultura Política*, Revista Mensal de Estudos Brasileiros, RJ, s. ed. 1941-1945.

### 3) Publicações oficiais

BRASIL, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1942-1945.

### 4) Relatórios, atas e boletins

Relatórios da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1900 – 1945.

Atas das reuniões da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1902 – 1945.

Boletins da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1920 – 1945.

### 5) Livros e Artigos

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O Governo Vargas e o desenvolvimento do lazer no Brasil. *efdeportes.com: Revista Digital*, Buenos Aires, n. 92, p.2-6, 26 nov. 2006. Disponível em: <[www.efdeportes.com](http://www.efdeportes.com)>. Acesso em: 26 nov. 2006.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. Através da imagem I: possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso didático, uma experiência acadêmica. *Primeiros Escritos*, Niterói, n. 1, p.1-9, jul./ago. 1994.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. 1990. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *A era Vargas*. 2ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004. 120 p.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 72 p.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 5ed. São Paulo: AnaBlume/HUCITEC, 2002. 419 p.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos e outras histórias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. 256 p.

\_\_\_\_\_. *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Mérito, 1949. 302 p.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78 p.

BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça permanente: o alcoolismo na imprensa operária São Paulo, início do século XX. *História Social: Revista da Pós-Graduação em História IFCH/UNICAMP*, São Paulo (Campinas), n. 1, p.1-241, 1994. Anual. Disponível em: <<http://br.geocities.com/historiasocial/downloads/hs1/bertucci/>>. Acesso em: 23 ago. 2006.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 202 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde (Org.). *Obras completas de Rui Barbosa: Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. vol X. 1883, Tomo II.

BRÊTAS, Angela. Os rapazes esportivos e as boas maneiras: o 'foot-ball' em 1944 na visão de Otto Prazeres e de Hélio Silva. *Esporte e Sociedade*, Brasil (Rio de Janeiro), n. 3, p.1, jul./out. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/docs/anteriores.html?ed=3>>. Acesso em: 15 mar. 2006.



BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 286 p.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 58p.

CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991. 336 p.

\_\_\_\_\_. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989. 309 p.

\_\_\_\_\_. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. 582 p.

CARVALHO, M. M. C. *Molde Nacional e Fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 345 p.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque"*. 2. ed. Campinas (São Paulo): Unicamp, 2001. 367 p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996. 249 p.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia – a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. 277 p.

DAOLIO, Jocimar. Educação Física Escolar: busca da pluralidade. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, suplemento 2, p.40-42, 1996. Disponível em <http://www.usp.br/eef/rpef/supl2>. Acesso em 19/07/2005, 11:32h.

DUARTE, Adriano Luiz. ***Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945***. São Paulo: Paulinas, 2005. 341 p.

ENGEL, Magali Gouveia. ***Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)***. 2. ed. São Paulo: Fiocruz, 2001. 351 p.

\_\_\_\_\_. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 149 p.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212 p.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 81 p.

\_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: DIFEL, s/d. 283 p.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 132 p.

FERREIRA, Jorge. *O movimento operário norte-americano*. São Paulo: Ática, 1995. 88 p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 236 p.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da clínica*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 262 p.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295 p.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

\_\_\_\_\_. *História da loucura*. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 551 p.

FRIEDMANN, Georges (Org.). *O lazer e a civilização tecnicista*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles. *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 115-130.

GINZBURG Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271p.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 320 p.

GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (orgs.). *Arnaldo Süssekind, um construtor do direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 323 p.

GOMES, Angela de Castro (coord.); FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 204 p.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 83 p.

\_\_\_\_\_. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000. 269 p.

\_\_\_\_\_. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 318 p.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 562 p.

GONDRA, José Gonçalves Paul-Michel Foucault: uma caixa de ferramentas para a História da Educação? In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 285-309.

GORE, Jennifer M.. Foucault e a educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Cap. 1, p. 9-33.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj, 1994. 295 p.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 199 p.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Futebol e racismo no Rio Grande do Sul: a Liga da *Canela Preta*. In: Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 6. 1998, Rio de Janeiro. *Coletânea do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. pp. 110 – 116.

MACHADO, Leão. *Fundição*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. 256 p.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia: Ed UFG; São Paulo: Edusp. 2002. 215 p.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. ***A encenação da questão da higiene: o Conselho Municipal como teatro (Rio de Janeiro, 1892-1902)***. 1999. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Niterói), 1999.

MAUAD, Ana Maria. Imagens da terra: fotografia, estética e história. *Primeiros Escritos*, Niterói, n. 7, p.1-15, jul. 2001

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.73-98, 1996.

MELO, Victor Andrade de, ALVES Jr., Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. 153 p.

MELO, Victor Andrade de. Terreirão do Samba: resistência e contra-resistência no carnaval do Rio de Janeiro. In: *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, p. 93 – 104, 1998.

MOURA, Gerson. ***Tio Sam chega ao Brasil***: A penetração cultural americana. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 89 p.

MUNNÉ, Frederic; CODINA, Núria. Ócio y tiempo libre: consideraciones desde uma perspectiva psicosocial. In: *Licere*. Belo Horizonte, v. 5, p. 59 – 72, 2002.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos Anped*, Porto Alegre, n. 5, p.7-64, set. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001a. p. 37 – 58.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: HUCITEC, 2001. 239 p.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*: as origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. 229 p.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o mercado e o estado na modernização do teatro brasileiro. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 59 – 84.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M.. *A classe operária no Brasil 1889-1930 documentos*: o movimento operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979. 10 v. (1).

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M.. *A classe operária no Brasil 1889-1930 documentos*: condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981. 2 v.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 150 p.

PRONI, Marcelo Weishaupt. De esporte amador a esporte-espetáculo: sobre a profissionalização do futebol no Brasil. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 4. Belo Horizonte. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. pp. 199 – 209.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia Monteiro. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 159 p.

RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. *Toda crônica 1919-1922*: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 v.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Historiografia do futebol brasileiro nos anais do “Encontro de História”. In: Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 7. Gramado. *Anais e Resumos do VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*. Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. pp. 123 – 126.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. *O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Trabalhador Sindicalizado no Brasil: 1943 - 1964..* 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Departamento de Estudos do Lazer, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/anuario/2006/FEF/FEF-dissertacoesmestrado.html>>. Acesso em: 31 mar. 2007.

RUSSEL, Bertrand. O elogio do lazer. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 37 – 43.

RYBCZYNSKY, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 222 p.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 257 p

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. 405 p.

SOARES, Antonio Jorge. O racismo contra o Vasco e a fundação da AMEA: uma história de identidade. In: Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 6. 1998, Rio de Janeiro. *Coletânea do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. pp. 139 - 145.

SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo. Futebol e nacionalismo: questões de história. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. 4. 1996, Belo Horizonte. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. pp. 440 – 449.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação* – fundamentos, organização e realizações do SRO. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946. 47 p.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 491 p.

TREZE, Leão. *Rerum Novarum*. 15ed. São Paulo: Paulinas, 2005. 58 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 191 p.

VELLOSO, Monica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. 109 p.

VIDAL, Diana Gonçalves Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 257-284.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 394 p.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ed. São Paulo: Pioneira, 1987. 335 p.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926 – 1964)*. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, tese de doutorado, 2003. 275p.

